MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB

RELATÓRIO DE GESTÃO

2008

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
REINHOLD STEPHANES

SECRETÁRIO EXECUTIVO
SILAS BRASILEIRO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA
INÁCIO AFONSO KROETZ

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA – SPA
EDÍLSON GUIMARÃES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO – SDC
MARCIO ANTONIO PORTOCARRERO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DA PARAÍBA – SFA/PB

SUPERINTENDENTE
HERMES FERREIRA BARBOSA

DIVISÃO TÉCNICA – DT
MARCOS JOSÉ PEREIRA DE SOUZA

ASSISTENTE TÉCNICO
ALEXANDRE PEREIRA BRONZEADO

SERVIÇO DE DEFESA SANITÁRIA AGROPECUÁRIA – SEDESA
ANTONIO HYBERNON DA SILVA

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG
GECEMAR CORDEIRO JÚNIOR

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG
JERÔNIMO BARATA DE MELO

SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEPDAG
DIVALDO DA SILVA CUNHA

SERVIÇO DE GESTÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA – VIGIAGRO
EDSON ARNALDO CAVALCANTE LOUREIRO

SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO – SPA
MARIA DO SOCORRO NICULAU DA CUNHA

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD
JOÃO GONÇALVES DE ABRANTES NEW

SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS - SAG
MARCOS ANTÔNIO BENJAMIM DA SILVA

SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – SMP
MARIA ZILMA M. G. DA COSTA

SETOR DE PROTOCOLO – SPR
LUIZ ALBERTO MACEDO CAMPELO

SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SRH
CARMEN BERTA C. D. MACHADO

SETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL – SDP
MÁRCIA MÔNICA VIEIRA

SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEOF
EDUARDO MARCELO MEIRA

SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – STI
LÚCIO FLÁVIO A. ALBUQUERQUE

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Maria do Socorro Nicolau da Cunha – Coordenadora
Jamir Mascena de Sousa
Cristiane Eduardo Pereira Costa
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira
Gláucia Maria Maestracci Macedo
Rita Laurindo Costa
Enoque Gomes de Alencar
Anne Emanuelle Pereira Serra

Sumário

Missão 06
Apresentação 07
Introdução 08
1. Identificação 10
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos 10
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas 10
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas 12
2.3. Programas 13
Divisão Técnica – DT 13
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG 16
Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA 39
Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG 60
Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG 73
Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO 85
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA 91
Serviço de Apoio Administrativo – SAD 99
Seção de Atividades Gerais – SAG 101
Gabinete Odontológico 102
Suporte Documental 103
Setor de Material de Patrimônio – SMP 104
Setor de Transporte – STR 127
Setor de Protocolo – SPR. 132
Seção de Recursos Humanos – SRH 133
Setor de Desenvolvimento de Pessoal – SDP 138
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF 140
Seção de Tecnologia da Informação – STI 144
Núcleo Regional do GESPÚBLICA na Paraíba 145
Considerações Finais 146
2.4. Desempenho Operacional 147
2.4.1. Evolução de gastos gerais 154
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos 154
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 154
5. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste no xercício..... 157
6. Previdência Complementar Patrocinada 158
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos 158
8. Renúncia Tributária 158
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia 158
10. Operações de fundos 158
11. Despesas com cartão de crédito 158
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno 163
13. Determinações e recomendações do TCU 172
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício 179
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado 179
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos 179
17. Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa (Anexo III, item 7 da DN/TCU nº 96 de 04/03/2009) 180
Documentos Pesquisados na Elaboração do Relatório de Gestão 180
Anexo 1 - Informações Contábeis (Anexo III da DN/TCU nº 93 de 03/12/2008)..... 182
Anexo 2 – Demonstrativo de Capacitação da SFA 184

Missão

"Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira"

Visão da SFA para 2015

"Ser excelência na gestão pública nacional e no desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro"

Princípios/Valores

Gestão Participativa

Transparência

Legalidade

Agilidade

Credibilidade

Efetividade

Valorização Das Pessoas

Cordialidade

Comprometimento

Impessoalidade

Apresentação

Este Relatório de Gestão da SFA/PB, referente ao exercício 2008 atende ao que estabelece a IN/TCU nº 57, de 27/08/2008, DN/TCU nº 93, de 03/12/2008 e Norma de Execução nº 3, de 19/12/2008, contida na Portaria CGU nº 2238, de 19/12/2008.

A contextualização das ações na execução das políticas públicas, a estratégia de atuação, as informações técnico-administrativas, de natureza quantitativa e qualitativa, e a estrutura de custos da Unidade, disponibilizadas neste relatório, refletem o conjunto do trabalho efetivamente realizado pela Superintendência, em sintonia com as diretrizes e objetivos estratégicos do Plano Plurianual do Governo Federal para o quadriênio 2008/2011, no sentido de apoio ao desenvolvimento do agronegócio brasileiro e à inclusão social.

O trabalho realizado pela Superintendência contempla uma diversidade de programas, centrados na defesa sanitária da atividade agropecuária, fiscalização e inspeção de produtos de origem animal e vegetal, fiscalização de insumos e produtos agropecuários, vigilância internacional e fomento às atividades agrícolas e pecuárias, os quais estão detalhados em termos de programa, processos, atividades e resultados, no corpo do relatório.

Com relação à análise global dos resultados, os princípios de economicidade, eficiência e eficácia que balizaram a execução do conjunto de atividades indicam que, sob a ótica das categorias de análise historicamente utilizadas pelo MAPA, esta Superintendência, a exemplo de anos anteriores, executou satisfatoriamente o seu programa de trabalho.

É importante registrar que a magnitude dos resultados alcançados por esta SFA/PB deve-se a um conjunto de fatores que inclui o compromisso e dedicação dos servidores, as parcerias realizadas com entidades públicas e privadas e a contribuição dos órgãos de controle e de assessoria jurídica, cujas orientações foram decisivas para o cumprimento dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade que balizaram o trabalho.

Hermes Ferreira Barbosa

Superintendente da SFA-PB

Introdução

A missão do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** está focada no desenvolvimento do agronegócio, referenciado mediante uma visão sistêmica das cadeias produtivas, que integra os aspectos mercadológicos, tecnológicos, higiênico-sanitários, organizacionais e ambientais a serviço da promoção da segurança alimentar com certificação da origem e conformidade dos produtos agropecuários, geração de renda e emprego, redução das desigualdades e inclusão social.

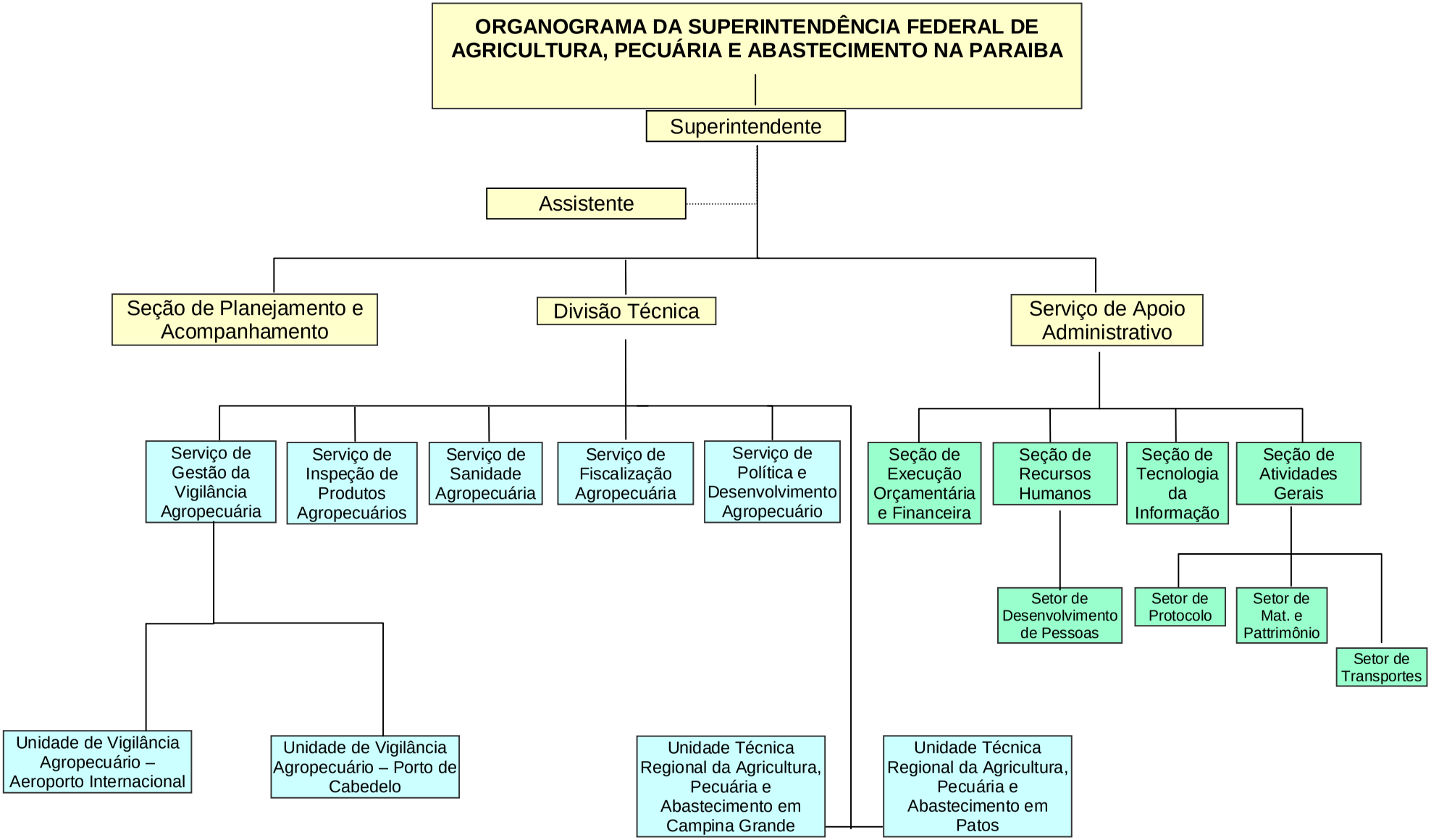
Essa nova abordagem do agronegócio deve-se ao fato da agricultura ter deixado de ser considerada apenas um setor estanque da economia, responsável somente pela produção de alimentos e fibras, para ser visto sob uma ótica mais ampla, mais dinâmica, ou seja, como um complexo de atividades que envolvem a produção agropecuária propriamente dita, o fornecimento de insumos, o processamento, o armazenamento, a exportação e a distribuição, até o consumidor final, preservando em todos os elos da cadeia produtiva a sanidade, a qualidade e a inocuidade dos alimentos colocados à disposição da sociedade.

Além de representar o setor que mais gera empregos no País, o agronegócio representa em torno de 30% do PIB brasileiro, tendo sido fundamental para o equilíbrio das contas externas. A título de registro, em 2008, o superávit da balança comercial do agronegócio ocorreu acréscimo de 23% em relação a 2007 e atingiu valores recordes da ordem de 71,9 bilhões de dólares.

O desempenho do agronegócio se sustenta na convergência de um conjunto de variáveis ligadas ao mercado, à utilização de tecnologias, à disponibilidade de capital, ao seguro rural, à infra-estrutura e, em especial, à capacidade do país em definir e fiscalizar padrões de qualidade agropecuária, criar estrutura de serviços condizentes com as exigências internacionais e exercer a fiscalização e a inspeção para a prevenção, controle e erradicação de doenças e pragas dos animais e vegetais.

Nos anos recentes, a utilização intensiva de sementes melhoradas, de novas combinações de fertilizantes e defensivos e de modernos sistemas de produção agropecuária foram os responsáveis pela grande transformação qualitativa do agronegócio nacional e pela obtenção de safras recordes, exigindo do MAPA um maior aperfeiçoamento das suas ações de defesa sanitária agropecuária, fiscalização e inspeção de produtos de origem animal e vegetal, fiscalização de insumos e produtos agropecuários, vigilância agropecuária internacional e apoio ao desenvolvimento agropecuário relacionados.

O foco do trabalho realizado pela Superintendência no Estado da Paraíba situou-se nesse contexto do desenvolvimento agropecuário e na visão ampla e prospectiva do agronegócio, em sintonia com os objetivos estratégicos do Plano Plurianual do Governo Federal – quadriênio 2008/2011, no sentido de seguir o *"caminho da retomada do crescimento e da consolidação do modelo de desenvolvimento de longo prazo, equilibrado pelas dimensões sociais, econômicas, regionais, ambientais e democráticas".*


ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA PARAIBA
Superintendente
Assistente
Seção de Planejamento e Acompanhamento
Divisão Técnica
Serviço de Apoio Administrativo
Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária
Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
Serviço de Sanidade Agropecuária
Serviço de Fiscalização Agropecuária
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário
Seção de Execução Orçamentária e Financeira
Seção de Recursos Humanos
Seção de Tecnologia da Informação
Seção de Atividades Gerais
Setor de Desenvolvimento de Pessoas
Setor de Protocolo
Setor de Mat. e Pattrimônio
Setor de Transportes
Unidade de Vigilância Agropecuário – Aeroporto Internacional
Unidade de Vigilância Agropecuário – Porto de Cabedelo
Unidade Técnica Regional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Campina Grande
Unidade Técnica Regional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Patos

IDENTICAÇÃO

Quadro 01

Nome completo da unidade e sigla	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA PARAÍBA – SFA/PB	
CNPJ	00.396.895/0020-98	
Natureza jurídica	ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO	
Vinculação ministerial	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA	
Endereço completo da sede	Br 230, Km 14, Estrada de Cabedelo Cabedelo/PB CEP: 58.010-000 Telefone: (83) 3216-6300 / 3246-2123 Fax: (83) 3246-2535 / 3246-2008 / 3246-1203	
Endereço da página institucional na *internet*	www.agricultura.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	Lei Delegada nº 9 de 11/10/1962, publicada no DOU de 12/10/1962 e republicada em 03/01/1963, Decreto nº 4.629, de 22/03/2003, publicada no DOU de 23/03/2003. Portaria Nº 300, de 16 de junho de 2005, publicada no DOU Nº 116 de 20/06/2005.	
Código da UJ titular do relatório	130024	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	Defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, mediante ato do Ministro.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	**Nome**	**Código**
	SEOFI	130024

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

As responsabilidades da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado da Paraíba (SFA/PB), na execução das políticas públicas da União, estão delineadas no Plano Plurianual da Administração Federal (PPA – 2008/2011), oficializado mediante a publicação da Lei nº 11.653 de 07/04/2008.

O PPA 2008 – 2011, promoveu uma reorganização das ações(PI) do MAPA, preservando os mecanismos e instrumentos de atuação, com foco na segurança da sanidade na agropecuária, qualidade de insumos e serviços agropecuários, segurança e qualidade de alimentos e bebidas, apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, desenvolvimento sustentável do agronegócio, pesquisa e desenvolvimento para a competitividade e sustentabilidade do agronegócio, pesquisa e desenvolvimento agropecuário e agroindustrial para a inserção social, minimização de riscos no agronegócio, abastecimento agroalimentar, desenvolvimento da agroenergia, desenvolvimento da economia cafeeira, desenvolvimento do agronegócio no comércio Internacional e desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau.

A estrutura organizacional e regimental do MAPA, criada pelo Decreto nº 5.351(21/01/2005) e Portaria nº 300, de 16/06/2005, não sofreu alteração legal ou operativa de modo que, exemplo do exercício anterior, apresenta a seguinte configuração:

1. Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro (Gabinete, Assessoria, Secretaria Executiva e Consultoria Jurídica)
2. Órgãos específicos e singulares: Secretarias e respectivos Departamentos, Comissões e Institutos (Secretarias – Defesa Agropecuária, Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Política Agrícola, Produção e Agroenergia, Relações Internacionais do Agronegócio, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).
3. Unidades descentralizadas:
   3.1. Superintendências Federais de Agricultura Pecuária e Abastecimento.
   3.2. Laboratórios nacionais agropecuários e de análise, diferenciação e caracterização de cultivares.
4. Entidades vinculadas.
   4.1. Empresas Públicas (Companhia Nacional de Abastecimento(CONAB) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária(EMBRAPA).
   4.2. Sociedades de Economia Mista (Centrais de Abastecimento – CEASA/MG, CEASA/AM, CASEMG e CEAGESP).

5. Órgãos colegiados: Comissões da Criação de Cavalo Nacional (CCCN) e Especial de Recursos (CER) e Conselhos Deliberativo da Política de Café (CDPC) e Nacional de Política Agrícola (CNPA).

As ações estabelecidas no PPA 2008-2011, sob a responsabilidade do MAPA, são distribuídas entre as unidades descentralizadas, entidades vinculadas e órgãos colegiados, cabendo a SFA/PB e demais Superintendências das Unidades da Federação a responsabilidade pela execução das ações atinentes à defesa sanitária vegetal e animal, fiscalização e inspeção de produtos de origem animal e vegetal, fiscalização de insumos e produtos agropecuários, vigilância internacional e fomento às atividades agropecuárias, as quais estão detalhados em termos de programa, processos, atividades e resultados, visando, fundamentalmente, garantir a qualidade e a inocuidade dos alimentos - vegetais, animais, seus produtos e subprodutos - consumidos pela sociedade.

Esses processos e produtos estão contemplados nos programas que envolvem, na área animal, o desenvolvimento da avicultura, bovideocultura, suideocultura, caprinocultura, equideocultura, ovinocultura e, na área vegetal, culturas de cereais, oleaginosas, fibrosas, alimentos e bebidas, fruticultura, agricultura orgânica, horticultura, além de insumos e serviços agropecuários.

Neste exercício de 2008, os Serviços da área finalística (SIPIAG, SEFAG, SEDESA, SEPDAG, VIGIAGRO) alcançaram os resultados a seguir, apresentados:

Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) inspecionou 57.636 T de trigo importado, 1.272.144 T de arroz, 550.491 T de feijão, 249.411 L de óleo de soja, 1.241.740 L de óleo de algodão, canola e girassol, 41,91 T de farinha de mandioca, 39.196 T de milho de pipoca, 09 T de canjica de milho e 2,62 T de farinha de trigo, 711.T de produtos cárneos, 269.T de pescado (peixe e camarão), inspeção de leite e derivados 17.982 produtos lácteos e 12 milhões de leite de consumo e houve a apreensão de 69.969 L de bebidas e vinagres (sucos, cachaça, vinhos).

O Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG) exerceu a fiscalização em 701 tipos de alimentos para animais (ração, concentrados, ingrediente e protéicos), 1.119 T de fertilizantes químicos, 29.249.323 ovos férteis para incubatórios.

O Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA), diretamente ou em parceria com o órgão de defesa sanitária estadual, desenvolveu atividades de sanidade agropecuária (prevenção e controle), envolvendo os seguintes resultados: a) análise de 7.520 swabs e 2.046 soro sanguíneo de amostras, para diagnóstico de salmonelose e miciplasmose; b) eqüídeos sacrificados com AIE (trânsito): 84 e eqüídeos sacrificados com Mormo (trânsito):38, c) herbívoros vacinados: 244.464 d) vacinação de 958.179animais na 1ª fase da campanha de febre aftosa (85,08 % do rebanho existente) e 854.049 animais na 2ª fase (77,32% do rebanho existente) e d) fiscalização do trânsito de animais (bovinos, caprinos, ovinos, suínos, eqüinos, aves adultas, pintos de um dia, avestruzes, camarões, e peixes ornamentais): 1. entrada no Estado – 718.754 animais e 2. saída do Estado – 6.815.276 animais.

Sobre as ações descentralizadas à SEDAP na área vegetal, realizou a fiscalização do trânsito interestadual de produtos vegetais e seus subprodutos, totalizando 5.345,6 toneladas de bananas, 8.999,5 T de citros e 79 t de uvas, bem como o acompanhamento das campanhas de prevenção e controle de doenças dos animais e pragas dos vegetais (Cochonilha do Carmim, Sigatoka Negra, Pragas da Fruticultura).

Com relação ao Órgão Executor das ações de Defesa Sanitária Estadual, no caso a SEDAP - Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - que executa as ações descentralizadas por força de lei, constatou-se persistência das deficiências de natureza técnica e estrutural relatadas em exercícios anteriores, no entanto, ressalta-se que esforços têm sido despendidos, tais como a realização de concurso público para estruturação das ULSAV's e Postos de Fiscalização. O incremento das citadas ações deve ser objeto de ampla discussão com a participação da sociedade civil e do segmento produtivo constituinte do agronegócio paraibano.

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG) fomentou, coordenou, realizou e participou de vários eventos (congressos, seminários, encontros, cursos, palestras, dias de campo, visitas técnicas) em parceria com o SEBRAE, EMEPA, EMATER, AGROFLORA, Banco do Nordeste, Organizações não Governamentais, Organizações de Produtores e Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura. Tais eventos envolveram a organização e apoio à produção e comercialização de alimentos orgânicos em feiras de produtores, divulgação da agricultura e pecuária orgânicas, semana de alimentação orgânica, reuniões para desenvolvimento e organização da cadeia produtiva do leite, mel, abacaxi, mangaba, cajá, caju, arroz, citrus, dentre outras. Além disso, o SEPDAG teve assento em Fóruns e Conselhos Estaduais de agrotóxicos, apicultura, bovinocultura de leite e fruticultura.

Com relação a propostas para a celebração de convênios, o SEPDAG analisou e encaminhou ao Órgão Central uma série de Planos de Trabalho para o desenvolvimento da agricultura orgânica, setor canavieiro, fruticultura, horticultura, rizicultura, etc. No exercício, foram celebrados convênios que contribuirão ao desenvolvimento da agropecuária paraibana. As informações detalhadas encontram-se nas descrições dos PI´s correspondentes.

Da mesma forma, emitiu pareceres favoráveis à contratação de 11 (onze) projetos de emendas parlamentares, envolvendo 11 (onze) municípios paraibanos e beneficiando direta ou indiretamente cerca de 180.000 pessoas. Das emendas contratadas, 07 (sete) foram destinadas à aquisição de patrulha mecanizada, 03 (três) à construção de matadouros públicos e 01 (uma) à eletrificação rural. O valor total contratado foi de R$ 2.771.925,00 (dois milhões, setecentos e setenta e um mil, novecentos e vinte e cinco reais).

A Seção Planejamento e Acompanhamento (SPA), alinhadas às atribuições institucionais, ao Mapa Estratégico do MAPA, no que se refere a excelência administrativa, com foco na iniciativa estratégica de ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira e sob a perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento relacionadas as iniciativas estratégicas de ambiente de trabalho e pessoas e adicionadas às ações de melhorias implementadas, fundamentada no Programa Nacional de Gestão Pública – GESPÚBLICA, foram planejadas e desenvolvidas as seguintes de atividades e participação em eventos:

- em janeiro iniciou-se a implementação de ações de melhorias referentes ao Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos - PROVERH, a começar pelo projeto "Valorização e Reconhecimento do Servidor", com a funcionária terceirizada – Valdenice, seguida pela homenagem aos aposentados do 2º semestre de 2007 e os do 1º semestre de 2008, dias das mães, pais, comemoração dos aniversariantes dos 04 (quatro) trimestre, 148 anos do MAPA, dia da secretária, do servidor público, realização da III Mostra Cultural;
- nos meses de março a setembro foi desenvolvido pelo STI, em parceria com o SPA, Setor de Material e Patrimônio – SMP e a Seção Execução Orçamentária e Financeira - SEOF, o Sistema de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro – SAFINDE, da área administrativa e técnica. Esse sistema, em fase de implantação, é um banco de dados gerencial, onde são registradas as informações, a partir de 2009, de toda a movimentação de crédito orçamentário e recursos financeiros. Serão emitidos relatórios periódicos e consulta on-line, em tempo hábil, para os gestores e servidores ativos em geral. Ainda em fase experimental, o SAFINDE foi apresentado aos participantes da II Reunião das regiões norte-nordeste que aconteceu na SFA/SE e no I Encontro Nacional de Chefes de SAD/DAD e SPA's das SFA's, realizados em Goiânia, em outubro e dezembro, respectivamente;
- participação na reunião da região nordeste com os Chefes das SPA's e DAD/SAD com o Coordenador Geral de Apoio às Superintendências para apresentar a metodologia de padronização das ações das áreas administrativas e da Seção de Planejamento e Acompanhamento e a definição dos indicadores de desempenho da área administrativa, sendo aprovado um cronograma de reuniões regionais e nacionais para o ano de 2008, o que aconteceu;
- a seção foi convidada durante o ano para apresentar as experiências da SFA/PB no processo de melhoria da gestão nos seguintes eventos: Seminário Paraibano Certificação da Gestão Pública, organizado pelo Núcleo Estadual do GESPÚBLICA, Seminário de Gestão Pública realizado pela da SFA/ES, Seminário de Benchmarking, realizado pelo Programa Paraibano de Qualidade - PPQ para apresentar a experiência da SFA/PB na aplicação do Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação, reunião com as áreas de Planejamento e Acompanhamento das SFA'S das regiões sul, sudeste e centro-oeste e de Planejamento e Modernização da Gestão, organizada pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão – CGPLAN e Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências – CGAS, ocorrida na SFA/SP e a convite do Núcleo Estadual do GESPÚBLICA para apresentar a experiência de aplicação do Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS na SFA/PB, incluindo a metodologia utilizada e o resultado da pesquisa, aos integrantes voluntários desse Núcleo e a participação de um servidor da EMLUR da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB;
- a SPA/PB assume a partir de julho a Coordenação das SPA's da região nordeste, junto a Coordenação Geral de Apoio às Superintendências – CGAS;
- a Superintendência realizou, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Cabedelo/PB, a campanha de vacinação contra rubéola, extensivo aos familiares dos servidores ativos, terceirizados e estagiários;
- lançamento do Projeto de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos do MAPA – PROVERH/SFA/PB;
- a SFA/PB, implementou 50% das OM's priorizadas e definidas II Auto-avaliação da Gestão, constante do II Plano de Melhoria da Gestão – II PMG. As demais OM serão implementadas em 2009.

Em síntese, estas informações situam o contexto institucional e regimental de atuação desta Superintendência no conjunto das políticas públicas e adianta alguns resultados alcançados neste exercício de 2008, os quais encontram-se detalhados nos relatórios específicos de cada Serviço da área técnica.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Neste exercício, não houve mudanças estruturais ou conjunturais que exigissem a implementação de mudanças significativas no conteúdo e na forma de atuação da SFA/PB, materializado nas diretrizes, objetivos, ações, indicadores e custos dos programas definidos no PPA 2008 – 2011, na estrutura do MAPA e regimento interno das Superintendências.

Dessa forma, a exemplo de anos anteriores, as decisões desta Superintendência se circunscreveram à quantificação das metas, em consonância com o aporte financeiro definido pelo órgão central e articulado pelo Coordenador de Ação Nacional de cada PI, atendidas as disponibilidades orçamentárias.

Quanto a articulação interna entre a Superintendência e o Órgão Central, com relação à definição quantitativa das metas e o correspondente aporte e descentralização financeiro, persistiu, de um modo geral, a situação descrita no relatório de gestão do exercício anterior, ou seja, a ausência de uniformidade de procedimentos. Neste sentido, em alguns PI´s as metas foram definidas no Órgão Central e, em outros na SFA/PB, acontecendo situação semelhante com relação à disponibilidade orçamentária, principalmente em função dos sistemáticos contingenciamentos que implicam na redefinição das prioridades da instituição.

Da mesma forma, não houve uma uniformidade de procedimentos com relação à descentralização, haja vista que em alguns PI´s foi descentralizado o montante dos recursos solicitados e, em outros, o valor liberado foi aquém do solicitado. Constata-se, historicamente, uma situação polarizada no sentido de que nos meses iniciais do exercício normalmente há uma defasagem de recursos e nos meses finais há um superávit de oferta de recursos, algumas vezes ensejando a sua devolução e, como conseqüência, transparecendo que houve uma baixa utilização dos recursos do PI ou inconsistência do planejamento.

A sistemática de solicitação de recursos segue os mesmos procedimentos adotados no exercício anterior, ou seja: a) o chefe de cada Serviço encaminha, mensalmente, solicitação de recursos com base em programação elaborada e debatida com os

Responsáveis Técnicos; b) quando os recursos são descentralizados é feito um pedido de autorização de diária assinada pelo Responsável Técnico do PI, Chefe do Serviço e Chefe da Divisão Técnica; c) em seguida é feita a ordem de serviço assinada pelo Chefe do Serviço, Chefe da Divisão Técnica e Superintendente (ordenador de despesas). Ao término do deslocamento o servidor elabora o respectivo relatório.

Da mesma forma, a estrutura de gastos da Superintendência no exercício de 2008 foi semelhante ao exercício anterior, envolvendo custos fixos e variáveis. Os custos fixos estão amparados em contratos celebrados em conformidade com a legislação que rege a matéria, quais sejam: água, energia, telefonia fixa e móvel, combustível, correios, manutenção de ar condicionado, manutenção de computadores e impressoras, passagem aérea, manutenção de veículos e contratação de pessoal terceirizado. Os custos variáveis, que giram em torno de 10% dos custos fixos, são destinados à aquisição de materiais e serviços, realizados seguindo os procedimentos legais e administrativos pertinentes.

O conjunto de ações de natureza técnica e administrativa e a correspondente estrutura de custos da SFA/PB no exercício de 2008, não sofreram significativas mudanças em relação ao exercício anterior, razão pela qual não houve necessidade da tomada de grandes decisões fora do contexto habitual da administração e nem gastos emergenciais por força da ocorrência de situações atípicas de significância técnica, social, econômica, política ou administrativa.

2.3. Programas

DIVISÃO TÉCNICA - DT

À Divisão Técnica compete:

I - coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à vigilância zoossanitária e fitossanitária;

II - profilaxia, combate e erradicação de doenças dos animais e à prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais;

III - controle do trânsito internacional e interestadual de animais, vegetais e partes de vegetais, de produtos e derivados de origens animal e vegetal, de materiais biológicos e genéticos animal e vegetal e demais insumos agropecuários;

IV - controle da execução de convênios, ajustes, acordos e contratos relativos à defesa agropecuária, inspeção de produtos e fiscalização de insumos agropecuários, cooperativismo e associativismo, infra-estruturas rural e assistência técnica e extensão rural;

V - manter articulações com órgãos públicos e entidades privadas que exercem atividades de defesa sanitária animal e vegetal de fiscalização agropecuária;

VI - programar e promover auditorias nas unidades organizacionais executadoras das atividades de defesa, inspeção e fiscalização, vigilância, desenvolvimento agropecuário e dentre outras ações técnicas.

Atividades Desenvolvidas

As atividades desenvolvidas pela Divisão buscaram o atendimento da sua competência institucional e para tanto foram executadas diversas ações, destacando-se:

1. Rotina burocrática de despachos e emissão de documentos e monitoramento das providências demandadas por estes;
2. Participação em diversas reuniões técnicas e administrativas internas, interinstitucionais e com outros segmentos de interesse;
3. Participação em reuniões técnicas nacionais e regionais;
4. Participação no Programa de Desenvolvimento Gerencial do MAPA;
5. Apresentação de palestras institucional e técnicas;
6. Supervisão e acompanhamento das ações desenvolvidas pelos serviços ligados à Divisão;
7. Realização de auditorias em órgãos estaduais de defesa sanitária animal.

Análise Crítica de Desempenho

Como a Divisão Técnica (DT) não possui metas estabelecidas dentro do SIPLAN, não podemos realizar qualquer medição sobre o seu desempenho. Porém, analisando as ações desenvolvidas e a sua abrangência, consideramos que a Divisão atendeu o que está estabelecido como de sua competência. Considerando o imenso volume de serviços demandados pela Divisão e o fato desta dispor somente de um fiscal, se faz necessário uma melhor estruturação nesse sentido.

Como a Divisão não possui PI específico, os recursos utilizados foram os disponíveis nos diversos PI's da área técnica.

2.3.1. Programa: 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Quadro 02 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Helinto José Rocha
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	SEPDAG/DT/SFA-PB
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional; Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas; Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira; Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 8592 – DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE AGROALIMENTAR – RASTREAB1

2.3.1.1. AÇÃO: 8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar – RASTREAB1

Quadro 03 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo; Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.
Descrição	Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Sistemas de Produção Integrada e Rastreabilidade.
Coordenador nacional da ação	Nabor Maia Luna
Coordenador estadual da ação	Marcos José Pereira de Souza
Unidades executoras	SEDESA/DT/SFA-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão Técnica – DT/SFA-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Marcos José Pereira de Souza
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 16; Inciso I; alínea “a” e “c”. Art. 16. À Divisão Técnica (DT/SFA-UF) compete: I - coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à: a – vigilância zoossanitária e fitossanitária; c – controle do trânsito internacional e interestadual de animais, de vegetais e partes de vegetais, de produtos e derivados de origens animal e vegetal, de materiais biológicos e genéticos animal e vegetal, bem como demais insumos agropecuários.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.1.1.1. Resultados

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Durante o exercício de 2008, os recursos utilizados alcançaram o percentual de 80,72% em relação aos recursos descentralizados. Quadro 03.1.

Quadro 03.1 **PI – RASTREAB1**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	1.611,44	0,05	0,00	1.611,30	0,00	99,99
33.90.33	8.764,40	2.000,00	0,00	6.764,40	0,00	77,18
Total	**10.375,84**	**2.000,05**	**0,00**	**8.375,70**	**0,00**	**80,72**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar tem como principal objetivo identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo. Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.

A execução é direta, executada por meio de auditorias em estabelecimentos rurais aprovados – ERA's no SISBOV, certificadoras, fábricas de elementos de identificação, frigoríficos e associações de raça responsáveis pelo serviço de registro genealógico. Entretanto, no Estado da Paraíba não existem estabelecimentos rurais aprovados no SISBOV, certificadoras, fábricas de elementos de identificação e frigoríficos, ficando o serviço restrito a auditorias em outros estados da federação realizadas por técnico do quadro da SFA/PB, justificando-se assim os recursos descentralizados e utilizados, com percentuais de devolução aceitáveis mediante majoração/minoração tarifária de passagens aéreas.

A Divisão Técnica coordena os serviços abaixo relacionados:

I. Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG
II. Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA
III. Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG
IV. Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG
V. Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

O SEPDAG compreende os programas descritos a seguir:

2.3.2. PROGRAMA: 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

2.3.3. PROGRAMA: 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

2.3.4. PROGRAMA: 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

2.3.5. PROGRAMA: 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

2.3.6. PROGRAMA: 1409 - Desenvolvimento de Agroenergia

O SEDESA compreende os programas descritos a seguir:

2.3.7. PROGRAMA: 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

2.3.8. PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

O SIPAG compreende os programas descritos a seguir:

2.3.9. PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

O SEFAG compreende os programas descritos a seguir:

2.3.10. PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

O VIGIAGRO compreende os programas descritos a seguir:

2.3.11. PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

I. Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG

EQUIPE DE TRABALHO
Divaldo da Silva Cunha - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Virgínio Carneiro da Silva - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Manoel Octávio Silveira da Mota – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Jamir Mascena de Sousa - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Apoio Administrativo
Rosilene de Farias Oliveira – Operadora de Micro Computador – Terceirizada (SOLMAR)
Lurdeth Firmino de Lima – Recepcionista - Terceirizada (SOLMAR)

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG foi criado na nova estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através da Portaria Nº. 300, de 16 de junho de 2005, constando no Regimento Interno como Unidade Central de Execução Finalística subordinada a Divisão Técnica – DT/ SFA-PB, consta no art. 20 que ao SEPDAG compete:

Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete:
I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos;
II - promover orientar, estimular, controlar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, acordos e contratos voltados ao fomento, investimentos, desenvolvimento e educação rurais;
III - estimular a organização do setor agropecuário;
IV - implementar e acompanhar a execução de programas e projetos de fomento da heveicultura;
V - participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e água, sementes e mudas;
VI - acompanhar as ações relativas a investimentos públicos e aplicação de recursos públicos a fundo perdido.

O SEPDAG é composto pelos seguintes Programas e respectivas Ações relacionadas a seguir:

2.3.2. PROGRAMA: 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Quadro 04 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Helinto José Rocha
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Divaldo da Silva Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados para	Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional; Taxa de Participação

avaliação do programa	das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas; Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira; Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 4720 – APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA – CERTORGAN1

AÇÃO: 8591 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS – APOIOAGRIC

AÇÃO: 8622 – DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO RURAL E DO COOPERATIVISMO – PROMOCOOP2

AÇÃO: 8598 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUÁRIAS – APOIOPEC

AÇÃO: 8560 – FOMENTO À INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO – INOVAGRO

2.3.2.1. AÇÃO: 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1

Quadro 05 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - SDC//MAPA
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias
Coordenador estadual da ação	Virgínio Carneiro da Cunha
Unidades executoras	SEPDAG /DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG /DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Virgínio Carneiro da Cunha – Port. Nº 0068 de 29.04.2008.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I, alíneas “b”, “n”, “o”, “p”, “q”, Inciso IV, alíneas “a”, “d”, “f”. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: b) cooperativismo e associativismo rural; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista; o) certificação, sustentabilidade e rastreabilidade; p) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização; q) atenção ao consumidor; IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de: a) cooperativas e associações; d) prestadores de assistência técnica e extensão rural, autônomos ou não; f) estabelecimentos produtores e comerciais fertilizantes, corretivos, biofertilizantes e inoculantes.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.2.1.1. Resultados

Quadro 05.1 **PI – CERTORGAN1** **Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica**

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	CERTORGAN1	Unidade Controlada	0	0	0	0

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Credenciamento e fiscalização do exercício de Entidades certificadoras de produtos orgânicos por técnicos do MAPA.	CERTORGAN1	Unidade Controlada	0	0	0	0

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Participação no III Encontro Nacional sobre Agricultura Orgânica, promovido pela CGDS/DEPROS/SDC/MAPA.	01	Unid.
1.2. Participação no Curso de Preparação de FFA´s para Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade de Orgânica.	01	Unid.
1.3. Reuniões com Prefeitos no Interior do Estado com vistas à Organização da Semana do Orgânico.	05	Unid.

Fonte: SEPDAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Durante o exercício de 2008, os recursos financeiros utilizados alcançaram o percentual de 87,76%, em relação ao descentralizado. Quadro 05.2.

Quadro 05.2 **PI – CERTORGAN1** **Demonstrativo Orçamentário/Financeiro**

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	4.061,03	196,93	0,00	3.864,10	0,00	95,15
339033	7.358,00	1.200,07	0,00	6.157,93	0,00	83,69
TOTAL	**11.419,03**	**1.397,00**	**0,00**	**10.022,03**	**0,00**	**87,76**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

O PI CERTORGAN – Certificação da Produção Orgânica de Alimento, tem como finalidade, garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos. Uma atividade eminentemente fiscalizadora, porém até a publicação do Decreto Lei 6.323 de 27 de Dezembro de 2007 que regulamentou a Lei 10.831 de 23 de Dezembro de 2003, até então não havia o foco direcionado à fiscalização pelo MAPA, já que o mesmo era direcionado ao fomento através das ações tais como: Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica, Fomento ao Uso de Produtos e Processos Apropriados a Produção Orgânica.

Com a Regulamentação da Lei, as ações do CERTORGAN, passam a ocupar um maior espaço de trabalho, visto que a atividade fiscalizadora torna-se imperiosa, para atender a referida Lei. O aumento da produção agroecológica em ascensão no Estado da Paraíba movida por uma demanda cada vez maior, haja visto o número crescente de feiras agroecológica, em torno de 26 feiras em todo o Estado, para atender um mercado consumidor, cada vez mais exigente em qualidade, faz com que esta Atividade na SFA/PB venha ter um maior desempenho para alcançar as metas programada para estes fins.

Portanto, conforme a regulamentação inerente, toda produção orgânica de origem animal ou vegetal obrigatoriamente estará sujeita à fiscalização, deverão ser Certificados ou Cadastrados junto a SFA/PB, no caso de venda direta ao consumidor em feiras agroecológicas; por conseguinte os mecanismos de garantia da qualidade da produção orgânica são assegurados pelos Sistemas: A - Certificação por Auditagem, B – Sistema Participativo de Garantia C – Controle Social para a Venda Direta sem Certificação.

Sendo assim toda a produção de origem animal ou vegetal orgânica poderá ser rastreada em toda a cadeia: produção, processamento, beneficiamento, comercialização, transporte e armazenagem.

Os recursos orçamentários foram utilizados principalmente em treinamentos aos fiscais federais agropecuários, promovidos pela Coordenação de Agroecologia (COAGRI) da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC). Foram treinados 02 fiscais do SEPDAG para aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica. Cabe lembrar que o Decreto Lei 6.323 de 27 de Dezembro de 2007 terá o prazo de 02 anos para entrar em vigor, ou seja, a ação fiscalizatória iniciar-se-á em Dezembro de 2009.

As metas não foram planejadas, uma vez que em 2008 estava sendo realizda consulta pública para publicação das Instruções Normativas, ficando portanto impraticável o planejamento.

Planejamento para 2009 - As ações no decorrer do ano de 2009 serão de divulgação e orientação aos produtores acerca da nova legislação, com a realização de 10 reuniões técnicas com associações de produtores orgânicos, 01 seminário estadual e 15 palestras em diferentes municípios paraibanos.

2.3.2.2. AÇÃO: 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC

Quadro 06 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas de Produção Integrada/DEPROS/SDC.
Coordenador nacional da ação	Luiz Carlos Bhering Nasser
Coordenador estadual da ação	Divaldo da Silva Cunha
Unidades executoras	SEPDAG /DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG /DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jamir Mascena de Sousa, Portaria Nº 0069, de 29.04.2008.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I, alíneas “b”, “c”, “n”, “o”, “p”, “q”, Inciso IV, alíneas “a”, “d”, “f”. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: b) cooperativismo e associativismo rural; c) pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologias agropecuárias; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista; o) certificação, sustentabilidade e rastreabilidade; p) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização; q) atenção ao consumidor; IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de: a) cooperativas e associações; d) prestadores de assistência técnica e extensão rural, autônomos ou não; f) estabelecimentos produtores e comerciais fertilizantes, corretivos, biofertilizantes e inoculantes.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.2.2.1. Resultados

Quadro 06.1 **PI – APOIOAGRIC**

Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas.	APOIOAGRIC	Pessoa Beneficiada	120	0-	120	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Reuniões Técnicas, Palestras, Seminários, visando o Desenvolvimento das Cadeias Agrícolas do Estado da Paraíba.	APOIOAGRIC	Pessoa Beneficiada	120	0	120	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1 Reunião para tratar de assuntos relacionados ao I ENCONTRO DE CITRICULTORES DO ESTADO DA PARAIBA.	02	Unid.
1.2 Ministrar palestra de curso sobre Produção Integrada de Abacaxi, dentro das ações do SEPDAG/DT/SFA-PB.	01	Unid.
1.3 Reunião técnica com Produtores e Técnicos da EMATER/PB, voltado para o segmento da produção integrada e proceder levantamento sobre potencialidades da fruticultura nos municípios de Natuba e Boqueirão.	01	Unid.
1.4 Reunião técnica junto ao CCA/UFPB/Areia, sobre atividades voltadas para a produção integrada do abacaxi.	03	Unid.
1.5 Participação do IENCONTRO DE CITRICULTORES DA PARAIBA.	01	Unid.
1.6. Participação no XX Congresso Brasileiro de Fruticultura, objetivando a Informação e o conhecimento Técnico Científico.	01	Unid.
1.7. Reunião técnica com vistas à elaboração de projeto de comercialização de frutas produzidas através do Sistema de Produção Integrada com a participação dos supermercados.	01	Unid.
1.8. Reunião com técnicos da UTRA/CGE com vistas a condução de trabalho voltado para a organização do Setor Produtivo da Tangerina, dentro do segmento da Produção integrada.	01	Unid.
1.9. Visita técnica juntamente com grupos de produção e técnicos deste Estado a Central de comercialização da agricultura familiar em Recife, e campo de produção de produtos hortifrutigranjeiros, nos municípios de Chã Grande e Bezerros-PE, dentro da linha de ação ao fomento do setor agrícola do SEPDAG/DT/SFA-PB.	01	Unid.
1.10. Participação em reunião técnica, com vistas a inserção de Políticas Públicas voltada ao fomento da agricultura de base familiar no município de Pedras de Fogo-PB.	01	Unid.
1.11. Realização do Simpósio sobre Produção Integrada de Abacaxi na EMATER – PB	01	Unid.
1.12. Realização do Seminário sobre a produção integrada da Mangaba na SFA-PB.	01	Unid.

Fonte: SEPDAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Os recursos financeiros utilizados em 2008 representaram 88,90% do descentralizado, nesse exercício. Quadro 06.2.

Quadro 06.2 **PI - APOIOAGRIC**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	3.060,84	212,37	0,00	2.848,47	0,00	93,06
339030	4.056,15	0,00	0,00	4.056,15	0,00	100
339033	8.506,82	231,96	0,00	8.274,86	0,00	97,27
339036	4.208,52	1.085,28	0,00	3.123,24	0,00	74,21
339039	1.374,00	824,00	0,00	550,00	0,00	40,02
TOTAL	**21.206,33**	**2.353,61**	**0,00**	**18.852,72**	**0,00**	**88,90**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

O conjunto de atividades realizado pelo SEPDAG/DT/SFA-PB foi centrado no apoio ao desenvolvimento da fruticultura, especialmente com relação às culturas de abacaxi, citros e mangaba.

Atualmente, o Estado da Paraíba é o maior produtor de abacaxi do país, tendo colhido, nesta safra de 2008, mais de 350 milhões de frutos, nos 11 mil hectares em produção. Além dessa importância econômica, a abacaxicultura possui uma expressiva função social, haja vista que é cultivado em áreas médias de 1,5 hectares sendo, dessa forma, uma produção essencialmente de natureza familiar.

O trabalho foi realizado em parceria com o CCA/UFPB (Areia), EMATER, EMEPA e produtores colaboradores, com atuação em duas frentes:

a) geração de tecnologia para a elaboração das normas técnicas da produção integrada de abacaxi ;

b) introdução de variedade resistente à fusariose, principal praga da cultura no Estado. As atividades foram realizadas em conformidade com os princípios da produção integrada, quais sejam: sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Em síntese, os resultados do trabalho de geração de tecnologias de produto e de processo contribuíram para a elaboração das normas técnicas que foram aprovadas pelo MAPA sendo publicadas mediante a Portaria nº 43, publicada no Diário Oficial da União, nº 141, Seção 1, de 24/07/2008.

Com referência a plantas resistentes à fusariose, foi introduzida a variedade Vitória desenvolvida pela EMBRAPA – mandioca e fruticultura e INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural). Os resultados do campo demonstrativo comprovou a resistência à fusariose, porém com sério ataque de broca do fruto.

Com relação às propriedades intrínsecas e extrínsecas do fruto, encontra-se em análise nos laboratórios do CCA/UFPB amostras para a determinação das características físicas, químicas e biológicas, mediante determinação das seguintes propriedades: antioxidante, clorofila e carotenóide, microbiológica, respiração, açucares (glicose e sacarose), vitamina C, brix, acidez, Ph, firmeza (interna e externa), análise sensorial, comprimento, diâmetro e peso do fruto.

A aprovação da variedade Vitória, do ponto de vista econômico, implicará em uma redução aproximada de 30% dos custos de produção e, do ponto de vista ambiental e de saúde do trabalhador, evitará a distribuição no meio ambiente de aproximadamente 15 milhões de litros de água onde são diluídos os fungicidas utilizados no combate à praga.

É importante registrar que os recursos financeiros federais para a produção integrada de abacaxi, solicitados pelo CCA/UFPB para o triênio 2009/2011, originários do convênio MAPA/Cnpq, foram aprovados com redução de 75% da demanda total do projeto, o que ocasionará uma significativa redução na abrangência do trabalho.

As atividades na área de citricultura, em parceria com a UFPB, SEBRAE, EMATER, EMEPA e organizações de produtores, abrangeram a região do brejo paraibano e foram centradas, especialmente, na cultura de tangerina que possui expressiva função social e econômica para o conjunto de municípios produtores.

O trabalho foi focado na capacitação dos produtores na condução tecnológica da cultura, desde a produção de mudas até a pós-colheita, e mercadológica, contemplando a classificação, padronização e distribuição nos diversos elos da cadeia produtiva. As ações de capacitação incluíram treinamentos, encontros técnicos e intercâmbios. Foi realizado o I Encontro de Citricultores da Paraíba, contando com 150 participantes, dentre produtores e técnicos. Este encontro teve desdobramentos importantes, tais como: treinamento de 20 "pragueiros" na EMBRAPA Fruticultura Tropical e formação de grupo de trabalho envolvendo diversos parceiros, focado no desenvolvimento da citricultura.

O projeto de produção integrada da mangaba é executado pela EMEPA e acompanhado pela SFA/PB. O trabalho foi centrado no diagnóstico da cadeia produtiva para fins de organização da produção nas áreas tecnológica, beneficiamento e comercialização. O conteúdo do trabalho foi apresentado e debatido em Seminário Sobre Produção Integrada da Mangaba, realizado na SFA/PB, com a presença de 30 técnicos e 10 produtores rurais.

Planejamento para 2009 - Devido à limitada disponibilidade de recursos orçamentários, bem como a capacidade operacional do SEPDAG, para o ano de 2009 serão priorizados os projetos que já vêm sendo desenvolvidos no Estado. A citricultura é um deles, sendo prevista a realização do II Encontro de Citricultores, implantação de 04 Unidades Demonstrativas com mudas certificadas oriundas da EMBRAPA Fruticultura Tropical, treinamentos para formação de viveiristas e cadastramento de todos produtores. Outro projeto que terá continuidade é o do abacaxi, haja vista sua grande importância para a economia do Estado da Paraíba. Mesmo com a limitação de recursos, a Produção Integrada do Abacaxi continuará com suas pesquisas e introdução da variedade Vitória. Além disso, está programada a realização de 01 seminário estadual sobre a cultura do abacaxi e 10 palestras divulgando a importância da mesma para o desenvolvimento do Estado.

2.3.2.3. AÇÃO: 8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo – PROMOCOOP2

Quadro 07 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
Descrição	Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bemestar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Acompanhamento/DENACOP/SDC
Coordenador nacional da ação	Luiz Carlos Colturato
Coordenador estadual da ação	Manoel Octavio Silveira da Mota
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Manoel Octávio Silveira da Mota – Portaria Nº 0066 de 29.04.2008.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I, alíneas “a”, “b”, “j”, “n”, “p”, “q”. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: a) credito rural; b) cooperativismo e associativismo rural; j) segurança alimentar; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista; p) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização; q) atenção ao consumidor.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.2.3.1. Resultados

Quadro 07.1 **PI – PROMOCOOP2** **Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo**

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
8622- Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo	PROMOCOOP2	Entidade Assistida (Unid.)	06	0	06	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Fomento as estruturas associativas, através de reuniões, visitas técnicas, seminários, divulgação de legislação e celebração de convênios com associações de produtores.	PROMOCOOP2	Entidade Assistida (Unid.)	06	0	06	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Reuniões voltadas para a promoção do associativismo.	02	Unid.
1.2. Participação juntamente com o SEBRAE em reuniões técnicas com vistas a ações voltadas para a produção integrada em caprinos leiteiros.	02	Unid.
1.3. Reunião técnica com a UTRACG e CCA/UFPB/Areia com vistas à viabilidade de formalização de convenio voltado para o setor produtivo da Citricultura na região do Brejo Paraibano.	02	Unid.
1.4. Visita técnica ao CNPA/EMBRAPA, com vistas ao atendimento das ações voltadas para o associativismo rural e organização do setor produtivo do arroz vermelho.	01	Unid.
1.5. Participar da 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, através de reuniões temáticas sobre Associativismo, Cooperativismo e cadeias Produtivas Sustentáveis.	01	Unid.
1.6. Acompanhar ações de execução física frente ao convênio MAPA/SENAR/SIAFI 550868 voltado para o projeto de Capacitação Rural na Atividade Sisaleira.	03	Unid.
1.7. Reunião com a Secretaria de Agricultura do município de Guarabira, visando as possibilidades de formalização de convênios voltados para a organização do setor produtivo.	01	Unid.
1.8. Participar de trabalho técnico, com vistas a organização do Setor produtivo da cana-de-açúcar na Paraíba, com foco no pequeno fornecedor, juntamente com técnicos da CONAB/PE e representantes do setor canavieiro.	01	Unid.
1.9. Reunião para discussão de propostas de formalização de convênio na comunidade Indígena, Aldeia do Forte, Baia da Traição.	02	Unid.
1.10. Elaboração de proposta voltada à organização do setor produtivo da cultura do abacaxi.	01	Unid.
1.11. Acompanhar convênio SDC/MAPA/COFEP/SIAF Nº 605611, voltado para o Programa de Produção de Flores de Pilões.	05	Unid.

Fonte: SEPDAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Os recursos financeiros utilizados em 2008 representaram 75,21% do descentralizado. Quadro 07.2.

Quadro 07.2 **PI – PROMOCOOP 2**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	4.037,96	1.303,08	0,00	2.734,88	0,00	67,72
339030	1.219,29	0,00	0,00	1.219,29	0,00	100
TOTAL	**5.257,25**	**1.303,08**	**0,00**	**3.954,17**	0,00	**75,21**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

O objetivo do associativismo e cooperativismo é harmonizar economicamente e socialmente os indivíduos na sociedade, em que os benefícios são refletidos em avanços sociais e consequentemente na qualidade de vida da coletividade.

No estado da Paraíba, como em todos os estados nordestinos em geral, o associativismo e cooperativismo do setor agropecuário estão enfraquecidos, talvez devido à questões históricas e experiências mal sucedidas vindas "de cima para baixo". O desafio é enorme, uma vez que há o descrédito desse segmento por parte da maioria dos que fazem o setor agropecuário, em vista do insucesso de inúmeras cooperativas, nos seus aspectos sócio-econômicos.

O Governo Federal, nesse contexto, através da SDC/MAPA, tem realizado ações pontuais no Estado, a exemplo de convênios formalizados, com o SESCOOP, objetivando fomentar o programa de Cooperativa de Flores de Pilões (COFEP), cujo objetivo é de Apoiar o Programa de Flores do Brejo, bem como com o SENAR/PB, voltado para capacitação dos produtores de sisal, vigentes no exercício de 2008. Além disso, o Setor de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG), nas diversas reuniões em que se faz presente, divulga o associativismo e cooperativismo como única forma de organização dos pequenos produtores rurais celebrarem convênios e obterem recursos disponibilizados em diversos programas do Governo Federal.

Planejamento para 2009 - Diante do exposto acima, o SEPDAG planejou a realização de 02 seminários regionais relacionados ao associativismo e cooperativismo, com o apoio de parceiros públicos e privados. Também está planejada a realização de 12 encontros com associações de produtores rurais dos diversos segmentos da atividade agropecuária da Paraíba. O apoio às cooperativas também contará com a formalização de 02 convênios para fortalecimento das mesmas. Além disso, o SEPDAG dará continuidade à política de apoio logístico e transporte aos parceiros que atuam neste segmento.

2.3.2.4. AÇÃO: 8598 – Apoio Ao Desenvolvimento Das Cadeias Produtivas Pecuárias - APOIOPEC

Quadro 08 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.
Descrição	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CPIP/CGSPR/DEPROS/SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação	Sávio Jose de Barros Mendonça
Coordenador estadual da ação	Rogério dos Santos Lopes
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	-
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: a) credito rural; b) cooperativismo e associativismo rural; c) pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologias agropecuárias; d) assistência técnica e extensão rural; e) infra-estrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária; f) indicação geográfica e produtos de origem; g) zoneamento agropecuário e seguro rural; h) estoques públicos; i) armazenagem e estocagem de produtos agropecuários e insumos; j) segurança alimentar; l) agroenergia; m) gestão dos armazéns e estoques de café; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista; o) certificação, sustentabilidade e rastreabilidade; p) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização; q) atenção ao consumidor; r) padronização e classificação de produtos agrícolas, pecuários e orgânicos; s) proteção, manejo e conservação de solo e água; t) agricultura irrigada; u) plantio direto; v) recuperação de áreas agricultáveis, pastagens e agroflorestais degradadas; w) agricultura de precisão; x) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais; e y) manejo zootécnico e bem estar animal.

Fonte: SIPLAN

2.3.2.4.1. Resultados

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Os recursos financeiros utilizados em 2008 representaram 35,98% do descentralizado. Quadro 08.1.

Quadro 08.1 **PI – APOIOPEC**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	1.631,44	481,59	0,00	1.149,85	0,00	70,48
339030	3.283,19	3.123,19	0,00	160,00	0,00	4,87
339033	5.594,64	3.123,19	0,00	2.471,45	0,00	44,17
TOTAL	**10.509,27**	**6.727,97**	**0,00**	**3.781,30**	**0,00**	**35,98**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Os recursos foram utilizados para o deslocamento de técnico do SEPDAG/DT/SFA-PB, com o fim de participar de oficina voltada para construção da Central do Agronegócio do Cariri Paraibano, no segmento da Produção Integrada de caprinos leiteiros, dentro das ações da SDC/MAPA.

Planejamento para 2009 – O SEPDAG continuará participando da construção da Central do Agronegócio do Cariri Paraibano, através de reuniões e apoio logístico e de transporte.

2.3.2.5. AÇÃO: 8560 – Fomento À Inovação no Agronegócio – INOVAGRO

Quadro 09 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.
Descrição	Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CAPTA/DEPTA/SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação	Marilena de Assunção F. Holanda
Coordenador estadual da ação	Kátia Marzall
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	-
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I, alíneas “b”, “c”, “f”, “j”, “n”, “o”, “p”, “q”, “r”, “w”, “x”. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: b) cooperativismo e associativismo rural; c) pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologias agropecuárias; f) indicação geográfica e produtos de origem;

Competências institucionais requeridas para a execução da ação (cont.)	j) segurança alimentar; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista; o) certificação, sustentabilidade e rastreabilidade; p) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização; q) atenção ao consumidor; r) padronização e classificação de produtos agrícolas, pecuários e orgânicos; w) agricultura de precisão; x) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais.

Fonte: SIPLAN

2.3.2.5.1. Resultados

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Os recursos financeiros utilizados em 2008 representaram 70,96% do descentralizado. Quadro 09.1.

Quadro 09.1 **PI – INOVAGRO**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	4.095,07	627,56	627,56	3.467,51	0,00	84,67
339033	8.700,00	3.087,58	0,00	5.612,42	0,00	64,51
TOTAL	**12.795,07**	**3.715,14**	**627,56**	**9.079,93**	**0,00**	**70,96**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Os recursos utilizados nessa ação foram para participação de Reunião Técnica da CAPTA/DEPTA/SDC, para discussão dos resultados alcançados nas ações de fomento a Inovação Tecnológica, Agricultura de Precisão, Biotecnologia e uso sustentável de recursos genéticos para alimentação e agricultura, e estratégia de ação para 2009.

Planejamento para 2009 - Foi definido que os SEPDAG/ PB trabalhará com o Arranjo Produtivo Local do Setor de Citricultura e Ovinocaprinocultura, incentivando o uso de novas tecnologias e facilitando o acesso de pequenos produtores às inovações que vêm ocorrendo e que muitas vezes não chegam até os mesmos. Além disso, para 2009 está previsto a realização do "Seminário Nordestino Transferência de Tecnologia Agropecuária", a ser realizado no mês de Maio, em Campina Grande.

2.3.3. PROGRAMA: 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Quadro 10 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
Objetivos específicos	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.
Gerente do programa	-
Gerente executivo	-
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Divaldo da Silva Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR); Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade (Prioridade BR); Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia; Prazo de Concessão de Patentes; Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial; Prazo de Concessão de Registro de Marcas;
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - INDGRAF

2.3.3.1. 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - INDGRAF

Quadro 11 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	- Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; - Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; - Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; - Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; - Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CIG/DEPTA/SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação	Bivanilda de Almeida Tápias
Coordenador estadual da ação	Ludimila Cezar Moura Gaspar
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Manoel Octávio Silveira da Mota – Portaria Nº 0066 de 29.04.2008.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, parágrafo I, alíneas b, c, e, f, j, n, o, q, r, w. Parágrafo IV, IX. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: b) cooperativismo e associativismo rural; c) pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologias agropecuárias; e) infra-estrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária; f) indicação geográfica e produtos de origem; j) segurança alimentar; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista; o) certificação, sustentabilidade e rastreabilidade; q) atenção ao consumidor; r) padronização e classificação de produtos agrícolas, pecuários e orgânicos; w) agricultura de precisão; IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de: a) cooperativas e associações; b) agroindústrias; c) empresas e produtores de sementes e mudas; d) prestadores de assistência técnica e extensão rural, autônomos ou não; e) organizações de pesquisas e promoções setoriais; f) estabelecimentos produtores e comerciais fertilizantes, corretivos, biofertilizantes e inoculantes; g) empresas que fabricam, industrializam, fracionam, manipulam, comercializam e importam produtos de uso veterinário;

Competências institucionais requeridas para a execução da ação (cont.)	h) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, leiloeiros e promotores de eventos; i) laboratórios técnicos; e j) empresas que fabricam e industrializam, importam e exportam agrotóxicos, seus componentes e afins; IX - instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.3.1.1. Resultados

Quadro 11.1 **PI - INDGRAF**

Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.	INDGRAF	Produtor Atendido (Unid.)	100	0	110	110

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta	Corrigido	Realizado	%
01. Levantamento de produtos agropecuários com potencial de indicação geográfica e Apoio a projetos de promoção da IG.	INDGRAF	Produtor Atendido (Unid.)	100	0	110	110

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Reuniões com parceiros (EMATER, BNB, ASSOCIAÇÕES) sobre ações voltadas para a cadeia produtiva de produtos com potencial de indicação geográfica (Arroz vermelho) no interior do Estado.	03	Unid.
1.2. Visita técnica a EMBRAPA Meio-Norte Teresina, com vistas a conhecimento técnico da cultura do Arroz vermelho, visando a inclusão desta cultura no segmento da indicação geográfica.	01	Unid.
1.3. Reunião na UTRA/CG, para divulgação da indicação geográfica e estabelecer parcerias institucionais com vistas ao desenvolvimento da indicação geográfica do Algodão colorido.	01	Unid.
1.4. Reunião em Campina Grande para planejamento e organização do Seminário de Tecnologia e Propriedade Intelectual com previsão para maio de 2009.	01	Unid.
1.5. Participação em Seminário Internacional de Indicações Geográficas no Brasil, realizado em Florianópolis-SC.	01	Unid.
1.6. Reuniões para orientação na formatação da proposta de convenio da IG do Arroz Vermelho do Vale do Piancó.	06	Unid.

Fonte: SEPDAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Dos recursos financeiros disponibilizados em 2008, foram utilizados 89,13%, no exercício de 2008. Quadro 11.2.

Quadro 11.2 **PI - INDGRAF**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	3.175,96	813,83	0,00	2.362,13	0,00	74,37
339030	1.637,00	0,00	0,00	1.637,00	0,00	100,00
339033	5.800,00	243,52	0,00	5.556,48	0,00	95,80
339036	1.637,10	278,09	0,00	1.395,01	0,00	83,38
TOTAL	**12.286,06**	**1.335,44**	**0,00**	**10.950,62**	**0,00**	**89,13**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Com o objetivo de definir estratégias de ação para fortalecer e agregar valor a cadeia produtiva do arroz vermelho no vale do Piancó, sertão paraibano, foram realizadas reuniões com parceiros locais como EMATER, BNB e Associações de Produtores do arroz vermelho do vale do Piancó. Foram feitas diversas visitas a campo com o intuito de verificar o sistema de produção do arroz vermelho, uso de insumos, espaçamento, produtividade, condições de armazenamento, subprodutos, com a finalidade de elaborar uma proposta de trabalho de Indicação Geográfica do arroz vermelho do Vale do Piancó.

Os beneficiários de uma possível indicação geográfica do arroz vermelho do Vale do Piancó são cerca de 3000 produtores rurais pertencentes aos 20 municípios que compõem o Vale do Piancó. A área plantada com esta cultura corresponde a aproximadamente 5.800 ha, segundo o último levantamento realizado pelo IBGE em 2004. Estes produtores possuem baixa escolaridade, organização ainda insipiente, baixo nível de tecnificação e uso de mão-de-obra familiar no trabalho agrícola.

Dentro desta ação, o SEPDAG, através de reuniões orientou técnicos do SENAR-PB, EMATER, BNB e órgãos afins, culminando com a formalização de um convênio entre a SDC/MAPA e FAEPA, cujo objetivo é obter a indicação geográfica na modalidade de Indicação de Procedência do Vale do Piancó- Paraíba para o produto arroz vermelho, visando promover e divulgar comercialmente, sua herança histórico –cultural, responsabilidade pela garantia da qualidade e notoriedade do produto, protegendo-o por meio de um selo distintivo, como ferramenta de desenvolvimento e promoção regional, contribuindo para a economia e o dinamismo da região.

Planejamento para 2009 – Está planejado o levantamento de outros produtos agropecuários com potencial de Indicação Geográfica tais como: Carne de Sol do Picuí, Abacaxi da Paraíba, Tangerina de Matinhas, Água de Coco de Sousa e Cachaça do Brejo Paraibano. Também está planejado pelo SEPDAG a realização de 02 seminários estaduais, focados no tema, bem como 08 palestras para divulgação deste tema novo e ainda pouco conhecido pelos que atuam no setor agropecuário. Com a celebração do convênio para a Indicação Geográfica do Arroz Vermelho do Vale do Piancó, faz-se necessário o acompanhamento do mesmo por parte de um técnico deste setor, que se deslocará mensalmente à região citada, distante aproximadamente 500 km da capital.

2.3.4. PROGRAMA: 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Quadro 12 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Objetivos específicos	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Gerente do programa	Rogério Pereira Dias
Gerente executivo	Jorge Ricardo
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Virginio Carneiro da Silva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 8606 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO – DESENORG

AÇÃO: 8949 – FOMENTO À CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS GENÉTICOS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – REGENAGRO

2.3.4.1. 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENORG

Quadro 13 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias
Coordenador estadual da ação	Virginio Carneiro da Silva
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Virgínio Carneiro da Cunha – Port. Nº 0068 de 29.04.2008.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I, alíneas “a”, “b”, “d”, “j”, “n”, “o”, “p”, “q”, “r”, “s”, “v”. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: a) credito rural; b) cooperativismo e associativismo rural; d) assistência técnica e extensão rural; j) segurança alimentar; l) agroenergia; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista; o) certificação, sustentabilidade e rastreabilidade; p) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização; q) atenção ao consumidor; r) padronização e classificação de produtos agrícolas, pecuários e orgânicos; s) proteção, manejo e conservação de solo e água; v) recuperação de áreas agricultáveis, pastagens e agroflorestais degradadas.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.4.1.1. Resultados

Quadro 13.1 **PI - DESENORG**

Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico	DESENORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)	280	0	280	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Informação, Fomento e Treinamento em Sistemas de Produção Agropecuários.	DESENORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)	280	0	280	100

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Coordenação e organização dos trabalhos voltados para a IV Semana dos Alimentos orgânicos.	01	Unid.
1.2. Ministrar palestra sobre procedimentos da Agricultura Orgânica para os Produtores da COOPAVAN/Natuba.	01	Unid.
1.3. Participação em Feira de Agronegócio em Monteiro/PB, expondo e divulgando o material relacionado com a produção e comercialização de Alimentos Orgânicos.	01	Unid.
1.4. Reunião sobre implantação do Banco Comunitário de Sementes de Adubo Verde em Campina Grande/PB.	01	Unid.
1.5. Participação no Congresso Cearense de Agroecologia no Centro de Ciências Agrárias da Universidade do Ceará, apoiando grupos de Produtores e Técnicos da EMATER/PB, através de parcerias com o SINAVEZ.	01	Unid.
1.6. Organização e coordenação do ¨Dia Especial de Atenção ao Controle do Uso de Agrotóxicos¨, com exposição em STANDS sobre Agricultura Orgânica em Boqueirão/PB.	01	Unid.
1.7. Reuniões com técnicos de órgãos parceiros das cidades do interior do Estado com o objetivo de organização e realização do Curso de Agricultura e Pecuária Orgânica, na cidade de Pilar/PB.	04	Unid.
1.8. Visita técnica a unidade de produção de sementes do Projeto de Sementes da Região de Esperança/PB.	01	Unid.
1.9. Reunião com o comitê Gestão de Desenvolvimento Regional Sustentável na Implantação de uma política do desenvolvimento sustentável na Ovinocaprinocultura.	01	Unid.
1.10. Reunião técnica com ASPTA, Agroflora SINAVEZ, na execução da oficina Regional e comunitária na criação e administração do Banco Comunitário de semente e adubação verde.	01	Unid.
1.11. Participação em reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).	04	Unid.
1.12. Reunião com os parceiros SEBRAE, Gestores Municipais e Presidentes das Associações agroecológicas da agricultura familiar na implantação do desenvolvimento sustentável na região da Mata Sul do Estado.	01	Unid.
1.13. Participação de visita técnica com técnico do SEBRAE – Prefeitura Municipal e agricultores no campo de produção hortifrutigranjeiros nos municípios de Chã Grande e Bezerros-PE, atendendo uma linha de ação do fomento no segmento da Agricultura agroecológica sustentável.	01	Unid.
1.14. Realização e coordenação do Curso: Introdução à Agricultura e Pecuária Orgânica, no município de Pilar/PB.	01	Unid.

Fonte: SEPDAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No ano de 2008, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 92,32% em relação ao descentralizado. Quadro 13.2.

Quadro 13.2 **PI - DESENORG**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	4.697,63	800,55	0,00	3.897,08	0,00	82,95
339030	5.883,80	0,00	0,00	5.883,80	0,00	100,00
339033	2.500,00	226,61	0,00	2.273,39	0,00	90,93
339036	2.984,81	206,16	0,00	2.778,65	0,00	93,09
TOTAL	**16.066,24**	**1.233,32**	**0,00**	**14.832,92**	0,00	**92,32**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

A Superintendência Federal de Agricultura da Paraíba (SFA/PB), em conjunto com Associações Agroecológicas, Sindicatos, ONG's, Gestores Municipais e outras Instituições Públicas tem estado presente em diferentes eventos, com o foco direcionado ao desenvolvimento sustentável do agronegócio da agricultura orgânica.

A cadeia produtiva da agricultura orgânica, desde a produção até a comercialização em feiras livres ou em estabelecimentos comerciais, tem recebido do SEPDAG/PB todo apoio no que tange a promoção, capacitação, divulgação e organização do segmento produto orgânico no Estado da Paraíba. No decorrer do ano 2008, praticamente todas as regiões do Estado foram contempladas com capacitações sobre boas práticas de produção orgânica, material de divulgação da agricultura orgânica e apoio à comercialização através da padronização de barracas. Estas ações beneficiaram aproximadamente 400 produtores de orgânicos, que comercializam seus produtos diretamente ao consumidor nas seguintes feiras: Sertão (04 feiras agroecológicas - Aparecida, Cajazeiras, Paulista, Patos); Planalto da Borborema (06 feiras agroecológicas – Campina Grande 02, Lagoa Seca 01, Alagoa Nova 01, Esperança 01, Solânea 01); Cariri (08 feiras agroecológicas – Sumé 01, Serra Branca 01, Cabaceiras 01, Taperoá 01, Congo 01, Soledade 01, Juazeirinho 01); Litoral (07 feiras agroecológicas: João Pessoa 04, Jacaraú 01, Pedras de Fogo 01, Alhandra 01).

O SEPDAG realizou a IV Semana do Orgânico, nos municípios de Pedras de Fogo (80 porodutores e 300 consumidores), Jacarau (72 produtores e 250 consumidores), Boqueirão (120 produtores e 200 consumidores), Monteiro (74 produtores e 287 consumidores), Areia (90 estudantes universitários) e João Pessoa (125 produtores e 300 consumidores). Na IV Semana do Orgânico foi distribuído material de divulgação sobre a importância de se consumir alimentos orgânicos. A panfletagem ocorreu na praia do Cabo Branco, atingindo cerca de 500 pessoas.

Também foi realizado o Curso: Introdução à Agricultura e Pecuária Orgânica, no município de Pilar/PB. Neste curso teórico/prático, estiveram presentes 60 participantes, dentre técnicos da EMATER e produtores do município. Após o curso, foi formado um grupo de interesse que começou a desenvolver trabalho na área de agroecologia neste município.

Foram proferidas palestras de capacitação junto às Associações com temas voltadas à promoção do Associativismo e Cooperativismo no segmento de orgânicos. Reuniões técnicas objetivando a implantação do Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verde (45 participantes) em todo o Estado. Visitas técnicas com os produtores e técnicos de outras instituições foram realizadas, atendendo uma linha de ação ao fomento do segmento da agricultura sustentável agroecológica. Realização do "Dia Especial de Atenção ao Controle do Uso de Agrotóxicos", no município de Boqueirão, com a realização de palestras, exposição de stands, entrevistas com produtores de orgânicos, dentre outros. O "Dia Especial de Atenção ao Controle do Uso de Agrotóxicos" contou com a participação de 260 pessoas, incluindo técnicos, produtores e estudantes do ensino médio.

Planejamento para 2009 - Para o ano de 2009 está programada a realização da V Semana do Orgânico, abrangendo todas as regiões do Estado. O lançamento do Programa Banco Comunitário de Sementes será em Março de 2009 e beneficiará 300 produtores em todo o Estado. Realização do "Dia Especial de Atenção ao Controle do Uso de Agrotóxicos", em outro município do Estado que apresenta problemas com o uso indiscriminado destes produtos. Também estão programadas 05 reuniões com a Comissão Estadual de Orgânicos, realização de 01 seminário sobre agricultura orgânica e a continuidade do apoio às feiras agroecológicas espalhadas por todo Estado, além da instalação de mais 04 feiras nos municípios do Cariri Paraibano.

2.3.4.2. 8949 – Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - REGENAGRO

Quadro 14 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar e integrar as iniciativas de disponibilização de recursos genéticos para a agricultura e alimentação, visando promover o acesso, o intercâmbio, o uso sustentável e sua conservação.

Descrição	Implementação de incentivos e apoio à conservação e valorização de recursos genéticos brasileiros para a agricultura e alimentação; Promoção e apoio à capacitação em transferência de tecnologia e intercâmbio internacional de informações sobre recursos fitogenéticos para alimentação; proposição de normas operacionais, marcos regulatórios e mecanismos voltados à conservação e valorização de recursos genéticos; estimulo a exploração sustentável da biodiversidade brasileira, espécies nativas e variedades locais, utilizando ferramentas biotecnológicas; apoio de iniciativas e projetos voltados à conservação, valorização, produção e exploração sustentável de cultivos e variedades locais, de espécies nativas de interesse da agropecupária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CAPTA/DEPTA/SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação	Marilena de Assunção F. Holanda
Coordenador estadual da ação	Manoel Octávio Silveira da Mota
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	-
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I, alíneas "b", "c", "e", "f", "j", "n", "o", "q", "r", "w", Inciso IV, IX. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: c) pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologias agropecuárias; e) infra-estrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária; f) indicação geográfica e produtos de origem; j) segurança alimentar; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista; o) certificação, sustentabilidade e rastreabilidade; q) atenção ao consumidor; r) padronização e classificação de produtos agrícolas, pecuários e orgânicos; w) agricultura de precisão; IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de: a) cooperativas e associações; b) agroindústrias; c) empresas e produtores de sementes e mudas; d) prestadores de assistência técnica e extensão rural, autônomos ou não; e) organizações de pesquisas e promoções setoriais; f) estabelecimentos produtores e comerciais fertilizantes, corretivos, biofertilizantes e inoculantes; g) empresas que fabricam, industrializam, fracionam, manipulam, comercializam e importam produtos de uso veterinário; h) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, leiloeiros e promotores de eventos; i) laboratórios técnicos; e j) empresas que fabricam e industrializam, importam e exportam agrotóxicos, seus componentes e afins; IX - instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.4.2.1. Resultados

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No ano de 2008, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 97,21% em relação ao descentralizado. Quadro 14.1.

Quadro 14.1 **PI - REGENAGRO** **Demonstrativo Orçamentário/Financeiro**

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	970,72	46,12	0,00	924,60	0,00	95,24
339030	684,00	0,00	0,00	684,00	0,00	100
TOTAL	**1.654,72**	**46,12**	**0,00**	**1.608,60**	0,00	**97,21**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Desenvolvimento de ações voltadas para o suporte ao trabalho de indicação geográfica do arroz vermelho do Vale do Piancó, através de visitas *in loco* às áreas de produção, reuniões e encaminhamentos junto aos agentes parceiros no programa, a exemplo da EMATER/PB, BNB e Associações de Produtores de arroz vermelho. Trabalho de padronização do produto, caracterização física e química do arroz vermelho, em parceria com a EMBRAPA Arroz e Feijão, e identificação de gargalos que ocorrem em seu beneficiamento.

Planejamento para 2009 – O SEPDAG dará continuidade ao trabalho de conservação dos recursos genéticos do arroz vermelho do Vale do Piancó, através de parceria com a Embrapa no sentido de sua caracterização química, física e organoléptica. Outra prioridade será o levantamento de recursos genéticos animais e/ou vegetais nativos do Estado da Paraíba e que possuam relevância para um trabalho de conservação e valorização destes. O feijão conhecido no sertão por "Fogo na Serra", a fava, e as raças caprinas nativas serão investigados. Está prevista a realização de 01 seminário de caráter regional intitulado "Conservação de Recursos Genéticos: Importância e Aplicação na Agropecuária Nordestina".

2.3.5. PROGRAMA: 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Quadro 15 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Objetivos específicos	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Helinto José Rocha
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Divaldo da Silva Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Custo Médio do Transporte de Grãos; Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional; Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros
Público-alvo (beneficiários)	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE – FISCONTRATO

AÇÃO: 8611 – APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO – APPRODUTOR

2.3.5.1. AÇÃO: 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO.

Quadro 16 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador nacional da ação	Mauro Vaz de Melo
Coordenador estadual da ação	Divaldo da Silva Cunha
Unidades executoras	SFA-PB

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Divaldo da Silva Cunha
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso II e IV. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: II - promover, orientar, estimular, controlar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, acordos e contratos voltados ao fomento, investimentos, desenvolvimento e educação rurais; IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de: a) cooperativas e associações; b) agroindústrias; c) empresas e produtores de sementes e mudas; d) prestadores de assistência técnica e extensão rural, autônomos ou não; e) organizações de pesquisas e promoções setoriais; f) estabelecimentos produtores e comerciais fertilizantes, corretivos, biofertilizantes e inoculantes; g) empresas que fabricam, industrializam, fracionam, manipulam, comercializam e importam produtos de uso veterinário; h) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, leiloeiros e promotores de eventos; i) laboratórios técnicos; e j) empresas que fabricam e industrializam, importam e exportam agrotóxicos, seus componentes e afins.

Fonte: SIPLAN e DT

Execução Física das Atividades da ação 2B17 - FISCONTRATO

O SEPDAG analisou 11 Projetos de Emendas Parlamentares em 2008 do Orçamento Geral da União (OGU) de 11 municípios do Estado da Paraíba, no valor Total de **R$ 2.771.925,00** (dois milhões, setecentos e setenta e um mil, novecentos e vinte e cinco reais), os quais encontram-se na Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (GIDUR) da Caixa Econômica Federal da Paraíba – Agência Cabo Branco, em fase de contratação.

Dos projetos analisados: 07 emendas se destinaram à Aquisição de Patrulha Mecanizada, no valor de **R$ 1.504.425,00** (um milhão, quinhentos e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais); 03 à construção de Matadouros Públicos no valor de **R$ 1.170.000,00** (um milhão cento e setenta mil reais); e uma Energização Rural no valor de **R$ 97.500,00** (noventa e sete mil e quinhentos reais), conforme discriminação em tabela a seguir:

Quadro 16.1

Contrato de Repasse 2008/PB – MAPA

MUNICÍPIO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	OBJETO	VALOR (R$)
1. Aparecida	20.605.6003.7H17.0264	Aquis. de Patrulha Mecanizada	113.100,00
2. Marcação	20.752.6003.5914.0074	Energização Rural	97.500,00
3. Pombal	20.605.6003.8611.0110	Construção de um Matadouro Público	390.000,00
4. Santana de Mangueira	20.605.6003.7H17.0264	Aquis. de Patrulha Mecanizada	117.000,00
5- São Francisco	20.605.6003.7H17.0264	Aquis. de Patrulha Mecanizada	113.100,00
6- São José da Lagoa Tapada	20.605.6003.7H17.0264	Aquis. de Patrulha Mecanizada	113.100,00
7- Araruna	20.605.6003.8611.0114	Construção de um Matadouro Público	390.000,00
8- Cacimba de Dentro	20.605.6003.8611.0114	Aquis. de Patrulha Mecanizada	365.625,00
9- Campo de Santana	20.605.6003.8611.0114	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
10- Rio Tinto	20.605.6003.8611.0114	Construção de um Matadouro Público	390.000,00
11- Taperoá	20.605.6003.8611.0114	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
TOTAL	-		**2.771.925,00**

Fonte: SEPDAG/DT

Em se tratando do Contrato de Repasse, de acordo com a Portaria Nº. 1.232, de 23 de dezembro de 2008, os planos de trabalho deverão ser analisados pela SFA-PB para análise de compatibilidade do objeto proposto com as ações regidas pela citada portaria e o seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentários, sendo de sua responsabilidade o deferimento ou indeferimento para alterações, reformulações ou complementações das informações prestadas pelo proponente.

O proponente deverá entregar o Projeto Básico diretamente à unidade da CAIXA responsável pela assinatura do contrato, na forma do art. 23 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008. Cabe ainda a CEF a operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise da prestação de contas.

Conclui-se então que, não faz parte da competência das SFA's a análise das Prestações de Contas dos Contratos de Repasse.

Resultados das Ações do PI no Estado - O Estado da Paraíba caracteriza-se por possuir o setor agropecuário com baixa produtividade e nível tecnológico ainda insipiente. Além disso, o acesso via estradas vicinais ainda é muito precário, dificultando o escoamento e comercialização da produção. Os produtores rurais, em sua maioria pequenos e com pouco capital para investimento, muitas vezes ficam na dependência de terceiros para poderem usufruir de implementos agrícolas, pagando um preço alto pelo aluguel dos mesmos. Com a aquisição de patrulha mecanizada pelos municípios, espera-se, desde que seguido o cronograma de execução, uma melhoria tanto no preparo de solo e outras atividades produtivas, quanto no escoamento de suas produções. A questão da construção de matadouros públicos, de acordo com a legislação vigente, também é de suma importância para o desenvolvimento local e segurança alimentar, pois, é sabido que em muitos municípios paraibanos o abate de animais ainda é feito de forma rudimentar e sem qualquer higiene.

Espera-se que com esses recursos das emendas parlamentares sejam beneficiados direta e indiretamente cerca de 185.000 produtores rurais e população em geral dos municípios citados acima.

Planejamento para 2009 - Para o ano de 2009, o SEPDAG programará 05 reuniões envolvendo todos os prefeitos dos municípios da Paraíba, com a intenção de divulgar e orientar os mesmos acerca das emendas parlamentares, bem como discutir e planejar qual modalidade de investimento melhor se encaixa ao município, haja vista o grande número de emendas parlamentares contemplando patrulhas mecanizadas. Será um ano de orientação aos prefeitos para que possam acessar investimentos que realmente desenvolvam localmente seus municípios.

2.3.5.2. AÇÃO: 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – APPRODUTOR

Quadro 17 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGPI/SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação	Márcio Cândido Alves
Coordenador estadual da ação	Divaldo da Silva Cunha
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	-
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I, alíneas "d", "e", "n". Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: d) assistência técnica e extensão rural; e) infra-estrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.5.2.1. Resultados

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No ano de 2008, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 81,71% em relação ao descentralizado. Quadro 17.1.

Quadro 17.1 **PI - APPRODUTOR**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	2.910,29	936,97	0,00	1.973,32	0,00	66,57
339030	400,00	0,00	0,00	400,00	0,00	100,00
339033	2.000,00	34,05	0,00	1.965,95	0,00	98,29
TOTAL	**5.310,29**	**971,02**	**0,00**	**4.339,27**	**0,00**	**81,71**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Os recursos utilizados por essa ação tiveram como objetivo possibilitar visita técnica à Superintendência Federal de Agricultura do Acre (SFA/AC), com o intuito de conhecer os princípios e bases do "Projeto Balde Cheio", voltado para o desenvolvimento da pecuária leiteira. Também foram visitadas propriedades rurais que vêm desenvolvendo este projeto com êxito, com objetivo de implantação deste trabalho junto aos pecuaristas de leite na Paraíba.

Planejamento para 2009 - Para o ano de 2009 já foram formalizadas parcerias com instituições e grupos de produtores de leite. A implantação do Projeto Balde Cheio está programada para o final do mês de março, contando inicialmente com 12 produtores de leite.

2.3.6. PROGRAMA: 1409 – Desenvolvimento de Agroenergia

Quadro 18 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.
Objetivos específicos	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética.
Gerente do programa	Manoel Vicente Fernandes Bertone.
Gerente executivo	Alexandre Bertinadi Strapasson.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Divaldo da Silva Cunha.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 8538 – ORGANIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROENERGÉTICAS - ORGAGROEN

2.3.6.1. AÇÃO: 8538 – Organização e Capacitação de Agebtes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas - ORGAGROEN

Quadro 19 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar equipes de assistência técnica e extensão rural, bem como, apoiar a organização dos produtores rurais em associações e cooperativas, com foco na produção e processamento de matérias-primas agroenergéticas.
Descrição	Capacitação de equipes técnicas, voltadas para o apoio à organização produtiva dos agricultores inseridos em cadeias produtivas agroenergéticas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DEPROS/SDC/MAPA

Coordenador nacional da ação	Sávio José Barros de Mendonça
Coordenador estadual da ação	Divaldo da Silva Cunha
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jamir Mascena de Sousa – Port. Nº 0069 de 29.04.2008.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria Ministerial n° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I, alíneas "b", "c", "d", "l", "n", Incisos XIII e XIV. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: b) cooperativismo e associativismo rural; c) pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologias agropecuárias; d) assistência técnica e extensão rural; l) agroenergia; n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista; XIII - apoiar ações relativas a programas de agroenergia e a políticas do café, da cana-de-açúcar e do cacau; XIV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.6.1.1. Resultados

Quadro 19.1 **PI - ORGAGROEN** **Organização e Capacitação de Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas**

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
8538 - Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas.	ORGAGROEN	Agente Beneficiado (Unid.)	04	0	04	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Reuniões técnicas, seminários, visitas técnicas e palestras.	ORGAGROEN	Agente Beneficiado (Unid.)	04	0	04	100

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Reunião Técnica no SEPDAG/DT com a presença da FFA Viviane Maria Rocha da UTRA/CG, com vistas a estabelecimento de propostas voltadas para o desenvolvimento da Fruticultura no município de Natuba/PB em parceria com o BNB.	01	Unid.
1.2. Visita a unidade de Produção Integrada de Fruticultura, acompanhado com representantes do SEBRAE-PB, Banco do Brasil e Associação dos Produtores orgânicos no município de Pedras de Fogo-PB.	01	Unid.
1.3. Reunião junto ao CCA/UFPB/AREIA, com vistas a organização do setor produtivo da cultura do abacaxi.	01	Unid.
1.4. Reunião com Produtores Agrícolas de base familiar, com vistas a organização e desenvolvimento do setor produtivo da cajucultura na comunidade do Braga, e visitação as comunidades instaladas em Campo de Santana.	01	Unid.

Fonte: SEPDAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No ano de 2008, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 43,77% em relação ao descentralizado. Quadro 19.2.

Quadro 19.2 **PI - ORGAGROEN**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
339014	1.895,46	643,54	0,00	1.251,92	0,00	66,04
339030	916,00	0,00	0,00	916,00	0,00	100,00
339036	1.494,66	1.340,04	0,00	154,62	0,00	10,34
339039	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**5.306,12**	**2.983,58**	**0,00**	**2.322,54**	**0,00**	**43,77**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Os recursos aportados no presente PI tiveram como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas para a organização do Setor Produtivo, nos moldes do Associativismo Rural, culminando com a realização de reuniões técnicas, nos municípios de Natuba/PB, Pedras de Fogo/PB, CCA/UFPB/Areia e Campo de Santana/PB, cujo foco desses encontros, se voltaram para ordenamento e organização da cadeia produtiva da fruticultura, contemplando o segmento da agricultura de base familiar. Por se tratar de um PI recente, os recursos utilizados foram poucos, em ações pontuais e voltados ao setor de fruticultura.

Planejamento para 2009 - O SEPDAG planejou realizar diagnóstico no Estado com as possíveis culturas que possuam potencial energético, como a mamona, o pinhão manso e a própria cana-de-açúcar. Além disso, está prevista a realização de 02 seminários relacionados ao tema.

II. Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA

EQUIPE DE TRABALHO

Adriana Araújo Costa Truta - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Antônio Hybernon da Silva - Chefe - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Carlos Augusto Ferreira de Carvalho - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Frederico Ronaldo de Arruda - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Jamir Mascena de Sousa - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Janete Vatanabe Okamoto Lima - Médica Veterinária- Fiscal Federal Agropecuário
João Berquimas de Andrade - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Marco Aurélio Viana Silva - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

UTRA Patos:
Tarcisio Ferreira Maia - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

UTRA Campina Grande:
Viviane Maria Rocha Andrade Almeida - Engenheira Agrônoma - Fiscal Federal Agropecuário
João de Arruda Câmara - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

Apoio Administrativo:
Ana Cristina Braz de Figueiredo – Terceirizada – Recepcionista (SOLMAR)
Anderson Rafael Araújo C. Ribeiro – Terceirizado - Op. De Fotocopiadora (Junho/Novembro 2008)
Tiago Fernandes da Silva – Terceirizado – Recepcionista – (Dezembro 2008 até os dias atuais)

O SEDESA/DT é o resultado da fusão da Seção de Sanidade Animal – SSA e da Seção de Sanidade Vegetal – SSV, oriundo da Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, Art. 17, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados Federativos.

Ao SEDESA compete:

I – programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de:

- vigilância zoossanitária e fitossanitária;
- prevenção, profilaxia e combate às doenças dos animais e das pragas dos vegetais;

- fiscalização da importação e exportação de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genéticos e suas embalagens;
- fiscalização da produção de sêmen, embriões, ovos férteis de aves e ratitas e de materiais genéticos animal e vegetal;
- emissão de Certificados Sanitários;

II – promover, orientar e acompanhar o cumprimento das normas zoossanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras e leilões;

III – fiscalizar e auditar a execução de convênios, ajustes, acordos e contratos inerentes à defesa sanitária agropecuária;

IV – coordenar campanhas sanitárias e fitossanitárias;

V – apoiar e subsidiar a participação da SFA/PB em comissões regionais, estaduais e municipais.

2.3.7. PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade Na Agropecuária

Quadro 20 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos externos.
Objetivos específicos	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais Erradicação da Mosca da Carambola Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais Erradicação da Febre Aftosa Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos Articulação Institucional para a Integração e Funcionamento do SUASA Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária GAP – Gestão e Administração do Programa
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	SEDESA
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação; Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação; Incidência da Praga "Cydia Pomonella"; Incidência da Praga "Mosca da Carambola"; Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina; Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica; Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca; Número de Ocorrências de Raiva Bovina; Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola; Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras; Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico".
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, arrmazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 4842 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – FEBREAFTOS

AÇÃO: 8658 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS - PCEANIMAL

AÇÃO: 8572 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS – PCEVEGETAL

AÇÃO: 8654 – PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA – PROMOEDUC

AÇÃO: 2139 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – VIGIZOO2

AÇÃO: 2134 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – VIGIFITO1

2.3.7.1. AÇÃO: 4842 – Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS

Quadro 21 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Saúde Animal - DSA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Coordenador estadual da ação	Antônio Hybernon da Silva
Unidades executoras	SEDESA, UTRA Patos, UTRA Campina Grande e SEDAP-PB.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEDESA/DT/SFA-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Janete Vatanabe Okamoto Lima – Portaria SFA/PB Nº 012 de 26.01.2009.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300 de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 17, Inciso I, alínea "a", "i"; Incisos VII e X. Art. 17. Ao Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/ DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de: a) vigilância zoossanitária e vigilância fitossanitária; i) fiscalização da execução de campanhas sanitárias ou fitossanitárias executadas mediante convênios e acordos; VII - propor e acompanhar a quarentena de vegetais e de animais, bem como a realização de inquéritos epidemiológicos, de acordo com a legislação vigente e fiscalizar a execução; X - acompanhar, orientar e realizar auditorias nas unidades organizacionais vinculadas tecnicamente.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.7.1.1. Resultados

Quadro 21.1 **PI – FEBREAFTOS**

Erradicação da Febre Aftosa

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
4842 – Erradicação da Febre Aftosa.	FEBREAFTOS	Área Total Declarada Livre (Km2)	0	0	0	-

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Controle e Erradicação da Febre Aftosa.	FEBREAFTOS	Área Total Declarada Livre (Km2)	0	0	0	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Reunião Técnica.	22	Unid.
1.2. Reunião Técnica Nacional.	01	Unid.
1.3. Supervisão/Fiscalização das ULSAV's.	12	Unid.
1.4. Supervisão/Fiscalização dos Escritórios de Atendimento à Comunidade.	20	Unid.
1.5. Auditoria do Órgão Executor.	01	Unid.
1.6. Supervisão/Fiscalização de Propriedade Rural.	20	Unid.
1.7. Supervisão/Fiscalização de Estapas de Vacinação.	02	Unid.
1.8. Supervisão/Fiscalização de Revendas.	01	Unid.
1.9. Realização de Palestras.	01	Unid.

Fonte: SEDESA/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No PI FEBREAFTOSA foi gasto 98,80%, considerando os recursos descentralizados no exercício. Quadro 21.2.

Quadro 21.2 **PI - FEBREAFTOS**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	10.146,54	1.173,49	0,00	8.973,05	0,00	88,43
33.90.30	3.345,10	0,00	0,00	3.345,10	0,00	100
33.90.33	15.773,52	7.992,94	0,00	7.780,58	0,00	49,33
33.90.36	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0
33.90.39	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0
33.90.92	642,49	28,65	0,00	613,84	0,00	95,54
33.90.93	88,00	0,00	0,00	88,00	0,00	100
44.30.42	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	100
33.30.41	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	100
Total	**1.437.995,65**	**17.195,08**	**0,00**	**1.420.800,57**	**0,00**	**98,80**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Erradicação da Febre Aftosa tem como principal objetivo manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.

A execução é direta e descentralizada, em ações conjuntas com o serviço de Defesa Sanitária Animal do Estado, que trabalha também com recursos oriundos de convênio com o MAPA.

Os recursos financeiros vinham sendo disponibilizados conforme solicitado em programações orçamentárias, mas no mês de maio foram disponibilizados recursos de natureza 33.90.14, 33.90.30, 33.90.33, 33.90.36 e 33.90.39 sem a nossa programação orçamentária, sobrando assim recursos em algumas rubricas.

Os recursos humanos e materiais disponibilizados também atenderam a contento para execução das atividades da ação.

O Serviço Estadual de Defesa Agropecuária está realizando o cadastramento das propriedades rurais, de criadores e rebanhos, sendo este, uma das metas para atingir o objetivo maior que é a erradicação da febre aftosa (70% das propriedades rurais foram cadastradas até dezembro de 2008), e está se estruturando com recursos advindos do convênio, e em decorrência disso houve uma melhora sensível nos resultados obtidos, como, aumento no número de propriedades fiscalizadas, fiscalização de 100% das vacinas recebidas pelas revendas de produtos de uso veterinário, capacitação dos médicos veterinários em atendimento a suspeita de focos da doença, incremento no número de vacinações assistidas e fiscalizadas, entre outros.

Os entraves detectados, através de supervisões no Órgão Executor, como, número reduzido de auxiliares técnicos e administrativos, necessidade do cadastramento de propriedades rurais, criadores, rebanhos, áreas e propriedades de risco, capacitação

dos médicos veterinários, implementação do controle do trânsito de animais, entre outros, estão gradualmente sendo solucionados pelo governo estadual conforme compromisso assumido com o MAPA.

A parceria dos órgãos oficiais de defesa sanitária animal com a iniciativa privada também têm contribuído para o avanço do Estado em relação à erradicação da febre aftosa.

Com relação à campanha contra a febre aftosa, não há como checar a cobertura vacinal real, porque o Estado não possui um cadastro confiável do número de bovídeos, sendo que teremos esses dados após a finalização do cadastramento das propriedades rurais, criadores e rebanhos. Abaixo discriminamos os resultados das duas últimas campanhas, onde o percentual de vacinação foi calculado sobre o rebanho do IBGE e fichas sanitárias das Unidades Locais de Sanidade Agropecuária – ULSAV. Na segunda etapa houve um decréscimo da vacinação, como historicamente acontece, devido à seca.

Quadro 21.3

ESPÉCIE	1ª. Etapa – Abril			2ª. Etapa – outubro		
	Existente*	Vacinado	%	Existente*	Vacinado	%
BOVINA	1.126.268	958.179	85,08	1.104.599	854049	77,32
BUBALINA	1.903	734	38,57	733	733	100
Total	**1.128.171**	**958.913**	**85,00**	**1.105.332**	**854.782**	**77,33**

*Fonte: IBGE 2006 – Municípios em que o rebanho vacinado foi maior que o rebanho declarado pelo IBGE, considerou-se como rebanho existente o rebanho vacinado.

2.3.7.2. AÇÃO: 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL

Quadro 22 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança zoosanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoosanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoosanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Saúde Animal - DSA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Coordenador estadual da ação	Antônio Hybernon da Silva
Unidades executoras	SEDESA/DT/SFA-PB, UTRA Patos, UTRA Campina Grande e SEDAP-PB.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEDESA/DT/SFA-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Marco Aurélio Viana da Silva – Portaria SFA/PB Nº 031 DE 03.03.2009.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300 de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 17, Inciso I, alíneas "b", "f", Inciso II, alínea "c". Art. 17. Ao Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/ DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de: b) prevenção, controle, profilaxia e combate das doenças dos animais e das pragas dos vegetais; f) aplicação de medidas de defesa sanitária animal e vegetal, com vistas a evitar a disseminação de doenças e pragas; II - orientar, acompanhar e controlar a: c) aplicação das normas sanitárias que disciplinam a entrada e saída no País de vegetais, partes de vegetais, materiais biológicos ou de multiplicação vegetal e de suas embalagens, de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genético animal, e o trânsito interestadual e intermunicipal de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genético animal, de vegetais, partes de vegetais e de seus produtos, quando da ocorrência de pragas ou doenças na região de origem.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.7.2.1. Resultados

Quadro 22.1 **PI - PCEANIMAL**

Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida e Certificada (Unid.)	24.000	24.000	19.302	80,43

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	12.000	12.000	10.672	88,93

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1 Fiscalizar as Ações do Órgão Executor para Habilitação de Salas de Diagnósticos e Ações Fiscais. (Ação Descentralizada)	01	Unid.
1.2. Fiscalizar Curso para Habilitação de Veterinários Autônomos no PNECBT. (Ação Direta)	02	Unid.
1.3. Habilitar Salas de Diagnósticos do PNECBT. (Ação Direta)	16	Unid.
1.4. Fiscalizar Veterinários Autônomos Credenciados à Vacinação Contra Brucelose. (Ação Direta, Ação Descentralizada)	04	Unid.
1.5. Realizar Palestras Educativas. (Ação Direta, Ação Descentralizada)	02	Unid.
1.6. Participar de Reunião Técnica. (Ação Direta)	02	Unid.
1.7. Propriedades Trabalhadas em Brucelose. (Ação Descentralizada)	6.097	Unid.
1.8.Propriedades Trabalhadas em Tuberculose. (Ação Descentralizada)	4.775	Unid.
1.9. Animais Testados para Tuberculose. (Ação Descentralizada)	70	Unid.
1.10. Animais Positivo Brucelose. (Ação Descentralizada)	104	Unid.
1.11. Animais Negativos Brucelose. . (Ação Descentralizada)	38.271	Unid.
1.12. Animais Negativos para Tuberculose. (Ação Descentralizada)	6.788	Unid.
1.13. Fiscalização para Médicos Veterinários Habilitados. (Ação Direta, Ação Descentralizada)	07	Unid.
1.14. Propriedade com Foco Brucelose. (Ação Descentralizada)	68	Unid.
1.15. Propriedade com Foco Tuberculose. (Ação Descentralizada)	35	Unid.
1.16. Animais Sacrificados com Tuberculose. (Ação Descentralizada)	62	Unid.
1.17. Animais Sacrificados com Brucelose. (Ação Descentralizada)	52	Unid.
1.18. Número de Veterinários Habilitados no PNECBT. (Ação Direta)	07	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
02. Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina –EEB.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	6.600	6.600	6.018	91,18

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Colheita de Material para Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias.	07	Unid.
2.2. Resultado Positivo de Raiva e Outras Encefalopatias.	03	Unid

2.3. Propriedade com Foco de Raiva.	03	Unid
2.4. Captura de Morcegos Hematófagos.	20	Unid
2.5. Morcegos Capturados.	20	Unid
2.6. Morcegos Tratados.	18	Unid
2.7. Morcegos Enviados para Laboratório.	05	Unid
2.8. Herbívoros Vacinados.	244.464	Unid
2.9. Doação de Kit de Captura de Morcegos.	05	Unid

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
03. Prevenção, Controle e Erradificação das Doenças da Equideocultura.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	3.000	3.000	2.603	86,77

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Participar de Reunião Técnica.	01	Unid.
3.2. Realizar Palestras Educativas.	01	Unid.
3.3. Número de Participantes de Palestra Educativa.	34	Unid.
3.4. Requisição e Resultado e AIE (trânsito).	1.273	Unid.
3.5. Requisição e Resultado de Mormo (trânsito)	1.330	Unid.
3.6. Resultado Positivo para AIE (trânsito).	57	Unid.
3.7. Resultado Positivo para Mormo (trânsito).	31	Unid.
3.8. Eqüídeos Sacrificados com AIE (trânsito).	84	Unid.
3.9. Eqüídeos Sacrificados com Mormo (trânsito).	38	Unid.
3.10. Propriedade com Foco de AIE	54	Unid.
3.11. Propriedade com Foco de Mormo.	18	Unid.
3.12. Propriedades Interditadas com Foco de AIE.	58	Unid.
3.13. Propriedades Interditadas com Foco de Mormo.	18	Unid.
3.14. Colheita de Amostra em Propriedade Sob Saneamento para AIE.	74	Unid.
3.15. Colheita de Amostra em Propriedade Sob Saneamento para Mormo.	161	Unid.
3.16. Resultados Positivos de Eqüídeos Sob Saneamento para AIE.	10	Unid.
3.17. Resultados Positivos de Eqüídeos Sob Saneamento para Mormo.	26	Unid.
3.18. Eqüídeos Sacrificados com Mormo (saneamento).	40	Unid.
3.19. Reunião Nacional e/ou Treinamento.	01	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
04. Prevenção, Controle e Erradificação das Doenças da Equideocultura.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	12	12	11	91,67

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
4.1. Fiscalizar as Ações do Órgão Executor no Cadastramento e Controle das Doenças das Aves em Granjas.	04	Unid.
4.2. Controle e Certificar Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como Livre para Salmoneloses e Micoplasmos.	34	Unid.

Fonte: SEDESA/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Dos recursos previstos no PI TUBERBRUCE foram utilizados 98,14% nas suas atividades. Quadro 22.2.

Quadro 22.2 **PI - PCEANIMAL**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	31.811,54	0,00	0,00	31.811,54	0,00	100
33.90.30	9.485,44	0,00	0,00	9.485,44	0,00	100
33.90.33	44.801,68	5.254,94	0,00	39.546,74	0,00	88,27
33.90.36	3.580,66	3.000,00	0,00	580,66	0,00	16,22
33.90.39	5.000,00	4.665,00	0,00	335,00	0,00	6,70
33.30.41	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	100
Total	**694.679,32**	**12.919,94**	**0,00**	**681.759,38**	**0,00**	**98,14**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Tem como principal objetivo garantir a segurança zoosanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais. A referida ação possui os seguintes processos básicos:

- Controle e a Certificação de Núcleos ou Estabelecimentos Avícolas livres das Micoplamoses e Salmoneloses Aviárias;
- Prevenção e Controle das doenças dos Eqüídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas;
- Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina;
- Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose;
- Controle e Erradicação de Doenças dos Animais Aquáticos.

As ações pertinentes ao Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA estão distribuídas entre o Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/SFA-PB e a Gerência Executiva de Desenvolvimento Agropecuário – GEDA, ligada institucionalmente a Secretaria Executiva do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP/PB.

Em ações conjuntas SEDESA/SEDAP-PB acompanhamos os trabalhos de vigilância sanitária, certificando 100% dos lotes de 03 granjas matrizeiras de aves e 01 de ratita (ciclo completo), através do acompanhamento de colheita de 7.520 swabs e 2.046 soro sanguíneo, respectivamente, 0,33% e 0,09% da capacidade de alojamento de aves matrizes, com vistas ao monitoramento das enfermidades avícolas - salmonelose e micoplasmose. Houve também a colheita de 132 swabs cloacais e 132 swabs traqueais no monitoramento da Influenza Aviária e Doença de Newcastle em matrizes de granjas matrizeiras em final de produção. Não foi confirmada a suspeita das enfermidades acima referenciadas.

O MAPA repassou para este SEDESA, e este ao órgão executor, GEDA-SEDAP-PB, materiais, equipamentos, produtos químicos diversos para atender a ocorrência de surtos de doenças de notificação obrigatória – Doença de Newcastle e Influenza Aviária.

A GEDA/SEDAP-PB, como órgão de executor de Defesa Sanitária Animal, é responsável pela vigilância sanitária das doenças de notificação obrigatória (Doença de Newcastle e Influenza Aviária) constante no Programa Nacional de Sanidade Avícola. No período, ocorreu a suspeita da ocorrência da Doença de Newcastle, em plantéis de fundo quintal no município de Cubatí/PB. A GEDA-SEDAP/PB prontamente deslocou a equipe de médicos veterinários para a ULSAV de Soledade/PB, na qual o município foco está situado, onde deflagrou o planejamento e os procedimentos de atendimento emergencial *in loco*, com participação de integrantes da SEDAP/PB, SEDESA/PB, AVIEP e Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba. Houve no período abertura de 07 FORM IN, dos quais foram colhidos 22 soros sanguíneos, 22 swabs cloacais e 22 traqueais. Os focos foram encerrados não confirmando as suspeitas das enfermidades acima referenciadas.

Pelo segundo ano consecutivo o Governo do Estado da Paraíba, através da SEDAP-PB, solicitou novamente o pedido de adesão ao Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA. No entanto, o resultado da auditoria do órgão central – SDA, não foi divulgado no exercício.

O Serviço Estadual de Defesa Agropecuária está realizando o cadastramento das propriedades rurais, criadores e rebanhos, no entanto, até o final do período conseguiu realizar somente cerca de 70% da área geográfica do estado, dos quais tabulamos os seguintes dados na área de avicultura: a) 480 propriedades cadastradas com atividade avícola; b) capacidade de alojamento com aves comerciais (7.841.516) e com reprodução (2.285.000).

Quanto à fiscalização de trânsito interestadual de aves, são dados repassados pela SEDAP-PB, no total de 2.780 GTA´s com 13.822.607 aves, 169 GTA´s com 10.485.778 ovos férteis de galinha e 01 GTA de ratitas com 70 avestruzes.

As atividades pertinentes e delegadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA ao Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/SFA/PB, para o controle da raiva dos herbívoros, são coordenadas e supervisionadas por este serviço na identificação e acompanhamento de animais importados oriundos de países onde houve ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB (mal da vaca louca). No ano recebemos a informação do SEDESA/RN da transferência para este estado de 1 animal importado oriundo de país que houve ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB.

Foi mantida a vigilância passiva contra a ocorrência da enfermidade, com monitoramento da propriedade de destino do citado animal. Ocorreu ainda, treinamento da equipe técnica do Órgão Executor das ações de Defesa Sanitária Animal.

Quanto às ações delegadas ao Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal – OEDSA, através da Gerência Executiva de Desenvolvimento Agropecuário – GEDA, sob a coordenação institucional da Secretaria Executiva do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP/PB, no atendimento ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias – PNCRH, está pautado no cadastramento de propriedades rurais, monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, execução da vigilância em áreas ou propriedades de risco e atendimento aos focos da doença raiva ou outras encefalites. Relacionamos a seguir as atividades realizadas pela SEDAP-PB:

- Propriedades atendidas – 4.522;
- Nº animais vacinados contra raiva – 245.738;
- Propriedades com ocorrência de raiva – 03;
- Nº de animais mortos – 08;
- Diagnóstico laboratorial – 08;
- Morcegos hematófagos capturados e tratados – 06.

As ações de atenção veterinária referente às atividades de Defesa Sanitária Animal executado pelo Serviço Estadual de Defesa Agropecuária, especificamente na área de raiva dos herbívoros foram sensivelmente prejudicados pelo cadastramento de propriedades rurais, criadores e rebanhos.

A SEDAP-PB esta formatando legislação específica para atuar na área da raiva dos herbívoros e outras encefalopatias.

Quanto a Prevenção e Controle das Doenças dos Eqüídeos são dados tabulados referentes ás requisições e resultados de exames – ANEMIA INFECCIOSA EQUINA – AIE e MORMO realizados por laboratórios credenciados pelo MAPA e de laboratório oficial – LANAGRO/PE.

Contamos no período com 04 laboratórios particulares para diagnóstico de AIE e 01 para Mormo no Estado da Paraíba.

As ações de atuação no sacrifício e saneamento dos focos de Anemia Infecciosa Eqüina –AIE e MORMO são executadas pelo SEDESA/PB tendo a colaboração da ULSAV de João Pessoa/PB.

Durante o ano de 2008, os laboratórios particulares executaram 3.547 diagnósticos de AIE e 3.677 de MORMO, com os seguintes resultados 67 (1,88% dos resultados) positivos para AIE e 30 (0,88% dos resultados) positivos para MORMO.

O serviço de vigilância realizou os sacrifícios dos equídeos, no total de 75 com AIE e 34 com MORMO, respectivamente, 54 e 34 focos.

Quanto à fiscalização de trânsito interestadual de equídeos, os dados repassados pela SEDAP-PB, totalizam 376 GTA´s e 1.218 equídeos.

Quanto a Prevenção e Controle das doenças dos Caprinos, Ovinos, Abelhas e Animais Aquáticos o SEDESA/PB não desenvolveu no período nenhuma atividade, pois a nível nacional o Programa encontra-se em fase de implantação.

Os recursos financeiros e materiais disponibilizados atenderam a contento a execução das atividades da ação.

2.3.7.3. AÇÃO: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL

Quadro 23 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Proteção de Plantas /SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro

Coordenador estadual da ação	Antônio Hybernon da Silva
Unidades executoras	SEDESA, UTRA Campina Grande e Gerência Operacional de Defesa Vegetal -GODV/SEDAP/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEDESA/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Carlos Augusto Ferreira de Carvalho - Portaria SFA/PB Nº 029 de 02.03.2009.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300 de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 17, Inciso II, alínea "c". Art. 17. Ao Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/ DT-UF) compete: II - orientar, acompanhar e controlar a: c) aplicação das normas sanitárias que disciplinam a entrada e saída no País de vegetais, partes de vegetais, materiais biológicos ou de multiplicação vegetal e de suas embalagens, de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genético animal, e o trânsito interestadual e intermunicipal de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genético animal, de vegetais, partes de vegetais e de seus produtos, quando da ocorrência de pragas ou doenças na região de origem.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.7.3.1. Resultados

Quadro 23.1 **PI - PCEVEGETAL**

Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
8572 – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais.	PCEVEGETAL	Área Controlada (Ha.)	85.202	85.202	76.912	90,27

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Prevenção e controle das pragas da Palma Forrageira.	PCEVEGETAL	Área Controlada (Ha.)	40.368	40.368	33.823	83,79

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1.Supervisão as ações do OEDSV no monitoramento, levantamento de detecção de pragas e cadastramento de propriedade.	19	Unid.
1.2. Realização de palestras educativas.	05	Unid.
1.3.Acompanhamento/fiscalização do convênio MAPASEDAP nº 00001/2007.	08	Unid.
1.4. Participar de reunião técnica.	02	Unid.
1.5. Levantamento fitossanitário (ação descentralizada –OEDSV).	295	Unid.
1.6. Cadastramento de propriedades (ação descentralizada – OEDSV).	295	Unid.
1.7. Área total monitorada (ação descentralizada – OEDSV).	551,8	Ha
1.8. Área total monitorada (ação descentralizada – OEDSV).	907,5	Ha
1.9. Palestra educativa (ação descentralizada – OEDSV).	01	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
02. Prevenção e Controle das Pragas dos Citros.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	5.935	5.935	5.642	95,06

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Supervisão das ações do OEDSV no levantamento de detecção das pragas dos citros e cadastramento de propriedade (unidade produtora)	115	Unid.
2.2. Participação em reunião técnica.	07	Unid.
2.3. Realização de palestras educativas.	01	Unid.

2.4. Área total monitorada (ação descentralizada – OEDSV).	339,8	Ha
2.5. Cadastramento de propriedades (ação descentralizada – OEDSV).	115	Unid.
2.6. Levantamento fitossanitário (ação descentralizada – OEDSV).	115	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
03. Prevenção, Controle das Pragas da Bananeira.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	38.164	38.164	36.712	96,20

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Participação de reunião técnica.	04	Unid.
3.2. Auditoria técnica em área livre de Sigatoka Negra.	01	Unid.
3.3. Supervisão das ações do OEDSV na manutenção de A.L. de Sigatoka Negra e levantamento de detecção do Moko da bananeira.	135	Unid.
3.4. Área total monitorada (ação descentralizada – OEDSV).	379,8	Ha
3.5. Área total monitorada (ação descentralizada – OEDSV).	21,5	Ha

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
04. Prevenção e Controle das Pragas da Videira.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	735	735	735	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
4.1. Supervisão das ações do OEDSV no levantamento de detecção do cancro da videira e cadastramento de propriedade (unidade produtora).	81	Unid.
4.2. Participação de reunião técnica.	06	Unid.
4.3. Realização de palestras educativas.	02	Unid.
4.4. Levantamento fitossanitário (ação descentralizada – OEDSV).	81	Unid.
4.5. Cadastramento de propriedades (ação descentralizada – OEDSV).	81	Unid.
4.6. Área total monitorada (ação descentralizada – OEDSV).	79,6	Ha

Fonte: SEDESA/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No PI PCEVEGETAL foi utilizado o percentual de 80,82% em relação ao previsto no exercício. Quadro 23.2.

Quadro 23.2 **PI - PCEVEGETAL** **Demonstrativo orçamentário/financeiro**

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	23.119,01	4.874,39	0,00	18.244,62	78,91
33.90.30	3.710,39	0,00	0,00	3.701,39	100,00
33.90.33	6.125,45	652,99	0,00	5.472,46	89,33
33.90.36	463,86	0,00	0,00	463,86	100,00
33.91.39	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
33.90.39	990,90	990,90	0,00	0,00	0,00
Total	**34.500,61**	**6.618,28**	**0,00**	**27.882,33**	**80,82**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PI-PCEVEGETAL) tem como principal objetivo garantir a segurança fitossanitária nacional visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e seus subprodutos, por meio da prevenção controle e erradicação de pragas. Em nosso Estado da Paraíba, a referida Ação possui 04 (quatro) processos básicos conforme abaixo:

- Prevenção e controle das pragas da palma forrageira;
- Prevenção e controle das pragas da videira;
- Prevenção e controle das pragas dos citros;
- Prevenção e controle das pragas da bananeira.

A execução é direta e descentralizada em ações conjuntas com o órgão estadual de defesa agropecuária, com recursos provindos de convênio.

Os recursos financeiros foram disponibilizados conforme solicitado em programação anual, havendo pequenas divergências, adequadas a necessidade, apenas na distribuição por elemento de despesas, portanto sendo suficiente para atender a demanda da ação, inclusive com aporte de recursos suplementares, destinados ao desenvolvimento de outras atividades afins e complementares, tais como; 02 treinamentos/capacitação; 03 participantes em reunião regional de defesa sanitária vegetal; 01 levantamento de OGM; 02 acompanhamentos/fiscalizações no convênio MAPA/ASPLAN e 02 avaliações da situação de bens móveis do convênio MAPA/SEDAP-2003.

Os recursos humanos e materiais disponibilizados também atenderam a contento a execução das atividades da ação.

Com relação à execução das metas, verificamos que foram atingidas acima de 90% do previsto regionalizado, definido pela SDA/MAPA, dentro, portanto, dos limites aceitáveis no processo de planejamento, de modo que, na análise da relação físico-financeira, devem-se levar em consideração as atividades constituintes das metas e as suplementares.

O Serviço Estadual de Defesa Agropecuária está realizando o cadastramento de propriedades rurais que servirá de subsídio básico para ações, de um modo geral, de defesa vegetal (até dezembro/08 foi realizado em cerca de 70%).

Apresentamos críticas à atuação do órgão estadual responsável pela execução de defesa vegetal que deixou a desejar quanto à execução efetiva no que tange as ações de defesa vegetal. Para que fossem executadas as ações necessárias para atender a Instrução Normativa nº 52 que estabelece a listagem de pragas quarentenárias para o Brasil e os procedimentos de atualização, a exemplo da manutenção de área livre de sigatoka negra em bananeiras e levantamento fitossanitários em propriedades produtoras de citros e de uva, esta SFA/PB propiciou apoio logístico (GPS, veículo, combustível e motorista). Quanto à execução do convênio SEDAP/MAPA nº 0001/2007 muito pouco foi realizado haja vista a morosidade na aquisição dos equipamentos necessários e imprescindíveis à execução das metas propostas. Quanto à baixa execução de ações de defesa vegetal, por parte do órgão executor, nas fiscalizações/acompanhamentos "in loco" realizadas por este SEDESA, solicitamos aos responsáveis, através de Termos de Fiscalizações, Relatórios de Acompanhamentos e Ofícios, que podem ser consultados nos nossos arquivos, providências necessárias e orientamos quanto às medidas a serem tomadas para corrigir tal situação.

2.3.7.4. AÇÃO: 8654 – Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária – PROMOEDUC

Quadro 24 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover atuação contínua junto aos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade, no sentido de se obter comportamento adequado, quanto às normas e procedimentos referentes à saúde animal, à sanidade vegetal e à segurança e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários.
Descrição	Execução de atividades educativo-sanitárias em defesa agropecuária, em comunidades ou regiões; capacitação dos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade (associações, sindicatos, professores, consumidores e outros) em temas relacionados à defesa agropecuária; e capacitação dos profissionais dos serviços oficiais em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Atuação eventual junto à instituições governamentais e não-governamentais e outras entidades, quando se identificar que as mesmas são importantes para o cumprimento da finalidade desta ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	GAB
Coordenador nacional da ação	Carlos Bicalho Schlottfeldt
Coordenador estadual da ação	Antônio Hybernon da Silva
Unidades executoras	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA/DT/SFA-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEDESA/DT/SFA-PB Gerencia Operacional de Defesa Vegetal – GODV/SEDAP-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Adriana Araújo Costa Truta – Portaria SFA-PB Nº 028 de 02.03.2009.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 17, Inciso I, alínea "g", Inciso VIII. Art. 17. Ao Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/ DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de: g) educação zoofitossanitária; VIII - propor, coordenar ou executar campanhas sanitárias e fitossanitárias.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.7.4.1. Resultados

Quadro 24.1 **PI – PROMOEDUC**

Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
8654 – Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.	PROMOEDUC	Atividade Realizada (Unid.)	02	0	02	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Atividades Educativo-Sanitárias.	PROMOEDUC	Atividade Realizada (Unid.)	02	01	02	200

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Elaboração de Projetos Educativo-Sanitários.	01	Unid.
1.2. Participação em Reunião Técnica.	05	Unid.

Fonte: SEDESA/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No PI PROMOEDUC foi gasto 82,38%, considerando os recursos descentralizados em 2008. Quadro 24.2.

Quadro 24.2 **PI - PROMOEDUC**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	1.223,14	112,27	0,00	1.110,87	0,00	90,82
33.90.33	3.400,00	466,66	0,00	2.933,34	0,00	86,27
33.90.36	2.446,28	666,54	0,00	1.779,74	0,00	72,75
Total	**7.069,42**	**1.245,47**	**0,00**	**5.823,95**	**0,00**	**82,38**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

A Ação 8654 – Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária teve início com o PPA 2008-2011, e envolve qualquer atividade que tenha cunho educativo-sanitário e que tenha sido devidamente planejada a partir da constatação de sua necessidade na região, tais como: cursos de capacitação, palestras, oficinas, reuniões, atividades em escolas, entre outros. Será executada principalmente pelos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária, por intermédio de convênios e parcerias, ou diretamente pelas SFA's, a partir de diretrizes estabelecidas pelo MAPA.

No Exercício 2008 o Secretário de Defesa Agropecuária demandou para as SFA's a indicação de nomes (titular e suplente) para compor a Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, instituído pela Instrução Normativa N° 28, de 15 de maio de 2008. Em seguida, o DSV, promoveu utilizando recursos do PI VIGIFITO1 um Curso de Capacitação em Educação Sanitária (Método CONESCO) para os Engenheiros Agrônomos de todos os SEDESAs. Como resultado do curso foi montado um Plano piloto para inicio das atividades na área vegetal em cada unidade da federação. No Estado da Paraíba está sendo trabalhado o "Projeto de Educação Sanitária para Prevenção e Controle da Cochonilha-do-carmim no Cariri Paraibano" que será desenvolvido juntamente com os parceiros da Educação sanitária no município de Sumé, região afetada pela praga.

A Coordenação Nacional da Ação organizou reuniões Regionais de Educação Sanitária, solicitou de cada Superintendência convidar instituições potenciais parceiras. Através da Diretoria Técnica foram convidados a SEDAP, como órgão executor da Defesa

Agropecuária no Estado, EMATER, representando a extensão rural, a FAEPA-SENAR, representando o Sistema S, para participarem da reunião regional, juntamente como os representantes dessa SFA, realizada em Fortaleza-CE no período de 17 a 21 de novembro de 2008, tendo como principal objetivo a construção de Planos de Trabalhos Estaduais para atividades de Educação Sanitária no exercício 2009.

Os recursos disponibilizados objetivaram a participação na Reunião Regional em Educação Sanitária e foram tempestivos e suficientes.

2.3.7.5. AÇÃO: 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos –VIGIZOO2

Quadro 25 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Saúde Animal - DSA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Coordenador estadual da ação	Antônio Hybernon da Silva
Unidades executoras	SEDESA/DT/SFA-PB, UTRA Patos, UTRA Campina Grande e SEDAP-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEDESA/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Janete Vatanabe Okamoto Lima – Portaria SFA/PB Nº 012 de 26.01.2009.
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 17, Inciso II, alínea "a", Incisos IV, VII e XII; Art. 17. Ao Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/ DT-UF) compete: II - orientar, acompanhar e controlar a: a) aplicação das normas zoossanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais, determinando, inclusive, sua interdição, no caso de ocorrência de doenças transmissíveis nos animais expostos; IV - instruir processos, emitir pareceres e autorizar previamente o embarque, inclusive no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, quando couber, dos pedidos de importação e exportação de animais, ratitas e vegetais, seus materiais genéticos, produtos e derivados de origens animal e vegetal no que tange às exigências de natureza sanitária, inclusive para pesquisa, na forma da legislação especifica; VII - propor e acompanhar a quarentena de vegetais e de animais, bem como a realização de inquéritos epidemiológicos, de acordo com a legislação vigente e fiscalizar a execução; XII - orientar, emitir e manter controle de certificados específicos e guias ou permissões de trânsito, na forma da legislação.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.7.5.1. Resultados

Quadro 25.1 **PI – VIGIZOO2**

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.	VIGIZOO2	Fiscalização Realizada (Unid.)	0	0	0	-

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Fiscalização de Produtos de Origem Animal (Ação Descentralizada).	VIGIZOO2	Fiscalização Realizada (Unid.)	0	0	0	-

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
02. Fiscalização de Exposições, Feiras, Leilões e outras Aglomerações de Animais.	VIGIZOO2	Fiscalização Realizada (Unid.)	0	0	0	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Supervisão/Fiscalização de Postos Volantes.	02	Unid.
1.2. Supervisão/Fiscalização de Postos Fixos	06	Unid.

Fonte: SEDESA/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: O percentual aplicado no exercício de 2008 do PI VIGIZOO foi de 2,65%, isso considerando os recursos descentralizados. Quadro 25.2.

Quadro 25.2 **PI - VIGIZOO2**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0%
33.90.30	300,00	0,00	0,00	300,00	0,00	100%
33.90.33	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0%
33.90.36	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0%
33.90.39	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0%
Total	**11.300,00**	**11.000,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**2,65%**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos tem como principal objetivo manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.

A execução é descentralizada, para o serviço de Defesa Sanitária Animal do Estado, que trabalha também com recursos oriundos de convênio com o MAPA.

Os recursos financeiros utilizados nesta ação foram da Febre Aftosa, visto que há atividades que são concomitantes, isto é, as supervisões das ações delegadas são realizadas de modo geral e não especificamente do trânsito animal, seus produtos e insumos. Não solicitamos créditos orçamentários, mas no mês de maio foram disponibilizados recursos de natureza 33.90.14, 33.90.30, 33.90.33, 33.90.36 e 33.90.39, os quais, com exceção do 33.90.30, não foram utilizados devido à justificativa acima.

Os recursos humanos e materiais disponibilizados (pelo Órgão Executor) não atenderam a contento, (reduzida capacidade técnica instalada) para execução das atividades da ação.

Esta ação foi a mais prejudicada no Estado, visto que o Órgão Executor fechou três postos interestaduais de vigilância agropecuária no decorrer do ano. O serviço ficou prejudicado, mas há um compromisso do governo estadual de reabri-los em fevereiro do ano de 2009, dada a importância desta ação.

Com relação ao trânsito de animais, comparando-se o número de animais que saíram do Estado da Paraíba com Guia de Trânsito Animal – GTA e o número de animais fiscalizados nos postos fixos de fiscalização, verificamos que foram emitidas GTA para 6.815.276 (seis milhões, oitocentos e quinze mil, duzentos e setenta e seis) animais e foram fiscalizados pelos postos fixos, 43.621 (quarenta e três mil, seiscentos e vinte e um) animais. Mesmo que não haja postos de fiscalização em todas as saídas do Estado, o número de animais fiscalizados está muito aquém do ideal, comprovando que o fechamento dos três postos no ano de 2008 prejudicou muito o Estado em termos de fiscalização do trânsito de animais. Quanto aos dados de entrada (718.754), verifica-se que reflete quantitativo aquém do nº real que transitou nas barreiras e postos fixos, demonstrando assim a situação de ineficiência (fechamento) e precariedade de funcionamento dos mesmos.

Quadro 25.3

TRÂNSITO ANIMAL - GTA EMITIDA - 2008				
ANIMAIS	TRÂNSITO INTERESTADUAL		TRÂNSITO INTRAESTADUAL	
	NR. ANIMAIS	NR. GTA	NR. ANIMAIS	NR. GTA
BOVIDEO	10.697	1.634	286.228	63.451
EQUIDEO	1.036	355	381	172
OVINO	4.070	172	82.714	5.900
CAPRINO	1.814	171	59.261	5.029
SUÍDEO	856	139	26.759	4.009
PINTO DE UM DIA	1.001.800	35	0	0
AVE	129.822	4	506.627	1.029
AVESTRUZ	70	1	4	1
CAMARÃO	4.941.011	24	0	0
PEIXE ORNAMENTAL	724.100	6	8.770	3
TOTAL	**6.815.276**	**2.541**	**970.744**	**79.594**

SEDESA/DT

TRÂNSITO NOS POSTOS FIXOS

Quadro 25.4

ANIMAIS	ENTRADA		SAÍDA		EM TRÂNSITO	
	CABEÇA	VEÍCULO	CABEÇA	VEÍCULO	CABEÇA	VEÍCULO
BOVINOS	5.827	241	293	16	1.785	96
EQUIDEOS	329	77	276	69	1.123	216
OVINOS	190	76	96	136	273	9
CAPRINOS	61	4	203	5	156	14
SUÍDEOS	106	5	-	-	560	22
AVES	712.241	54	42.753	9	964.708	63
AVESTRUZ	-	-	-	-	-	-
CAMARÕES	-	-	-	-	166.680.813	100
OUTROS	-	-	-	-	84.377.296	41
TOTAL	**718.754**	**457**	**43.621**	**235**	**252.026.714**	**561**

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	ENTRADA		SAÍDA		EM TRÂNSITO	
	QUANTIDADE	VEÍCULO	QUANTIDADE	VEÍCULO	QUANTIDADE	VEÍCULO
CARNE VERMELHA FRIGORIFICADA (ton.)	311	23	-	-	1.149	67
AVES FRIGORIFICADAS (ton.)	64	3	-	-	30.717	29
PRODUTOS FRIGORIFICADOS (ton.)	237	41	-	-	208	27
CHARQUES (ton.)	-	-	-	-	-	-
PESCADO FRIGORIFICADO (ton.)	29	5	2	2	86	12
LATICÍNIOS (ton.)	2	1	12	1	98	5
COUROS E PELES (ton.)	-	-	653	44	68	5
MEL DE ABELHA (ton.)	-	-	-	-	-	-
OUTROS PRODUTOS (ton.)	63	3	-	-	-	-
OVOS DE CONSUMO (dúzia)	648.820	124	500	2	902.873	91

OVOS FÉRTEIS (dúzia)	68.836	3	1.590.790	94	688.615	48
INSUMOS AGROPECUÁRIOS	**ENTRADA**		**SAÍDA**		**EM TRÂNSITO**	
	QUANTIDADE	**VEÍCULO**	**QUANTIDADE**	**VEÍCULO**	**QUANTIDADE**	**VEÍCULO**
RAÇÃO PARA ANIMAIS (ton.)	7.416	611	538	26	306	38
PRODUTOS BIOLÓGICOS (dose)	152.000	1	-	-	45.000	1

SEDESA/DT

FISCALIZAÇÃO VOLANTE

Quadro 25.5

ESPÉCIE	Nº ANIMAIS
BOVINA	2.807
OVINA	224
CAPRINA	143
SUÍNA	542
TOTAL	**3.716**
TOTAL DE VEÍCULOS	**236**

SEDESA/DT

2.3.7.6. AÇÃO: 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1

Quadro 26 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Proteção de Plantas – CGPP/MAPA
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Coordenador estadual da ação	Antônio Hybernon da Silva
Unidades executoras	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA/DT/SFA-PB Gerência Operacional de Defesa Vegetal – GODV/SEDAP-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA/DT/SFA-PB Gerência Operacional de Defesa Vegetal – GODV/SEDAP-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Adriana Araújo Costa Truta – Portaria SFA-PB Nº 213 de 06.09.2005
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300 de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 17, Inciso I, alínea “a”, “e”, “h”, “i”, “j”, “l”, Incisos V, VI, XII. Art. 17. Ao Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/ DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de: a) vigilância zoossanitária e vigilância fitossanitária; e) emissão de Certificados Sanitários, quando requeridos, para produtos, subprodutos e derivados de origem animal destinados ao uso industrial e de Certificados Fitossanitários para vegetais ou suas partes, quando requeridos; h) análise e instrução de processos de credenciamento e cadastramento de profissionais, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de saúde animal e vegetal; i) fiscalização da execução de campanhas sanitárias ou fitossanitárias executadas mediante convênios e acordos;

Competências institucionais requeridas para a execução da ação (cont.)	j) cadastro, credenciamento e capacitação de profissionais específicos, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de sanidade agropecuária como emissão de certificados sanitários ou fitossanitários e guias ou permissão de transito de animais ou vegetais, na forma da legislação específica; l) certificação sanitária e fitossanitária de propriedades livres, monitoradas e controladas; VI - orientar, controlar, fiscalizar e auditar a execução de convênios, ajustes, acordos e contratos voltados a defesa sanitária agropecuária, emitindo parecer técnico sobre os trabalhos realizados; XII - orientar, emitir e manter controle de certificados específicos e guias ou permissões de trânsito, na forma da legislação.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.7.6.1. Resultados

Quadro 26.1 **PI – VIGIFITO1** **Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos**

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.	VIGIFITO1	Fiscalização Realizada (Unid.)	17	0	24	141,18

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Capacitação Técnica.	VIGIFITO1	Capacitação Realizada (Unid.)	14	0	14	100

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Participação em Cursos/Treinamentos.	02	Unid.
1.2. Ministrar Palestras/Cursos	03	Unid.
1.3. Participação em Reunião Técnica.	12	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
02. Fiscalização das Atividades do OEDSV no Trânsito de Vegetais e seus Produtos.	VIGIFITO1	Fiscalização Realizada. (Unid.)	02	0	02	100-

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
03. Acompanhamento e Avaliação de Convênio.	VIGIFITO1	Acompanhamento Realizado (Unid.)	0	0	0	-

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
04. Certificação Fitossanitária	VIGIFITO1	Vigilância Fiscalizada (Unid)	09	0	13	144,44

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
4.1. Supervisão das Ações do OEDSV no Controle da Certificação.	15	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
05. Vigilância e Controle de Trânsito Interestadual	VIGIFITO1	Vigilância Fiscalizada (Unid.)	08	0	09	112,50

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
5.1. Supervisão das Ações do OEDSV.	09	Unid.
5.2. Fiscalização realizada pelo OEDSV (Ação Descentralizada).	7.798	Unid.

Fonte: SEDESA/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No total dos recursos orçamentários descentralizados, PI VIGIFITO, foram gastos 99,06%, considerando o exercício 2008. Quadro 26.2.

Quadro 26.2 **PI - VIGIFITO 1**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	11.788,14	4.158,89	0,00	7.629,25	0,00	64,72
33.90.30	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	100
33.90.33	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0
33.90.39	583,33	583,33	0,00	0,00	0,00	0
33.30.41	181.500,00	0,00	0,00	181.500,00	0,00	100
44.30.42	522.560,00	0,00	0,00	522.560,00	0,00	100
Total	**719.631,47**	**6.742,22**	**0,00**	**712.889,25**	**0,00**	**99,06**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

A ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, tem implementação descentralizada através da cooperação técnica com as instâncias estaduais para o trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional, por meio de celebração de convênios com órgãos públicos estaduais de defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, e infra-estrutura física como contrapartida de uma proposta de convênio apresentada.

O Sistema de Planejamento (SIPLAN) foi alimentado com número de partidas inspecionadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV), durante o exercício 2008, utilizando recursos próprios. Os dados são repassados pelo OEDSV, mensalmente, através de relatório, onde consta um resumo da movimentação mensal de produtos/insumos que transitam pela Paraíba, o relatório mensal técnico onde consta o número de fiscalizações realizadas em barreiras interestaduais fixas entre outras informações. Nas fiscalizações realizadas nos 06 Postos de Vigilância Agropecuária (PVAs), foi verificado que 50% deles estão fechados, os postos que ainda funcionam não dispõe de veículos para realização das atividades de fiscalização, não conseguindo assim impedir o trânsito de produtos vegetais em desacordo com a legislação que regulamenta o trânsito de vegetais. Em cumprimento a legislação de Sanidade Vegetal (IN 54 de 04 de dezembro de 2007; IN 55 de 04 de dezembro de 2007; IN 52 de 20 de novembro de 2007) , devem ser fiscalizados os produtos possíveis veiculadores de pragas quarentenárias A2, e que possam causar danos a economia. No caso do Estado da Paraíba, podemos destacar o trânsito dos seguintes produtos vegetais possíveis veiculadores de pragas quarentenárias A2 de importância econômica para o nosso Estado e a quantidade fiscalizada pelo Órgão executor no exercício 2008: banana (5.345,6 T), citros (8.999,5 T) e uva (79 T).

A necessária articulação institucional para promover a integração de ações foi realizada através de fiscalizações periódicas em Postos de Vigilância (PVA's) Agropecuária e Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV's). Durante o exercício foram realizadas 24 Fiscalizações das ações desenvolvidas pelo OEDSV, na execução das atividades de Defesa Sanitária Vegetal, sendo 09 em PVAs e 13 em ULSAV's para verificar a conformidade das ações desenvolvidas com a legislação em vigor, e 02 fiscalizações no controle da emissão de CFO em estabelecimento exportador de frutas para a União Européia. Para as questões apuradas nas fiscalizações, foram gerados relatórios encaminhados ao chefe do SEDESA, e em seguida ao Diretor Técnico da SFA-PB para providências e notificação ao OEDSV das inconformidades encontradas e medidas a serem adotadas.

Quanto à cooperação técnica, foi realizado um treinamento sobre Defesa Sanitária Vegetal e Certificação Fitossanitária para Engenheiros Agrônomos do OEDSV, e uma palestra sobre Certificação Fitossanitária no I Encontro de Citricultores do Estado da Paraíba, realizado pela UFPB e Embrapa Mandioca e Fruticultura.

Foram realizadas 05 reuniões técnicas visando a aprovação de um Plano de Trabalho objetivando a celebração de convênio para Execução de Atividades de Sanidade Vegetal no Estado da Paraíba ainda no exercício 2008, visando solucionar as questões apuradas nas fiscalizações, como a execução das atividades de Defesa Sanitária Vegetal de acordo com o previsto no Decreto 5.741 de 30 de março de 2006 e demais legislação de Sanidade Vegetal. Como produto das discussões, o OEDSV apresentou um Plano de Trabalho, que resultou na Celebração de um convênio entre a SFA-PB e a SEDAP-PB com o objetivo de Manter a vigilância nos Postos Agropecuários e realizar levantamento para detecção de pragas quarentenárias presentes nas culturas de citros, banana e uva, com o objetivo de obter o reconhecimento oficial de área livre, sob Processo: 21032000368200836, com um valor global de 774.460, sendo 704.060,00 de repasse e 70.400,00 de contrapartida, assinado em 03/07/08, publicado no D.O.U. em 11/07/08, porém não liberado devido ao prazo eleitoral e posteriormente aguardando solução de condicionantes do convênio.

As conseqüências da não liberação dos recursos foram que as ações de Defesa Sanitária Vegetal continuaram necessitando de sérios ajustes, sempre com o OEDSV alegando falta de recursos de convênio para não realização de atividade de Sanidade Vegetal.

A capacitação em Educação Sanitária foi realizada utilizando recursos do PI VIGIFITO, as diárias foram pagas na própria SFA-PB, porém para a passagem aérea, os recursos foram disponibilizados para a SFA-SE para que o pagamento fosse efetuado, devido a problemas administrativos no contrato de passagens aéreas da nossa SFA.

Os recursos, humanos, financeiros e materiais disponibilizados foram suficientes e tempestivos para o desenvolvimento dos trabalhos.

2.3.8. PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Quadro 27 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Objetivos específicos	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal; Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal; Gestão e Administração do Programa; Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal; Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados; Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais; Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal; Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal;
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Maçao Tadano
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	SEDESA/PB
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal; Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC); Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, industrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 4745 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - FISCORGEN

2.3.8.1. AÇÃO: 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN

Quadro 28 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CBIO
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius Segurado Coelho
Coordenador estadual da ação	Antônio Hybernon da Silva

Unidades executoras	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA/SFA-PB Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/SFA-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA/DT/SFA-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Adriana Araújo Costa Truta – Portaria SFA/PB Nº 213 de 06.09.2005
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300 de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 17, Inciso I, alínea "n". Art. 17. Ao Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/ DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de: n) fiscalização das atividades relacionadas a organismos geneticamente modificados, na forma de legislação específica, em articulação com o SEFAG/DT.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.8.1.1. Resultados

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No PI FISCORGEN foi gasto 92,61%, considerando os recursos orçamentários descentralizados no exercício de 2008. Quadro 28.1.

Quadro 28.1 **PI – FISCORGEN**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	1.413,57	109,82	0,00	1.303,75	0,00	92,23
33.90.30	250,00	0,67	0,00	249,33	0,00	99,73
33.90.33	2.000,00	160,20	0,00	1.839,80	0,00	91,99
Total	**3.663,57**	**270,69**	**0,00**	**3.392,88**	**0,00**	**92,61**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

A Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados é de execução direta da SFA em atendimento a demandas da Coordenação de Biossegurança (CBIO). No exercício 2008 a CBIO demandou apenas a verificação da ocorrência de plantio de algodão herbáceo em zona de exclusão para cultivo de algodão geneticamente modificado, que devido à urgência do trabalho, foi realizada com recursos do PI PCEVEGETAL.

A CBIO organizou também duas reuniões Técnicas, com caráter de capacitação, para os RT de cada Estado. A primeira realizada em Brasília, no dia 08 de outubro de 2008, e a segunda em Fortaleza, no período de 09 a 12 de dezembro de 2008.

Os recursos disponibilizados no exercício 2008 objetivaram assegurar as despesas com as reuniões técnicas citadas acima, assim, o percentual utilizado foi de 92,61%.

II. Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG

EQUIPE DE TRABALHO:
Carlos Henrique de Farias Ximenes – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Elisângela Luiza de Souza – Médica Veterinária – Fiscal Federal Agropecuário
Gilberto Vaz de Figueiredo - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
José Luiz Leite de Barros - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
José Ribamar Vidal – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
João Batista Diniz – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Gecemar Cordeiro Júnior - Fiscal Federal Agropecuário
Marcio Ayron Cavalcanti de Almeida - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Paulo Roberto Maciel Fernandes - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Raimundo Luiz da Silva – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Wilton Ribeiro Pinho - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
João Batista Diniz – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Lílian S. Fernandes Lima – Engenheira Agrônoma - Fiscal Federal Agropecuário
Daniel Rodrigues Viana – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Francisco de Assis Pereira Carneiro - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Geraldo Gonçalves da Rocha - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
João Batista da Silva - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Luiz Carlos Andrade da Costa - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Natanael Rodrigues Viana - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Vilberto Nunes Raimundo - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários

UTRA Campina Grande:
Alexandre Agra Duarte – Engenheiro Agrônomo - FFA
Giovanni Perazzo Barboza – Engenheiro Agrônomo - FFA
Gilberto Bevenuto da Silva – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA Patos:
Girley Medeiros Palmeira Maia – Agente de Inspeção
Joaquim de Oliveira Santos – Agente de Atividade Agropecuária

Apoio Administrativo:
Maria Auxiliadora Silva da Cunha – Terceirizado – Apoio Administrativo (SOLMAR)
Rosalina Feitosa dos Santos – Terceirizado – Apoio Administrativo (SOLMAR)

Ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:
a) inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue;
b) inspeção e fiscalização da produção e do comércio de produtos de origem vegetal in natura, processados e industrializados;
c) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem abate de animais de açougue, que industrializam, beneficiam, manipulam,
fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal;
d) fiscalização das atividades de classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origens animal e vegetal, bem como de tipificação de carcaças;
e) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, inclusive resíduos de valor econômico;
f) inspeção e/ou fiscalização de produtos de origens animal e vegetal no comércio varejista e atacadista, na forma da legislação;
g) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem a industrialização, beneficiamento, manipulação, fracionamento, certificação e embalagem de matérias-primas, produtos e derivados de origem vegetal;
h) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres, vegetais in natura e industrializados, consoante normas regulamentares, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho, para o mercado nacional;
i) análises laboratoriais específicas para apoiar ações de inspeção e/ou fiscalização agropecuária;
j) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; e
l) inspeção e fiscalização da produção integrada e orgânica.
II - orientar e fiscalizar as atividades de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico e a inspeção de bebidas e fermentados acéticos, de competência estadual outorgada pela legislação especifica;

III - fiscalizar os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origens animal e vegetal, e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico;
IV - cadastrar os escritórios e empresas de exportação e importação de produtos e derivados de origens animal e vegetal;
V - autorizar previamente o embarque, inclusive no SISCOMEX, das importações e exportações de produtos de origens animal e vegetal, conforme legislação vigente;
VI - orientar, controlar e promover a emissão de Certificados, quando destinados ao comércio interestadual ou internacional, de produtos e derivados de origens animal e vegetal processados em estabelecimentos registrados;
VII - instruir, consoante normas específicas, processos de registro e apresentar parecer conclusivo para registro de:
a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos;
b) produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origens animal e vegetal; e
c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores, ou exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origens animal e vegetal;
VIII - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origens animal e vegetal para fins de análise fiscal, controle e registro;
IX - estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;
X - opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades de tipificação e classificação de animais, carcaças e produtos de origens animal e vegetal, para o encaminhamento devido;
XI - subsidiar o levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico e de tipificação e classificação de animais e de produtos de origem animal;
XII - acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origens animal e vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
XIII - instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação;
XIV - acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas;
XV - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, inclusive dados quantitativos e qualitativos;
XVI - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências; e
XVII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

2.3.9. PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Quadro 29 - Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Objetivos específicos	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal; Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal; Gestão e Administração do Programa; Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal; Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados; Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais; Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal; Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Maçao Tadano
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	SIPAG/DT/SFA/PB
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal; Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC); Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 8939 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – IPVEGETAL2

AÇÃO: 8938 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – INSPANIMAL3

AÇÃO: 4746 – PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS – PADCLASSIF

AÇÃO: 4723 - CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL - RESIDUOS

2.3.9.1. AÇÃO: 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2

Quadro 30 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGVB/DIPOV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Coordenador estadual da ação	Gecemar Cordeiro Júnior
Unidades executoras	SIPAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SIPAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Lílian Santos Fernandes Lima – Portaria SFA/PB nº 0149 de 15/10/08.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Dec. 5351/05 e Portaria MAPA Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 18, Inciso I, alíneas “b”, “e”, “f”, “g” e “h”; Incisos II, IV, VII, VIII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII. Art. 18. Ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT-UF) compete: I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de: b) inspeção e fiscalização da produção e do comércio de produtos de origem vegetal in natura, processados e industrializados; e) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, inclusive resíduos de valor econômico; f) inspeção e/ou fiscalização de produtos de origens animal e vegetal no comércio varejista e atacadista, na forma da legislação; g) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem a industrialização, beneficiamento, manipulação, fracionamento, certificação e embalagem de matérias-primas, produtos e derivados de origem vegetal; h) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres, vegetais in natura e industrializados, consoante normas regulamentares, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho, para o mercado nacional; II - orientar e fiscalizar as atividades de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico e a inspeção de bebidas e fermentados acéticos, de competência estadual outorgada pela legislação especifica; IV - cadastrar os escritórios e empresas de exportação e importação de produtos e derivados de origens animal e vegetal; VII - instruir, consoante normas específicas, processos de registro e apresentar parecer conclusivo para registro de: a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos; b) produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origens animal e vegetal; e

Competências institucionais requeridas para a execução da ação (cont.)	c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores, ou exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origens animal e vegetal; VIII - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origens animal e vegetal para fins de análise fiscal, controle e registro; XIII - instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação; XIV - acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas; XV - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, inclusive dados quantitativos e qualitativos; XVI - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências; e XVII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.9.1.1. Resultados

Quadro 30.1 PI – **IPVEGETAL2**

Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
8939- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.	IPVEGETAL2	Estabelecimento Inspecionado (Unid.)	215	224	227	101,33

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Registro de Estabelecimento e Produto	IPVEGETAL 2	Registro Realizado (Unid.)	120	120	60	50

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Registro concedido de estabelecimento.	07	Unid.
1.2. Registro concedido de produto.	59	Unid.
1.3. Renovação, alteração e cancelamento de estabelecimento.	05	Unid.
1.4. Renovação, alteração e cancelamento de produtos.	53	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
02. Certificação de produto de bebida e vinagre importado	IPVEGETAL 2	Certificação Realizada	57	57	45	78,95

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Certificado de produto importado	45	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
03. Inspeção e fiscalização de bebida.	IPVEGETAL 2	Inspeção Realizada (Unid.)	257	260	298	114,62

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Fiscalização realizada.	264	Unid.
3.2. Inspeção realizada.	49	Unid.
3.3. Produto fiscalizado.	87	Unid.
3.4. Produto amostrado.	187	Unid.
3.5. Produto apreendido.	69.969	L

3.6. Produto em conformidade.	89	Unid.
3.7. Produto não conforme.	18	Unid.
3.8. Auto de Infração.	37	Unid.
3.9. Advertência emitida.	04	Unid.
3.10. Multa Aplicada.	04	Unid.
3.11. Multa.	41.000,00	R$
3.12. Termo de Apreensão.	29	Unid.

Fonte: SIPAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: PI IPVEGETAL 2 – Durante o exercício utilizou-se o percentual de 85,16%, considerando os recursos descentralizados. Quadro 30.2.

Quadro 30.2 **PI – IPVEGETAL2**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	20.571,96	1.269,25	0,00	19.302,71	0,00	93,83
33.90.30	5.864,00	0,00	0,00	5.864,00	0,00	100
33.90.33	14.250,00	4.767,83	0,00	9.482,17	0,00	66,54
Total	**40.685,96**	**6.037,08**	**0,00**	**34.648,88**	**0,00**	**85,16**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Em 2008, as ações desenvolvidas sob este PI focaram os fabricantes e padronizadores de vinhos e bebidas em geral, com ênfase absoluta na verificação da conformidade legal e inocuidade destes alimentos, expressando com eficiência e eficácia o compromisso absoluto com a proteção ao direito do consumidor.

Estas ações estão representadas pelas 227 inspeções a estabelecimentos produtores e manipuladores, num incremento de 44% em relação a 2007 e superando em 5% a meta atribuída no SIPLAN.

Em face deste aumento de volume em relação ao período anterior houve apreensões de 69.969 litros de produtos, ante os 1.311 litros em 2007; 37 autuações contra seis em 2007.

Foram interditados 09 estabelecimentos, como conseqüência da identificação de risco iminente ao consumidor por precárias condições higiênico-sanitárias e/ou ausência de registro no órgão fiscalizador.

Estas ações foram agrupadas, em sua maioria, sob a forma de operações especiais, tendo por base a setorização e por princípios as conveniências sazonais, de forma a privilegiar a atuação preventiva. Assim, por exemplo, os engenhos produtores de destilados de cana foram inspecionados no início da safra, e eventuais não conformidades detectadas poderiam ser sanadas antes do início da moagem.

Posto que mais de 70% dos estabelecimentos registrados no estado dedicam-se à produção de polpa de frutas (27%) e aguardente/cachaça (44%), concentraram-se sobre estes as operações realizadas. A que se somou demanda da Coordenação para prevenção e combate à fraude em vinhos, de que resultou um acompanhamento e amostragem mensal dos três estabelecimentos padronizadores localizados no estado.

Dentre os produtos amostrados no exercício, citam-se: polpa de fruta (22 coletas), aguardente (43 coletas), vinhos (57 coletas), derivados da uva e do vinho (10 coletas), vodka (26 coletas), bebida alcoólica mista (02 coletas), cachaça (06 coletas) fermentado acético (06 coletas), cerveja (03 coletas).

Na atividade de Apreensão destacaram-se: aguardente/cachaça (54.814 Litros), vodka (18 litros), polpa de frutas (8.150 Kg), água de coco (97 litros), sucos e néctares (810 litros), bebidas alcoólica mista (78 litros) e 62.700 unidades de rótulos.

Cumpre destacar os avanços decorrentes do melhor planejamento das missões, com aproveitamento de roteiros e racionalização da distribuição das tarefas, que resultaram em melhoria dos índices de economicidade de recursos financeiros, visto que, a despeito da atuação mais ampla, foram gastos em diárias R$ 19.302,71; contra os R$ 20.842,88 em 2007.

No campo institucional, a operação no segmento de vinhos ensejou uma aproximação com a Secretaria da Receita Estadual, com vistas à aquisição de dados que permitam cotejar as informações fornecidas pelas empresas do setor, procedimento essencial na auditagem de dados visando aferir a utilização dos insumos necessários à perfeita aderência aos padrões de identidade e qualidade dos produtos abrangidos pela legislação.

Em um caso específico, a adoção de procedimentos subseqüentes de auditoria (tributária e quantitativa) foi efetuada, com efeitos positivos para a última, que se serviu de documentos previamente verificados. Este fato gerou, inclusive, perspectiva de firmatura de acordo de cooperação técnica entre as partes, com vistas à ampliação do serviço de inteligência das mesmas.

O segmento de vinhos e bebidas em geral é notoriamente dinâmico, com franco desenvolvimento de tecnologias de produção e fortemente competitivo. Esta característica reflete-se no amplo número de requisições de aprovações de rotulagem e de registro de produtos, responsável por grande consumo de estrutura do serviço vez que, gratuitos, são largamente utilizados pelas indústrias, às quais interessa manter um cabedal de produtos previamente aprovados, e competem em volume com os trabalhos de inspeção e fiscalização propriamente ditos, que devem ser conduzidos paralelamente.

Por seu turno, esta característica setorial demanda sólida formação técnica por parte do corpo de fiscais, constando em 2008 apenas uma oportunidade de capacitação individual, para o FFA Giovanni Perazzo, e uma coletiva, esta representada pelo encontro nacional da inspeção vegetal, em Pirenópolis (GO).

2.3.9.2. AÇÃO: 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3

Quadro 31 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DIPOA/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Március Ribeiro de Freitas
Coordenador estadual da ação	Gecemar Cordeiro Júnior
Unidades executoras	SIPAG/DT/SFA-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SIPAG/DT/SFA-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Márcio Ayron Cavalcanti de Almeida – Portaria SFA/PB nº 222 de 12/09/05
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria Ministerial n. 300 de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art.18, Inciso I, alíneas “a”, “c”, “d”, “e”, “f” e “j”; Incisos IV, V, VI, VII, VIII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII. Art. 18. Ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT-UF) compete: I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de: a) inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue; c) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue, que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal; d) fiscalização das atividades de classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origens animal e vegetal, bem como de tipificação de carcaças; e) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, inclusive resíduos de valor econômico; f) inspeção e/ou fiscalização de produtos de origens animal e vegetal no comércio varejista e atacadista, na forma da legislação; j) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; IV - cadastrar os escritórios e empresas de exportação e importação de produtos e derivados de origens animal e vegetal; V - autorizar previamente o embarque, inclusive no SISCOMEX, das importações e exportações de produtos de origens animal e vegetal, conforme legislação vigente; VI - orientar, controlar e promover a emissão de Certificados, quando destinados ao comércio interestadual ou internacional, de produtos e derivados de origens animal e vegetal processados em estabelecimentos registrados; VII - instruir, consoante normas específicas, processos de registro e apresentar parecer conclusivo para registro de: a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos; b) produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origens animal e vegetal; e

Competências institucionais requeridas para a execução da ação (cont.)	c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores, ou exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origens animal e vegetal; VIII - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origens animal e vegetal para fins de análise fiscal, controle e registro; XIV - acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas; XV - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, inclusive dados quantitativos e qualitativos; XVI - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências; e XVII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.9.2.1. Resultados

Quadro 31.1 **PI – INSPANIMAL3**

Inspeção e Fiscalização de Produto de Origem Animal

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.	INSPANIMAL3	Estabelecimento Inspecionado (Unid.)	200	145	145	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Registro de Rótulos e Produtos de Origem Animal.	INSPANIMAL3	Rótulo Registrado (Unid.)	115	124	145	116,94

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Análise de documento/emissão de parecer técnico.	145	Unid.
1.2. Rótulo registrado	92	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
02. Registro de Estabelecimento de Produto e Subproduto de Origem Animal.	INSPANIMAL3	Estabelecimento registrado (Unid.)	05	04	05	125

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Emissão de laudo de vistoria de terrenos.	06	Unid.
2.2. Emissão de título de registro de estabelecimento relacionado.	01	Unid.
2.3. Processo encaminhado para registro no DIPOA	04	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
03. Inspeção de estabelecimento de produto e subproduto de origem animal	INSPANIMAL3	Estabelecimento Inspecionado (Unid.)	200	145	145	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Supervisão em estabelecimento de carnes e ovos.	04	Unid.
3.2. Supervisão em estabelecimento de leite e derivados.	21	Unid.
3.3. Supervisão em estabelecimento de pescado e derivados.	09	Unid.
3.4. Supervisão em estabelecimento de mel e produtos apícolas.	02	Unid.
3.5. Inspeção de barco-fábrica.	03	Unid.

3.6. Inspeção de leite de consumo.	12.787.990	L
3.7. Inspeção de carnes e derivados.	711.109	Kg
3.8. Inspeção de leite e derivados.	17.981.997	Kg
3.9. Inspeção de pescado e derivados.	269.294	Kg
3.10. Análise laboratorial de carnes, derivados e ovos.	16	Unid.
3.11. Análise laboratorial de leite e derivados.	66	Unid.
3.12. Análise laboratorial de mel e produto apícola.	01	Unid.
3.13. Análise de água.	05	Unid.
3.14. Fiscalização no comércio varejista e casa atacadista.	25	Unid.
3.15. Acompanhamento de missões e auditorias.	02	Unid.
3.16. Capacitação de técnico.	06	Unid.
3.17. Auto de infração.	45	Unid.
3.18. Auto de multa.	24	Unid.
3.19. Termo de advertência.	06	Unid.
3.20. Apreensão de produtos.	184.544	Unid.

Fonte: SIPAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Analisando o PI INSPANIMAL 3, o percentual aplicado nas Atividades da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos e Subprodutos de Origem Animal, em relação aos recursos descentralizados no exercício, foi de 97,97%. Quadro 31.2

Quadro 31.2 **PI – INSPANIMAL3** **Demonstrativo orçamentário/financeiro**

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	46.584,22	1.001,45	0,00	45.582,77	0,00	97,85
33.90.30	10.663,50	0,00	0,00	10.663,50	0,00	100
33.90.33	15.929,41	268,50	0,00	15.660,91	0,00	98,31
33.90.39	550,00	230,00	0,00	320,00	0,00	58,18
Total	**73.727,13**	**1.499,95**	**0,00**	**72.227,18**	**0,00**	**97,97**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Durante o ano de 2008 o Projeto Atividade "Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal" conseguiu manter a inspeção permanente nos estabelecimentos submetidos a este tipo de inspeção e a inspeção periódica dos demais estabelecimentos, tendo atingido e em alguns casos, ultrapassado as metas propostas. Foram aplicados na fiscalização e inspeção R$ 72.227,18 que corresponde a 97,97% dos recursos descentralizados. No ano de 2007 os recursos utilizados corresponderam a R$ 55.448,96 dos quais, R$ 29.330,67 foram destinados à aquisição de materiais permanentes. Portanto, foram aplicados quase o triplo dos recursos utilizados no ano anterior nas atividades de inspeção e fiscalização.

O aumento na aplicação de recursos utilizados foi devido intensificação da fiscalização pelas demandas surgidas durante o ano e das ações emanadas pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA em Brasília-DF, além disso, houve a necessidade da manutenção da inspeção permanente em estabelecimento de abate distante da sede. Novos estabelecimentos, localizados principalmente no interior do Estado, demandaram a aplicação de recursos. Outro fato para este aumento foi que as viagens para atender solicitações do DIPOA (ex.: realização de auditorias em outros Estados por Fiscais desta SFA-PB) tiveram os recursos descentralizados para esta SFA-PB que foi responsável pela geração das Ordens de Serviço, as quais, anteriormente eram geradas diretamente pelo DIPOA.

Também houve um incremento das atividades realizadas em virtude do desencadeamento da Operação Lactose pela Polícia Federal, onde foram desvendados esquemas realizados por empresas para fraudar leite em pó com adição de soro lácteo

(produto de menor valor) que resultou na apreensão de mais de 180 toneladas de leite em pó, principalmente, de soro lácteo e de composto lácteo por este Serviço, tendo sido coletadas amostras dos respectivos lotes de leite em pó, que os resultados das análises confirmaram a fraude. No âmbito administrativo foram lavrados 27 autos de infração contra a empresa fraudadora para aplicação das sanções previstas na legislação. Foram realizadas fiscalizações no comércio para apreensão de lotes dos produtos. Este tipo de fraude (econômica) não causa danos diretamente à saúde pública, porém, os valores nutricionais do alimento são reduzidos, podendo levar, como exemplo, a uma desnutrição infantil.

Dando cumprimento a diretrizes traçadas pelo DIPOA, organismo central das ações, tem sido implementado um trabalho de coleta de amostras, em estabelecimentos comerciais, de produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos produtores de outros Estados da Federação para verificação da qualidade dos mesmos, onde das 16 amostras coletadas, 06 encontravam-se não conformes com os padrões estabelecidos. Quanto às amostras fora do padrão foram adotadas as providências administrativas cabíveis com autuação dos estabelecimentos infratores. Os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Federal são submetidos à inspeção permanente ou a inspeção periódica por Agentes de Inspeção e Fiscais Federais Agropecuários, como também são submetidos à Supervisão Técnica por Fiscais sediados no SIPAG, pelo menos duas vezes ao ano. Também são realizadas auditorias por Fiscais designados pelo DIPOA em Brasília, para verificar as condições técnico-higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e as ações realizadas pelos responsáveis pela inspeção local.

Durante a inspeção, os Agentes de Inspeção, dentre as suas atividades, acompanham a realização das análises das matérias-primas e produtos acabados, pelos responsáveis do controle de qualidade dos estabelecimentos. Nos estabelecimentos de abate é realizada a inspeção ante-mortem e a inspeção pós-mortem de todos os animais abatidos por Fiscal Federal Agropecuário – Médico Veterinário, auxiliado por Agentes de Inspeção.

Realizou-se a inspeção permanente ou periódica em 02 estabelecimentos de carne e derivados, 03 estabelecimentos de pescado e derivados, 10 estabelecimentos de leite e derivados, 02 estabelecimentos de ovos e 05 estabelecimentos de mel. Foram inspecionados mais de 12 milhões de litros de leite de consumo; 17.982 toneladas de produtos lácteos; 711 toneladas de produtos cárneos e 269 toneladas de pescado. Realizamos a inspeção permanente por Fiscal Federal Agropecuário e Agente de Inspeção em estabelecimento de abate de pequenos ruminantes.

A atuação do Serviço neste programa está pautada no objetivo de que sejam elaborados produtos sem riscos à saúde pública, produtos seguros, que apresentem padrões uniformes de identidade e qualidade e que atendam as legislações no que tange aos aspectos sanitários de qualidade e integridade econômica.

Ressaltamos que os recursos começaram a foram descentralizados a partir de janeiro de 2008, levando a uma aplicação mais racional e uso parcimonioso dos mesmos. Durante o ano houve convocações para participação em várias reuniões pelo DIPOA com vistas à intensificação das ações principalmente de combate a fraude em produtos de origem animal.

2.3.9.3. AÇÃO: 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF

Quadro 32 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Aferir a conformidade e a qualidade dos produtos vegetais.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos vegetais; elaboração de regulamento técnico para validação de padrões; classificação dos produtos para certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados à disposição dos consumidores; e fiscalização da identidade e da qualidade nas fases de preparação, embalagem e comercialização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGQV/DIPOV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Coordenador estadual da ação	Gecemar Cordeiro Júnior
Unidades executoras	SIPAG/DT/SFA-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SIPAG/DT/SFA-PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Carlos Henrique de Farias Ximenes – Portaria SFA-PB Nº 0146 – 14/10/08.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Dec. 5351/05 e Portaria MAPA nº 300 de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 18, Inciso I, alíneas “b”, “d”, “e”, “f”, “g” e “j”; Incisos II, VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI e XVII. Art. 18. Ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT-UF) compete: I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de: b) inspeção e fiscalização da produção e do comércio de produtos de origem vegetal in natura, processados e industrializados; d) fiscalização das atividades de classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origens animal e vegetal, bem como de tipificação de carcaças; e) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, inclusive resíduos de valor econômico; f) inspeção e/ou fiscalização de produtos de origens animal e vegetal no comércio varejista e atacadista, na forma da legislação;

Competências institucionais requeridas para a execução da ação (cont.)	g) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem a industrialização, beneficiamento, manipulação, fracionamento, certificação e embalagem de matérias-primas, produtos e derivados de origem vegetal; j) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; II - orientar e fiscalizar as atividades de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico e a inspeção de bebidas e fermentados acéticos, de competência estadual outorgada pela legislação especifica; VIII - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origens animal e vegetal para fins de análise fiscal, controle e registro; IX - estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico; XI - subsidiar o levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico e de tipificação e classificação de animais e de produtos de origem animal; XII - acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origens animal e vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; XIII - instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação; XIV - acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas; XV - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, inclusive dados quantitativos e qualitativos; XVI - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências; e XVII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.9.3.1. Resultados

Quadro 32.1 **PI - PADCLASSIF** **Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais**

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.	PADCLASSIF	Produto Fiscalizado (Unid)	570	59.514	61.043	102,56

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01.Inspeção e fiscalização de produto	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid)	182	182	182	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Fiscalização de Estabelecimento.	153	Unid.
1.2. Inspeção de Estabelecimento.	29	Unid.
1.3. Coleta de Amostra.	78	Unid.
1.4. Auto de Infração.	77	Unid.
1.5. Multas.	179.480,10	R$
1.6. Advertência.	17	Unid.
1.7. Quantidade de Produto Fiscalizado.	2.863,89	T
1.8. Quantidade de Produto sob Suspensão de Comercialização.	240,45	T

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
02. Classificação de Produto Importado	PADCLASSIF	Classificação Realizada (Unid.)	570	59.514	61.043	102,57

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Quantidade de produto importado.	60.474	T
2.2. Certificado emitido.	06	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
03. Fiscalização de Classificadora Credenciada.	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid.)	01	02	02	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Fiscalização de credenciada.	02	Unid.
3.2. Número de certificado emitido pelo estabelecimento classificado credenciado.	366	Unid.
3.3. Quantidade de produtos classificados pelo estabelecimento classificador credenciado.	5.632,92	T

Fonte: SIPAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: O percentual utilizado no PI PADCLASSIF, em relação aos recursos descentralizados, foi de 90,46%. Quadro 32.2.

Quadro 32.2 **PI – PADCLASSIF**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVE (R$)L	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	10.158,30	199,14	0,00	9.959,16	0,00	98,04
33.90.30	4.246,61	53,29	0,00	4.193,32	0,00	98,75
33.90.33	11.156,32	4.288,20	0,00	6.868,12	0,00	61,56
33.90.92	77,00	0,00	0,00	77,00	0,00	100,00
44.90.52	30.000,00	767,06	0,00	29.232,94	0,00	97,44
Total	**55.638,23**	**5.307,69**	**0,00**	**50.330,54**	**0,00**	**90,46**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

O Plano Interno PADCLASSIF, parte integrante do Programa 0356-Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, tem amplo espectro de atuação, abarcando produtores, indústrias, cerealistas, armazenadores e estabelecimentos comerciais.

Toda ação de padronização, classificação e inspeção de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico está respaldada pela Lei nº 9972, de 25/05/2000; Decreto nº 6268, de 22/11/2007; Decreto nº 5351/05 e pela Portaria MAPA nº 300/05.

As ações executadas ao abrigo deste PI tem estreita correlação com a segurança alimentar da população e resguardo dos direitos do consumidor, pugnando pela diferenciação qualitativa dos produtos agrícolas, e assim seus efeitos perpassam a cadeia produtiva, oportunizando ganhos ao produtor rural, que passaria a receber não apenas por quantidade.

No desenvolvimento de suas atividades, foram fiscalizadas no exercício 61.043 toneladas métricas de produtos, suplantando largamente a meta atribuída pelo SIPLAN, de 570 toneladas.

O quantitativo fiscalizado abrange a importação de 57.636 toneladas de trigo, via porto de Cabedelo, necessariamente submetidos ao padrão nacional de classificação, conforme legislação vigente.

Como diferencial do quantitativo total acima mencionado, foram fiscalizadas 3.406 toneladas de produto circulante no mercado interno, correspondente a 1.272,144 toneladas de arroz, 550,491 toneladas de feijão, 249.411 litros de óleo de soja, 1.241.740 litros de óleos de algodão, canola e girassol, 41,91 toneladas de farinha de mandioca, 39,196 toneladas de milho pipoca, 9 toneladas de canjica de milho e 2,62 toneladas de farinha de trigo.

Foram fiscalizados 153 estabelecimentos, com coleta de 78 amostras fiscais para averiguação de conformidade.

Fazendo o contraponto com o exercício de 2007, verifica-se um incremento substancial na fiscalização eletiva, posto terem sido fiscalizadas 531 toneladas naquele período, ao passo em que o número de estabelecimentos fiscalizados variou em +17,6%.

Conquanto o número de amostras coletadas tenha diminuído em 28,4%, o número de Autos de Infração subiu 82,9%, alcançando 75 documentos lavrados em 2008, o que indica não apenas maior acurácia dos procedimentos fiscais, mas também uma maior amplitude de atuação, abrangendo demais aspectos da legislação em prol de seu objetivo maior, que é a instituição da classificação dos produtos vegetais dispostos nos padrões oficiais publicados.

A despeito dos resultados alcançados, o dispêndio de recursos públicos foi menor, sendo gasto apenas 64% do montante executado no exercício de 2007 em diárias (3390-14), refletindo a perseguição do princípio da eficiência na administração pública.

A dotação orçamentária como um todo sofreu uma contração de 56% em relação a 2007, sendo especificamente -16% para pagamento de passagens e despesas com locomoção e 63,5% com aquisição de equipamento e material permanente, ao passo em que a execução orçamentária teve desempenho melhorado, dos 89,54% do exercício de 2007 para 98,50% do período em comento.

Registra-se a participação do serviço, através do FFA Gecemar Cordeiro Júnior, como integrante do Subgrupo Técnico IV, com o objetivo de colaborar na elaboração dos atos administrativos complementares ao Decreto 6.268/07, conforme Portaria GM 1.186, de 08/12/2008, sendo necessário o deslocamento para Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ) para encontros de trabalho da citada equipe.

No que se refere à capacitação da equipe de fiscalização foram viabilizadas duas participações individuais em cursos de formação de classificadores, tendo logrado aproveitamento o FFA Raimundo Luiz da Silva em curso de classificação de farinha de mandioca em Londrina (PR) e o FFA Gecemar Cordeiro Júnior em curso de formação de classificador de feijão, em Brasília (DF).

Também se registrou o envio de delegação composta pelos FFAs Carlos Henrique de F. Ximenes e Gecemar Cordeiro Júnior ao Encontro Nacional da Inspeção Vegetal, em Pirenópolis (GO), considerada também ocasião de capacitação.

2.3.9.4. AÇÃO: 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESIDUOS

Quadro 33 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CCRC/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Leandro Diamantino Feijó
Coordenador estadual da ação	Gecemar Cordeiro Júnior
Unidades executoras	SIPAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SIPAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Márcio Ayron Cavalcante de Almeida
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria Ministerial Nº 300 de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art.18, Inciso I, alíneas “a”, “c”, “d”, “e”, “f” e “j”; Incisos IV, V, VI, VII, VIII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII. Art. 18. Ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT-UF) compete: I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de: a) inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue; c) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue, que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal; d) fiscalização das atividades de classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origens animal e vegetal, bem como de tipificação de carcaças; e) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, inclusive resíduos de valor econômico; f) inspeção e/ou fiscalização de produtos de origens animal e vegetal no comércio varejista e atacadista, na forma da legislação; j) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; IV - cadastrar os escritórios e empresas de exportação e importação de produtos e derivados de origens animal e vegetal; V - autorizar previamente o embarque, inclusive no SISCOMEX, das importações e exportações de produtos de origens animal e vegetal, conforme legislação vigente; VI - orientar, controlar e promover a emissão de Certificados, quando destinados ao comércio interestadual ou internacional, de produtos e derivados de origens animal e vegetal processados em estabelecimentos registrados; VII - instruir, consoante normas específicas, processos de registro e apresentar parecer conclusivo para registro de: a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos; b) produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origens animal e vegetal; e

Competências institucionais requeridas para a execução da ação (cont.)	c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores, ou exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origens animal e vegetal; VIII - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origens animal e vegetal para fins de análise fiscal, controle e registro; XIII - instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação; XIV - acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas; XV - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, inclusive dados quantitativos e qualitativos; XVI - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências; e XVII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.9.4.1. Resultados

Quadro 33.1 **PI - RESÍSUOS**

Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
4723 – Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.	RESÍDUOS	Análise realizada (Unid)	13	13	13	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Monitoramento de produto de origem vegetal.	RESÍSUOS	Monitoramento realizado (Unid)	05	05	05	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Coleta de amostra.	05	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
02. Monitoramento de produto de origem animal.	RESÍSUOS	Monitoramento realizado (Unid)	08	08	08	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Coleta de amostra.	08	Unid.

Fonte: SIPAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Dos recursos descentralizados para o PI-RESÍDOUS, foram gastos 77,94%. Quadro 33.2.

Quadro 33.2 **PI - RESÍDUOS**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	3.939,80	0,00	0,00	3.939,80	0,00	100,00
33.90.30	212,00	0,00	0,00	212,00	0,00	100,00
33.90.33	8.463,51	2.782,35	0,00	5.681,16	0,00	67,13
TOTAL	**12.615,31**	**2.782,35**	**0,00**	**9.832,96**	**0,00**	**77,94**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Foram desenvolvidas ações emanadas pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes (CCRC) tanto na área vegetal quanto na área animal. Houve participações de fiscais em reuniões técnicas nacionais para repasse das diretrizes da citada Coordenação. O Programa Nacional de controle de Resíduos e Contaminantes foi estruturado para respaldar as exportações brasileiras, no entanto, nos últimos anos vem atuando na verificação e controle dos produtos elaborados por estabelecimentos voltados ao comércio nacional, com vistas a preservar a saúde dos consumidores, haja viso que são pesquisados resíduos de antibióticos, de drogas de uso veterinário e contaminantes inorgânicos.

Os estabelecimentos e produtos são amostrados por sorteio utilizando-se programa estatístico e seguindo-se o escopo analítico do programa previamente aprovado e publicado. Foram sorteadas para o Estado da Paraíba 08 amostras de 03 estabelecimentos, as quais foram devidamente coletadas e analisadas nos laboratórios que atendem ao programa, tendo sido todos os resultados em conforme com a legislação vigente, revelando a conformidade dos produtos inspecionados.

Quanto à execução financeira, foram descentralizados, R$ 12.615,31, sendo aplicado R$ 9.832,96, tendo sido anulados R$ 2.782,35. Este volume de recursos anulados foi devido à liberação já nos últimos meses do ano para a participação de fiscais em reuniões nacionais, tendo sido utilizado valor abaixo do previsto inicialmente. Com a concordância da CCRC, também foram solicitados recursos para atender demandas da inspeção de produtos de origem animal que não foram necessários devido à paralisação, durante o mês de dezembro, do estabelecimento de abate que vinha demandando recursos para manutenção da inspeção permanente.

IV. Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG

EQUIPE DE TRABALHO:
Jerônimo Barata de Melo – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Artur Vasconcelos Valadares – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Reginaldo Ferreira Teixeira – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Hailton Pereira do Nascimento – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
José Noirto Monteiro – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Miguel Nelson Cavalcanti Costa – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Gesseraldo Gico de Sousa – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
João Batista de Almeida - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Maristela Amaral Macedo – Agente em Atividades Agropecuárias

UTRA – Campina Grande
Giovanni Perazzo Barboza – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Viviane Maria da Rocha de Almeida Andrade – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
José Antônio da Costa Filho – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Francisco de Assis Rodrigues - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário

UTRA – Patos
Francimar Alves de Sousa – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Tarcísio Ferreira Maia – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

Apoio Administrativo:
Tiago Fernandes da Silva – Terceirizado (SOLMAR) - até novembro
Falna Santos Félix – Terceirizado (SOLMAR) – a partir de dezembro

O Serviço de Fiscalização Agropecuário -SEFAG /DT/SFA/PB foi instituído através da Portaria Ministerial de Nº 300, de 16 de Junho de 2005, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na forma dos anexos I, II, III e IV á presente Portaria,nos Estados no seu Art, 19 ,revogando-se a Portaria nº 576, de 08 de dezembro de 1998.

Ao SEFAG compete:

I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de:

- fiscalização, inspeção controle e acompanhamento de estabelecimentos e firmas que se dedicam à produção e importação de sêmen e de embriões, de materiais genéticos avícola, suíno, apícola e sericicola e a prestação de serviços na área de reprodução animal;

II - estabelecimentos industriais produtores, importadores, exportadores e de comercialização de alimentos para animais;
III - estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e produtos de uso veterinário;
IV - produtores de sementes, mudas e plantas matrizes, com fins comerciais e uso próprio;
V - controlar o trânsito interestadual e internacional de agrotóxicos, seus componentes e afins;
VI - emitir parecer com vista à autorização ou não de exportação ou importação de sementes, mudas ou plantas matrizes.

O SEFAG é composto pelo seguinte Programa e respectivas Ações relacionadas a seguir:

2.3.10. PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Quadro 34 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Maria Angélica Ribeiro de Oliveira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Jerônimo Barata de Melo
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de conformidade de corretivos agrícolas; Taxa de conformidade defensivos agrícolas; Taxa de conformidade fertilizantes minerais; Taxa de conformidade de inoculantes.
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL – FISCINAN

AÇÃO: 2140 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO – FISPROVET1

AÇÃO: 2019 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGROPECUARIOS – FISCGENE

AÇÃO: 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS – FISCAGRIC1

AÇÃO: 2909 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS AO COMBATE DE PRAGAS E DOENÇAS - FISAGROTOX

AÇÃO: 2179 - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - FISCALSEM1

AÇÃO: 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES - FISFECOI

2.3.10.1. AÇÃO: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIP/MAPA
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tacci
Coordenador estadual da ação	Jerônimo Barata de Melo, Giovanni Perazzo Barboza e Francimar Alves de Sousa.
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG/DT/SFA/PB, UTRA Campina Grande e UTRA Patos/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Artur Vasconcelos Valadares – Portaria SFA/PB Nº 206 de 06/09/05.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 19, Inciso I, alínea "c", Inciso III. Art. 19. Ao Serviço ou Seção de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de: c) estabelecimentos industriais produtores, importadores, exportadores e de comercialização de alimentos para animais e seus respectivos produtos; III - colher amostra de insumos agropecuários – agrotóxicos e produtos de uso veterinário, seus componentes e afins, fertilizantes, corretivos e inoculantes, sementes e mudas, alimentos para animais e demais insumos - para o controle de qualidade da produção, análise fiscal e registro, consoante legislações específicas.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.10.1.1. Resultados

Quadro 35.1 **PI – FISCINAN**

Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.	FISCINAN	Fiscalização Realizada (Unid.)	50	116	149	128,44

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Registro e Cadastro de Estabelecimentos para Alimentação Animal.	FISCINAN	Registro/Cadas-tro Realizado (Unid.)	80	0	104	130

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de fiscalização.	149	Unid.
1.2. Coleta de amostra.	06	Unid.
1.3. Auto de infração.	06	Unid.
1.4. Notificação.	06	Unid.
1.5. Estabelecimento fabricante registrado.	10	Unid.
1.6. Estabelecimento comerciante cadastrado (EC).	94	Unid.
1.7. Estabelecimento fabricante cancelado (EF).	20	Unid.
1.8. Termo de advertência.	04	Unid.
1.9. Estabelecimento registrado importador (EI).	02	Unid.
1.10. Produto registrado.	30	Unid.
1.11. Produto cancelado.	16	Unid.
1.12. Amostra analisada.	28	Unid.
1.13. Anuência (LI).	01	Unid.
1.14. Reunião Técnica Nacional.	02	Unid.
1.15. Total de estabelecimento comercial cadastrado.	199	Unid.
1.16. Total de estabelecimento fabricante registrado.	29	Unid.

Fonte: SEFAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No PI FISCINAN foi aplicado 82,14% em relação ao valor descentralizado para o exercício de 2008. Quadro 35.2.

Quadro 35.2 **PI - FISCINAN**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	6.974,89	1.309,15	0,00	5.665,74	81,23
33.90.30	3.381,73	0,00	0,00	3.381,73	100,00
33.90.33	3.049,00	1.085,95	0,00	1.963,05	64,39
Total	**13.405,62**	**2.395,10**	**0,00**	**11.010,52**	**82,14**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

No que diz respeito ao Processo constituintes da Ação 2124 - FISCINAN, o "Registro e Cadastro de Estabelecimentos" em relação às metas programadas foram atingidas satisfatoriamente. Em 2008 foram executadas diversas atividades, tais como: Registrados 10 estabelecimentos fabricantes; cadastrados 94 estabelecimentos comerciais; Cancelados 16 estabelecimentos fabricantes; registrados 30 produtos entre ração, ingredientes e outros; Fiscalizados 701 produtos no comercio e industrias; Colhidas 11 amostras e Analisados 11 produtos. Destas amostras uma apresentou presença de Salmonella, as demais dentro dos padrões ou em conformidade. A quantidade das amostras analisadas não guarda estreita relação com a quantidade de produtos fiscalizados, por tratar-se de análise qualitativa dos insumos e matérias primas utilizadas. No caso da presença de Salmonella, ocorreu autuação do estabelecimento infrator com aplicação da penalidade de multa, conforme as normas em vigor.

No ano de 2008 tivemos uma evolução significativa no que se refere ao cadastramento de casas comerciais, pois nestes últimos dois anos cadastramos no Estado, aproximadamente 100% dos estabelecimentos que comercializam alimentos para animais. Comparando o número de fiscalizações realizadas em 2007 com as de 2008, tivemos um bom desempenho este ano. Os resultados das metas alcançadas foram dentro do esperado, apesar de alguns óbices como descentralização intempestiva de recursos e sobrecarga do Agente com atividades em outros PI´s.

Para a execução das atividades do PI-FISCINAN, tivemos a participação direta do corpo tático operacional das UTRA's de Campina Grande e Patos bem como de outros colegas da sede, uma vez que o trabalho de fiscalização é muito complexo para ser realizado por apenas 01 Fiscal.

A liberação dos recursos financeiros foi suficiente para atender aos objetivos do PI, sendo utilizados dentro dos princípios morais e profissionais, dando ênfase às prioridades do serviço. Em 2008 no elemento de despesa 33.90.30 (material de consumo), foram utilizados 100% dos recursos descentralizados devido à realização de ações conjuntas com outras atividades do Serviço e rateio das despesas. No elemento 33.90.14 o percentual utilizado foi de 81,23% e no elemento de despesa (passagem aérea) 33.90.33, 64,39% devido à majoração/minoração tarifária.

Para o exercício 2009 será complementada a implantação da IN 04/2007 de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padrão - POP's em 12% das fábricas de alimentos, rações, ingredientes, concentrados e suplementos.

2.3.10.2. AÇÃO: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1

Quadro 36 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIP/MAPA
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinícius de Santana Leandro Júnior
Coordenador estadual da ação	Artur Vasconcelos Valadares – Portaria SFA/PB, nº 206 de 06/09/05
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG/DT/SFA-PB, UTRA/CG e UTRA/PATOS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Artur Vasconcelos Valadares – Portaria SFA/PB, nº 206 de 06/09/05 e Gesseraldo Gico de Souza
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 19, inciso I, alínea "g". Art. 19. Ao Serviço ou Seção de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de: g) estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de produtos de uso veterinário e seus respectivos produtos.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.10.2.1. Resultados

Quadro 36.1 **PI - FISPROVET**

Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.	FISPROVET1	Produto fiscalizado (Unid.)	58	125	124	99,20

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Registro de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário.	FISPROVET1	Estabeleci-mento registrado (Unid.)	151	0	151	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termos de fiscalização emitidos.	124	Unid.
1.2. Análise documental.	75	Unid.
1.3. Formação de processo.	96	Unid.
1.4. Estabelecimentos comerciais registrados.	24	Unid.
1.5. Estabelecimentos comerciais renovados.	127	Unid.
1.6. Reunião técnica nacional, cursos e treinamentos.	01	Unid.
1.7. Estabelecimento comercial cancelado.	19	Unid.
1.8. Termo de apreensão.	65	Unid.
1.9. Auto de infração.	69	Unid.
1.10. Produtos apreendidos (biológico/farmacêutico).	771	Unid.
1.11. Notificação.	80	Unid.
1.12. Termo de advertência.	20	Unid.
1.13. Total de estabelecimento comercial registrado.	223	Unid.

Fonte: SEFAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No PI FISPROVET foi aplicado 86,50% em relação aos créditos descentralizados no exercício de 2008. Quadro 36.2.

Quadro 36.2 **PI – FISPROVET1**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	3.515,27	86,29	0,00	3.428,98	97,54
33.90.30	2.118,69	0,00	0,00	2.118,69	100
33.90.33	3.049,00	1.085,95	0,00	1.963,05	64,38
Total	**8.682,96**	**1.172,24**	**0,00**	**7.510,72**	**86,50**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Dos 223 municípios do estado, 100 possuem estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário, onde estão distribuídos os 223 estabelecimentos registrados. Destes, 24 tiveram seus registros emitidos no ano de 2008. Do total de municípios com estabelecimentos comerciais registrados, 54 foram fiscalizados no ano de 2008, resultando em 155 fiscalizações em igual número de estabelecimentos, representando 69,5% dos estabelecimentos. Nos 46 municípios restantes, encontram-se 68 estabelecimentos comerciais. Donde se deduz que 30,49% dos estabelecimentos não foram fiscalizados durante o ano de 2008.

Em relação à meta estadual estabelecida pela Coordenação Nacional para a fiscalização de estabelecimentos, de 58 fiscalizações, esta foi superada em 213,79%, uma vez que foram realizadas 124 fiscalizações durante o ano de 2008. Esta superação ocorreu devido à subestimação da meta estabelecida e ao incremento da fiscalização a partir do segundo semestre.

Foram lavrados 69 Autos de infração, motivados por apreensão de produtos de uso veterinário, ausência de registro e de renovação de licença para funcionamento. Destes, 05 processos já foram concluídos, resultando na aplicação de 05 penalidades de advertência e os demais se encontram em tramitação. Os 65 termos de apreensão emitidos, em 41,9% dos estabelecimentos fiscalizados, resultaram na apreensão de 771 produtos de uso veterinário.

Pela quantidade de Autos de infração e de Termos de apreensão emitidos, se observa que a fiscalização necessita se fazer mais presente, uma vez que se constatou nas ações fiscais desinformação e despreocupação por parte de muitos proprietários quanto ao cumprimento da legislação que versa sobre o comércio de produtos de uso veterinário.

Com relação aos recursos financeiros descentralizados para o PI FISPROVET, no elemento de despesa 33.90.14 foi utilizado 97,54 % com deslocamento dos FFA's na execução das atividades de rotina e reunões técnicas, no 33.90.30 utilizou-se 100% com combustíveis para nas atividades do PI incluindo as Utra's e SEFAG/DT. Na Natureza de Despesa 33.90.33 foi utilizado 64,38% dos recursos na aquisição de passagem aérea para participação dos FFA's em reuniões técnica nacional. Em comparação com o ano de 2007 os gastos se equipararam, em termos percentuais. Não ocorreram análises de amostras.

2.3.10.3. AÇÃO: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

Quadro 37 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso analises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIP/MAPA
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros de Freitas de Araújo
Coordenador estadual da ação	Artur Vasconcelos Valadares
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA/PB,
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG/DT/SFA/PB, UTRA/CG e UTRA/PATOS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Artur Vasconcelos Valadares – Portaria SFA/PB, nº 206 de 06/09/05.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 19, Inciso I, alínea "a", "e". Art. 19. Ao Serviço ou Seção de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de: a) estabelecimentos e firmas que se dedicam à produção e importação de sêmen e de embriões, de materiais genéticos avícola, suíno, apícola e sericícola, bem como à prestação de serviços na área de reprodução animal; e) registros de materiais genéticos animal e vegetal, de produtos veterinários, de alimentos para animais, de corretivos, fertilizantes, biofertilizantes e inoculantes e, ainda, dos estabelecimentos que os produzem, manipulam, fracionam ou importam e daqueles que prestam serviços especializados na agropecuária, de estabelecimentos criatórios de animais vivos, inclusive ratitas, na forma regulamentada pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.10.3.1. Resultados

Quadro 37.1 **PI - FISCGENE**

Fiscalização de Material Genético

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2019 – Fiscalização de Material Genético Animal.	FISCGENE	Fiscalização Realizada (Unid.)	40	42	42	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta	Corrigido	Realizado	%
01. Registro de Estabelecimentos de Serviços Pecuários.	FISCGENE	Registro Realizado (Unid.)	1	0	1	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de fiscalização e Inspeção.	42	Unid.
1.2. Reunião Técnica Nacional, Cursos e Treinamentos.	02	Unid.
1.3. Análise documental.	01	Unid.
1.4. Formação de processo.	01	Unid.
1.5. Vistoria.	01	Unid.

Fonte: SEFAG/DT/SFA – PB.

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro*:* O valor utilizado no PI FISCGENE foi da ordem de 49,91%, comparando-o com o valor descentralizado nesse exercício. Quadro 37.2.

Quadro 37.2 **PI - FISCGENE**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	5.289,99	2.170,56	0,00	3.119,43	58,97
33.90.30	2.495,61	0,00	0,00	2.495,61	100
33.90.33	7.398,00	5.434,95	0,00	1.963,05	26,53
Total	**15.183,60**	**7.605,51**	**0,00**	**7.578,09**	**49,91**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Durante o exercício de 2008, no PI FISCGENE, "Fiscalização de Material Genético Animal" foram realizadas 42 fiscalizações, cujo resultado quando comparado à meta programada atingiu o percentual de 100%; índice considerado satisfatório, tendo em vista que a meta foi estimada no histórico do número de estabelecimentos de ratitas (avestruzes) e ovos comerciais no Estado. A meta foi atingida em 100% também em virtude do incremento da ação da fiscalização para que os produtores procurassem se regularizar perante o MAPA. Essas fiscalizações referem-se ao registro de granjas de ciclo completo ou parcial de criatórios de ratitas, incluindo as granjas de matrizes de ovos para incubação, atividades estas incluídas recentemente no PI FISCGENE. No período foram fiscalizados 29.249.323 ovos férteis para incubação.

Com relação ao Processo "Registro de Estabelecimento de Serviços Pecuários" atingiu-se a meta esperada com registro 01 estabelecimento, este número varia em função da demanda. Neste ano ocorreu uma desistência significativa da atividade de criação de ratitas.

Os recursos descentralizados na Natureza de Despesa 33.90.14 (Diárias) atingiram percentual de utilização de 58,97%, menor do que no exercício passado que foi de 75,90%. A liberação dos recursos foi realizada dentro do programado. No ano de 2008, foram descentralizados recursos para atividades como Reunião Técnica e Treinamento. Com relação o elemento de despesa 33.90.33 (Passagens Aéreas) atingiu percentual de utilização de 26,53% devido aquisição do serviço com valores promocionais; a despesa 33.90.30 (Material de Consumo) atingiu o percentual de utilização de 100% devido a deslocamentos para atividade de fiscalização nas granjas matrizeiras, incubatórios e criadouros de ratitas no Estado.

Os recursos financeiros descentralizados pelo Órgão Central foram suficientes e utilizados com critério, visando às prioridades do projeto. A devolução de parte dos recursos se deu ao fato de algumas viagens serem realizadas em conjunto com outras atividades do SEFAG e SEDESA/DT. Não ocorreram análises de amostras.

2.3.10.4. AÇÃO: 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC

Quadro 38 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação	André Guilherme Mardgan
Coordenador estadual da ação	Jerônimo Barata de Melo
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	João Batista de Almeida – Portaria SFA/PB Nº 0133 de 10/09/08
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 19, inciso I, alínea "j". Art. 19. Ao Serviço ou Seção de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de: j - empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, leiloeiros, promotores de eventos, aviação e mecanização agrícola.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.10.4.1. Resultados

Quadro 38.1 **PI - FISCAGRIC**

Fiscalização de Serviços Agrícolas

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.	FISCAGRIC	Fiscalização Realizada (Unid.)	06	06	05	83,33

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta	Corrigido	Realizado	%
01. Registro de Empresas Prestadoras de Serviço Agrícola.	FISCAGRIC	Registro Realizado (Unid.)	0	0	0	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de fiscalização.	05	Unid.
1.2. Auto de infração.	00	Unid.
1.3. Análise documental.	02	Unid.
1.4. Autorização e prestação de serviços.	02	Unid.
1.5. Reunião Técnica Nacional, Eventos, Congressos e Cursos.	01	Unid.

Fonte: SEFAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No PI FISCAGRIC foram utilizados 61,78% dos créditos orçamentários descentralizados, no exercício de 2008. Quadro 38.2.

Quadro 38.2 **PI - FISCAGRIC**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	600,00	554,19	0,00	45,81	7,63
33.90.30	850,00	0,00	0,00	850,00	100
Total	**1.450,00**	**554,19**	**0,00**	**895,81**	**61,78**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

No exercício de 2008, o Projeto Atividade "Fiscalização de Serviços Agrícolas" atingiu o percentual de 83,33% em relação à meta estadual.

Com relação ao Processo "Registro de Empresas de Aviação Agrícola", não temos empresas registradas no SEFAG/PB, entretanto, autorizamos empresas de aviação agrícola de outros Estados, na prestação de serviços especialmente na cultura de cana-de-açúcar, no Estado da Paraíba, onde são fiscalizadas quanto ao registro, uso de equipamento (EPI), produto aplicado e outros requisitos de interesse da área. Foram realizadas 05 fiscalizações em Empresas de Aviação Agrícola, tais como: APLITEC e MADRI obtendo desempenho esperado em relação ao serviço prestado.

As ações de fiscalização são realizadas com a participação de fiscais federais agropecuários nas unidades contratantes do serviço checando "in loco" as condições técnicas das aeronaves, e se durante a execução dos serviços estão sendo observadas as normas vigentes.

Os recursos financeiros foram aplicados com parcimônia. Os resultados foram dentro do esperado em consonância com o valor gasto. Foram programadas 06 fiscalizações, porém das empresas que sempre atuam no Estado, só uma realizou serviços, ficando a meta abaixo do planejado, que depende da demanda.

Nenhuma empresa de aviação agrícola foi registrada no Estado. Não houve análise de amostras.

2.3.10.5. AÇÃO: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX

Quadro 39 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agronômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle depesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Coordenador estadual da ação	Miguel Nelson Cavalcanti Costa João Batista de Almeida
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG/DT/SFA-PB, UTRA Campina Grande e UTRA PATOS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	João Batista de Almeida – Portaria SFA/PB Nº 0133 de 10/09/08
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 19, Inciso I, alínea "h". Art. 19. Ao Serviço ou Seção de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de: h) estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como seus respectivos produtos, consoante normas específicas.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.10.5.1. Resultados

Quadro 39.1 **PI - FISAGROTOX**

Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.	FISAGROTOX	Fiscalização Realizada (Unid.)	37	-	37	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Registro de Fabricantes e Prestadora de Serviço de Agrotóxicos e Afins.	FISAGROTOX	Registro Realizado (Unid.)	-	-	-	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de Fiscalização.	37	Unid.
1.2. Autorização de Serviço	37	Unid.
1.3. Reunião Técnica, Eventos, etc.	04	Unid.

Fonte: SEFAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No PI FISAGROTOX foi utilizado 95,47% dos créditos orçamentários descentralizados no exercício. Quadro 39.2.

Quadro 39.2 **PI - FISAGROTOX**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	4.947,10	419,68	0,00	4.527,42	91,51
33.90.30	1.184,00	0,00	0,00	1.184,00	100
33.90.33	4.200,00	87,28	0,00	4.112,72	97,92
33.90.36	859,03	0,08	0,00	858,95	99,99
Total	**11.190,13**	**507,04**	**0,00**	**10.683,09**	**95,47**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

No Processo de "Registro de Fabricantes e Prestadora de Serviço de Especializados na Aplicação de Agrotóxicos e Afins", não houve registro de fabricantes e empresa prestadora de serviço fitossanitário e quarentenário. Nas atividades desenvolvidas houve a participação da UTRA Campina Grande e Patos/PB que vem realizando um trabalho de conscientização do uso adequado e correto de agrotóxicos na área rural e comunidades através do FORUM PERMANENTE DE AGROTOXICO, colegiado que conta com participação multiinstitucional de variados organismos ligados a saúde, meio ambiente, CREA, Ministério do Trabalho e etc.

Convém salientar que a competência de Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos é da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Pecuária e da Pesca – SEDAP, com supervisão a cargo do SEFAG/DT/SFA-PB. Assim, os dados foram executados e informados pela SEDAP/PB. Portanto, a SEDAP, em 2008 realizou 87 fiscalizações em 24 municípios: fabricantes cadastrados – 96; marca comercial cadastrada – 1.313; comerciantes cadastrados – 85; autos de infração emitidos – 87; transferência de titularidades – 13; inclusão de cultura – 65; correção de razão social – 01; alteração de marca comercial – 59; atualização do produtos – 92; alteração de cadastros – 25; adequação de cadastros – 17; alteração de endereço – 02; e mudança de RT - 03.

Com relação ao recurso financeiro, o montante descentralizado foi suficiente para a execução das atividades da ação e processos onde foram utilizados com critério por parte dos FFA's envolvidos. No elemento de despesa 33.90.14 utilizamos 91,51% do montante liberado, no deslocamento dos Fiscais Federais Agropecuários na execução das atividades inerentes ao PI, como também, na participação de reunião técnica e eventos. No 33.90.30 foi gasto 100% com combustíveis e outros serviços de pessoa física. Em 33.90.33 foram usados 97,92% do recurso descentralizado na aquisição de passagem aérea e na 33.90.36 utilizou-se 99,99% em serviços de pessoa física para atender as necessidades do SEFAG. Foram programadas 10 fiscalizações e foram realizadas 37 devido à demanda de importação de produtos paletizados, devendo todos receber devido tratamento fitossanitário através de fumigação, para entrar no País. Na empresa cadastrada para realizar tais tratamentos, foram realizadas 03 fiscalizações de rotina. Não ocorreu análise de amostras na realização das atividades.

2.3.10.6. AÇÃO: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM1

Quadro 40 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas-RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino
Coordenador estadual da ação	Reginaldo Ferreira Teixeira, Viviane Maria da Rocha de Almeida Andrade e Francimar Alves de Souza
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG/DT/SFA-PB, UTRA Campina Grande e UTRA Patos.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Reginaldo Ferreira Teixeira - Portaria SFA/PB, nº 207 de 06/09/05.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 19, Inciso I, alínea "f". Art. 19. Ao Serviço ou Seção de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de: f) produtores de sementes, mudas e plantas matrizes, que têm fins comerciais e uso próprio, consoante normas específicas, inclusive quanto á observância dos descritores definidos no Registro Nacional de Cultivares.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.10.6.1. Resultados

Quadro 40.1 **PI – FISCALSEM1**

Fiscalização de Sementes e Mudas

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas.	FISCALSEM1	Fiscalização Realizada (Unid.)	55	74	88	118,91

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
1. Credenciamento de RT e Inscrição de Produtor e Comerciantes de Sementes e Mudas.	FISCALSEM1	Registro Realizado (Unid.)	01	0	15	1.500

ATIVIDADE		Unidade
1.1. Termo de fiscalização.	88	Unid.
1.2. Análise documental.	22	Unid.
1.3. Credenciamento de RT	03	Unid.
1.4. Inscrição de campo	16	Unid.
1.5. Inscrição de viveiro	01	Unid.
1.6. Inscrição de produtor de mudas	01	Unid.
1.7. Inscrição de amostrador	15	Unid.
1.8. Laudo de vistoria	01	Unid.
1.9. Reunião Técnica e Evento Nacional.	04	Unid.

Fonte: SEFAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Considerando os créditos orçamentários descentralizados durante o exercício de 2008, foram aplicados 89,51% nas atividades do PI FISCALSEM1. Quadro 40.2.

Quadro 40.2 **PI – FISCALSEM1**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	14.255,74	1.734,75	0,00	12.520,99	87,83
33.90.30	2.219,98	0,00	0,00	2.219,98	100
33.90.33	21.325,50	1.884,15	0,00	19.441,35	91,16
33.90.36	2.500,00	100,00	0,00	2.400,00	96
33.90.39	567,33	567,33	0,00	0,00	0
Total	**40.868,55**	**4.286,23**	**0,00**	**36.582,32**	**89,51**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

O Projeto Atividade "Fiscalização de Sementes e Mudas" teve um bom desempenho 2008, pois foram realizadas 88 fiscalizações, superando a meta estadual programada que foi de 55, atingindo percentual de 118,91%.

Quanto ao Processo constituinte da Ação 2179, o "Credenciamento de RT e Inscrição de Produtor e Comerciantes de Sementes e Mudas", superou a meta programada, atingindo o percentual de 1.500%.

A falta de material de origem conhecida para propagação de mudas dificulta o desenvolvimento da fruticultura no Estado, e por consequencia a produção de mudas. Neste PI, foi liberado no elemento de despesa 33.90.14, R$ 14.255,74, para deslocamento dos Fiscais Federais Agropecuários nas atividades de fiscalização, treinamento, reunião técnica e força tarefa executada em outros Estados da Federação; no elemento de despesa 33.90.30 foi liberado R$ 2.219,98 para aquisição de combustíveis e na melhoria da sala de trabalho do SEFAG sendo utilizado 100% dos mesmos. No 33.90.33 foi descentralizado o valor de R$ 21.325,50, para aquisição de passagem aérea com 91,16% aplicados. No 33.90.36 foi R$ 2.500,00 utilizado 96% do valor em prestação de serviço de pessoa física. As despesas foram utilizadas com critérios de parcimônia e responsabilidade; os custos estão compatíveis com o programado e executado, incluindo viagens com o objetivo de: treinamento, atividades rotineiras e reuniões técnicas e várias BLITZ's realizadas por FFA's do SEFAG/PB em outros Estados, como São Paulo e Santa Catarina. Durante as atividades da Força Tarefa foram fiscalizadas 200.000 quilos de sementes de Soja, Feijão e Forrageiras. Com relação ao programado na fiscalização de sementes e mudas a meta foi atingida e superior porque voltamos a fiscalizar o comércio de sementes e mudas, com aumento da demanda, que antes era feita pelo Estado. O registro de produtor de sementes e mudas também foi satisfatório porque houve aumento de produção no Estado ou área produtiva. Não ocorreu análise de amostras neste exercício.

2.3.10.7. AÇÃO: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Quadro 41 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Coordenador estadual da ação	Hailton Pereira do Nascimento e José Noirto Monteiro
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA-PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG/DT/SFA-PB, UTRA Campina Grande e UTRA Patos.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Reginaldo Ferreira Teixeira - Portaria SFA/PB Nº 207 de 06/09/05.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 19, Inciso I, alínea "d". Art. 19. Ao Serviço ou Seção de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-UF) compete: I - programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de: d) estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e seus respectivos produtos.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.10.7.1. Resultados

Quadro 41.1 **PI - FISFECOI**

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.	FISFECOI	Fiscalização Realizada (Unid.)	141	165	222	134,54

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
01. Registro de Estabelecimentos Produtores e Comerciais de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.	FISFECOI	Registro Realizado (Unid.)	12	12	12	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de fiscalização.	222	Unid.
1.2. Coleta de amostra.	62	Unid.
1.3. Certificação de análise.	59	Unid.
1.4. Produto amostrado.	1.119	t
1.5. Auto de infração.	04	Unid.
1.6. Notificação.	04	Unid.
1.7. Reunião Técnica Nacional, Cursos e Treinamentos.	02	Unid.
1.8. Análise documental.	04	Unid.
1.9. Laudo de vistoria.	12	Unid.
1.10. Emissão de registro.	12	Unid.

Fonte: SEFAG/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2008, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – FISFECOI foram aplicados 86,95%. Quadro 41.2.

Quadro 41.2 **PI – FISFECOI**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	17.555,76	2.425,33	0,00	15.130,43	86,18
33.90.30	4.120,43	0,00	0,00	4.120,43	100
33.90.33	2.840,00	200,54	0,00	2.639,46	92,93
Total	**24.516,19**	**2.625,87**	**0,00**	**21.318,33**	**86,95**

Fonte: SEOF

Análise Crítica de Desempenho

Durante o ano de 2008 foram realizadas 222 fiscalizações no Projeto Atividade "Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes", cujo resultado comparado com a meta estadual alcançou o percentual de 134,54%, tendo sido amostrado 1.119 toneladas de fertilizantes químicos. A quantidade das amostras não foi mais significativa devido à descentralização de recursos intempestivamente para deslocamento dos FFA's, comprometendo a execução dos trabalhos nos meses fevereiro e março/2008, período considerado de consumo significante pelas usinas de açúcar da região. Foram registrados 12 estabelecimentos comerciais, atuadas 04 empresas por deficiência dos níveis de garantias.

Com exceção da quantidade amostrada as demais metas programadas foram atingidas satisfatoriamente, considerando também outras atividades executadas durante a fiscalização conforme relatado acima do documento em epigrafe.

As atividades do PI - FISFECOI desenvolvidas no ano de 2008, foram todas cumpridas dentro do cronograma pré-estabelecido no Plano Operativo Anual – POA/2008, com atingimento de todas as metas anuais programadas. O alcance dos objetivos teve como fatores responsáveis a alocação integral e oportuna de todos os recursos programados para a execução das atividades.

Com relação aos recursos orçamentários na Natureza de Despesa 33.90.14 (diárias), foram utilizados 86,18% dos recursos alocados e compatíveis com as necessidades da mesma. Na Natureza de Despesa 33.90.30 (Material de Consumo), foram utilizados 100% dos recursos alocados na compra de combustível. O restante dos recursos previstos para aquisição de material de expediente não foram utilizados, tendo em vista a constatação através de levantamento, da garantia dos serviços a serem executados pelo estoque ainda remanescente no Serviço. No elemento de despesa 33.90.33 foram utilizados 92,93%, dentro do programado sendo compatíveis com a necessidade do serviço.

V. Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

EQUIPE DE TRABALHO:
Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro – Engenheiro Agrônomo – FFA (Gestor do Serviço)
Cláudio Gilberto Pereira Monteiro – Médico Veterinário – FFA (Gestor Substituto do Serviço)
Manoel de Paula Rego – Médico Veterinário - FFA
Valter José de Freitas Holanda – Engenheiro Agrônomo - FFA
Rubens de Siqueira Lima – FFA Engenheiro Agrônomo
Apoio Administrativo:
Elza Maria da Silva – Terceirizado – Recepcionista (SOLMAR)
Benedito Cassemiro da Silva – Terceirizado (HASTE)

O Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância agropecuária, em portos, aeroportos, posto de fronteira e aduanas especiais;

II - coletar, processar e manter os dados do Sistema de Informações e Vigilância agropecuária – VIGIAGRO, do Ministério;

III - promover articulação com as autoridades aduaneiras, policiais e outras relacionadas ao comércio internacional;

IV - análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, em apoio ao UVAGRO, conforme legislação vigente.

O Serviço de Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO da Superintendência Federal de Agricultura da Paraíba atua através da Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO/Porto de Cabedelo, nas atividades de controle e defesa dos rebanhos e das áreas de produção vegetal do país, no Porto de Cabedelo, Aeroporto Castro Pinto em Bayeux, e no Collis Posteaux dos correios no recinto da sede da Delegacia do Ministério da Fazenda, em João Pessoa.

O VIGIAGRO é composto pelos seguintes Programas e respectivas Ações relacionadas a seguir:

2.3.11. PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Quadro 42 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Objetivos específicos	Garantir a segurança alimentar.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz.
Gerente executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação; Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação; Incidência da Praga "Cydia Pomonella"; Incidência da Praga "Mosca da Carambola"; Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina; Numero de Ocorrências da Peste Suína Clássica; Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca; Numero de Ocorrências de Raiva Bovina; Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola; Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras; Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico".
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Fonte: SIPLAN e DT

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2180 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS - FISCPLANTA2

AÇÃO: 2181 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – FISCANIMAL2

2.3.11.1. AÇÃO: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2

Quadro 43 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	COORDENAÇÃO GERAL DO SITEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL - VIGIAGRO/MAPA.
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho.
Coordenador estadual da ação	Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro
Unidades executoras	UVAGRO/VIGIAGRO/PB.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	VIGIAGRO/DT/SFA/PB.

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro, Portaria SFA/PB nº 230 de 12/09/05.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 22, Inciso I, Art. 23, Inciso I. Art. 22. Ao Serviço ou Seção de Gestão da Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/DT-UF), em articulação com as demais unidades organizacionais finalísticas da Superintendência Federal, compete: I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância agropecuária, em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais; Art. 23. Ao Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA-[local]/VIGIAGRO-UF) e à Unidade de Vigilância Agropecuária (UVAGRO-[local]/VIGIAGRO-UF), em articulação com as unidades organizacionais finalísticas da Superintendência Federal, compete: I - executar as atividades de vigilância agropecuária em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.11.1.1. Resultados

Quadro 43.1 **PI – FISCPLANTA2** **Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos**

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos.	FISCPLANTA2	Partida Inspecionada (Unid.)	121	121	178	147,1

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
1.Vigilância e Controle Fitossanitários do Trânsito Internacional de Vegetais, suas Partes, Produtos e Subprodutos.	FISCPLANTA2	Partida Inspecionada (Unid.)	121		178	147,1

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de ocorrência	36	Unid.
1.2. Licenciamento de importação deferido.	88	Unid.
1.3. Termo de fiscalização emitido (carreta, vagão e navio).	57	Unid.
1.4. Termo de Destruição (colis posteux)	04	Unid.
1.5. Termo de vistoria.	01	Unid.
1.6. Requerimento exportação e importação.	45	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta	Corrigido	Realizado	%
2. Fiscalização por meio de Análise Documental do Trânsito Internacional de Vegetais, suas partes, Produtos e Subprodutos.	FISCPLANTA2	Fiscalização Realizada (Unid.)	121	121	178	147,1

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Fiscalização das exportações e importações de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos.	57	Unid.
2.2. Requerimento para Suportes e Embalagens de madeira.	88	Unid.

Fonte: VIGIAGRO//DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2008 no PI FISPLANTA2 promoveu-se uma utilização percentual de 25,78%. Ressalvamos que na rubrica 33.90.39, devido aos entraves ocorridos na elaboração do projeto de reforma na sala da UVAGRO/Cabedelo, houve a anulação de 97,19% dos créditos orçamentários disponibilizados, por perda de prazo na aplicação. Quadro 43.2.

Quadro 43.2 **PI – FISCPLANTA2**

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	750,00	252,96	0,00	497,04	0,00	66,27
33.90.30	1.268,05	0,00	0,00	1.268,05	0,00	100,00
33.90.33	3.332,49	1.800,00	0,00	1.532,49	0,00	45,99
33.90.39	8.350,00	8.115,00	0,00	235,00	0,00	2,81
Total	**13.700,54**	**10.167,96**	**0,00**	**3.532,58**	**0,00**	**25,78**

Fonte: SEOF

COMPARATIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁREA VEGETAL 2007/2008

Quadro 43.3 **PI – FISCPLANTA2**

	Atividades Realizadas	Realizado 2007	Realizado 2008	Comparativo (%)
1	Fiscalização de partida/produto	129	178	137
2	Termos de Ocorrência	37	36	97,29
3	Fiscalizações em Embalagem e Suporte de Madeira	28	88	314,28
4	Termos de Destruição	01	04	400
5	Termos de Vistoria de Ambiente	08	01	12,5
6	Licenciamentos nas Exportações e Importações	96	45	46,87

Fonte: VIGIAGRO/DT

Análise Crítica de Desempenho

No presente exercício, o Projeto Atividade "Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos" alcançou desempenho acima do programado, pois foram inspecionadas 178 partidas das 121 previstas, permitindo um resultado de 147,1% em relação à meta estadual.

O mesmo desempenho ocorreu com os Processos de "Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, suas partes, Produtos e Subprodutos" e o de "Fiscalização por meio de Análise Documental do Trânsito Internacional de Vegetais, suas Partes, Produtos e Subprodutos", respectivamente, 147,1% em relação à meta programada.

Ressalva-se que nas ações desenvolvidas, as partidas inspecionadas (que é a nomenclatura adotada pela Coordenação Geral do Vigiagro, inclusive no SIPLAN par as metas estabelecidas e que é a unidade de carga adotada pelo sistema), se referem às inspeções realizadas em embalagem e suportes de madeira que são alvo de alerta sanitário internacional devido à ocorrência do besouro chinês, num total de 88 (oitenta e oito) fiscalizações realizadas, com a identificação de 36 (trinta e seis) não conformidades identificadas no que se refere à falta de procedimentos regulamentados pela NINF 15, que resultou na prescrição de tratamento fitossanitário de todas as partidas interceptadas. Outra ação destacada na atividade baseou-se nas fiscalizações de importação de trigo da Argentina, Canadá e EUA, pelo moinho M. Dias Branco, perfazendo um total de 05 (cinco) partidas inspecionadas com 51.430 toneladas e duzentos e trinta e quatro quilos fiscalizados e liberados para a indústria.

A UVAGRO-Cabedelo realizou ainda durante o exercício 41 (quarenta e uma) anuências de Liberações de Importação (LI's), de bebidas diversas importadas pela firma Licíno Dias Com. E Imp. Ltda.

Apesar do baixo desempenho do Agronegócio no Estado e da crise que vem se prolongando no Porto de Cabedelo, bem como as altas taxas portuárias cobradas, que têm contribuído significativamente para a combalida movimentação de navios e o consequente decréscimo do volume de exportação e importação de produtos agropecuários através do referido Porto, observa-se no entanto uma surpreendente vantagem do percentual realizado em relação ao programado, que justifica-se basicamente pela utilização da área alfandegada primária do Porto de Cabedelo/PB, para desembaraço de mercadorias desembarcadas no Porto de Suape-PE, resultando em uma maior requisição das atividades de fiscalização agropecuária do MAPA.

2.3.11.2. AÇÃO: 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2

Quadro 44 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	COORDENAÇÃO GERAL DO SITEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL - VIGIAGRO/MAPA
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Coordenador estadual da ação	Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro, Portaria SFA/PB nº 230 de 12/09/05.
Unidades executoras	UVAGRO-Cab/VIGIAGRO/PB
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	VIGIAGRO/DT/SFA/PB
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Cláudio Gilberto Pereira Monteiro, Portaria SFA-PB nº 0231 DE 12.09.2005.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria Nº 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Art. 22, Inciso I, Art. 23, Inciso I. Art. 22. Ao Serviço ou Seção de Gestão da Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/DT-UF), em articulação com as demais unidades organizacionais finalísticas da Superintendência Federal, compete: I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância agropecuária, em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais; Art. 23. Ao Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA-[local]/VIGIAGRO-UF) e à Unidade de Vigilância Agropecuária (UVAGRO-[local]/VIGIAGRO-UF), em articulação com as unidades organizacionais finalísticas da Superintendência Federal, compete: I - executar as atividades de vigilância agropecuária em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais.

Fonte: SIPLAN e DT

2.3.11.2.1. Resultados

Quadro 44.1 **PI FISCANIMAL2** **Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos**

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos.	FISCANIMAL2	Partida Inspecionada (Unid.)	23	23	32	139,13

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
1.Vigilância e Controle Zoossanitário do Trânsito Internacional de Animais, suas Partes, Produtos e Subprodutos.	FISCANIMAL2	Partida Inspecionada (Unid.)	23	23	32	139,13

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Licenciamento de importação deferido.	02	Unid.
1.2. Termo de fiscalização emitido (carreta, vagão e navio).	31	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Estadual	Corrigido	Realizado	%
2. Fiscalização por meio de Análise Documental do Trânsito Internacional de Animais, suas partes, produtos e subprodutos.	FISCANIMAL 2	Fiscalização Realizada (Unid.)	23	23	32	139,13

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Fiscalização das exportações e importações de animais e seus produtos.	01	Unid.
2.2. Termo de destruição (colis posteux).	01	Unid.
2.3. Termo de Ocorrência	01	Unid.
2.4. CTPI	-	Unid.

Fonte: VIGIAGRO/DT

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Os recursos descentralizados na rubrica 33.90.30 foram utilizados no pagamento de combustíveis destinados a deslocamentos dos FFA's da UVAGRO – Cabedelo, e aquisição de cartuchos de toner para impressoras das unidades VIGIAGRO/UVAGRO. Quanto aos recursos da rubrica 33.90.39 foram integralmente destinados na ação de destruição de material (penas e plumas de aves) apreendido no Porto de Cabedelo, sendo o trabalho realizado pela SERQUIP, empresa especializada em incineração de lixo e resíduo de risco. Quadro 45.2.

Quadro 44.2 **PI - FISCANIMAL2**

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	A LIQUIDAR (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.30	2.030,45	0,00	0,00	2.030,45	0,00	100
33.90.39	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	100
Total	**4.030,45**	**0,00**	**0,00**	**4.030,45**	**0,00**	**100**

Fonte: SEOF

COMPARATIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁREA ANIMAL 2007/2008

Quadro 44.3 **PI - FISCANIMAL2**

	Atividades Realizadas	Realizado 2007	Realizado 2008	Comparativo (%)
1	Fiscalização de partida/produto	25	32	128
2	Termos de Ocorrência	02	01	50
3	Fiscalizações nas Exportações/Importações	02	01	50
4	Termo de Fiscalização (navio, carreta, vagões etc)	26	31	119,23
5	Licenciamento de Importação Deferido	02	02	100
6	Fiscalização Análise Documental de Trânsito de Animais, suas partes, produtos e sub-produtos.	25	32	128

Fonte: VIGIAGRO/DT

Análise Crítica de Desempenho

O Projeto Atividade "Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos", com 32 partidas inspecionadas, em relação à meta estadual estabelecida para o exercício de 2008 que foi de 23 partidas previstas, alcançou 139,13% do programado. Por questões de logística operacional Porto de Cabedelo vem apresentando um recorrente baixo desempenho quanto a movimentação de navio e de cargas, no entanto houve um relativo acréscimo no desempenho e nas metas atingidas.

Ressalvamos a ação desenvolvida pelos FFA's da área animal, que apreendeu 25 (vinte e cinco) caixas de penas de aves (patos e gansos), provenientes da China, e que entrou ilegalmente no território nacional, representando risco de transmissão de doenças aos rebanhos, com o agravamento da ocorrência da Gripe Asiática, no continente asiático que se trata de zoonose.

Quanto as demais ações desenvolvidas na atividade, vale comentar as 31 (trinta e uma) fiscalizações nas embarcações atracadas e procedentes de outros países, onde basicamente se verificou as condições dos mantimentos de origem animal e vegetal para provisão de bordo, e o lixo e resíduos (sólido e orgânico) possível veiculador de doenças para o território nacional, trazendo risco não somente para os rebanhos nacionais como também para a população.

Os dois Processos que compõem a Ação 2181, a "Vigilância e Controle Zoossanitários do Trânsito Internacional de Animais, suas partes, Produtos e Subprodutos" e a "Fiscalização por meio de Análise Documental do Trânsito Internacional de Animais, suas partes, Produtos e Subprodutos", alcançaram resultados iguais ao Projeto Atividade, ambos no percentual de 139,13% .

RESULTADO DAS AÇÕES DO PROGRAMA "SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA" NO ESTADO

Levando em consideração que o programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária depende de demanda promovida principalmente pelo mercado do agronegócio no Estado, e tendo em vista que o Porto de Cabedelo se constitui na única via de escoamento de mercadorias visando o mercado externo, e que como é notório atravessa uma prolongada crise de atracação de navios, podemos concluir que os resultados alcançados foram satisfatórios tanto quantitativamente como qualitativamente. Estes resultados ocorreram devido a uma melhor estruturação do serviço de gestão, com a disponibilização, por parte da Coordenação do VIGIAGRO, de veículos suficientes para o atendimento das ações, bem como de equipamentos de informática que atendem as necessidades dos serviços. Consideramos que estas providências e demais ajustes tomados durante o curso do exercício tem contribuído para uma melhoria qualitativa das ações contempladas neste programa.

Em relação à força de trabalho, o VIGIAGRO-PB e a UVAGRO - Cabedelo recebeu neste exercício o reforço de um Eng. Agrônomo FFA Rubens de Siqueira Lima, proveniente do Estado da Amazonas, que entendemos vem aumentar a nossa capacidade de atendimento. No entanto, renovamos a deficiente condição de treinamento dos fiscais envolvidos nas ações de vigilância internacional e ressalvamos como prioritário a realização de cursos visando o aprimoramento técnico no ano 2009.

Na meta para 2008, o VIGIAGRO-PB estabeleceu a implementação da UVAGRO- Aeroporto Internacional Castro Pinto, para o que já se encontra disponibilizada uma sala para o funcionamento e dispõe dos equipamentos necessários para a operacionalizar, adquiridos com recursos contemplados pela Coordenação Geral do VIGIAGRO no final do exercício 2007, no entanto não houve a esperada concretização daquele terminal aeroportuário como rota de vôo internacional, o que frustrou a programação almejada.

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA

EQUIPE DE TRABALHO:
Maria do Socorro Niculau da Cunha – Chefe
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira - Chefe Substituta
Cristiane Eduardo Pereira Costa - Agente Administrativo
Gláucia Maria Maestracci Macedo – Assistente em Administração

Apoio Administrativo:
Bruno Lopes Vilar – Estagiário – CIEE até junho/2008
Rita Laurindo Costa – Recepcionista –Terceirizada (SOLMAR)

Consoante a Portaria nº 300 de 16.06.2005 que institui o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, no Art. 14 desse instrumento, foi criada a Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA, como Unidade de Assessoramento Direto, subordinado ao Superintendente da SFA/PB.

Ao SPA compete:

I - promover o processo de planejamento operacional e orientar as unidades organizacionais da Superintendência Federal na construção de indicadores de desempenho e de outros mecanismos de aprimoramento da gestão interna, inclusive o programa de qualidade da SFA/MAPA e ferramentas de auto-avaliação;

II - orientar e acompanhar a elaboração e consolidação de:

a) propostas relativas ao Plano Plurianual;
b) Plano Anual de Trabalho;
c) programação físico-orçamentária; e
d) Relatório de Gestão da SFA/MAPA.

III - acompanhar a execução dos planos, projetos e atividades desenvolvidas, bem como daquelas que foram delegadas, com base nos relatórios emitidos pelos sistemas de acompanhamento e de controle físico, orçamentário e financeiro;

IV - promover a realização de levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, visando apoiar as ações do Ministério.

Atividades Desenvolvidas

No exercício de 2008, a equipe de trabalho desta seção, alinhadas às atribuições institucionais, ao Mapa Estratégico do MAPA, no que se refere a excelência administrativa, com foco na iniciativa estratégica de ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira e sob a perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento relacionadas as iniciativas estratégicas de ambiente de trabalho e pessoas e adicionadas às ações de melhorias implementadas, fundamentada no Programa Nacional de Gestão Pública – GESPÚBLICA, foram planejadas e desenvolvidas as seguintes de atividades:

1. Nos meses de janeiro e fevereiro foi elaborada a Tomada de Conta Simplificada da SFA/PB, exercício 2008;

2. Em janeiro iniciou-se a implementação de ações de melhorias referentes ao Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos - PROVERH, a começar pelo projeto "Valorização e Reconhecimento do Servidor" que tem como objetivo reconhecer, valorizar e agradecer a qualidade dos serviços prestados pelos servidores, no desempenho de suas funções, nos diversos setores da SFA/PB. O lançamento foi com a homenagem à Valdenice de Paiva e Silva Aguiar, funcionária da empresa SOLMAR, por ocasião de seu pedido de demissão. Houve a participação de todos os servidores da SFA/PB e familiares da homenageada e teve a seguinte programação: histórico da vida profissional; mostra fotográfica da vida pessoal e profissional; depoimentos de servidores da SFA; registro de elogio a Valdenice, mencionada na pesquisa de satisfação realizada em 2006, no desempenho de suas funções; leitura de mensagem da equipe de trabalho da Seção da Tecnologia da Informação - STI e da SFA; portaria de reconhecimento, entrega de placa e um CD com o registro desse evento;

3. No período de 07 a 09 de abril de 2008, na SFA/AL, ocorreu a Reunião Regional Técnico-administrativo, da região Nordeste, organizada pelo Coordenador Geral de Apoio às Superintendências - CGAS, Chefes das SPA's, dos DAD/SAD e Superintendentes. O objetivo do evento foi apresentar a metodologia de padronização das ações das áreas administrativas e da Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA. Na ocasião foi discutida a elaboração do Plano Operativo – PO do PI – MANUT – 2008 e a definição dos indicadores de desempenho da área meio, de modo a proporcionar ao gestor uma ferramenta de gestão eficaz no monitoramento das ações desenvolvidas na área administrativa e fornecer subsídios para a elaboração do Relatório de Gestão, atividade essa desenvolvida nos diversos estados da federação, pelas SPA's. O Plano Operativo é composto dos seguintes elementos: demonstrativo do efetivo de servidores da SFA/PB, incluindo a formação escolar, lotação por serviço, seção e setor; quantitativo de veículo automotivo, equipamentos de informática, meios de comunicação e o universo das instalações físicas; produto da ação que são oriundos das atividades desenvolvidas pela área administrativa e são utilizados no cálculo dos indicadores de desempenho; orçamento por natureza das despesas do custeio das SFA's, por elemento de despesa, incluindo também a previsão do investimento, no decorrer do exercício; relatório de acompanhamento dos resultados – informando a categoria de elemento de despesa e apresentando a relação entre o programado e o realizado, com o respectivo percentual utilizado; série histórica, a partir de 2005, das despesas com custeio e funcionamento das SFA's, dando subsídio para analisar a tendência das despesas e projeção de gasto com mobiliário, rede elétrica e hidráulica, serviço de alvenaria, no corrente exercício. Ficou definido um calendário de encontros regionais e nacionais, trimestralmente, para monitorar e avaliar o desempenho das despesas e atividades desenvolvidas pelas SFA's, na área administrativa. A partir de junho, mensalmente, a equipe da SPA juntamente com a alta administração, realiza o planejamento do crédito orçamentário do Plano Operativo do PI-MANUT, sendo que o monitoramento é diário. Mensalmente, também, a partir de junho, as seções, setores e serviço da área administrativa encaminham para a SPA os produtos do Plano Operativo, necessários para o cálculo dos indicadores de desempenho. Desde o dia 05/09/2008 está disponível, na intranet, para consulta, o DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO PI MANUT 2008 da SFA/PB, cujo objetivo é dar visibilidade às despesas com o Custeio do PI MANUT, que é programado e monitorado pela Seção de Planejamento e Acompanhamento. O caminho para acesso é o seguinte: \\pb-spa04\Monitoramento MANUT\Demonstrativo Despesas MANUT 2008 compartilhado;

4. Esta seção foi convidada pelo Núcleo Estadual do GESPÚBLICA ,no Estado da Paraíba, a apresentar "Case da SFA/PB" – relatar as práticas de gestão implementadas e implantadas pela Superintendência de 1996 a 2007, fundamentadas no modelo de excelência da melhoria contínua da gestão - GESPÚBLICA - durante o Seminário Paraibano Certificação da Gestão Pública, ocorrida em 16/04;

5. Em abril aconteceu a comemoração dos aniversariantes do 1º trimestre, com a participação dos servidores ativos, terceirizados e estagiários, dando continuidade ao Projeto Aniversariante dos Servidores da SFA/PB, lançado em novembro de 2007, cujo objetivo é celebrar a vida de cada servidor, na data do aniversário, com a família SFA/PB, valorizar e reconhecer a importância dos servidores, no desempenho das atribuições profissionais, considerando o bem-estar, a satisfação e a motivação e melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Este Projeto consiste em a Superintendência encaminhar um cartão institucional para a residência de todos os funcionários ativos, terceirizados e estagiários e a cada três meses é comemorado os aniversariantes do trimestre. A programação do evento teve o seguinte roteiro: leitura dos nomes dos aniversariantes do mês de janeiro, fevereiro e março, seguida

de registro fotográfico de cada grupo, apresentação de mensagem e em parceria com a ASMAPA e AFFAMA foi servido um lanche;

6. Nos meses de março a setembro foi desenvolvido pelo STI, em parceria com o SPA, Setor de Material e Patrimônio – SMP e a Seção Execução Orçamentária e Financeira - SEOF, o Sistema de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro – SAFINDE, da área administrativa e técnica. Esse sistema, em fase de implantação, é um banco de dados gerencial, onde são registradas as informações, a partir de 2009, de toda a movimentação de crédito orçamentário e recursos financeiros, desde a liberação do crédito orçamentário no Sistema de Informação Orçamentárias e Financeiras - SIOR até o registro da ordem bancária, constando os respectivos processos pertinentes, elemento de despesa, modalidade de licitação, e as demais movimentações internas realizadas, como: suprimento de fundo, diária etc. Serão emitidos relatórios periódicos e consulta on-line, em tempo hábil, para os gestores e servidores ativos em geral. Ainda em fase experimental, o SAFINDE foi apresentado aos participantes da II Reunião das regiões norte-nordeste que aconteceu na SFA/SE e no I Encontro Nacional de Chefes de SAD/DAD e SPA's das SFA's, realizados em Goiânia, em outubro e dezembro, respectivamente;

7. No período de 19 a 21 de maio, aconteceu, na SFA/PB, a reunião norte-nordeste de Planejamento e Modernização da Gestão, organizada pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão –CGPLAN e Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências – CGAS. Esse evento teve como objetivo nivelar e padronizar os conceitos e informações sobre planejamento, que englobam a elaboração do PPA, o monitoramento das ações no âmbito do MAPA e as atividades desenvolvidas para a modernização da gestão. Foi apresentado e discutido, com as respectivas mudanças, o novo PPA 2008-2011, o Sistema de Informações de Planejamento - SIPLAN e sua operacionalização, enquanto ferramenta de gestão, utilizado como banco de dado gerencial, da área finalística. Essa reunião teve como público-alvo os chefes das SPA's, DAD'SAD's, o Coordenador da CGAS, os Coordenadores da CGPLAN, o Coordenador de Orçamento e a presença, no último dia, dos Superintendentes do Nordeste. Dessa reunião resultou num documento final contendo sugestões de melhoria para o funcionamento do SIPLAN e da Portaria MAPA 300, de 16/06/2005, sendo encaminhado a todos os participantes, ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Secretário Executivo e aos Superintendentes;

8. Dando prosseguimento ao projeto de qualidade de vida dos servidores da SFA/PB, foi comemorado o Dia das Mães, sendo apresentado os vídeos : Choro de Mulher e Há Tantas Mães e em parceria com a ASMAPA e AFFAMA foi servido um lanche;

9. Em junho foi realizado o levantamento do consumo de material de expediente, informática e outros materiais utilizados por cada serviço, seção e setor, atendido pelo Almoxarifado, nos anos de 2006 e 2007. O objetivo desse demonstrativo é assessorar o SMP quando da definição e planejamento das aquisições desses materiais para exercício de 2008/2009, evitando que alguns itens essenciais, que impactam diretamente no desempenho das atividades diárias, faltem no estoque do Almoxarifado. Esse arquivo foi disponibilizado em julho, via e-mail e comunicado no serviço de som, para todos os serviços, seções e setores da área finalística e de apoio;

10. No período de 07 a 10/06/2008, foi realizado o I Encontro Nacional de Planejamento e Acompanhamento Administrativo das SFA's – MAPA, em Goiânia, com a participação dos Chefes das SPA's e dos DAD/SAD's, para apresentação da avaliação do Plano Operativo do PI MANUT, no 1º semestre e reprogramação do 2º semestre;

11. Essa seção foi convidada pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão para apresentar a experiência da SFA/PB, no processo de melhoria da gestão, por ocasião da realização da reunião com as áreas de Planejamento e Acompanhamento das SFA'S das regiões sul, sudeste e centro-oeste e de Planejamento e Modernização da Gestão, organizada pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão – CGPLAN e Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências – CGAS, ocorrida na SFA/SP, em junho;

12. Em julho a equipe dessa seção criou o formulário Plano de Ação para registrar as sugestões apresentadas nas reuniões da Superintendência, desde quem falou, a ação, o responsável pela ação e até quanto custará para implementar. Esse formulário foi encaminhado em agosto, via e-mail para o Gabinete do Superintendente e Assessoria;

13. A SPA/PB assume a partir de julho a Coordenação das SPA's da região nordeste, junto a Coordenação Geral de Apoio às Superintendências – CGAS;

14. No dia 01/08 foi comemorado os 148 anos do MAPA, constando da seguinte programação:

    - hasteamento da Bandeira Nacional e execução do Hino Nacional, cerimônia de fixação do selo comemorativo dos 148 anos do MAPA,

- entrega da Medalha de "Voluntários da Rede Nacional da Gestão Pública" – GESPÚBLICA, ciclo 2007, aos servidores Hermes Ferreira Barbosa e Maria do Socorro Niculau da Cunha,
- comemoração dos aniversariantes do 2º trimestre,
- homenagem especial aos aposentados do 2º semestre de 2007 e 1º semestre de 2008, extensivo aos familiares dos servidores de Luciano Jorge, Marcos Bethâmio e Terezinha Fernandes. Essa homenagem constou do histórico de vida, mostra fotográfica, depoimentos de servidores, portaria de reconhecimento, placa de agradecimento e entrega de CD com registro da programação,
- homenagem especial aos gestores da administração anterior, com entrega de portaria de reconhecimento aos serviços prestados à Superintendência,
- posse da nova diretoria e em parceria com a ASMAPA e AFFAMA foi servido um lanche com comidas juninas;

15. A SPA homenageou o Dia dos Pais, sendo apresentado um vídeo alusivo ao dia, leitura de mensagem, registro fotográfico e, com a contribuição voluntária das mulheres da SFA, foi servido um café da manhã a essa equipe de colaboradores que fazem parte da força de trabalho da Superintendência, e aos demais servidores;

16. Em 18/08 foi realizada reunião da Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA com o Superintendente, Diretor Técnico, os responsáveis técnicos – RT's e Coordenadores de Ações Estaduais – CAE's com a seguinte pauta:

    - atualizar em agosto o SIPLAN, referente a janeiro a junho,
    - ajustar e analisar os processos e as atividades de cada PI, no Controle dos Indicadores de Desempenho - COINDE, com a versão do PPA 2008 – 2011, até setembro, visando o Relatório de Gestão;
    - implementar as Oportunidades de Melhorias - OM definidas na II Auto-avaliação, seguindo o seguinte passo a passo: apresentar as OM priorizadas, definição de metodologia, data para implementação do Plano de Melhoria da Gestão - PMG e assessorar as equipes que irão operacionalizar as OM's;
    - priorizar, implementar e monitorar as sugestões apresentadas na pesquisa de satisfação, seguindo o seguinte procedimento: apresentar o resultado da pesquisa pertinente a cada serviço, seção e setor, definir equipe de trabalho para priorizar as ações de melhoria a serem implementadas, considerando as sugestões/comentários apresentados, focados nas necessidades dos cidadãos-usuário e o impacto no resultado dos serviços oferecidos à sociedade, definir metodologia de trabalho, data para implementação das sugestões apresentadas, elaborar plano de melhoria com as ações priorizadas, o método (reunião bimestral) de acompanhamento e assessorar os serviços, seção e setores na implementação e monitoramento das sugestões;

17. Em agosto a SPA foi convidada pelo Núcleo Estadual do GESPÚBLICA para apresentar a experiência de aplicação do Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS na SFA/PB, incluindo a metodologia utilizada e o resultado da pesquisa, aos integrantes voluntários desse Núcleo e a participação de um servidor da EMLUR da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB;
18. No dia 19/08 ocorreu a reunião da SPA com o Superintendente, Chefe do SAD e das seções e setores da área administrativa, com a seguinte pauta:

    - apresentar o Plano Operativo do PI MANUT e os produtos necessários para o cálculo dos indicadores de desempenho,
    - implementar as oportunidades de melhorias definidas na II Auto-avaliação da Gestão,
    - priorizar as sugestões apresentadas na pesquisa de satisfação, implementar e monitorar, seguindo o seguinte procedimento: apresentar o resultado da pesquisa referente a cada serviço, seção e setor, definir equipe de trabalho para priorizar as ações de melhoria a serem implementadas, considerando as sugestões/comentários apresentados, focados nas necessidades dos cidadãos-usuários e o impacto no resultado dos serviços oferecidos à sociedade, definir de metodologia de trabalho, data para implementação das sugestões apresentadas, elaborar plano de melhoria com as ações priorizadas, o método (reunião bimestral) de acompanhamento e assessorar os serviços, seção e setores na implementação e monitoramento das sugestões. A partir de setembro, iniciamos com a Diretoria Administrativa - SAD a priorização das sugestões apresentadas na pesquisa de satisfação, inerente a esse serviço; algumas foram implementadas e outras estão em andamento, tendo sido definida pela equipe da SPA e SAD e aprovada pela alta administração a metodologia de aplicação. Para a escolha das sugestões a serem priorizadas foram levados em consideração alguns critérios, como: as que impactam diretamente na efetivamente no resultado da gestão e melhoria para o cidadão-usuário que busca os nossos serviços, menor custo ou as que não envolve custo. As demais sugestões que já estão segmentadas nos respectivos serviços, seções e setores da área administrativa e da área técnica, serão trabalhadas em 2009, devido principalmente ao volume de demandas de serviço da Coordenação Geral de Apoio às Superintendências – CGAS e internamente;

19. No dia 01/09 essa Superintendência realizou, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Cabedelo/PB, a campanha de vacinação contra rubéola, extensivo aos familiares dos servidores ativos, terceirizados e estagiários;

20. Em 23 de setembro foi realizada a avaliação do 1º semestre de 2008 da área administrativa e finalística, no Auditório do SEBRAE, com a participação de toda a força de trabalho;

21. Essa seção foi convidada pela SFA/ES para apresentar a experiência da SFA/PB no processo de melhoria da gestão, por ocasião da realização do Seminário de Gestão Pública da SFA/ES, no período de 23 a 26/09/08;

22. Em 30/09 foi servido um café da manhã em homenagem ao Dia da Secretária;

23. Nos dias 30 e 31 de outubro, em homenagem do Dia do Servidor Público, foi realizada a III Mostra Cultural dos Servidores da SFA/PB, com a temática: Saúde e Valorização do Servidor. Esse evento teve como objetivo sensibilizar o servidor no que se refere aos cuidados com a saúde, como um dos fatores que contribui para a melhoria da qualidade de vida, descobrir os talentos existentes na força de trabalho e valorizar o servidor no desempenho das atribuições diárias. A programação foi a seguinte:

    - exposição de produtos artesanais das servidoras da SFA/PB,
    - stand da saúde: UNIODONTO MÓVEL - ações preventivas de saúde bucal, com entrega de kit de higiene bucal pela UNIODONTO aos servidores,
    - Verfificação de pressão arterial,
    - literatura de cordel apresentada pelo servidor Mageciene Chaves,
    - apresentação musical: Ana Cristina, Jô, Thiago, Vânia e Walkyr,
    - III Mostra Fotográfica, como registro da memória administrativa,
    - comemoração dos aniversariantes do 3º trimestre, com a leitura dos nomes e mensagem aos mesmos;
    - palestra: Saúde Bucal - Prevenção e Métodos de Higienização - Dr. Tertuliano Brito Neto – UNIMED
    - apresentação de poesia dos servidores:
      Artur Valadares - "Flores do Coração" e "Meu Pajeú" – Autor: Artur Valadares, escrita em julho de 1998, Miguel Nelson - "O Trabalho" – Autor: Olavo Bilac,
    - apresentação musical: servidor Lúcio Flávio,
    - Palestra: Qualidade de Vida - Dr. Hilário Lourenço de Freitas Júnior - Médico Epidemiologista - Prof. da UFPB,
    - sorteio, entre os servidores, dos produtos artesanais produzidos pelas servidoras artesãs da SFA/PB,
    - entrega dos certificados aos palestrantes e artesãs,
    - III Mostra Culinária dos Servidores da SFA/PB,
    - II Torneio de Futebol masculino,
    - II Torneio de voleibol masculino-feminino e I Torneio de Baleado feminino;

24. No período de 01 a 05/12 realizou-se, em Goiânia, o II Encontro Nacional de Chefes das SPA's e SAD/DAD's das SFA's. O objetivo foi avaliar o Plano Operativo do PI MANUT das SFA'S, os resultados físico-financeiros obtidos, os indicadores de desempenho operacionais até outubro de 2008, discutir a elaboração da programação do custeio e funcionamento das SFA's, ajustar os indicadores de desempenho e a tabela de produtos da área administrativa, para 2009;

25. Em dezembro essa seção foi convidada pelo Programa Paraibano de Qualidade - PPQ para apresentar a experiência da SFA/PB na aplicação do Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS/GESPÚBLICA, durante o Seminário de Benchmarking;

26. No dia 17/12 foi realizado o Lançamento do Projeto de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos do MAPA – PROVERH/SFA/PB. O objetivo desse projeto é propiciar bem-estar aos servidores da SFA quanto às expectativas de satisfazer às necessidades e o estado de motivação, através de atividades e competências específicas, que gerem melhoria na qualidade de vida, associada às evidências de retenções de talentos e desenvolvimento dos servidores tanto pessoal como profissional.O evento teve a seguinte programação:

    - palestra sobre Depressão, com a psicóloga Lara Ferreira Guerra – UNIMED João Pessoa,
    - comemoração dos aniversariantes do 4º trimestre,
    - oficina de beleza – O Boticário,
    - entrega de doações de fraldas geriátricas para o Hospital Padre Zé e em parceria com a ASMAPA e AFFAMA foi servido um lanche;

27. Com o resultado da II Auto Avaliação da Gestão da SFA/PB, fundamentada no instrumento dos 250 pontos do GESPÚBLICA, obtivemos a pontuação de 185 pontos e foi elaborado o II Plano de Melhoria da Gestão – II PMG, culminando na priorização de 06 Oportunidades de Melhorias - OM's, das quais, em 2008, foi implementada 50% das OM's definidas. As demais OM serão implementadas em 2009;

28. Está em fase de elaboração o Manual de Procedimento Padrão da SPA;

29. A partir de 2006, todas as ações de melhorias implementadas e eventos realizados foram disseminadas e comunicadas aos servidores através do serviço de som ambiente, avisos e/ou comunicados em nome da Diretoria, fixados nos quadros de avisos e nas portas de entradas dos ambientes de trabalho, em reuniões com a alta administração e chefes de serviços, seções e setores, memorando circular expedido do Gabinete do Superintendente e protocolado aos diversos serviços, seções e setores, alguns por e-mail e para as UTRA's Campina Grande, Patos e UVAGRO foram encaminhados memorandos circulares, via fax;

30. Com o planejamento, realinhamento e monitoramento do Plano Operativo do PI MANUT da SFA/PB, no ano de 2008, extraímos os seguintes resultados:

    a) Produtos
    b) Indicadores de desempenho da área administrativa

a) Produtos

Quadro 45

Produtos do Plano Operativo do PI MANUT da SFA

SRH		Quant.
Treinamentos na área administrativa	nº	43
Servidores ativos	nº	103
Fiscais federais agropecuários ativos	nº	48
Fiscais federais agropecuários afastados	nº	02
Agentes de atividade agropecuária e de inspeção ativos	nº	13
Agentes de atividade agropecuária e de inspeção afastados	nº	02
Servidores administrativos ativos	nº	42
Servidores administrativos afastados	nº	01
Solicitação de aposentadoria	nº	04
Concessão de aposentadoria	nº	03
Servidores envolvidos na concessão de aposentadoria	nº	01
Concessão de pensão	nº	12
Concessão de licença maternidade	nº	02
Concessão de licença médica	nº	11
Concessão de licença médica	dias	1.114
Concessão de auxílio-funeral	nº	15
Concessão de licença assiduidade	nº	08
SMP	nº	
Processos licitatórios abertos (dispensa, inexigibilidade e outros)	nº	100
Processos licitatórios em conformidade	nº	89
Processos licitatórios concluídos/homologados	nº	92
Servidores envolvidos nos processos licitatórios	nº	03
Contratação de postos de abastecimento	nº	01
Elaboração de contratos de prestação de serviços	nº	04
Pedidos de serviços e materiais	nº	111
Solicitações apresentadas no Almoxarifado	nº	899
Solicitações atendidas no Almoxarifado	nº	899
SEOF	nº	
Diárias pagas na SFA/PB	nº	1.702
Servidores envolvidos no pagamento de diárias	nº	03
Pagamentos efetivados	nº	2.687
Emissão de nota de empenho	nº	1.183
Servidores envolvidos na emissão de nota de empenho	nº	03
Concessão de suprimento de fundo	nº	100 ou 97
Gabinete da SFA		
Passagens processadas	nº	127
Participação em eventos externos	nº	65
Participação em reuniões no MAPA	nº	05
Reunião com a equipe interna	nº	123
Reunião regional e nacional com os superintendente	nº	03
SAG		
Manutenção física unidade descentralizada	nº	01
Processo de alienação de bens	nº	04
Inventario de bens móveis	nº	01
Manutenção da frota de veículo	nº	164
SPA		
Elaboração de relatório de atividades	nº	10
Reunião nacional	nº	02
Reunião regional	nº	03
SPR		
Registro de documentos encaminhados para setores internos	nº	7.994
Autuação de processos administrativos	nº	1.697
Registro de documentos encaminhados para órgãos externos	nº	945
Ofícios expedidos	nº	2.928
STI		
Diárias emitidas	nº	1.716

b) Indicadores de desempenho da área administrativa

Quadro 46

Painel dos Indicadores Operacionais de Área Administrativa

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALOR	MENSAL
			SRH		
Ialimed (%)	Eficácia	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	(1.114 / 103 x 365) x 100 = **2,96** %	0,24 %
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de servidores totais afastados com Licença Médica	(11 / 103) x 100 = **10,67** %	0,89 %
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de servidores FFA com afastamento por licença médica	(7 / 48) x 100 = **14,58** %	1,21 %
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administ.ativos) x100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	(2 42) x 100 = **4,76** %	0,40 %
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de concessão de aposentadoria em 30 dias	(03 / 4) x 100 = **75** %	6,25 %
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	3 / 1 = **3**	
			SMP		
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	92 / 100) x 100 = **92** %	7,66 %
Iaalm (%)	Eficácia	(Número de pedidos atendidos/ número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do almoxarifado	(899 / 899) x 100 = 100 %	100 %
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de processos de licitação.	92 / 3 = **30,67**	
			SEOF		
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	(1.702 / 1.716) x 100 = **99,18** %	8,26 %
Icfg(%)	Eficácia	(Nº de conformid.atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da gestão (contábil)	(5 / 12) x 100 = **41,66** %	3,47 %
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	1.868.585,42 / 1.882.681,55) X 100 = **99,25 %**	
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	1.702 / 3 = **567,33**	
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	1.183 / 3 = **394,33**	

Serviço de Apoio Administrativo – SAD

EQUIPE DE TRABALHO:
Jonas Francisco de Oliveira – Chefe do SAD/SFA/PB até abril de 2008
João Gonçalves Abrantes New – chefe do SAD a partir de abril de 2008
Hiula Leite Nóbrega – Agente Administrativo

Apoio Administrativo:
Roberta Félix Paulino - Estagiária

Ao Serviço de Apoio Administrativo da Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SAD/SFA/PB, compete:

I - promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e o processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados no planejamento anual;

II – realizar os procedimentos necessários à elaboração de licitações, contratos, convênios e alienação de bens móveis;

III – instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;

III - apoiar e subsidiar a participação da SFA/PB nos eventos agropecuários estaduais e municipais;

IV - promover o apoio logístico às atividades gerais da SFA/PB.

Atribuições do Chefe do SAD/SFA/PB:

1 - gerir a execução das atividades afetas à unidade organizacional;

2- emitir pereceres pertinentes às respectivas competências;

3 - elaborar relatórios operacionais, consoante orientações específicas do órgão setorial do Ministério;

4 - reconhecer dispensa e inexigibilidade de licitação, cujas despesas correm à conta dos Recursos alocados a SFA;

5 - orientar e controlar, nos aspectos técnico-normativos, a execução das atividades de execução orçamentária e financeira;

6 - acompanhar, avaliar e orientar os procedimentos administrativos relativos a contratações, licitações e aquisições;

7 - apoiar as atividades relativas a planejamento e acompanhamento, organização e modernização administrativa, desenvolvimento de pessoas, adequação e manutenção dos equipamentos eletrônicos e de comunicação social e apoio técnico-operacional; e

8 - praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da unidade organizacional, observadas sua instância de competência e orientações técnico-normativas do órgão setorial do MAPA.

Setores Vinculados:

1. Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/SFA/PB:
1.1. Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA/PB,
1.2. Setor de Transportes – STR/SAG/SAD/SFA/PB,
1.3. Setor de Protocolo – SPR/SAG/SAD/SFA/PB;

2. Seção de Recursos Humanos – SRH/SAD/SFA/PB:
2.1. Setor de Desenvolvimento de Pessoas – SDP/SRH/SAD/SFA/PB.
3. Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/SAD/SFA/PB.
4. Seção de Tecnologia da Informação – STI/SAD/SFA/PB.

O SAD dispõe do seguinte programa:

2.3.12. PROGRAMA: 0750 – Apoio Administrativo

Quadro 47 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos específicos	Não Definido
Gerente do programa	Luiz Chaguri
Gerente executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Hermes Ferreira Barbosa
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não informado no SIPLAN
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 4716 - OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS - MANUT

2.3.12.1. AÇÃO: 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUT

Quadro 48 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendência Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser propriados aos programas e ações finalísticos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura e demais unidades descentralizadas nos estados da federação
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GAB e SAD/SFA-PB
Coordenador nacional da ação	Luiz Chaguri Neto – CGAS/SE/MAPA
Coordenador estadual da ação	Hermes Ferreira Barbosa – Superintendente Federal de Agricultura na Paraíba
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Hermes Ferreira Barbosa - Superintendente Federal de Agricultura na Paraíba
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA Nº 300 de 16/06/2005, Capítulo III, Seção III, Art. 29, inciso I - promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados.

2.3.12.1.1. Resultados

Demonstrativo Orçamentário/financeiro: No PI MANUT no exercício de 2008, os recursos financeiros utilizados foram de 99,25% em relação aos recursos provisionados, sendo superiores em 8,48% em relação aos utilizados em 2007. Quadro 48.1.

Quadro 48.1 **PI – MANUT**

Demonstrativo Orçamentário/financeiro 2008

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R$)	ANULADO (R$)	DISPONÍVEL (R$)	LIQUIDADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	34.507,76	3.622,01	0,00	30.885,75	89,50
33.90.30	232.155,41	0,89	0,00	232.154,52	99,99
33.90.33	40.880,69	9.537,83	0,00	31.342,86	76,67
33.90.36	12.325,00	0,00	0,00	12.325,00	100,00
33.90.39	510.433,00	0,00	0,00	510.433,00	100,00
33.90.37	867.460,71	0,00	0,00	867.460,71	100,00
44.90.52	163.358,40	935,40	0,00	162.423,00	99,42
33.91.39	11.262,00	0,00	0,00	11.262,00	100,00
33.91.47	905,00	0,00	0,00	905,00	100,00
33.50.39	3.760,64	0,00	0,00	3.760,64	99,86
33.90.47	5.014,00	0,00	0,00	5.014,00	100,00
33.90.92	618,94	0,00	0,00	618,94	100,00
Total	**1.882.681,55**	**14.096,13**	**0,00**	**1.868.585,42**	**99,25**

Fonte: SEOF/SAD

Análise Crítica de Desempenho

As grandes demandas de serviços administradas pelo SAD são na verdade, executadas pelos setores vinculados (SAG, SEOF, SMP, STR, STI, SPR e SRH), com a colaboração do SPA, cabendo a este setor coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar, avaliar e apoiar as diversas atividades desempenhadas pelos mesmos.

No aspecto quantitativo, algumas ações não puderam ser realizadas, tendo em vista a limitação de recursos financeiros ou de tempo, como por exemplo, a construção da fachada de acesso da sede da SFA/PB, embora tenhamos feito o projeto; a adequação do sistema elétrico da sede, neste caso, já foi licitada e deverá ser iniciado no mês de fevereiro de 2009; reforma nos corredores, com a substituição das portas de acesso a recepção e as salas; reforma dos sanitários; troca dos vidros nas janelas dos diversos setores, etc.

Entretanto algumas ações foram positivas, como por exemplo, a aquisição de novos aparelhos de ar condicionados tipo split's para todos os setores da sede da SFA/PB, o que vai nos proporcionar uma economia substancial de energia, bem como um maior conforto aos nossos servidores, clientes e colaboradores; aquisição de cancelas visando proporcionar um maior controle nas dependências da sede; recuperação de algumas salas, com novas divisórias e forras e aquisição de um veículo novo para o gabinete.

Queremos por fim destacar o apoio que tivemos por parte dos dirigentes, funcionários efetivos e terceirizados e colaboradores desta Superintendência e esperamos que no ano de 2009, possamos contar com recursos financeiros suficientes para melhorar ainda mais as condições físicas e materiais da Superintendência, com ênfase para a gestão de pessoas.

Os recursos financeiros descentralizados para o PI MANUT têm como objetivo atender às despesas (fixas e variáveis) de funcionamento com a manutenção das Superintendências Federais de Agricultura nos estados, sendo que a maior parte do orçamento deste programa é destinada às despesas fixas (aquelas realizadas através de contratos). O ideal é que cheguemos ao mais próximo possível do percentual de 100% no que diz respeito aos contratos necessários à administração pública. Neste aspecto, a SFA/PB já avançou bastante, visto que conseguimos viabilizar contratos para quase todos os serviços necessários às atividades inerentes à área meio de nossa organização, com algumas exceções como, por exemplo, os serviços de manutenção predial e telefonia fixa.

Quanto à quantidade de recursos aprovados e provisionado no exercício de 2008, podemos dizer que foi satisfatória no que se refere à parte de manutenção, porém insuficiente quanto à parte de investimento, pois deixamos de executar alguns projetos necessários à infra-estrutura tais como: melhoramentos nas instalações elétricas, telecomunicações, reforma da parte frontal da sede, dos sanitários feminino e masculino, biblioteca, refeitório, ampliação de alguns ambientes de trabalho, climatização e melhoria da recepção, implantação do sistema de segurança eletrônica interna, aquisição de micro ônibus, mobiliário e de um caminhão.

Concluindo, podemos afirmar que a SFA/PB, durante o exercício de 2008, no que diz respeito às ações do PI MANUT, obteve bons resultados uma vez que atendeu praticamente todas as suas demandas (o que envolveu 99,25% do orçamento), cumprindo assim com o papel de instituição pública com legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Seção de Atividades Gerais – SAG

EQUIPE DE TRABALHO:
Marcos Antonio Benjamim da Silva – Chefe do SAG/SAD
Maria do Carmo Barros – Agente Administrativo
Flavio Antonio Silva – Auxiliar de Serviços/CONAB.

À Seção de Atividades Gerais compete:

I - orientar e controlar a execução das atividades relativas à administração de comunicações administrativas, logística, transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, almoxarifado, limpeza, conservação, vigilância, e as demais atividades auxiliares;

II – instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;

III – coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas.

Atividades Desenvolvidas

- Acompanhamento dos trabalhos dos gerentes das empresas terceirizadas, das prestadoras dos serviços de energia elétrica, água, postais e malote, manutenção de veículo e de condicionadores de ar, telefonia;
- participação nos processos de doações de Bens Móveis, (veículos) para outros órgãos oficiais, como: UFPB, Prefeitura Municipal de João Pessoa, CEFET, EMPASA, CCA/UFPB, IPA/PE, e da comissão de tombamento patrimonial dos bens móveis adquiridos através do convênio nº 001/2007 – cochonilha-do-carmim, celebrado entre a SFA/PB e a SEDAP/PB;
- participação, juntamente com o SMP, na aquisição de: cancela, para a melhoria do controle do fluxo de veículos e pessoas na entrada desta organização, (já instalada); bebedouros para as salas dos motoristas e STR; divisórias para os setores SMP, Secretaria do Gabinete, SRH, SAG, SPA, Secretaria do SAD e Assessoria do Gabinete da SFA/PB; . lixeiras para implantação da coleta seletiva de lixo, na sede da SFA-PB, condicionadores de ar, tipo SPLIT, para os diversos setores desta SFA, no sentido de amenizar as despesas com energia elétrica na

Superintendência; fardamentos para os motoristas oficiais; veículo para o gabinete da SFA e colaborou no processo licitatório do projeto elétrico para adequação da rede elétrica para toda SFA;

- ♣ acompanhamento, como fiscal de contrato, das empresas terceirizadas de apoio administrativo e conservação, limpeza e jardinagem, controlando mensalmente os pagamentos das faturas, atestando-as analisando as obrigações sociais, vales transportes, ticket alimentação, freqüências, férias, a qualidade dos materiais, utilizados nesta SFA etc.;
- ♣ acompanhamento dos trabalhos realizados pelos setores de Material e Patrimônio, Transportes, Protocolo, durante o exercício de 2008.

Estamos em fase de conclusão, com a Gerencia Regional do Patrimônio da União e DNIT, a transferência de um imóvel na cidade de Patos para instalar a UTRA/PATOS.

Gabinete Odontológico

EQUIPE DE TRABALHO:
Vânia Lúcia da Silva Leyton – Odontóloga
Adelina Stela Batista Vasconcelos de Souto - Agente Administrativo

Apoio Administrativo:
Josefa Cleide Lucas da Silva – Recepcionista - Terceirizada (SOLMAR)

O Gabinete Odontológico tem como finalidade promover a saúde bucal através de ações preventivas e corretivas e assistência odontológica aos servidores ativos, inativos, pensionistas e respectivos dependentes e prestadores de serviço. Proporciona um tratamento qualificado, com profissionais responsáveis e empenhado em realizar um serviço de qualidade.

Atividades Desenvolvidas

No decorrer do ano de 2008 o Gabinete Odontológico atendeu 145 usuários e realizou 214 procedimentos, e em 2006 e 2007, respectivamente, esses dados foram: 702 e 235 atendimentos e 936 e 285 procedimentos, conforme descritos nos Quadros 72 e 73. Ainda em 2008 esse setor promoveu uma palestra sobre Higiene Bucal, com atendimento móvel, em parceria com a UNIMED/João Pessoa, para os servidores da SFA/PB, no dia 30/10/08.

Quadro 49

Atendimento ao usuário

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2006	QUANTIDADE 2007	QUANTIDADE 2008
Servidores Ativos	198	92	54
Dependente dos Servidores	127	64	44
Inativo	38	09	05
Dependente do servidor inativo	05	-	-
Prestadores de serviços	201	51	32
Dependente do prestador de serviço	95	19	-
Pensionista	26	-	-
Dependente de pensionista	12	-	-
Estagiário	-	-	10
Total	**702**	**235**	**145**

Fonte: GABINETE ODONTOLÓGICO

Quadro 50

Procedimentos realizados

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2006	QUANTIDADE 2007	QUANTIDADE 2008
Exame clínico	102	18	10
Consulta Emergência	27	04	04
Restauração de amálgama	320	61	23
Rest. Fotopolimerizável simples	92	121	60
Rest. Fotopolimerizável ângulo	34	-	25
Rest. Fotopolimerizável 3 ou mais faces	42	-	13
Raspagem supra gengival (H.A)	31	22	18
Raspagem sub gengival (H.A)	29	18	15
Aplicação de flúor	56	12	10
Aplicação de selante	13	07	-
Exodontia Permanente	--	-	-
Exododntia decíduo	22	-	-
Remoção Raiz Residual	06	-	-

Encaminhamento p/ outras especialidades	22	06	18
Restauração Provisória	140	16	18
Total	**936**	**285**	**214**

Fonte: GABINETE ODONTOLÓGICO

Suporte Documental – SDOC

EQUIPE DE TRABALHO:

Marúzia de Borba Maranhão – Administradora – Responsável
Raimunda Medeiros Vidal – Economista – Substituta

Ao suporte documental compete:
I – verificar a certificação da existência do documento hábil que comprove a operação e retrate a transação efetuada;
II – arquivar no SDOC os processos licitatórios já encerrados;
III - arquivar os documentos comprobatórios dos atos e fatos da Unidade Gestora, para auditoria;
IV - registrar a conformidade documental dentro do prazo de 48 horas;
V - organizar as conformidades em ordem cronológica;
VI - controlar os documentos mensais do RMB - Relatório Mensal de Bens e RMA - Relatório Mensal do Almoxarifado;
VII – registrar os documentos quando solicitados para pesquisas, no livro de protocolo e quando o período for superior a 30 (trinta) dias, enviar através do Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentações - SIGID; e
VIII – Listar os processos, tanto de pagamento (diversos) como de suprimento de fundo e ordem de serviço (diárias) que se encontram no SDOC.

Atividades Desenvolvidas

Quadro 51

Documentos recebidos e arquivados

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2008
Comprovante de diária (Ordem de Serviço - O. S.)	1.712
Concessão de Suprimento de Fundo	92
Processo diverso	664
Diária cancelada	03
Diária devolvida	07
Processo consultado por várias seções	314
Consulta a conformidade diária (geral)	28
Processo licitatório encerrado	08
Registro da conformidade diária	245
Processo de prestação de conta	93
Ressarcimento de diária	06
Processo de prestação de conta anulado	02

Fonte: SDOC

Quadro 52

Documentos consultados pelos serviços, seções e setores

DESCRIÇÃO	PROCESSO		CONFORMIDADE DIÁRIA GERAL	
	2007	2008	2007	2008
SEOF	197	111	148	28
SMP	89	43	-	-
TRANSPORTE	03	05	-	-
SRH	01	-	-	-
PATRIMÔNIO	02	-	-	-
DT	01	-	-	-
SAD	05	-	-	-
SPA	09	40	-	-
STR	02	-	-	-
SIPAG	03	-	-	-
GABINETE	-	52	-	-
ARQUIVO/SPR	-	60	-	-
SEAP/PR	-	02	-	-
SEDESA	-	01	-	-
Total	**312**	**314**	**148**	**28**

Fonte: SIDOC

Análise Crítica de Desempenho

Em comparação ao ano de 2007, houve aumento nos processos de pagamentos, Ordens de Serviços – Diárias, Concessões de Suprimento de Fundos – C.S.F e Prestações de Contas.

Nesse exercício, resultado das reuniões realizadas com a alta administração, foi definido procedimento padrão para consulta aos documentos e pesquisas aos processos no SDOC e divulgado através de memorando circular nos serviços, seções e setores. Mesmo assim continuam as dificuldades.

Ainda em 2008, gostaria de registrar alguns eventos que foram realizados na SFA e que considero relevante, no que se refere a melhoria da qualidade de vida dos servidores, tais como: comemoração dos aniversariantes do trimestre, dia das mães, pais, secretária, homenagem aos aposentados de 2007 e 2008, realização da III Mostra Cultural, entre outros. A nossa expectativa é que tais eventos sejam realizados em 2009.

Setor de Material e Patrimônio – SMP

EQUIPE DE TRABALHO:
Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa – Engenheira – Chefe do SMP/SAG/SAD
Raimunda Medeiros Vidal – Economista
Maria Aparecida Batista de Freitas – Agente Administrativo
Arnaldo de Franca Bezerra – Assistente Técnico Contábil – Responsável pelo Almoxarifado – CONAB
Amarando Francisco Dantas – Agente Administrativo
Luiz Maria da Silva – CONAB
Maria do Carmo Barros – Agente Administrativo – Patrimônio

Apoio Administrativo:
Andréia Monique Cruz de Lima – Operador de Computados – Terceirizada (SOLMAR)
Francisco Olié Martins – Estagiário NS – CIEE
Wendel Patriota Maia Pessoa – Estagiário NS - CIEE

Através do Decreto Nº. 5.351 de 21 de janeiro de 2005, foi aprovada a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e através da Portaria do MAPA Nº. 300 de 16 de junho de 2005 foi publicada a ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO discriminando os setores e as atribuições dos mesmos. A partir daí e com base no anexo, Art. 31 da Portaria MAPA Nº. 300 funciona o Setor de Material e Patrimônio, em substituição ao Setor de Compras.

Ao SMP compete:
I – processar os pedidos de compra de material e contratação de serviços;
II – elaborar:
- ♣ editais e divulgar licitações; e
- ♣ mapas e outros e instrumentos licitatórios;

III – controlar a entrega de materiais de consumo e de bens móveis;
IV – controlar a execução de serviços prestados;
V – incluir dados dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificados de Fornecedores – SICAF, *on line*, e outros sistemas definidos na legislação e pela Secretaria Executiva, e arquivar a documentação de referência;
VI – classificar, registrar e cadastrar bens patrimoniais, elaborando demonstrativo contábil;
VII – gerenciar os contratos de terceirização de mão-de-obra, de serviços e outros, na forma da legislação;

Atividades Desenvolvidas

As atividades são as descritas no Art. 31 do anexo I da Portaria MAPA Nº. 300, de 16 de junho de 2005, correspondendo essencialmente às compras, por dispensa ou licitação, almoxarifado e patrimônio, além do acompanhamento dos contratos decorrentes das aquisições de serviços. Não existe nenhum PI cujo respons ável técnico seja do setor.

No desenvolvimento das atividades diárias, houve a confecção de 659 memorandos, praticamente a mesma que no ano anterior, que geraram processos referentes a encaminhamentos diversos, entre eles:

- ♣ 83 dispensas de licitação, 54 % a mais que no ano de anterior, listadas no Quadro 53;
- ♣ 09 inexigibilidades de licitação, 200 % a mais que no exercício anterior, listadas no Quadro 54;
- ♣ 08 (oito) processos de licitação, sendo 7 (sete) pregões e 01 (uma) carta convite, praticamente a mesma quantidade do exercício anterior, enquanto no exercício anterior foram 08 pregões, conforme Quadro 55, que expressa, por modalidade de licitação, item por item, o valor estimado e o valor real das aquisições e/ou execuções de serviços;
- ♣ 12 (doze) contratos, 50% a mais que no exercício anterior, conforme Quadro 56;

- 19 (dezenove) termos aditivos a contratos vigentes (prorrogação de vigência e repactuações), 58% a mais que o exercício anterior, conforme Quadro 57;
- 18 (dezoito) processos de aquisições através do Sistema de Registro de Preços, aderindo aos pregões de outras UASG's, 58% a menos que no exercício anterior, conforme Quadro 58;
- 539 (quinhentos e trinta e nove) processos de pagamentos, 13% a mais que no exercício anterior, conforme Quadro 59.

Este setor é responsável pela atualização de dados dos sistemas informatizados do SIASG, dentre eles, SIDEC – Sistema de Divulgação de Compras, SISPP – Sistema de Registro de Preços Praticados, SICON – Sistema de Registro de Contratos e SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores. Esse último gera atendimento contínuo aos cadastrados nesta Superintendência, que são hoje 121 (cento e vinte e um) fornecedores cadastrados, dos quais 10 são pessoas físicas e 111 pessoas jurídicas, um aumento de 245 nos fornecedores cadastrados.

O Almoxarifado realiza serviços de controle de entrada e saída do material no sistema informatizado ASI (Automation System Inventory) – Módulo Almoxarifado. Entrada, quando do recebimento dos materiais entregues pelos fornecedores e atestados por comissão formada para este fim, e saída, quando do atendimento às requisições de materiais dos diversos setores. Essa atividade totalizou 899 (oitocentos e noventa e nove) guias e entregas dos materiais solicitados. O almoxarifado emite o RMA – Relatório Mensal do Almoxarifado, encaminhando-o ao Suporte Documental e mensagem através do Comunica no SIAFI a Setorial Contábil informando dessa entrega, além do Levantamento do Inventário de Material de Consumo que será emitido pela comissão designada na Portaria 0172 de 11.12.2008.

O Patrimônio realiza o controle dos bens permanentes móveis e imóveis. Os móveis, no sistema informatizado ASI - Módulo Patrimônio, dando entrada quando da aquisição ou transferências de outras UG's; baixa, quando de doações e transferências a outras UG's, e dos bens imóveis no SPIU. Emite os termos de responsabilidades dos bens móveis, por setor, atualizando-os a cada troca e/ou remanejamento de bem entre os diversos setores, além disso, emite o RMB – Relatório Mensal de Bens ao Suporte Documental e mensagem através do Comunica no SIAFI à Setorial Contábil, informando dessa entrega e, anualmente, o Inventário de Bens Móveis e Imóveis realizado por Comissão de Vistoria de Bens Móveis e Imóveis, em 2008 nomeada pela Portaria 0054 de 18.04.2008. O responsável pelo Patrimônio de imóveis é o servidor Marcos Antônio Benjamin da Silva, que enviou relatório em separado.

Seguem quadros com as dispensa de licitação, inexigibilidade de licitação, resultados das licitações, contratos vigentes, termos aditivos de contratos vigentes, as aquisições através de SRP, além de valores pagos com despesas fixas.

Em 2008 foi criado o Portal de Convênios pelo MPOG (site), através do Decreto 6.170/2007 que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, estabelecendo entre outras funcionalidades, o cadastro dos convenente se, as SFA's foram as unidades cadastradoras. Nesta Superintendência foram cadastradas 92 (noventa e duas) prefeituras e 17 (dezessete) entidades.

Quadro 53

Dispensa de Licitação (Art. 24, Lei 8.666/93)

MEMO (Nº/DATA)	PROCESSO/ Nº 21032.	Nº/DATA DISPENSA – 06 Art. 24 - Inciso	OBJETO	FORNECEDOR CNPJ/CPF	VALOR (R$)
01	21032. 000108/2008-61	01 - INC.XXII	Despesa estimativa com o consumo de energia elétrica para UTRACGE/DT-2008 .	CELB 08.826.596/0001-95	3.000,00
02	21032. 000126/2008-42	02 –12/02 INC.II	Despesa estimativa para TELEMAR fatura Nº 1100017599477.	TELEMAR 33000118/0001-79	3.230,91
03	21032. 000132/2008-08	04 –14/02 INC.II	Manutenção rede elétrica na SEAP/PR-PB	DJAIR V.FERREIRA 03.398.729/0001-56	5.300,00
04	21032. 000131/2008-55	03 –14/02 INC.II	Aquisição de material elétrico a ser usado no serviço de manutenção da rede elétrica da SEAP/PR-PB	MEGA ELET.FERRAG.LTDA 05.141.145/0001-26	5.846,40
05	21032. 000181/2008-32	06 –28/02 INC.II	Reconhecimento da divida e efetivação dos pagamentos: Fatura 000.017.933 AB ref. JAN/08(04/02/08) e FEV/08.	TIM NORDESTE S/A 01009686/0080-48	539,16
06	21032. 000215/2008-99	07 –10/03 INC.II	Serviço de transporte de blocos pré-moldado para SEAP/PR-PB.	PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA 07.913.242/0001-15	7.975,00
07	21032. 000209/2008-31	08 –10/03 INC.II	Aquisição de material hidráulico para SEAP/PR-PB	NORDEL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 05.667.995/0001-62	1.147,50
08	21032. 000230/2007-37	09 – 14/03 INC.II	Locação de toldos para SEAP/PR-PB	JOSÉ ROGÉRIO MAGALHÃES GUEDES 04.233.558/0001-78	1.600,00
09	21032. 000241/2008-17	10– 18/03 INC.II	Aquisição de café e açúcar	SÃO BRAZ – 08.811.226/0019-03 e COM. ITAMBE – 02775367/0001-02	1.166,00 (Café) 528,00
10	21032. 000252/2008-05	11– 19/03 INC.II	Instalação de 02 condicionadores split (60.000 Btus) e 05 (30.000 Btus) na sede SFA-PB.	SERVCLIMA 07318707/0001-90	3.400,00
11	21032. 000276/2008-56	13– 24/03 INC.II	Aquisição de material elétrico a ser usado na rede elétrica da SFA/ PB.	MEGA ELETRICIDADE E FERRAGENS 05.141.145/0001-26	1.670,46
12	21032. 000277/2008-09	12– 24/03 INC.II	Aquisição de água mineral e garrafões para SFA/PB.	PLATINA MINERAL LTDA 03.977.181/0001-07	1.093,60
13	21032. 000306/2008-24	14 – 04/04 INC.II	Aquisição de material gráfico (folder, convite, pastas e crachás) para Seminário Paraibano de Gestão Publica.	MARCELO JOSÉ ALENCAR 08.969.802/0001-16	2.600,00

14	21032. 000380/2008-41	15– 18/04 INC.II	Aquisição de material gráfico para SFA/PB.(carimbos, fitas, borrachas, crachás e cordões)	MARCIC IMPRESSOS GRÁFICAS LTDA 05.956.054/0001-49	480,00
15	21032. 000394/2008-64	16 – 24/04 INC.II	Serviço de instalação de malha de aterramento, com medição de resistividade do solo e teste de resistência, na parte elétrica das dependências da SFA/PB.	ELETROTÉRMICA ELET. , TELECOM. E INSTAL. LTDA 35.429.588/0001-88	1.099,00
16	21032. 001408/2007-86	05 – 18/02 INC.II	Serviço de telefonia fixa comutada (contrato emergencial fixa comutada)	TELEMAR 33000118/0001-79	45.600,00
17 e 18	21032. 000421/2008-07	17 e 20 – 06/05 INC.II	Aquisição de material para o encontro de Citricultores do Estado da Paraíba, a ser realizado de 12 a 14 de maio de 2008 para o SEPDAG/PB (Faixa e Banner).	ARAÚJO E FERREIRA LTDA 02.427.729/0001-74	740,00
19	21032. 000422/2008-43	18 - 06/05 INC. II	Aquisição de material para o encontro de Citricultores do Estado da Paraíba, a ser realizado de 12 a 14 de maio de 2008 para o SEPDAG/PB (Crachá, Certificado e Folder).	GRÁFICA E ED. AGENDA 00.396.895/0020-98	1.678,19
20	21032. 000443/2008-69	19- 08/05 INC. II	Aquisição de material para o encontro de Citricultores do Estado da Paraíba, a ser realizado de 12 a 14 de maio de 2008 para o SEPDAG/PB.	VERÔNICA IVONE DE MENEZES FLORÊNCIO	1.050,00
21	21032. 000454/2008-49	21- 08/05 INC. II	Aquisição de material – plaquetas metálicas numeradas para patrimônio dos bens permanentes da SFA/PB	PLANNER GRÁFICA LTDA 67.923.599/0001-06	440,00
22	21032. 000471/2008-86	22- 12/05 INC. II	Aquisição de material gráfico (blocos termos fiscalização, bloco, termo de coleta, caixa para coleta e etiquetas de vedação) para SEFAG/DT/SFA-PB	SFA/PB	560,00 400,00
23	21032. 000472/2008-21	23- 13/05 INC. II	Aquisição de faixas para SEAP/PR.	BUREAU DIGITAL SERV. 05.871.769/000154	1.490,00
24	21032. 000476/2008-17	25- 14/05 INC. II	Serviço de manutenção de copiadora Brother DCP 8020 da SEAP/PR/PB.	SOLIVETTI COM. E SERV. 40.904.492/0002-45	1.797,00
25	21032. 000475/2008-64	24- 14/05 INC. II	Aquisição de material de processamento de dados para SEAP/PR/PB.	SOLIVETTI 40.904.492/0002-45	1.838,00
26	21032. 0004282008-11	26 – 15/05 rec. Dívida	Emissão e venda de bilhetes de passagens aéreas	VINTE E QUATRO HORAS VIAGENS LTDA	8.000,00
27	21032. 000498/2008-79	52- 28/08 INC. II	Serviço de conexão Internet UTRA/CGDT/SFA-PB, EMP nº 2008NE900.	TELEMAR NORTE LESTE 33.000.118/0001-79	2.567,88
28	21032. 000511/2008-90	27- 21/05 INC. II	Aquisição de material para Revisão obrigatória dos 10000 KM da Ranger Placa MNZ-1766, da SEAP/PR/PB.	CAVALCANTI PRIMO VEÍC. 09.127.069/0001-55	605,74
29	21032. 000530/2008-16	51- 28/08 INC. II	Serviço de conexão Internet UTRAPATOS/DT/SFA-PB, EMP. Nº2008NE900601.	TARSILA NATÁLIA SIMÕES DE S. MEDEIROS (SOLNET) 08.579.711/0001-97	2.353,00
30	21032. 000561/2008-77	28 - 03/06 INC. II	Manutenção preventiva e corretiva para copiadoras modelo 1013 e 1515 da Ricoh.	GESTEMAQ COMÉRCIO 01.995.578/0001-98	2.800,00

31	21032. 000562/2008-11	29 - 03/06 INC. II	Aquisição de camisas Pólo com identificação para fiscalização/ SEFAG/DT-PB	MARIA DA CONCEIÇÃO VIEIRA 07.454.883/0001-59	1.220,00
32	21032. 000610/2008-71	30 - 13/06 INC. II	Aquisição de vidros para reposição no setor do SEFAG/DT-PB	MICHAEL VIRGINIO FREIRE 09.085.874/0001-63	1.195,50
33	21032. 000617/2008-93	31 - 16/06 INC. II	Aquisição de material gráfico para esta SIPAG/PB.	GRAFIPEL EDITORA 40.953.788/0001-75	2.260,50
34	21032. 000628/2008-73	32 - 16/06 INC. II	Pagamento passagens aérea (reconhecimento de dívida)-Clovis de Almeida, Antonio S.Nascimento, Hermes P.Santos Filho, João B.Almeida e Luiz Carlos Barros	VINTE E QUATRO HORAS VIAGENS LTDA 35.508.241/0001-20	4.991,21
35	21032. 000649/2008-99	33 - 01/07 INC. II	Aquisição de cancela automática medindo 4 metros, 220V.	JOSE GONZAGA SANTOS 09.348.960/0001-11	7.500,00
36	21032. 000659/2008-24	34 - 03/07 INC. II	Aquisição de placa de sinalização para o projeto de desenvolvimento para SEAP/PR-PB.	BUREAU DIGITAL SERV. 05.871.786/0001-54	2.330,00
37	21032. 000679/2008-03	36- 03/07 INC. II	Divisória para SMP/SPA/ SRH e Forro para SPA e GAB.	FRANCISCO DAS C. SOUZA ME 00.608.048/001-87	3.727,20
38	21032. 000711/2008-42	39- 09/07 INC. II	Aquisição de Estalizador para o STI – (01)	TOP LINE COMERCIAL 70.121.041/0001-11	220,00
39	21032. 000713/2008-31	37- 09/07 INC. II	Aquisição de Estabilizador (Nobreak) - (01) para o STI/SFA	QUALITECH COMÉRCIO 026.740.88/0001-52	484,00
40 e 41	21032. 000718/2008-64	40 e 41 - 09/07 INC. II	Aquisição de material e serviço para revisão de veículo - para Revisão obrigatória dos 20.000KM da Ranger Placa MNZ-1766, da SEAP/PR/PB.	CAVALCANTI PRIMO VEÍCULOS LTDA 09.127.069/0001-55	R$ 913,25 R$ 105,00
42	21032. 000723/2008-77	38 - 09/07 INC. II	Fornecimento de energia para o terminal público pesqueiro de cabedelo/PB – empenho nº 900400.	ENERGISA 09.095.183/0001-40	8.000,00
43	21032. 000805/2008-11	42 - 04/08 INC. II	Forro de PVC com lâmina de 200mm, frisado para SAD/DT/ Assessoria de Gabinete e SAG.	FRANCISCO DAS CHAGAS S. ME 00.608.048/001-87	2.190,00
44 e45	21032. 000801/2008-33	43 e 44 - 04/08 INC. II	Aquisição de material e Serviço para Revisão obrigatória dos 10.000 KM do veículo X TERRA Placa MNW - 1316, da SFA /PB.	CARNEIRO AUTOMOTORES 04.093.214/0001-00	583,42 – Mat. e Serv. 335,00
46	21032. 000844/2008-19	45- 12/08 INC. II	Aquisição de capota marítima para veículo oficial Ranger para SEAP/PR.	VAREJÃO DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA 24.121.717/0001-50	340,00
47	21032. 000867/2008-23	47- 14/08 INC. II	Aquisição de material p/ analise de água (SEAP/PB)	MERCK S.A 33.069.212/20008-50	4.835,85
48	21032. 000858/2008-32	46- 15/08 INC. II	Fornecimento parcelado de gasolina em João Pessoa.	PETROBEL 03.604.229/0001-23	14.000,00
49	21032. 000868/2008-78	48- 15/08 INC. II	Aquisição de protetor de caçamba para SEAP/PR	VAREJÃO DE ARTEFATOS DE BORRACHA 24.121.717/0001-50	600,00

50	21032. 000884/2008-61	49- 21/08 INC. II	Aquisição de água mineral SFA-PB	PLATINA MINERAL LTDA 03.977.181/0001-07	1.500,00
51	21032. 000906/2008-92	50 - 26/08 INC. II	Aquisição de açúcar para SFA/PB	EC. COM. DE PRODUTOS 35.425.040/0001-60	605,00
52	21032. 000916/2008-28	53- 29/08 INC. II	Aquisição de file de Tilápia para a Semana do Peixe da SEAP/PR-PB.	COLÔNIA DE PESC. E AQÜICULTORES Z-21 JUAZEIRINHO-PB 05.559.155/0001-86	2.600,00
53	21032. 000929/2008-05	54- 02/09 INC. II	Serviços de organização da Semana do peixe da SEAP/PR.	PROATIVA EVENTOS 08.810.182/0001-78	8.000,00
54	21032. 000935/2008-54	55- 03/09 INC. II	Revelação de fotos tamanho 20 x 25, coloridas.	ERNANI AUGUSTO CARVALHO JR 380.241.524-87	525,00
55	21032. 0001000/2008-95	56- 09/09 INC. II	Aquisição de faixas para divulgação visual SEAP/PR-PB.	BUREAU DIGITAL SERVIÇOS 05.871.786/0001-54	1.950,00
56 e 57	21032. 001006/2008-62	57 e 58- 11/09 INC. II	Aquisição de material e serviço para revisão de veículo - para Revisão obrigatória dos 30.000KM da Ranger Placa MNZ-1766, da SEAP/PR/PB.	CAVALCANTI PRIMO VEÍCULOS LTDA 09.127.069/0001-55	R$ 224,00 R$ 597,95
58	21032. 001105/2008-44	59- 25/09 INC. II	Aquisição de fardamentos a ser utilizado pelos motoristas oficiais e agentes de vigilância do quadro de servidores desta SFA/PB.	RL - COMÉRCIO VAREJISTA DE CONFECÇÕES LTDA 05.336.143/0001-42	4.936,25
59 e 60	21032. 0001180/2008-13	60 e 61 - 07/10 INC. II	Aquisição de material e serviço para revisão de 15.000,00 do veículo Palio da SEAP/PR/PB.	FIORI VEICOLO LTDA 35.715.234/0008-76	R$ 49,60 R$ 173,13
61	21032. 001234/2008-32	80 – 31/12 INC V	Aquisição de veículo para a SFA-PB	DIAS NETO VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA 07816107/0001-51	R$ 119.000,00
62 e 63	21032. 001258/2008-91	62 e 63 - 20/10 INC. II	Aquisição de material e serviço para conserto do veículo - Ranger Placa MNZ-1766, da SEAP/PR/PB.	CAVALCANTI PRIMO VEÍCULOS LTDA 09.127.069/0001-55	R$ 255,00 R$ 110,92
64 e 65	21032. 001435/2008-30	64 e 65 - 21/11 INC. II	Aquisição de material e serviço para revisão de veículo - para Revisão obrigatória dos 40.000KM da Ranger Placa MNZ-1766, da SEAP/PR/PB.	CAVALCANTI PRIMO VEÍCULOS LTDA 09.127.069/0001-55	R$ 404,00 R$ 913,00
66	21032. 001466/2008-91	66 - 20/11 INC. II	Elaboração de projeto para nova guarita, estacionamento e muro da SFA/PB.	LUIZ GUSTAVO DE MENEZES VAZ C.P.F: 009.907.194-05	4.000,00
67	21032. 001561/2008-94	67 - 09/12 INC. II	Aquisição de toner para copiadora Brother da SEAP/PR/PB.	SOLIVETTI COMÉRCIO 40.904.492/0002-45	1.365,00
68 e 69	21032. 001553/2008-48	69 e 70- 11/12 INC. II	Aquisição de material e Serviço para Revisão obrigatória dos 20.000 KM do veículo X TERRA Placa MNK - 1316, da SFA /PB.	CARNEIRO AUTOMOTORES 04.093.214/0001-00	R$ 619,69 - Material R$ 375,00 -Serviço
70	21032. 001374/2008-19	68- 11/12 INC. II	Referente a Prestação de serviços de Treinamento, relativo ao curso de Gestão de Almoxarifado e Patrimônio no período de 11 a 12/12/2008, na SFA/PB.	FÁBIO NUNES CABRAL ME 03.412.636/0001-39	7.980,00
71	21032. 001613/2008-22	71- 16/12 INC. II	Serviço de elaboração de projetos de piscicultura nos municípios de Boqueirão e São Gonçalo sobre o cultivo de peixes em tanques-rede da SEAP/PR-PB.	ASSOCIAÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA ERNESTO 08.846.230/0001-88	7.640,00
72 e 73	21032. 001624/2008-11	72 e 73 - 18/12 INC. II	Aquisição de material e serviço para revisão de veículo oficial Ranger de Placa MNZ-1766, da SEAP/PR/PB.	CAVALCANTI PRIMO VEÍCULOS LTDA 09.127.069/0001-55	R$ 297,50 R$ 1.379,42

74	21032. 001637/2008-81	74- 23/12 INC. II	Aquisição de condicionador de ar de 30.000 BTU´S tipo SPLIT.	ZILMAR MOREIRA CADÉ MACIEL ME 01.194.792/0001-45	3.500,00
75	21032. 001644/2008-83	75- 23/12 INC. II	Aquisição de Bebedouro para a SEAP/PR-PB (02).	MULTI VENDAS ELETROMOVÉIS 10.194.075/0001-04	1.160,00
76	21032. 001656/2008-16	76 - 24/12 INC. II	Aquisição de Estante em aço para a SEAP/PR-PB (15).	MULTI VENDAS ELETROMOVÉIS 10.194.075/0001-04	2.250,00
77	21032. 001658/2008-05	78- 24/12 INC. II	Aquisição de material de processamento de dados para SEAP/PR-PB	POWER COMPUTER 09.230.308/0001-06	R$ 3.820,00 R$ 7.930,00 R$ 2.288,00
78	21032. 001657/2008-52	77- 24/12 INC. II	Aquisição de material de processamento de dados para SFA/PB.	COPIAR INFORMÁTICA 70.114.491/0001-87	812,50
79	21032. 001668/2008-32	79- 29/12 INC. II	Confecção de site p/ internet para o Fórum Permanente de Ações Integradas sobre Agrotóxicos.	YALE ÉRICA PORCÍUNCULA DA SILVA CPF: 028.440.354-77	2.400,00
80	21032. 001671/2008-56	81- 29/12 INC. II	Aquisição de Lixeiras para coleta seletiva da SFA/PB.	O BORRACHÃO BR LTDA 08.958.674/0001-05	7.434,24
81	21032. 001687/2008-69	82- 31/12 INC. II	Aquisição de ração para peixes SEPA/PR-PB.	SERVECAMPO – JOSÉ GOMES DA COSTA NETO 35.496.850/0001-07	4.000,00
82	21032. 0001688/2008-11	83- 31/12 INC. II	Aquisição de aparelhos telefônicos SEPA/PR-PB.	CEM POR CENTO COM. E DISTRIB. DE ELETRO ELETRÔ. 03.873.091/0001-59	134,10 161,80
83	21032. 001689/2008-58	84- 31/12 INC. II	Aquisição de bateria para SFA/PB (02).	POWER COMPUTER – ANA PATRICIA DA SILVA ME 09.230.308/0001-06	300,00

Fonte: SMP
* O nº. 35 não foi utilizado.

Quadro 54

Inexigibilidades de Licitação (Art. 25, Lei 8666/93)

NÚMERO	PROCESSO	INCISO	OBJETO	FORNECEDOR	VALOR PREVISTO
01	000065/2008-13	01 - 21/01 CAPUT. ART. 25	Despesa Estimativa com Emplacamento/Licenciamento e Seguro Obrigatório de veículos Oficiais da SFA/PB – 2008	DETRAN 09.188.376/0001-46	8.000,00 (Emplc) 2008NE900034 7.000,00 (Seguro) NE35
02 e 03	000070/2008-26	02 e 07 - 24/01 – 14/08 CAPUT. ART. 25	Despesa Estimativa com publicações no Diário Oficial da União – 2008, Emp. Nº 2008NE900033 e NP .	IMPRENSA NACIONAL 04.196.645/0001-00	9.600,00
04	000099/2008-16	03 - 01/02 CAPUT. ART. 25	Despesa Estimativa com Emplacamento/Licenciamento e Seguro Obrigatório de veículo Oficial da SEAP/PR – 2008, Emp. Nº 2008NE,	DETRAN 09.188.376/0001-46	170,00 (Emplc) 10,00 (Seguro)
05	000109/2008-13	04 - 11/02 CAPUT. ART. 25	Despesa Estimativa com o consumo de água para Sede e Utras	CAGEPA 09.123.654/0001-87	24.000,00 2008NE900040
06	000234/2008-15	05 - 18/03 CAPUT. ART. 25	Serviço de incineração de 25 caixas de penas de aves procedentes da china.	SERQUIP Tratamento e Resíduos PB TLDA.	2.000,00
07	000604/2008-14	06- 11/06 CAPUT. ART. 25	Inscrição no Curso de Gerenciamento de Contratos e Convênios Administrativos.	Fumtex-Fundação Médica Educacional Prof. Teixeira. CNPJ Nº 10.461.911/0001-70	2.736,00
08	000812/2008-13	09- 06/08 CAPUT. ART. 25	Contrato de Malote	CORREIOS 34.028.316/0019-32	15.000,00
09	001042/2008-26	08- 12/09 INC. II	Inscrição do servidor Divaldo S. Cunha no XX Congresso Bras. De Fruticultura, de 12 a 18/10/2008, em Vitória/ES.	DADALTO EVENTOS LTDA 00.375.260/0001-41	550,00

Fonte: SMP

Dos 08 (oito) processos de licitações realizados por esta Unidade Gestora, sendo 07 (sete) pregões, dos quais efetivamente aconteceram 06 (seis), e 01 (um) convite, considerando o valor estimado e o valor real, houve uma economicidade de R$ **226.880,78** (duzentos e vinte seis mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e oito centavos), o que equivale a **42,30** %.

O demonstrativo abaixo expressa, por modalidade de licitação, item a item, o valor estimado e o valor real das aquisições e execução de serviços diversos, totalizando R$ **309.431,53** (trezentos e nove mil quatrocentos e trinta e um reais e cinqüenta e três centavos). Quadro 55.

Quadro 55

Resultado das licitações, item a item.

Pregão 01/2008 – Telefonia Fixa Comutada / Convencional			
Item	Descrição	Valor estimado (R$)	Valor real (R$)
1	Telefonia Fixa Comutada / Convencional	91.200,00	83.741,70
TOTAL (R$)		**91.200,00**	**83.741,70**
Pregão 02/2008 – Passagem Aérea Nacional			
item	Descrição		
1	Prestação de Serviço de reserva e emissão de Bilhete de Passagem Aérea Nacional – Percentual de Desconto Sobre Volume Total de Vendas	110.000,00	99.500,00
	TOTAL (R$)	110.000,00	99.500,00
Pregão 03/2007 – Apoio Administrativo			
Item	Descrição	Valor estimado (R$)	Valor real (R$)
1	Contratação do serviço de Apoio Administrativo nas áreas de recepção, informática, telecomunicações e administrativa. Obs: não realizado por orientação do NAJ.	-	-
Total		**-**	**-**
Pregão 04/2007 – Manutenção Condicionador de Ar			
Item	Descrição	Valor estimado (R$)	Valor real (R$)
1	Manutenção Condicionador de Ar Obs: não realizado por orientação do NAJ para separar material e serviço..	-	-
Total		**-**	**-**
Pregão 05/2007 – Aquisição Material Permanente			
Item	Descrição	Valor estimado (R$)	Valor real (R$)
01	**VEÍCULO**: utilitário c/ cinco portas; **capacidade**: 5 passageiros; cor: branca; **motor**: a partir de 2.5 cilindradas turbo diesel; **potência**: superior a 140cv; **tração**: 4x4. Opcionais: ar condicionado, direção hidráulica, trio elétrico, faróis neblina, roda de liga leve aro 16, pneus 225/70, desembaçador com ar quente, air bag (motorista e passageiro), bagageiro de teto, câmbio manual de 5 velocidades, freios abs, garantia de 3 (três) anos. Obs: Item deserto.	131.088,33	-
02	Refrigerador Modelo/tensão (V) – RDE 30/220V; Volume total 262 litros; Tipo degelo: semi-automático	1.968,00	2.187,00
03	Notebook: Sistema Operacional: Windows XP; Processador: Intel® Core Duo; Memória RAM mínima: 1GB DDR2 533 MHz; Capacidade mínima da Unidade de Disco Rígido (HDD): 100GB; Unidade Óptica: leitora e gravadora de CD / DVD; Ethernet: 10BASE-T/100BASE-TX com interface RJ-45; Controle de Cursor: Touch pad eletrostático; Teclado: ABNT 2; Câmera e microfone integrados; Outras Interfaces mínimas: USB 2.0 (2), saída VGA; Conexão Sem Fio Integrada (Wireless); Conexão Bluetooth; Acessórios Incluídos: Bateria e adaptador CA com cabo de força; Sofware incluído: MS Office 2007.	5.656,00	5.656,00
04	Impressora portátil, com bateria recarregável; velocidade de impressão em cores até 17 ppm em preto e 16 ppm em cores, ciclo de trabalho 500 paginas pó mês, resolução até 1200 x 1200 dpi renderizados; resolução em cores otimizada de até 4800 dpi em cores e 1200 dpi de entrada, impressão dúplex manual; 1 porta USB, 1 porta paralela, 1 porta infra-vermelha, 1 slot para cartão compactFlash; memória Padrão 32 MB; Compatível com Mac; Painel de controle 3 botões no painel frontal (liga/desliga, retomar, cancelar).	3.456,00	3.339,00
TOTAL (R$)		**142.168,33**	**11.182,00**

Pregão 06/2007 – Aquisição Material Expediente			
Item	Descrição	Valor estimado (R$)	Valor real (R$)
1	Almofada para carimbo, plástico, esponja absorvente revestida de tecido, entintada na cor azul, tamanho médio e recarregável;	3,79	1,85
2	Apontador de lápis, material plástico, tipo escolar, tamanho médio, sem coletor;	0,50	0,12
3	Bandeja de expediente em acrílico, cor fumê, 35 mm x 25 mm;	14,16	7,44
4	Bloco recado, auto – adesivo, tipo removível, amarelo, largura 76 mm, comprimento 102 mm, com 100 folhas;	4,62	1,30
5	Bloco recado, auto – adesivo, tipo removível, amarelo, largura 38 mm, comprimento 50 mm, com 100 folhas;	3,25	1,25
6	Borracha apagadora de escrita, comprimento 34 mm, largura 23mm, altura 8 mm, cor branca;	0,54	0,16
7	Borracha apagadora de escrita, comprimento 45 mm, largura 17mm, altura 8 mm, cor azul e vermelha, para lápis e tinta;	0,46	0,11
8	Caixa arquivo, plástico polionda, 13,5 cm x 36 cm x 24 cm;	4,83	2,01
9	Caneta esferográfica, com corpo de material plástico, transparente, sextavado e orifício lateral, tinta azul, ponta grossa, com esfera de tungstênio, tampa frontal na cor da tinta, tampa traseira de encaixe (e não de enroscar);	0,68	0,19
10	Caneta esferográfica, com corpo de material plástico, transparente, sextavado e orifício lateral, tinta preta, ponta grossa, com esfera de tungstênio, tampa frontal na cor da tinta, tampa traseira de encaixe (e não de enroscar);	0,68	0,19
11	Caneta esferográfica, com corpo de material plástico, transparente, sextavado e orifício lateral, tinta vermelha, ponta grossa, com esfera de tungstênio, tampa frontal na cor da tinta, tampa traseira de encaixe (e não de enroscar);	0,68	0,19
12	Caneta marca-texto, em plástico, diâmetro da ponta 3 mm, cores diversas, tipo ponta porosa, carga não recarregável, tinta fluorescente;	1,39	0,40
13	Caneta memória, 1GB, USB 2.0, portátil, para armazenamento de dados (PEN-DRIVE);	35,00	24,41
14	Clipe em metal niquelado, tamanho 1/0, formato paralelo, caixa c/ 100 un;	1,38	0,80
15	Clipe em metal niquelado, tamanho 2/0, formato paralelo, caixa c/ 100 un;	1,40	0,90
16	Clipe em metal niquelado, tamanho 3/0, formato paralelo, caixa c/ 100 un;	1,49	0,99
17	Clipe em metal niquelado, tamanho 6/0, formato paralelo, caixa com 50 un;	1,76	1,10
18	Cola em bastão para papel, colagem instantânea, apresentação em bastão de 10 g;	1,41	0,44
19	Colchete fixador de papel em aço latonado, tamanho nº 8, tipo bailarina, caixa com 72 un;	2,87	2,07
20	Colchete fixador de papel em aço latonado, tamanho nº 10, tipo bailarina, caixa com 72 un;	3,68	3,46
21	Corretivo líquido para papel, material base d'água, secagem rápida, apresentação em frasco de 18 ml;	1,28	0,54
22	Cordão de sisal para empacotamento, 265 g, altura do rolo 13cm, diâmetro do rolo 8cm e diâmetro do cordão 3mm;	6,71	4,90
23	Elástico tipo liga para escritório, material látex, tamanho nº 18, com 100grs;	2,13	1,49
24	Estilete de lâmina estreita, retrátil, corpo em plástico, espessura de 9 mm;	1,90	0,68
25	Envelope tamanho carta, material papel off-set, cor branca, sem timbre, 160 mm x 115 mm;	0,11	0,05
26	Envelope tamanho ofício, material papel sulfite, 80g/m², cor branca, sem impressão, 229 mm x 114 mm;	0,13	0,04
27	Envelope tipo saco comum, material papel Kraft, cor amarela, sem impressão, 240 mm x 180 mm;	0,15	0,07
28	Envelope tipo saco comum, material papel Kraft, cor amarela, sem impressão, 280 mm x 200 mm;	0,14	0,09
29	Envelope tipo saco comum, material papel Kraft, cor amarela, sem impressão 350 mm X 250 mm;	0,18	0,15
30	Envelope tipo saco comum, material papel Kraft, cor amarela, sem impressão, 410 mm X 310 mm;	0,26	0,16
31	Etiqueta adesiva para impressora jato de tinta HP 6280, material papel, formato retangular, cor branca, 25,4 mm x 66,7 mm (3 colunas);	11,50	7,40
32	Etiqueta adesiva para impressora HP 6282, material papel, cor branca, largura 33,9 mm x 101,6 mm (2 colunas);	16,76	7,18
33	Extrator de grampo, material aço inoxidável, tipo espátula, comprimento 150 mm, largura 5 mm;	2,17	0,59
34	Fita adesiva, aplicação multiuso, monoface, material polipropileno transparente, largura 12 mm, comprimento 40 m;	0,95	0,60
35	Fita adesiva, aplicação multiuso, monoface, material polipropileno transparente, largura 19mm, comprimento 50 m.	1,77	0,93

36	Fita adesiva, aplicação multiuso, monoface, material polipropileno transparente, largura 25 mm, comprimento 50 m;	1,59	1,22
37	Fita adesiva, aplicação multiuso, monoface, material crepe, largura 19 mm, comprimento 50 m;	2,46	2,10
38	Fita adesiva aplicação multiuso, monoface, material polipropileno, cor marrom, largura 25 mm, comprimento 50m;	1,94	1,51
39	Fita adesiva para empacotamento em geral, cor marrom, largura 45 mm, comprimento 50 m, espessura 0,14 mm;	3,43	1,79
40	Grampeador de papel, de mesa, com estrutura metálica, tratamento superficial pintado, para grampo 26/6, capacidade para 20 folhas;	19,27	7,43
41	Grampeador de papel, de mesa, tipo profissional de grande porte, com estrutura metálica, tratamento superficial pintado, para grampo 23/13, capacidade para 100 folhas;	75,00	30,80
42	Grampo para grampeador, material metal, tratamento superficial niquelado, tamanho 26/6, cx. com 5000un;	2,20	2,18
43	Grampo para grampeador, material metal, tratamento superficial niquelado, tamanho 23/13, cx com 5000 un;	9,22	9,30
44	Índice telefônico, capa de papel plastificado, encadernação em espiral plástico, 5 indicadores (nome/telefone/e-mail/endereço/fax), dimensões 150mm x 210mm, 100 folhas;	11,40	11,49
45	Lápis preto nº 2, corpo de madeira, dureza da carga 2b, sem borracha apagadora, material da carga grafite;	0,34	0,17
46	Lapiseira, material do corpo em plástico, extremidades (ponta e protetor da borracha) e prendedor, em metal, diâmetro carga 0,5 mm;	5,23	1,50
47	Lapiseira, material do corpo em plástico, extremidades (ponta e protetor da borracha) e prendedor, em metal, diâmetro carga 0,7 mm;	5,85	1,50
48	Mina grafite, material grafita, diâmetro 0,50 mm, comprimento 60 mm, dureza 2b, tubo com 12 unidades;	0,90	0,59
49	Mina grafite, material grafita, diâmetro 0,70 mm, comprimento 60 mm, dureza 2b, tubo com 12 unidades;	1,24	0,59
50	Papel de impressão, material celulose vegetal, tipo A4, gramatura 75 g/m2, comprimento 297 mm, largura 210 mm, cor branca;	11,80	10,87
51	Pasta arquivo, material plástico transparente, classificadora, largura 240 mm, altura 350 mm, cores variadas, colchete em plástico, sem elástico;	1,08	0,90
52	Pasta arquivo, material plástico polionda, largura 250 mm, altura 345 mm, lombada 40 mm, cores variadas, com abas e elástico;	2,20	1,37
53	Pasta (escarcela) com abas e elástico, material cartolina plastificada, cores diversas, largura 230 mm, comprimento 340 mm;	0,85	0,54
54	Pasta (escarcela) sem abas e elástico, material cartolina plastificada, cores diversas, largura 230 mm, comprimento 340mm, com prendedor de papel em plástico;	0,56	0,59
55	Pasta suspensa, material cartão marmorizado plastificado, sustentação com haste de plástico, com prendedor de papel em plástico, largura 240 mm, comprimento 365 mm;	1,10	0,68
56	Pasta AZ lombo estreito, material cartão prensado plastificado, tamanho ofício;	3,93	3,90
57	Pasta AZ lombo largo, material cartão prensado plastificado, tamanho ofício;	3,94	3,42
58	Perfurador de papel, em metal, tamanho médio, pintado, capacidade para 20 folhas, funcionamento manual;	16,42	11,78
59	Pincel atômico em cores variadas, material plástico, ponta de nylon, carga descartável;	1,45	0,68
60	Pincel quadro branco / magnético, plástico, material da ponta em náilon, nas cores preta, azul, verde e vermelha;	2,05	1,22
61	Percevejo, material metal, tratamento superficial latonado, tamanho 10 mm;	2,38	1,68
62	Prancheta portátil, material acrílico, cor fumê, comprimento 340 mm x largura 235 mm, espessura 3mm, com pegador plástico e bordas arredondadas;	7,85	6,68
63	Porta-fita adesiva com cortador de fita em metal e base antiderrapante, formato retangular, material em plástico, comprimento 15 cm, largura 6 cm;	16,00	6,30
64	Porta-lápis/clipe/lembrete, material acrílico, cor fumê, conjugado;	10,20	5,60
65	Régua comum de plástico cristal flexível e transparente, comprimento 30 cm, graduação milimetrada;	0,54	0,21
66	Tesoura em aço inoxidável, cabo em plástico, comprimento 16 cm;	5,56	2,22
67	Tinta para almofada de carimbo, cor preta, líquido, frasco de 40 ml;	1,92	1,11
68	Tinta para almofada de carimbo, cor azul, líquido, frasco de 40 ml;	6,40	3,50
69	Tinta para carimbo automático (TRODAT), colour 7011, preta, a base dágua, líquida, frasco com 28 ml;	6,40	3,80
70	Tinta para carimbo automático (TRODAT), colour 7011, azul, a base dágua, líquida, frasco com 28 ml;	6,40	3,80

71	Transparência para impressora laser, tipo A4, 210 x 297 mm, caixa com 50 folhas;	48,45	26,97
72	Mouse 700 DPI-M10, tipo ps/2, para microcomputador, botão central comscroll, 2 botões de controle;	11,19	13,70
73	Mouse pad em borracha neoprene, comprimento 19 cm, largura 22 cm, espessura 4 mm;	1,60	cancelado
74	Cabo de par trançado para rede de computador, com 4 pares, cor azul;	1,27	1,10
75	Cartucho preto para impressora HP 840, referência 15A, original do fabricante, 40 ml;	6,55	31,99
76	Cartucho preto para impressora HP 3550, referência 28A, original do fabricante, 8ml;	52,23	21,99
77	Cartucho colorido para impressora HP 3550, referência 28A, original do fabricante, 8ml;	52,23	33,99
78	Cartucho colorido para impressora HP 5550, referência 57A, original do fabricante, 17ml;	86,96	40,00
79	Cartucho de toner para impressora HP Laserjet, modelo 1.300, original do fabricante, preto, referência Q2613A;	238,00	48,99
80	Cartucho toner para impressora Xerox Laser, modelo Phaser 3130, original do fabricante, preto, referência 109R00725;	380,00	281,00
81	Cartucho toner para impressora HP Laser, modelo 1015/3015/3050, original do fabricante, preto, referência 12A;	264,50	50,99
82	Cartucho tonner para impressora/copiadora RICOH AFÍCIO 1515, original do fabricante, preto, referência 1170D;	90,00	89,50
83	Cartucho tonner para impressora/copiadora Xerox Work Centre PE 220, original do fabricante, referência WCPE220(D1)	312,25	157,59
84	Cartucho toner para impressora Xerox Phaser 6180 NPCLE preto original do fabricante, preto, referência 113R00722;	531,14	529,00
85	Cartucho toner para impressora Xerox Phaser 6180 NPCLE preto original do fabricante, magenta, referência 113R00720;	534,82	529,00
86	Cartucho toner para impressora Xerox Phaser 6180 NPCLE preto original do fabricante, cyan, referência 113R00719;	534,82	529,00
87	Cartucho toner para impressora Xerox Phaser 6180 NPCLE preto original do fabricante, yellow, referência 113R00721;	534,82	529,00
88	Cartucho toner para impressora Brother 8020, preto, original do fabricante, referência TN560;	201,00	211,90
89	Fotorreceptor para impressora/copiadora Xerox Work Center M151, original do fabricante, referência 113R00663;	344,50	345,00
90	Fotocondutor para impressora Lexmark E230/E332, original do fabricante;	286,25	118,99
91	CD-R, 700MB, 80 min, gravável;	0,72	0,64
92	Adesivo para identificação visual dos veículos, atendendo a IN 3, de 15/05/2008, conforme anexos.	11,00	deserto
93	Blocos de Termo de Fiscalização, em 2 (duas) vias, sendo a 1ª via branca e a 2ª azul, carbonadas, no tamanho 219 x 153 mm	154,58	5,30
94	Capa de processo em cartolina, 224 x 321 mm, 180g/m², branca, folha dupla, impressão na cor preta, com brasão e serviço público federal;	0,25	0,20
95	Capa para documentação de cadastro de fornecedores e de convenentes	1,16	cancelado
96	Carimbo automático 4912	29,00	32,00
97	Carimbo automático 4913	31,00	32,00
98	Carimbo automático 4927	37,50	40,00
Total (para o quantitativo empenhado em 2008 – 1ª solicitação)		**106.672,00**	**44.722,63**

Pregão 07/2007 – Material de Laboratório

Item	Descrição	Valor estimado (R$)	Valor real (R$)
01	Medidor de Parboilização de arroz modelo PB100; Lâmpada de baixo consumo com reator integrado	1.437,50	Cancelado
02	Kit para medição de peso Hectolito (densidade) de grãos, para ser utilizado somente com a Balança Eletrônica Modelo BG-4001, Kit Composto de 01 jogo de funis, 01 peso padrão especifico, 01 cocha plástica oval.	1.313,66	1.998,00
03	Peneiras OBLONCO para Classificação de grãos de feijão, furação 3mmx19mm, armação de alumínio 20x30cm, com fundo.	230,75	DESERTO
04	Balança semi-analitica, capacidade 3100g, divisão 0,01g, reprodutibilidade 0,02g, dimensões de prato circular 135mm, faixa de tara até a carga máxima, temperatura de uso 15 a 35ºc, tempo de estabilização 0,5 a 4 segundos, ...	2.309,50	1.580,00
05	Peneiras Redondas para análises Granulométricas de farinha de mandioca, aro rígido em latão ou aço inox, com 8,5, ou 3 polegadas de diâmetro por 1 ou 2 polegadas de altura ...	412,66	1.238,00

06	Mesa vibratória para peneiras, modelo novo 110/220 v. com relógio, desligamento automático, vibrações programáveis seis peneiras de 2 altura. Aro rígido em latão ou aço inox, com 8,5, ou 3 polegadas de diâmetro por 1 ou 2 polegadas de altura .	2.927,16	2.925,00
07	Peneira para classificação de trigo em grão, armação de alumínio 20x30cm e Furação 1,75mmx20,00mm, com fundo.	274,00	DESERTO
08	Peneira manual para classificação de grãos armação de alumínio 20x30cm, furação 4,76mm, com fundo.	203,25	DESERTO
09	Peneira manual para classificação de grãos armação de alumínio 20x30cm, furação 4,00mm, com fundo	43,50	DESERTO
Total		**9.151,98**	**7.741,00**
Pregão 08/2007 – Repetição Veiculo			
Item	Descrição	Valor Estimado (R$)	Valor Real (R$)
01	Veículo utilitário, tipo motor turbo diesel, tipo direção hidráulica, capacidade passageiro 5, tipo refrigeração ar condicionado, ar quente e ar frio, quantidade portas 4 portas laterais, tipo freio ABS, tipo tração 4x4, características adicionais airbag/tipo camionete/carroceria fechada/tampa tr a, cor branca, potência mínima motor 130 CV, cilindrada mínima 2.7 cm3	131.088,3300	Cancelado
Total		**38.560,00**	**31.272,10**
Carta Convite 01/2007 –			
Item	Descrição	Valor estimado (R$)	Valor real (R$)
01	Serviço de manutenção predial (reforma) na sala onde funciona a sede da UVAGRO/VIGIAGRO/DT/SFA-PB, localizada no Porto de Cabedelo, Cabedelo-PB	8.350,00	7.242,10
02	Serviços elétricos de adequação da entrada de energia	30.210,00	24.030,00
Total		**38.560,00**	**31.272,10**

Fonte: SMP/SAD

Quadro 56

Contratos efetivados em 2008

Nº	CONTRATADA	OBJETO	ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR (R$)	LICITAÇÃO DE PROCEDÊNCIA	FISCAL DO CONTRATO/PORTARIA	FISCAL SUBSTITUTO /PORTARIA
01 *	PETROSERVICE Com.de Comb.e Deriv.dePetróleoLtda	Fornecimento de gasolina - João Pessoa-PB Pregão 08/2007	24/01/2008	24.01.09	35.815,00	Pregão 08/2007	Port. Nº 13/2008 Jonas Francisco de Oliveira	Port. Nº 14/2008 Marcos Antonio Benjamin da Silva
02	PETROBEL	Fornecimento de álcool e diesel - João Pessoa-PB Pregão 08/2007	24/01/2008	24.01.09	58.855,96	Pregão 08/2007	Port. Nº 15/2008 Jonas Francisco de Oliveira	Port. Nº 17/2008 Marcos Antonio Benjamin da Silva
03	POSTO LIBERDADE	Fornecimento de gasolina, álcool e diesel – Campina Grande–PB Pregão 08/2007	11/09/2008	06.02.09	3.386,15	Pregão 08/2007	Port. Nº 18/2008 Giovanne Perazzo Barbosa	Port. Nº 19/2008 Jonas Francisco de Oliveira
04	G.M. RANGEL COMBUSTIVEL LTDA	Fornecimento de gasolina, álcool e diesel - Patos – PB Pregão 08/2007	25/01/08	25.01.09	10.723,77	Pregão 08/2007	Port. Nº 20/2008 Joaquim de Oliveira Santos	Port. Nº 21/2008 Marcos Antonio Benjamin da Silva
05	OI	Telefonia fixa comutada Contrato emergencial – Dispensa 05/2008	18/02/2008	18.02.08 a 26.06.08	45.600,00	Dispensa 05/2008	Port. Nº 35/2008 Raimunda Medeiros Vidal	Port. Nº 36/2008 Mª Aparecida Batista de Freitas
06 *	GET AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	Reserva, emissão e venda de bilhetes de passagens aéreas	06/06/2008	06/06/08 a 06/06/09	99.500,00	Pregão 02/2008	Port. 85/2008 Josinéa de Ataíde Moraes	Port. 89/2009 Hiula Nóbrega Leite
07	OI	Telefonia fixa comutada Pregão 1/2008	26/06/2008	26.06.09	83.741,70	Pregão 01/2008	Port. Nº 88/2008 Raimunda Medeiros Vidal	Port. Nº 89/2008 Mª Aparecida Batista de Freitas
08	CORREIOS Nº 9912227405	Malote DISP. 09/2008	10/12/2008	10.12.09	15.000,00	Dispensa 09/2008	Portaria nº 01/2009 Luiz Alberto Macedo Campelo	Portaria nº 1/2009 Lúcia Maria V. de Barros
09	PETROBEL	Fornec. de GASOLINA - João Pessoa-PB DISPENSA 46/2008	19/08/2008	19.08.09	14.000,00	Dispensa 46/2008	Port. Nº 131/2008 Jonas Francisco de Oliveira	Port. Nº 132/2008 Marcos Antonio Benjamin da Silva
10	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Serviço de conexão con a Internet na UTRA/DT/CGE	30/10/2008	30/10/08 a 30/10/09	2.567,88	Dispensa 52/2008	Port. 158/2008 Lúcio Flávio Ayres de Albuquerque	Port. 159/2008 Gilwan de Carvalho Rodrigues
11	SOLNET	Conexão Internet UTRAPatos Dispensa 51/2008	26/09/2008	26.09.08	2.353,00	Dispensa 51/2008	Port. Nº 138/2008 Lúcio Flávio A.de Albuquerque	Port. Nº 139/2008 Gilwan Carvalho Rodrigues
12	LE SOLEIL	Fornecimento de passagens aéreas - Carona Pregão 28/2008 da UASG 160176	26/09/08	13.11.09	2.353,00	Dispensa 51/2008	Port. Nº 161/2008 Josinea de Ataíde Moraes	Port. Nº 161/2008 Hiula Nóbrega Leite

Fonte: SMP

Quadro 57

Contratos efetivados em exercícios anteriores ainda vigentes

Nº	CONTRATADA	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR (R$)	LICITAÇÃO DE PROCEDÊNCIA	FISCAL DO CONTRATO PORTARIA	FISCAL SUBSTITUTO /PORTARIA
04/02	Evilásio Aires Moura	Locação de imóvel UTRA de Patos/DISP.89/02	01.12.08	39.600,00	Dispensa 26/2002	Portaria 215/2002 Mª do Socorro Niculau da Cunha	Portaria 216/2002 Eny Soares de Souza Oliveira
02/03	SOLMAR	Serv. de recep. Inform. reprog. e telecom/TP/01/03	09.09.08	63.188,84	Tomada de preço 01/2003	Portaria nº 52/2005 Marcos A Bejamim da Silva	Portaria nº 54/2005 Maria S.Niculau da Cunha
07/03	RECOL Refrigeração e elétrica Ltda	Manute. de Condicionadores de ar / Pregão 03/03	17.12.08	11.040,00	Pregão 03/2003	Portaria nº 0215/2007 Jonas Francisco de Oliveira	Portaria nº 0216/2007 Marcos Benjamin da Silva
03/04	CORREIOS Nº 30297/04	Serviços Postais DISP. 107/04	15.09.09	30.000,00	Dispensa 107/2004	Portaria nº 125/2004 Lúcia Maria V. de Barros	Portaria nº 126/2004 Luiz Alberto M. Campelo
04/04	CORREIOS Nº58310-0010	Malote DISP. 108/04	15.09.08	10.000,00	Dispensa 108/2004	Portaria nº 123/2004 Luiz Alberto Macedo Campelo	Portaria nº 124/2004 **Lúcia Maria V. de Barros**
06/04	CC Informática	Manut. Comp. e impressoras PREGÃO 03/2004	16.11.08	1.260,00	Pregão 03/2004	Portaria 147/2004 Lúcio Flávio Aires de Albuquerque	Portaria 148/2004 Gilvan de C.Rodrigues
07/05	SERVICLIMA	Manutenção Veículos Pregão 04/05	22.12.09	32.450,00	Pregão 04/2005	Portaria 01/2006 Jonas Francisco de Oliveira	Portaria nº 03/07 Evaristo dos S.Barros Filho
08/05	SHANALLY	Vigilância armada Pregão 06/05	08.01.09	320.808,00	Pregão 06/2005	Portaria 53/2005 Maria S. Niculau Cunha	Portaria 006/2007 Cristiane Eduardo P. Costa
07/06	TNL BCS S/A (OI)	Telefonia móvel pessoal Dispensa 34/06	20.12.09	3.600,00	Dispensa 34/2006	Port. Nº 010/07 Raimunda Medeiros Vidal	Port. Nº 0011/07 Josinéia Ataíde Morais
05/07	HASTE Locação de mão de obra Ltda – ME	Serv. de limpeza, conser. e higienização – Pregão 02/2007	08.08.09	263.625,96	Pregão 02/2007	Port. Nº 0167/07 Marcos Antônio Benjamin da Silva	Port. Nº 0168/07 Maria do Carmo Barros
06/07	VINTE E QUATRO HORAS VIAGENS LTDA – ME	Venda de passagens Aéreas Pregão nº 03/2007	10.08.08	104.159,00	Pregão 03/2007	Port. Nº 0165/07 Josinea de Ataíde Moraes	Port. Nº 0166/07 Hiula Nóbrega Leita
08/07	SAELPA	Fornecimento de energia elétrica – dispensa 34/07	05.12.09	178.190,64	Dispensa 34/2007	Portaria 213/2007 Jonas Francisco de Oliveira	Portaria nº 214./2007 Maria Zilma M. G. Costa
09/07	URBIETA	Manutenção de grupo gerador Dispensa 33/07	23.11.09	1.600,00	Dispensa 33/2007	Port. Nº 0200/07 Jonas Francisco de Oliveira	Port. Nº 0201/07 José Marcos do Nascimento

Fonte: SMP

Quadro 58

Caronas a Pregões – SRP

PREGÃO Nº	UASG	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR ESTIMADO (R$)	VALOR REAL (R$)
28/2008	112408- Hospital das Forças Armadas	16	Mesa de trabalho	15	670,00	613,00
		20	Mesa de trabalho em "L"	01	1.595,00	1.450,00
		24	Gaveteiro	10		
		28	Mesa reunião	01	1.690,00	1.550,00
		30	Suporte CPU	03		
		33	Armário baixo	06	1.005,00	860,00
		35	Armário alto	03	1.242,80	1.060,00
		46	Cadeira giratória	01		
		50	Cadeira giratória	10	980,00	759,00
		51	Cadeira fixa c/ braço	10		
		52	Cadeira fixa s/ braço	16	380,00	295,00
		53	Longarina c/ braço	02	1.780,00	1.440,00
06/2008	160193 – 7ª Região Militar / 10ª Brigada de Infantaria Motorizada	140	Ar condicionado 12.000 BTU´s SPLINT	04	2.600,00	1.100,00
21/2007	110120 –Agencia de Inteligência Nacional / Departamento administrativo.	2	Cartucho toner impressora	03	213,00	155,00
05/2008	130029 – Universidade Federal da Bahia	43	Toner para impressora laserjet 1015	03	495,00	152,00
05/2008	130029 – Universidade Federal da Bahia	43	Toner para impressora laserjet 1015	13	495,00	152,00
05/2008	130029 – Universidade Federal da Bahia	43	Toner para impressora laserjet 1015	01	495,00	152,00
06/2008	160176 – 1º Grupamento de Engenharia e Construção / PB	28	Café em pó, tipo torrado, pacote de 250g	550	4,50	4,40
17/2007	160176 – 1º Grupamento de Engenharia e Construção / PB	14	Bebedouro d`água tipo vertical elétrico	02	379,00	317,50
09/2007	160036 – 1º Comando Militar do Nordeste / 6ª Região militar	18	Monitor vídeo, 17"pl.	06	650,00	469,99
37/2008	153065 – Universidade Federal da Paraíba	08	Impressora multifuncional	01	3.000,00	2.912,00
28/2008	160176 – 1º Grupamento de Engenharia e Construção / PB	01	Serviço de emissão de passagem aérea	150	150.000,00	144.006,00
06/2008	762000 – 15º Batalhão de Infantaria Motorizada	08	Óleo diesel para fornecimento em Campina Grande	4.000L	1,90	2,09
05/2006	510510 – INSS	22	Copo descartável para água	2.000	2,30	1,63
		23	Copo descartável para café	500	1,90	0,70
48/2008	153065- UFPB	08	Óleo diesel	4.000 L	1,90	2,09
06/2008	160193 – 10º BIMtz	140	Condicionador de ar tipo sprit 12.000 BTU's	04	2.600,00	1.100,00

07/2008	112408 – Hospital das Forças Armadas	16	Mesa de trabalho	15	670,00	613,00
		20	Mesa de trabalho tipo em L	01	1.590,00	1.450,00
		24	Gaveteiro	10	410,00	346,00
		28	Mesa Reunião	01	1.690,00	1.550,00
		30	Suporte para CPU	03	147,00	123,00
		33	Armário Baixo	06	1.005,00	613,00
		35	Armário Alto	03	1.242,00	1.060,00
		46	Cadeira Giratória	01	1.800,00	1.370,00
		50	Cadeira Giratória	10	980,00	759,00
		51	Cadeira Fixa com braço	10	680,00	524,00
		52	Cadeira Fixa sem braço	16	380,00	295,00
		53	Longarina com braço	02	1.780,00	1.440,00
66/2008	153038 – UFBA	08	Condiconador de ar tipo split 9.000 BTU's	11	1.000,00	928,00
06/2008	373039 – INCRA-AMAPÁ	19	Condiconador de ar tipo split 24.000 BTU's	08	2.208,50	1.774,00
48/2007	16065 – UFPB	01	Freezer Horizontal	01	2.170,00	1.479,00

Fonte: SMP/SAD

* Valor estimado pela UASG gerenciadora do Pregão.

Quadro 59

Controle mensal das contas fixas – SFA / 2008

EMPRESA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL 2007	TOTAL 2008
CAGEPA	324,79	547,87	988,31	1.177,07	1.045,51	1.125,35	1.094,90	1.466,39	1.746,53	1.703,90	4.188,62	1.429,85	20.834,60	16.839,09
Sede	39,79	34,07	508,83	468,79	291,47	310,33	255,52	529,57	505,21	401,68	3.227,44	419,95		6.992,65
Patos	182,54	445,66	399,90	628,70	674,46	742,46	766,82	864,26	1.168,76	1.229,66	888,62	937,34		8.929,18
C. Grande	102,46	68,14	79,58	79,58	79,58	72,56	72,56	72,56	72,56	72,56	72,56	72,56		917,26
ENERGISA	15.954,79	14.731,40	14.830,67	14.665,49	14.730,73	13.721,30	12.594,45	13.220,08	16.036,99	16.662,60		17.209,79	179.077,38	183.249,05
Sede	14.813,24	13.744,64	13.705,62	13.465,24	13.389,13	12.513,65	11.569,56	12.235,67	14.727,81	14.999,61	18.890,76	15.343,43		167.615,25
UVAGRO	675,82	597,85	732,91	753,19	824,54	724,87	666,56	643,65	803,67	1.095,19	17.104,65	1.137,49		9.775,16
Patos	465,73	388,91	392,14	444,06	517,06	482,78	358,33	340,76	505,51	567,80	1.119,42	728,87		5.858,64
											666,69			
CELB	202,36	255,65	267,79	261,57	204,13	185,23	168,61	204,59	260,71	279,20	325,43	313,84	2.126,04	2.929,11
OI (Telef. Móvel Super.)	324,80	149,34	95,45-	176,93	194,65	323,47	213,76	129,31	375,95	225,13	158,10	159,67	2.644,98	2.526,56
TIM SEAP	264,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.445,25	264,10
TELEMAR	6.754,69	6.294,17	7.635,14	8.234,41	8.918,11	7.560,59	7.540,92	7.309,45	8.525,87	8.320,45	7.691,66	6.639,65	90.949,18	91.425,11
G.M RANGEL (gasolina Patos)	99,08	Contrato de 2007 – encerrado em janeiro de 2008										-	2.933,03	99,98
G.M RANGEL (Patos)	-	979,45	1.934,05	1.117,57	1.201,26	1.218,16	1.794,11	1.420,85	1.683,73	1.259,02	1.382,25	-	-	13.990,75
MARTINS 07 (diesel-Patos)	299,42	Contrato de 2007 – encerrado em janeiro de 2008										-	2.692,85	299,42
PETROSERVICE – Gasolina J. Pessoa	486,01	1.641,18	2.170,69	3.655,02	1.700,10	1.968,14	1.907,53	186,00	Contrato rescindido por acordo entre as partes				-	13.714,67
CORREIOS – C	1.658,43	1.853,46	2.579,33	3.355,06	3.953,13	2.941,16	1.678,72	2.786,03	3.921,42	3.051,99	3.473,55	3.772,13	32.335,86	35024,41
CORREIOS – M	1.282,00	712,75	857,68	768,86	555,42	564,07	1.288,48	669,83	801,32	1.187,64	1.022,40	1.326,50	14.123,69	11.036,95
EVILÁSIO	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	5.050,00	7.800,00
LIBERD – JPA	7.988,10	Contrato de 2007 – encerrado em janeiro de 2008											95.463,21	7.988,00
LIBERD – CG	-	1.409,08	503,15	858,10	1.759,76	622,08	1.009,66	2.258,71	3.355,01	761,39	751,93	264,15	5.339,51	13.553,02
SERVCLIMA	-	14.775,26	3.009,96	8.864,07	16.940,28	-	5.523,22	6.393,60	10.770,96	9.058,38	12.190,30	14.325,99	97.173,62	101.852,02
SHANALLY	26.809,83	26.809,83	26.809,83	26.809,83	26.809,83	26.809,83	26.809,83	26.809,83	29.979,79	29.979,79	29.979,79	29.979,79	318.155,73	334.397,80
SOLMAR	26.102,87	26.102,87	26.102,87	26.102,87	26.102,87	27.653,19	27.653,19	31.326,60	30.408,25	30.408,25	30.408,25	30.408,25	289.930,93	263.625,96
P. PETROBEL (J. Pessoa)	-	4.068,35	5.300,38	4.775,35	.108,78	4.651,93	5.342,60	7.394,55	10.020,16	10.404,73	9.974,42	9.278,8		- 78.320,11
RECOL	3.850,00	3.670,00	3.670,00	3.780,00	-	3.984,00	-	3.995,00	3.998,00	-	3.974,00	3.336,00	35.061,38	34.257,00
URBIETA	-	-	400,00	-	-	400,00	-	560,00	400,00	-	-	400,00	1.438,00	2.160,00
C. C. INFORM.	-	-	989,00	-	1.110,00	-	-	-	-	-	900,00	-	1.048,00	2.160,00

CIEE	508,50	670,11	662,83	637,35	637,35	637,35	-	-	-	-	-	-	42.260,01	3.753,49
GET TURISMO	-	-	-	-	-	10.066,03	19.247,65	32.206,15	15.8884,46	38.548,96	8.477,85	-	-	124.431,10
HASTE	21.968,83	21.968,83	21.968,83	21.968,83	21.968,83	21.968,83	21.968,83	21.968,83	21.968,83	21.968,83	21.968,83	21.968,83	103.983,93	263.625,96
SOLNET – UTRA – PATOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	185,00	185,00	185,00	-	555,00
LE SOLEIL TURISMO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.053,16	21.672,59	-	45.725,75
24 HORAS	2.047,26	953,53	16.638,90	14.678,45	10.873,41	4.991,21	Contrato de 2007 – encerrado em junho de 2008						71.381,75	50.182,76
DETRAN	3.247,54	1.136,96	-	1.301,79	2.305,01	1.280,65	-	-	179,60	-	-	-	7.941,49	9.651,30
DETRAN - SEAP	168,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168,47
IMPRENSA NACIONAL	1.615,68	1.136,96	299,20	119,68	807,84	999,96	364,44	759,25	850,36	394,81	577,03	-	9.604,32	7.925,21
TOTAL 2007														**1.434.994,74**
TOTAL 2008														**1.923.620,29**

Fonte: SMP

As informações contidas no Quadro 59 expressam os valores pagos, anualmente, com as despesas fixas, por interessado, num somatório de R$ 1.923.620,29 (um milhão, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte reais e vinte e nove centavos).

ALMOXARIFADO

O **ALMOXARIFADO** está contido no Setor de Material e Patrimônio, inciso IV, Art. 31 do regimento Interno, cita: controlar a entrega de materiais de consumo e de bens móveis. O Quadro 60 apresenta as entradas de material, por classificação contábil, e o Quadro 61 expressa as saídas de materiais, resultante das 899 requisições de materiais atendidas no período de 01/01 a 31/12/2008.

Quadro 60

Entrada orçamentária de material de consumo

ELEMENTO DE DESPESA/CLASSIFICAÇÃO	MATERIAL	VALOR (R$)
339030- 07	Gêneros alimentícios	8.862,00
339030-16	Material de expediente	11.758,01
339030-17	Material de Proc. De dados	13.631,31
339030-19	Mat. Acondic. E embalagem	93,60
339030- 21	Material de copa e cozinha	4.094,00
339030- 23	Uniformes, tecidos e aviamentos	1.220,00
339030- 24	Matéria p/ manut. De bens imóveis	7.179,20
339030- 26	Material elétrico	7.507,86
339030- 27	Material de manobra e patrulhamento	620,00
339030- 28	Material de proteção e segurança	7.840,00
339030- 35	Material laboratorial	6.085,84
339030- 39	Material p/ manutenção de veículos	32.193,08
339030- 44	Material de sinalização visual e outros	7.983,22
TOTAL		**109.068,12**

Fonte: ALMOX/SMP

Quadro 61

Saída orçamentária de material de consumo

ELEMENTO DE DESPESA/ CLASSIFICAÇAO	MATERIAL	VALOR (R$)
339030- 07	Gêneros alimentícios	8.436,18
339030-16	Material de expediente	28.130,47
339030-17	Material de Proc. De dados	18.754,27
339030-19	Mat. Acondic. E embalagem	560,10
339030- 21	Material de copa e cozinha	2.118,78
339030- 23	Uniformes, tecidos e aviamentos	1.220,00
339030- 24	aterial p/ manut. De bens imóveis	7.179,20
339030- 25	aterial p/ manut. De bens móveis	374,66
339030- 26	Material elétrico	7.798,86
339030- 27	Material de manobra e patrulhamento	620,00
339030- 28	Material de proteção e segurança	7.840,00
339030- 35	Material laboratorial	6.085,84
339030- 39	Material p/ manutenção de veículos	14.270,62
339030- 44	Material de sinalização visual e outros	7.983,22
TOTAL		**111.372,20**

Fonte: ALMOX/SMP

O Quadro 62 evidencia o consumo anual de materiais requisitados pelos diversos serviços, seções e setores, totalizando R$ 111.372,20 (Cento e onze mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte centavos).

Quadro 62

Consumo anual de custo por serviço, seção e setor

SERVIÇO, SEÇÃO E SETOR	VALOR(R$)
Almoxarifado	289,11
Assessoria do Gabinete	224,10
Estação de Meteorologia	132,34
Gabinete da Superintendência	4.688,79
Gabinete Odontológico	293,13
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário	5.771,12
Laboratório de Bebidas e Vinagres	478,04
Laboratório de Sementes	144,91
Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária	723,70
Unidade Tec. Regional de Agricult., Pesc. e Abast. em C. Grande	1.742,50
Unidade Téc. Regional de Agricult., Pesc. e Abast. em Patos	1.355,66
Setor de Atividades Gerais – SAG	20.000,25
Setor de Atividades Gerais – Arquivo	207,36
Setor de Atividades Gerais – Biblioteca	36,48
Setor de Atividades Gerais – Guarita	164,70
Setor de Atividades Gerais – PABX	162,52
Setor de Atividades Gerais – Recepção	117,85
Setor de Atividades Gerais – Reprografia	3.863,05
Setor de Protocolo	2.192,39
Serviço de Fiscalização Agropecuário	5.425,52
Seção Orçamentária e Financeira	1.124,78
Serviço de Apoio Administrativo	2.616,03
Divisão Técnica	956,17
SEAP	29.475,77
Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários	3.821,86
Setor de Patrimônio	502,40
Seção de Planejamento e Acompanhamento	1.110,31
Seção de Recursos Humanos	1.825,03
Seção de Tecnologia da Informação	2.748,75
Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária	3.300,14
Suporte Documental	40,81
Transporte	13.881,17
Unidade de Vigilância Agropecuária	812,07
Setor de Material de Patrimônio	1.143,39
TOTAL	**111.372,20**

Fonte: ALMOX/SMP

O **SETOR DE PATRIMÔNIO** está contido no Setor de Material e Patrimônio conforme os incisos de VIII a XII, Art. 31 do Regimento Interno.

As atividades desenvolvidas pelo Setor de Patrimônio, estão descritas a seguir:

DOAÇÕES

No decorrer do ano de 2008, não houve nenhuma doação, por motivo da lei eleitoral, no entanto, há processo em tramitação para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social da Paraíba, processo - MA-21001118/06.

TERMO DE BAIXA

Não existe processo de baixa de bens, nesse exercício, considerado pela comissão de Avaliação de Bens Móveis; avaliados irrecuperáveis para esta SFA, processo em tramitação SFA/AGU/PB.

BALANCETE CONTÁBIL

Encaminhamento de relatório de Bens Móveis (R.M.B.) referente aos meses de janeiro a dezembro/08, mês a mês, em paralelo com o balancete contábil, do SIAFI; encaminhamento de cópia de relatório de Bens Móveis e Balancete Contábil, mês a mês, ao Suporte Documental; encaminhamento de mensagem enviada do setorial de contabilidade do MAPA/DF, obedecendo ao calendário contábil.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Foi feito acompanhamento e levantamento de bens móveis, emitindo termos a todos os responsáveis pelos serviços, seções e setores, devidamente assinados e conferidos, pelo uso e guarda dos mesmos.

BENS MÓVEIS

A SFA/PB adquiriu, no exercício de 2008, os seguintes bens móveis relacionados abaixo, os quais foram cadastrados devidamente em suas contas contábeis e inseridos no acervo de bens permanente desta Superintendência, sendo em seguida emplaquetados e colocados nos Termos de Responsabilidades de cada Serviço, seção e setor a que foi destinado. Quadro 63 e Quadro 64.

Quadro 63

Bens móveis adquiridos por compra

ITEM	DESCRIÇÃO	QUNAT.	VALOR (R$)
01	Refrigerador Tipo Residencial , Tipo Frigobar 79 Cor Branca, Marca Eletrowx.	02	1.150,00
02	Condicionador de Ar. , Tipo Split, 18.000 Btus, Frio Hi-Wall, Elgin.	02	3.936,00
03	Televisor em Cores, Marca Lg, 29pol, Tela Plana.	01	650,00
04	Refrigerador Tipo Residencial , 280l, Marca Esmal Tec.	01	699,00
05	Camara Fotografica Digital, 12.1mp, Marca Sony.	01	1.004,00
07	Cadeira Giratoria em Tecido, Espaldar Alto, com Braços, Marca Giroflex.	01	1.624,44
08	Cadeira Giratoria em Tecido, com Braços, Espaldar Baixo, Marca Giroflex.	08	9.670,29
09	Estante em Aco, com 6 Prateleiras.	01	139,00
10	Aparelho Dvd (Digital Video Disk), Marca Panasonic.	04	716,00
11	Mesa Para Escritorio Em Madeira, Reta, Marca Marelli.	01	400,00
12	Cadeira Giratoria Para Digitador, Espaldar Baixo, Marca Marelli.	01	536,00
13	Condicionador De Ar . , Tipo Split, 12.000 Btus, Marca Komeco.	01	1.150,00
14	Gps Portatil, 500 Waypoits, 12 Receptores, Etrex Vista, Marca Garmin.	08	6.089,89
15	Mesa Para Reuniao Em Madeira, Melaminica, Marcq Giroflex	02	4.214,00
6	Refratometro. , Precisão O A 32, Modelo Brix, Marca Diobrix	02	338,00
17	Filmadora De Video, Digital, Controle Remoto, Zoom Otico 10x E Digital 80x, Marca Sony.	01	2.489,00
18	Impressora Laser, Color Phaser 6180.	04	4.360,00
19	Cadeira Gira To Ria Em Tecido, Com Espaldar Alto, Marca Marelli.	12	6.803,00
20	Armario Alto Em Madeira, Tipo Arquivo, Marca Marelli.	06	5.256,00
21	Armario Alto Em Madeira Misto, Marca Marelli.	02	1.428,00
22	Armario Alto Em Madeira, Marca Marelli.	03	2.196,00
23	Cadeira Fixa Em Tecido, Interlocutora, Marca Marelli.	02	648,00
24	Mesa Para Escritorio Em Madeira Formato. Em L, Autoportante, Com Suporte Para Cpu, Marca Marelli.	01	919,00
25	Mesa Para Escritorio Em Madeira Formato Em L ,Autoportante, Marca Marelli.	01	833,00
26	Mesa Para Escritorio Em Madeira, Reta, Marca Marelli	03	1.200,00
27	Ga Veteiro Volante Em Madeira, Marca Marelli	02	1.000,00
28	Armario Alto Em Madeira, Marca Marelli.	03	2.196,00
29	Armario Alto Em Madeira, Tipo Arquivo, Marca Marelli	03	2.628,00

30	Cadeira Giratoria Em Tecido, Espaldar Alto, Cor Azul, Marca Marelli	02	1.134,00
31	Cadeira Giratoria Em Tecido, Espaldar Baixo, Cor Azul, Digitador, Marca Marelli	04	2.144,00
32	Cadeira Fixa Em Tecido, Interlocutora, Com Braços, Cor Azul, Marca Marelli.	04	1.296,00
33	Longarina Em Metal, 03 Lugares, Com Braços, Cor Azul, Marca Marelli.	02	1.778,00
34	Capota Para Veiculo, Em Fibra De Vidro, Aplicação Para Veiculo S-10, Cabine Dupla.	04	9.978,00
35	Capota Para Veiculo, Em Fibra De Vidro, Aplicação Para Veiculo Foro Ranger, Cabine Dupla	01	2.625,00
36	Portatil Notebook, 1.6 Ghz, Com 100 Gbytes De Hd De Rotaçao, 5.400 Rpm.	04	12.100,00
37	Condicionador De Ar. , Tipo Split, Com Capacidade De 60.000 Btus, Marca Komeco.	03	13.347,00
38	Paquimetro. Digital, Milimetros E Polegadas, Capacidade De O A 150mm/O A 6 Polegadas.	02	538,00
39	Quarteador Em Metal (Aluminio), Com 32 Canaletas, Sendo 16 Cada Lado. Com 03 Bandejas, Usado Para Dividir E Quartear Amostras De Grãos.	01	940,00
40	Gps Portatil, Sistema Comunicação Móvel Terrestre	01	650,00
41	RADIO TRANSCEPTOR PORTA TIL, TIPO W ALK T ALK, OPERAÇÃO 14 CANAIS, 38 CÓDIGOS SEGURNAÇA, ACESSÓRIOS Dlspla Y COM CARGA DE BATERIA.	01	250,00
42	Balanca Eletronica, Digital Lg 1001-A.	01	220,00
43	Peneira Para Classificacao De Sementes, 3mm (Alum.).	02	190,00
44	Peneira Para Classificacao De Sementes, 5mm (Alum.).	02	190,00
45	Quarteador Em Metal De Cereais Em Aluminio	02	1.359,32
46	Quarteador Em Metal, De Cereais Em Aço Inox	01	676,68
47	Luminaria De Mesa, Fluorescente Retangular Com Duas Lampadas.	02	390,00
48	Determinador De Umidade De Cimento, Motomco.	01	3.500,00
49	Est Abilizador De Voltagem, Com Capacidade Para 1000 Va, Tensão Alimentação 110/220. Marca: Force Line	08	935,92
50	Microcomputador. , Intel Pentium 4, 30ghz, Disco Rlgido 160 Gb, Mem. 16 Gb Ddr.	01	2.300,00
51	Projetor Multimidia	01	2.598,00
52	Estante Em Madeira, Tipo Rack	02	618,00
53	Camara Fotografica . , Marca Sony	02	1.084,00
54	Portatil Notebook, Com Processador 1.6 Ghz	05	15.124,00
55	Camara Fotografica . , Flesh 3 Nustes, 7mpx, 32mb, Marca Sony.	04	2.168,00
56	Projetor. Benq Mp511	04	10.392,00
57	Arquivo Em Aco, Para Pastas Suspensas	10	1.800,00
58	Nobreak . 1300v A Sms Net Winner Grafite.	01	484,00
59	Binoculo . De Visao Noturna Com Intensificador De Alta Potencia	01	2.920,00
60	Divisoria. Painel Divisorio Em Aluminio Medindo 1372 X 45 Mm, Na Cor Cinza.	05	2.040,00
61	Estabilizador De Voltagem Sms 01 Kva Bivolt, 04 Tomadas, Entrada 220v E Saída 110v, Ns-162010021143.	01	220,00
62	Capota Para Veiculo, Protetor De Caçamba Ranger Cabine Dupla Autoline	01	600,00
63	Bebedouro De Agua Bebedouro Tipo Garrafao, Marca Masterfrio.	02	635,00
64	Freezer Horizontal, Cor Branca, Duplo Sistema De Condensaçao, Tensao de 127/220 Volts.	01	1.479,00
65	Monitor de Vídeo Policromático, Lcd, 17 “,	06	2.819,94
TOTAL		**168**	**165.796,48**

Fonte: ALMOX/SMP

Quadro 64

Bens adquiridos por incorporação

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR DE AQUISIÇÃO (R$)
01	Cd/radio Para Veiculo, Marca Sony	11	2.541,64
02	Cd/dvd Para Veiculo	07	1.054,80
03	Cd/radio Para Veiculo, Com Mp3 Marca Booster	01	182,42
03	Cd/DVD Para Veiculo, Marca Booster	01	178,00
04	Câmara Fotográfica Digital, Sony Dsc-W30	01	494,50
05	Câmara Fotográfica Digital, Sony Dsc-S500	02	577,60
06	Câmara Fotográfica Digital, Sony Dsc-W50	01	392,00
07	Câmara Fotográfica Digital, Sony Dsc-S650	01	247,80
08	Monitor Para Veiculo	02	540,00
09	Monitor De Vídeo Policromático, Cristal Líquido 15	01	250,85
10	Projetor Multimídia, Para Imagem	01	1.672,00
11	Microcomputador. Porta Til (Notebook) com Processador Amd Turion Marca Acer, Modelo Aspire 4520-3485, Windows Xp Profissional, Serie Lxahsoc06180 I 088c325.	01	3.189,65

12	Calado R . Para Graos, Em Inox, Com 34cm De Cilindro C/Abertura De 6cm De Ponta, Iocm De Cabo Pvc	05	294,00
13	Gps Portatil, Memoria De 1000 W A Ypopints Com Nome E Simbolos E W A Ypoinst Proximos	01	1.218,75
14	Impressora Laser , Monocroma Tica, Marca Xerox	01	294,55
15	PROJETOR Multimidla INFOCUS IN24+.	01	2.075,00
17	Monitor De VIdeo Pollcromatico, Lcd, Modelo: 740b Plus, Marca: Sansung.	13	7.129,50
18	Tela Para Projecao, Eletrlca, 1,80 X 1,35, 110/220v Biv, Serie 0802140059.	01	777,44
19	Microcomput Ador Portatil (Notebook) Com Processado R Pentium Thinkpad R61 T7300 De 2.00 Ghz, I Gb Memoria Ram Do Tipo Ddr2 - Sdram, 14" Wxga, 80 Gb, Serie: LI05n54.	01	3.175,00
20	Aparelho Respirador, Purificador De Ar, Drager X Plore 7300, I Filtro De Alta Eficiência P3, Para Fil Traçao De AerodIspersoldes, Marca Drager.	06	10.673,72
21	Microcomput Ador . Windows Xp Profissional, Ccooler Para Gabinete, Serie: 285384, Marca Epcom	07	6.771,59
22	Microcomput Ador . Windows Xp Profissional, Cooler Para Gabinete, Serie: 285598.	06	5.804,22
23	Apliances Alker Box, Modelo Fw611, Marca Firewall, Serie 102.064.	01	16.800,00
24	Estabilizador de Voltagem, Capacidade 300 V A, Marca: Ts Shara, Modelo: Verti	13	1.027,78
25	contalner para nitrogenio liquido para transporte de amostras biologicas, fornecido com I CANISTER DE 11" (278 al t x 67 mm diametro), marca ST ATEBOURNE.	01	5.666,66
TOTAL		**87**	**73.029,47**

Fonte: ALMOX/SMP

IMÓVEIS

Foi realizada vistoria nos imóveis pertencentes ao acervo patrimonial do MAPA sob jurisdição da SFA/PB, nas cidades de Cuité, Monteiro, Alagoinha, UTRA Campina Grande, UTRA Patos e UFCG./PB.

Setor de Transporte – STR

EQUIPE DE TRABALHO:
Jonas Francisco de Oliveira – Agente Administrativo – Chefe do STR
Clenes Antonio Inácio – Motorista Oficial
Francisco Rodrigues de Lima - Motorista Oficial (CONAB)
José dos Santos – Motorista Oficial
José Pereira da Cunha – Motorista Oficial
Oésio Rosal Leite – Motorista Oficial até outubro/08
Fábio Antônio da Costa Carvalho – Motorista Oficial
Apoio Administrativo:
José Célio Martins Silva – CONAB
Sandoilton Laurindo Firmino de Almeida – Recepcionista – Terceirizado (SOLMAR)
Maria Betigeuza de Sousa Costa –Operadora de microcomputador – tipo A – Terceirizado (SOLMAR)
Adílio Nélio Batista Martins– Auxiliar de Serviços Gerais – Terceirizado - HASTE
Alexandro da Silva - Auxiliar de Serviços Gerais – Terceirizado - HASTE

Ao Setor de Transporte compete:

I – gerenciar, orientar, controlar ordem de saída e abastecimento de veículos, programação de viagem, controlar a manutenção de veículo e revisão; arquivar, em pasta individual para cada veículo, as ordens de saída de veiculo devidamente preenchida, as notas fiscais de combustível e manutenção;

II – manter atualizado no Sistema de Controle de Veículo Automotores – SCVA os dados referentes a ordem de saída de veículos, consumo diário de combustível e o cadastramento da manutenção de veículo;

III – programar veículo para atender solicitações eventuais; conferir as notas fiscais de combustível mensal; vistoriar os veículos, diariamente; supervisionar a limpeza e manutenção dos veículos; elaborar relatório mensal e anual do consumo de combustível;

IV – programar emplacamentos dos veículos oficiais conforme tabela fornecida pelo DETRAN.

Atividades Desenvolvidas

As atividades desenvolvidas pelo Setor estão descritas nos quadros abaixo.

Quadro 65

Programação Executada em 2006 a 2009

	2006		2007		2008	
ATIVIDADES	**QUANT.**	**VALOR (R$)**	**QUANT.**	**VALOR (R$)**	**QUANT.**	**VALOR (R$)**
Emissão de ordem de saída de veículos oficial	3.023 un	-	3.755 un		3.676 un	-
Emissão de controle de abastecimento de veículo oficial	971 un	-	-		1.593 un	-
Frota de veículo oficial	42 un	-	52		49 un	-
Km rodados da frota	389.512 km	-	522.636 km		689.148 km	-
Combustível consumido em litros	**39.536,07 L**	**82.519,65**	**73.209,72 L**	**135.411,17**	**73.300,43 L**	**153.434,72**
Combustível – gasolina	6.144,78 L	16.333,24	22.403,08 L	56.767,03	22.240,02	48.373,38
Combustível – álcool	6.040,,53 L	12.858,73	5.426,93 L	9.637,85	2.904,96	5.398,43
Combustível - diesel	21.670,73 l	40.195,44	45.379,81	83.633,32	48.155,45	99.662,91
Combustível – álcool e gasolina = flexpower	5.680,03 L	13.132,24	-	-		
Custo de manutenção da frota		**65.650,25**		**115.192,58**		**105.876,37**
Consumo de pneus		**12.743,38**		**11.004,46**		11.253,00
Consumo de peças		-		-		78.254,70
Serviço de manutenção		-		-		16.368,67
Emplacamento		-		**8.277,87**		**9.737,47**
TOTAL MANUTENÇÃO DA FROTA		**160.913,28**		**269.886,08**		**269.048,56**

Fonte: STR

Quadro 66

Relação da frota da SFA/PB por serviço - 2008

SERVIÇO	VEÍCULO	PLACA	ANO	QTE
SEFAG	FRONTIER	MNF - 9064	2005	1
	S - 10	MNS - 4276	2007	2
	BLAZER	MOC - 2019	2004	3
	CORSA	MNB - 5763	2004	4
SIPAG	FRONTIER	MNF - 9094	2005	5
	S - 10	MNS - 4266	2007	6
	RANGER	MOT - 0900	2003	7
	RANGER	MOT - 0770	2002	8
	ESCORT	MON - 8365	2002	9
SEDESA	FRONTIER	MNF - 9084	2005	10
	S - 10	MNS - 4256	2007	12
	RANGER	MOS - 8584	2002	13
	CORSA	MNB - 5843	2004	14
	PÁLIO	MNK - 1531	2007	15
	XTERRA	MNW - 1316	2007	16
SEPDAG	S - 10	MNS - 4386	2007	17
	GOL	MNI - 1085	2005	18
SAD	GOL	MOL - 2669	2004	19

UTRA - C. GRANDE	ESCORT	MON - 8375	2002	20
	GOL	MOL - 2499	2004	21
	S - 10	MNS - 4456	2007	22
	FRONTIER	MNI - 1135	2005	23
UTRA - PATOS	S - 10	MNS - 4376	2007	25
	GOL	MOL - 2489	2004	26
UVAGRO	PÁLIO	MNN - 2462	2007	27
VIGIAGRO	PÁLIO	MNN - 2472	2007	28
GABINETE	PÁLIO	MNN - 2432	2007	29
PESCA	L - 200	MNV - 5649	2004	30
	PÁLIO	MNE - 4718	2004	31
	PÁLIO	JGC - 2291	2008	32
	RANGER	MNZ - 1766	2008	33
TRANSPORTES	PEUGEOUT	MNA - 1080	1995	34
	GOL	MNA - 1120	1995	35
	BAÚ	MOQ - 1260	2000	36
	PARATI	MNA - 1430	1996	37
	FUSCA	MNA - 1450	1995	38
	GOL	MNX - 7842	1999	39
	PARATI	MOG - 2168	1999	40
	PARATI	MOG - 2188	1999	41
	PARATI	MOC - 2029	2004	42
	CAMINHÃO	MMN - 2665	1974	43
	BESTA	KGG - 3354	1995	44
	VAN	MNL - 3591	1996	45
	ELBA	MNL - 5111	1995	46
	GOL	MNR - 6399	1999	47
	CORSA	MNE - 7179	1996	48
	MOTO	MNS - 9508	2005	49

Fonte: STR

Quadro 67

Consumo de combustível e manutenção mecânica por veículo

VEÍCULO	PLACA	ANO	SETOR	COMBUSTIVEL	QT LITRO	VLR NOTA	KM ROD	MANUTENÇÃO	TOTAL
RANGER	MOT - 0770	2002	SIPAG	DIESEL	1.074,56	2.223,92	10.760	4.669,97	6.893,89
RANGER	MOT - 0900	2003	SIPAG	DIESEL	2.022,48	4.110,65	18.581,00	4,862,32	8.972,97
PEUGEOT	MNA -1080	1995	STR	DIESEL	39,41	83,55	275.00	3025,05	3.108,60
GOL	MNI - 1085	2005	SEPDAG	GASOLINA	2.189,37	5.205,76	22.595	787,65	5.993,41
PARATI	MNA - 1090	1995	STR	GASOLINA	-	-	-	-	-
GOL	MNA - 1120	1995	STR	GASOLINA	276,46	679,16	2.441	1.017,67	2.466,83
FRONTIER	MNI - 1135	2005	GAB	DIESEL	1.490,57	3.010,38	14.199	6.768,82	9.779,20
BAÚ	MOQ - 1260	2000	STR	DIESEL	5.173,77	10.375,89	25.977	6.299,53	16.675,42
XTERRA	MNW - 1316	2007	SEDESA	DIESEL	2.887,02	5.726,63	24.931	1.994,69	7.721,32
PARATI	MNA - 1430	1996	STR	GASOLINA	-	-	-	-	-
FUSCA	MNA - 1450	1995	UTRA-CG	GASOLINA	-	-	-	-	-
FUSCA	MNA-1460	1995	STR	GASOLINA	-	-	-	-	-
PALIO	MNK - 1531	2007	SEDESA	FLEXPOWER	1.418,01	3.390,96	15.008	1.505,27	4.893,23
IPANEMA	MNA - 1627	1997	STR	GASOLINA	-	-	-	-	-
BESTA	JFO - 1635	1994	STR	DIESEL	15,98	32,76	163	778,52	811,28
RANGER	MNZ - 1766	2007	PESCA	DIESEL	4.448,50	9.254,9	44.485	1.500	10.754,90
BLAZER	MOC - 2019	2004	SEFAG	GASOLINA	1.560,15	3.640,04	9.650	1.816,35	5.456,39
PARATI	MOC - 2029	2004	GAB	FLEXPOWER	1.501,71	3.550,81	14.001	3.479,53	6.830,34
PARATI	MOG - 2168	1999	UTRA-PATOS	ALCOOL	795,87	1.540,94	5.381	3.904,22	5.445,16
PARATI	MOG - 2178	1999	STR	ALCOOL	316,73	560,73	2.362	500,00	1.060,73
PARATI	MOG - 2188	1999	STR	ALCOOL	41,07	73,52	275	729,12	802,64
PÁLIO	JGC - 2291	2007	PESCA	FLEXPOWER	2.032,83	4.681,41	19.270	1.200,00	5.881,41
PÁLIO	MNN - 2432	2007	GAB	FLEXPOWER	2.355,37	5.723,17	21.791	1.576,91	7.300,08
PÁLIO	MNN - 2462	2007	UVAGRO	FLEXPOWER	1,035,97	2.516,95	10.375	814,45	3.331,40
PÁLIO	MNN - 2472	2007	VIGIAGRO	FLEXPOWER	746,13	1.675,27	6.947	502,00	2.177,27
GOL	MOL - 2489	2004	UTRA-PATOS	FLEXPOWER	1.276,44	2.429,71	13.270	1.728,74	4.158,31
GOL	MOL - 2499	2004	UTRA-CG	ALCOOL	864,26	1.509,17	8.738	707,64	2.216,81
CAMINHÃO	MMN - 2665	1974	STR	DIESEL	4.119,50	8.014,20	15.163	13.000,94	20.115,14
GOL	MOL - 2669	2004	SAD	FLEXPOWER	1.182,06	2.813,22	10.831	585,28	3.398,50
BESTA	KGG - 3354	1995	STR	DIESEL	924,21	1727,90	9.491	1.003,72	2.731,62
VAN	MNL - 3591	1995	STR	DIESEL	1.490,57	3.010,38	14.199	6.768,82	9.779,20
S - 10	MNS - 4256	2007	SEDESA	DIESEL	1.950,45	4.042,98	18.127	1.050,00	5.092,98
S - 10	MNS - 4266	2007	SIPAG	DIESEL	2.471,52	5.064,86	22.039	1.036,04	6.100,90

VEÍCULO	PLACA	ANO	SETOR	COMBUSTIVEL	QT LITRO	VLR NOTA	KM ROD	MANUTENÇÃO	TOTAL
S - 10	MNS - 4276	2007	SEFAG	DIESEL	2.844,60	5.602,86	22.950	1.569,91	7.172,77
S - 10	MNS - 4376	2007	UTRA-PATOS	DIESEL	2.275,34	4.560,44	21.754	1.054,08	5.614,52
S - 10	MNS - 4386	2007	SEPDAG	DIESEL	2.119,00	4.207,35	21.611	1.000,96	5.208,51
S - 10	MNS - 4456	2007	UTRA-CG	DIESEL	1.362,91	2.772,15	14.953	1.532,14	4.304,29
S - 10	MNS - 4206	2007	DOADA MA	DIESEL	-	-	-	-	-
PÁLIO	MNE - 4718	2004	PESCA	FLEXPOWER	2.151,84	5.149,56	20.450	1.300,00	6.449,56
ELBA	MNL - 5111	1995	STR	GASOLINA	-	-	-	-	-
L - 200	MNV - 5649	2004	PESCA	DIESEL	3.044,75	6.209,52	25.270	1.105,00	7.314,52
CORSA	MNB - 5763	2004	SEFAG	FLEXPOWER	1.262,86	3.010,17	13.809	180,00	3.190,17
CORSA	MNB - 5843	2004	SEDESA	FLEXPOWER	932,38	2.127,87	9.299	254,11	2.381,89
GOL	MNR - 6399	1999	STR	ALCOOL	247,37	459,70	2.288	725,00	1.184,70
CORSA	MNE - 7179	1996	STR	GASOLINA	-	-	-	-	-
GOL	MMX - 7842	1999	STR	ALCOOL	639,66	1.144,99	6.628	808,00	1.952,99
ESCORT	MON - 8365	2002	SIPAG	GASOLINA	1.563,01	3.773,20	14.977	722,11	4.495,31
ESCORT	MON - 8375	2002	SEDESA	GASOLINA	783,91	1.930,90	7.891	1.635,21	3.566,11
RANGER	MOS - 8584	2002	SEDESA	DIESEL	2.016,87	4.139,88	18.724	3040,00	7.179,80
FRONTIER	MNF - 9064	2005	SEFAG	DIESEL	1.178,81	1.069,73	32.639	3.084,54	4.154,27
FRONTIER	MNF - 9084	2005	SEDESA	DIESEL	3.054,25	6.231,94	29.114	3.190,05	9.421,99
FRONTIER	MNF - 9094	2005	SIPAG	DIESEL	2.121,90	4.374,64	19.472	809,04	5.183,68
HONDA	MNS - 9508	2005	STR	GASOLINA	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL					**73.300,43**	**153.434,72**	**689.148**	**105.876,37**	**259.311,09**

Fonte: STR

Quadro 68

Relação de consumo de combustível com suprimento em 2007

PLACA	COMBUSTÍVEL	KM RODADOS	CONSUMO	VALOR (R$)
MNS- 4256	DIESEL	3.751,66	403,85	819,41
MNS- 4266	DIESEL	2.369,25	265,91	537,70
MNS- 4276	DIESEL	6.319,36	643,52	1.305,02
MNW- 1316	DIESEL	3.926,21	454,95	923,09
MNS- 4386	DIESEL	2.793,69	274,16	556,27
MNL- 3591	DIESEL	2.572,62	239,76	486,47
MNF- 9084	DIESEL	1.680,90	226,45	357,87
MOS- 8584	DIESEL	1.911,68	155,93	417,97
MMN- 2665	DIESEL	1.089,24	295,49	599,54
TOTAL		**26.414,61**	**2.960,02**	**6.003,34**
PLACA	**COMBUSTÍVEL**	**KM RODADOS**	**CONSUMO**	**VALOR (R$)**
MNK- 1531	GASOLINA	1.440,04	136,11	323,94
MNN- 2462	GASOLINA	1.622,12	162,05	385,67
MNB- 5763	GASOLINA	3845,39	351,82	837,33
TOTAL		**6.907.55**	**649,98**	**1.546,94**

Fonte: STR

No período compreendido entre janeiro à dezembro, a equipe de trabalho do STR/SFA-PB, operando com uma frota composta por 48 veículos e 01 motocicleta conforme cópia anexa; emitiu 3.676 ordens de saídas de veículos; 1.593 ordens de abastecimentos para um consumo de 73.300,43 litros de combustível necessários para que fossem trafegado um percurso de 689.148 km em atividades administrativas e de fiscalização de produtos agropecuários.

Durante o referido período foram executadas nos veículos da SFA-PB, 56 manutenção preventiva, 29 manutenção corretiva e 79 trocas de óleo lubrificantes, substituição de pneus em 13 veículos e 49 renovação de emplacamentos.

Setor de Protocolo – SPR

EQUIPE DE TRABALHO:
Luiz Alberto Macedo Campelo - Agente Administrativo - Chefe do SPR
Lúcia Maria Vasconcelos de Barros – Agente Administrativo – Chefe Substituta do SPR
Ernany Lima Freitas – Assistente RH - Serviço de Comunicação Administrativa (CONAB)

Apoio Administrativo:

Thiago Dutra de Arruda – Recepcionista – Terceirizado (SOLMAR) - até setembro de 2008
Érica Kelly Torres Pereira - Recepcionista – Terceirizado (SOLMAR) - a partir de setembro de 2008

ARQUIVO/SPR:

Luiz Alberto Macedo Campelo - Agente Administrativo – Responsável pelo Arquivo
João Procópio de Alencar – Ajudante Geral – CONAB

Apoio Administrativo:

Fernando Antônio Marinho da Silva – Terceirizado (HASTE) – Serviços Gerais

Ao Setor de Protocolo compete:
I - orientar, manter controle e executar o sistema de protocolo;
II - autuar documentos e constituir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;
III - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas;
IV - prestar apoio às atividades da SFA/MAPA;

V - organizar e manter o arquivo atualizado (registro, classificação, ordenação, codificação e guarda) e coordenar o Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentações – SIGID.

Atividades Desenvolvidas

O Setor de Protocolo tem como principal atividade registrar e orientar os setores da SFA-PB nas atividades relativas à expedição, movimentação, recebimento, autuação, administração e coordenação do sistema SIGID e arquivo de documentos com o objetivo de padronizar os procedimentos gerais referentes à gestão de processos e correspondências da Superintendência.

Quadro 69

Atividades desenvolvidas

QUANTIDADE ATIVIDADES	2006	2007	2008
Processo Autuado	1.222	1.533	1.697
Ofício Expedido	1.501	2.163	2.928
Registro de Ofício Circular – (rel.45)	600	1.017	807
Registro de Documentos (Malote Expedido – 108)	623	557	908
Registro de documentos (Malote Recebido DCA//MAPA-106)	909	807	868
Registro de Documentos Enviados (Sedex Expedido Via ECT/PB)	752	1.119	1.525
Registro de Documentos enviados (Relação de Postagem Simples- ECT/PB)	9.332	9.047	5.591
Registro de Documentos encaminhados para os setores internos da SFA/PB	5.554	6.556	7.994
Registro de Documentos para outros órgãos externos	574	730	945
ARQUIVO SPR			
Processo arquivado	586	856	867
Processo solicitado	63	37	522
Processos catalogados por Setor	737	1.380	727
Ofício solicitado	797	14	-
Ofício para arquivar	2.742	1.167	1.285
Portaria solicitada	02	-	-
Ficha Financeira Solicitada	34	43	47
Despacho do arquivo	26	32	37
Consulta "in loco"	08	11	17
Documentos diversos número caixas	30	37	142

Fonte: SPR/SAD

DESPESAS COM CONTRATO: PI MANUT

CONTRATO Nº 03/2008 – SERVIÇOS POSTAIS – R$ 38.614,87
CONTRATO Nº 04/2008 – SERVIÇO SERCA – MALOTE R$ 11.685,95
Tivemos um aumento nas despesas(PI MANUT) referente aos serviços postais, devido ao grande número de sedex encomenda e sedex com AR (Aviso de Recebimento) dos setores SIPAG e SEFAG desta SFA/PB.

TREINAMENTO:

Foi programado e solicitado ao SPA/SFA-PB, treinamentos nas áreas de Gestão Administrativa, Material, Protocolo/Arquivo e de Contratos, porém só foi realizado 01 (um) na área de Material no período de 11 a 12/12/2008 (16 horas) na sede da SFA/PB, portanto não houve despesas com de8slocamento e com diárias dos servidores do SPR/SFA-PB.

Seção de Recursos Humanos – SRH

EQUIPE DE TRABALHO:

Adelson Aquino Monteiro –Assistente de Operações (CONAB)
Carmen Berta Cavalcanti Dunda Machado – Agente Administrativo
Isabelle Alves Oliveira Alencar – Agente Administrativo
Karina Yokoyama Oliveira de Mello - Agente Administrativo
Márcia Mônica Vieira de Moraes – Agente Administrativo
Maria José Pereira de Carvalho – Agente Administrativo

Apoio Administrativo:
Bruna Cavalcanti de Albuquerque Lins – Estagiária – EM - CIEE

À Seção de Recursos Humanos compete:
I – zelar pela aplicação da legislação de pessoal no que tange a direitos e deveres;
II – orientar e controlara execução das atividades relativas a:

- registros funcionais;
- preparo de pagamento de pessoal;
- concessão de benefícios sociais e assistenciais;
- férias e aposentadorias; e
- concessão de licenças;

III – promover a realização de perícias médicas;
IV – controlar as atividades de estagiários;
V – instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;
VI – coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas.

Atividades Desenvolvidas

A Seção de Recursos Humanos desenvolveu as seguintes atividades:

- Atendimento ao público: servidores ativos, inativos, beneficiários de pensão, representantes legais e empresas consignatárias;
- Elaboração/alimentação das folhas de pagamento;
- Exclusão dos benefícios de insalubridade/adicional noturno e auxílio transporte para os servidores que se encontraram em gozo de férias;
- Encaminhamento de atestados médicos para FUNASA/PB com a finalidade de: concessão de Licenças médicas/aposentadorias;
- Concessões de licenças prêmio;
- Inclusão dos benefícios de insalubridade/adicional noturno e auxílio transporte para os servidores que retornaram de férias/licença médica ou licença prêmio;
- Inclusão / xxclusão /\lteração de cadastro dos servidores ativos/inativos/pensionistas no SIAPE/SIAPECAD;
- Recadastramento dos servidores inativos/pensionistas;
- Fornecimento de margem consignável dos servidores ativos/inativos/pensionistas para as empresas consignatárias;
- Fornecimento de declarações;
- Fornecimento de certidões;
- Encaminhamento de processos para FUNASA/PB de ativos/inativos e dependentes inválidos a fim de concessão de pensão, aposentadoria e isenção de imposto de renda;
- Concessão de pensão;
- Instrução de processos dos 3,17% e 28,86% de herdeiros (alvará judicial);
- Concessão de pagamento auxílio-funeral;
- Pagamento de substituição de chefias;
- Publicação de portarias aposentadoria/pensão no DOU;
- Cadastramento de aposentadoria/pensão no sistemas SISAC e SRH/10;
- Cadastramento, adesão e exclusão de titulares e dependentes no PAS/MAPA
- Entrega de carteiras do PAS/MAPA;
- Entrega de contracheques;
- Atendimento à diligências judiciais;
- Controle de freqüências;
- Entrega de portarias;
- Arquivamento de documentações de ativos e inativos;
- Atendimento às solicitações de auditorias da controladoria-geral da união e tribunal de contas da união.

Quadro 70

Gestão de Pessoas

GESTÃO DE PESSOAS	CATEGORIA FUNCIONAL	QUANTIDADE
Servidores ativos	Agente Administrativo	17
	Agente de vigilância	08
	Motorista Oficial	04
	Agente de Portaria	01
	Auxiliar Operacional de Serviços	01
	Agente de Inspeção	08
	Agente de Atividade Agropecuária	05
	Administrador	01
	Contador	01
	Economista	02
	Engenheiro	03
	Fiscal Federal Agropecuário	48
	Analista de Sistema	01
	Odontólogo	01
	Técnico Agrícola	01
	Técnico de Contabilidade	01
	Assistente de Administração	01
	Excedente de Lotação	01
SUB-TOTAL		**104**
Servidores da SFA/PB cedidos a outras organizações		05
Servidores Inativos		269
Pensionistas		629
TOTAL		**903**
Estagiários		16
Servidores cedidos pela CONAB a SFA/PB		28
Terceirizados		68
Cargo em comissão – DAS designado		07
Nomeado cargo comissionado-DAS (área fim)		01
Cargo comissionado – DAS (área meio)		01
Função gratificada (área meio)		09
Função comissionada Técnica – FCT		02
Empresa consignatária		40

Fonte: SIAPE / CONTRATOS

Quadro 71

Demonstrativo das atividades executadas

ATIVIDADES	QUANTITATIVO	PERCENTUAL (%)
Inativos recadastrados	253	94,01
Pensionistas recadastrados	586	93,01
Concessão de aposentadoria	03	-
Concessão de licença médica	11	-
Concessão de licença prêmio	08	-
Concessão de auxílio funeral	15	-
Concessão de pensão	16	-
Adicional de insalubridade	09	
Abono de permanência	13	
Licença para atividade política	03	
Sist. de apreciação e registro dos atos de Admissões e concessões - SISAC	20	-
Processo de exercício anterior	17	-
Processo de alvará judicial	06	-
Benefício excluído (falecimento/maioridade/emprego público/casamento)	12	-
PAS/MAPA/UNIMED		
Adesão	10	-
Exclusão	03	-
Total de beneficiário	176	-
Servidor do SRH participante de Treinamento/Cursos/Oficinas/Comissão	04	-

Fonte: SRH/SAD/SFA-PB

Quadro 72

Concessão de Pensão - 2007

NOME INSTITUIDOR	MAT.SIAPE	ÓBITO	PENSIONISTA	MAT.SIAPE	PORT./DOU	Nº CONTROLE SISAC
Etelvino Maceió da Nóbrega	19306	12.12.1977	Cecília Paula Nóbrega	05142997	Port. 0006 de 16.01.2009 DOU 21.01.2009	1-0953175-05-2009-000059-4
Eulálio Rocha de Melo	19276	04.07.2000	Maria Verônica Martins Rocha	05066182	Port. 0136 de 30.09.2008 DOU 30.09.2008	1-095317-5-05-2009-000054-0
Raymilson Monteiro Viana	15186	01.11.2003	Josefa de Oliveira Melo	4300939	Port. 0137 de 30.09.2008 DOU 02.10.2008	1-095317-5-05-2009-000062-4
Canisio do Nascimento da Silva	15221	23.08.2006	Ivanilda Mendes do Nascimento	05125375	Port. 0147 de 14.10.2008 DOU 17.10.2008	1-0953175-05-2009-000056-0
Manoel Martins de Arruda	15400	05.09.2007	Célia Lacerda Martins	05126495	Port. 0156 de 06.11.2008 DOU 10.11.2008	10953175-05-2009-000058-6
Severino Marques	19386	08.01.2008	Josefa da Silva Marques	05021898	Port. 0007 de 17.01.2008 DOU 18.01.2008	10953175-05-2008-000047-8
João de Deus Freire	15307	09.02.2008	Rita Cruz Feire	05024803	Port. 0010 de 30.01.2008 DOU 31.01.2008	10953175-05-2008-000048-6
Rosilda Alves Pinheiro	15415	19.04.2008	Waldy Guedes Pinheiro	05053749	Port. 0062 de 25.05.08 DOU 02.05.2008	10953175-05-2008-000050- 8
Renato Francisco Nascimento	19134	20.04.2008	Josefa Ana do Nascimento	05055741	Port. 0070 de 30.04.08 DOU 02.05.2008	10953175-05-2008-000049-4
Waldemir Lins Marques	19421	18.07.2008	Marluce de Menezes Marques	05094631	Port. 0122 de 13.08.08 DOU 15.08.2008	10953175-05-2008-000052-4
Antonio Gonzaga da Costa	15206	02.08.2008	Rita Maria Leônidas de Oliveira Costa	2920549	Port. 0116 de 11.08.08 DOU 13.08.2008	10953175-05-2008-000051-6
Banaildo Gomes de Araujo	15221	3108.2008	Benilda Gomes de Araújo	05107466	Port. 0134 de 15.09.08 DOU 17.09.2008	10953175-05-2008-00053-2
Carlos Alberto de Melo Queiroz		22.11.2008	Tânia Maria Nóbrega Queiroz	05138434	Port. 0170 de 04.12.08 DOU 17.12.2008	10953175-05-2009-00055-1
José Alves da Silva	18799	03.12.2008	Elisa Oliveira Alves	05145155	Port. 0179 de 23.12.08 DOU 30.12.2008	10953175-05-2009-000061-6
Antonio da Costa	15353	01.12.2008	Elidia Josefa da Costa	05145139	Port. 0178 de 23.12.08 DOU 30.12.2008	10953175-05-2009-000057-8
Gilvandro Freire de Araújo	15497	12.10.2008	Luzilene da Silva Freire	05145333	Port. 0177 de 23.12.08 DOU 30.12.2008	10953175-05-2009-000060-8

Fonte: SRH

Quadro 73

Ato do exercício e registro no SISAC

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRO NO SISAC
Admissão	-	-
Desligamento	02	-
Aposentadoria	03	04
Pensão	16	16

Fonte: SRH

Quadro 74

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na unidade	-	Não há dados	104	(maio a dez.) R$ 6.039.024,84	102	R$ 9.858,287, 23
Funcionários contratados pelo regime da CLT em exercício na unidade	-	-	-	-	-	-
Total pessoal próprio	**-**	**Não há dados**	**104**	**(maio a dez.) R$ 6.039.024,84**	**102**	**R$ 9.858,287,23**

Fonte: SRH

Quadro 75

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de função de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	02	R$ 46.049,17

Fonte: SRH

Quadro 76

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993	**02**	-	**02**	-	02	R$ 20.870,62

Fonte: SRH

Quadro 77

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal terceirizado em vigilância e limpeza	41	620.737,49	41	632.877,29	43	598.909,97
Pessoal terceirizado em apoio administrativo	25	293.762,99	25	294.844,97	26	330.340,91
Pessoal terceirizado em outras atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários	16	29.624,74	16	42.259,76	16	3.760,64
Total pessoal Terc. + Estagiários	**82**		**82**	**969.982,02**	**85**	**933.005,52**

Fonte: SEOF e SMP

Quadro 78

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal requisitado em exercício na unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal requisitado em exercício na unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total pessoal requisitado, em exercício na unidade	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: SRH

Quadro 79

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal cedido pela unidade, com ônus	Não há dados	-	04	-	05	R$ 162,567,37
Pessoal cedido pela unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Total pessoal cedido pela unidade	**Não há dados**	**-**	**04**	**-**	**05**	**R$ 162,567,37**

Fonte: SRH

Quadro 80

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalística na unidade	61	Dados não disponíveis no sistema SIAPE (DDP)
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	41	Dados não disponíveis no sistema SIAPE (DDP)
Total Geral	**102**	Dados não disponíveis no sistema SIAPE (DDP)

Fonte: SRH

Setor de Desenvolvimento de Pessoal – SDP

EQUIPE DE TRABALHO:

Márcia Mônica Vieira de Moraes – Agente de Desenvolvimento - Chefe do Setor
Maria do Socorro Niculau da Cunha – Agente de Desenvolvimento

Ao Setor de Desenvolvimento de Pessoal compete:

I - prestar apoio na execução e propostas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos;
II - identificar as necessidades de treinamento e realização de programas e projetos de desenvolvimento de recursos humanos;
III - cadastrar agentes internos de treinamentos;
IV - providenciar a inscrição em cursos de treinamentos e outros eventos similares;
V - instruir processos administrativos;
VI - prestar apoio às atividades do MAPA.

Análise Crítica de Desempenho

Esse Setor juntamente com o Agente de Desenvolvimento, encaminhou a Minuta do Plano de Capacitação de 2008- SFA/PB, dando atendimento ao que consta no Memorando Circular nº 023/2008-MAPA/SE/MAPA. O Plano de Capacitação de 2008-SFA-PB tem como objetivo estratégico o desenvolvimento das competências que possibilitem o fortalecimento do processo de gestão estratégica, a melhoria da comunicação e da infra-estrutura, bem como a otimização dos processos de trabalho e eficiência na execução orçamentária e financeira. As principais competências a serem desenvolvidas estão relacionadas à Excelência Administrativa; Gestão Compartilhada; Excelência na Prestação de Serviços para o Agronegócio; Relacionamento Interpessoal; Comunicação Institucional; Gestão do Conhecimento; Trabalho em Equipe.. Esse diagnóstico foi realizado através de um levantamento junto aos setores, seções e serviços administrativas (Programa de Promoção da Excelência Administrativa SFA/PB) e serviços e seções Técnicas (Programa de Prestação de Serviços para o Agronegócio SFA/PB), observando quais as ações de capacitação primordiais e impulsionáveis para esse Setor/Seção/Serviço.

Além do levantamento através do formulário das necessidades de capacitação, este setor busca indentificar outros treinamentos pertinentes, as atribuições e atividades desenvolvidas em cada setor, através de organizações que realizam eventos de capacitação, como a ENAP e outras, informativos de treinamento- folder, correio eletrônico e sites, resultando em outras demandas, que foram encaminhadas a CGDP/CGRH/MAPA-DF e ao Serviço de Administração desta Superintendência, sendo alguns cursos disponibilizados.

Ocorreu no período de 13 a 17 de outubro de 2008, em Brasília, reunião para Elaboração do Programa de Qualidade de Vida da SFA/PB – PROVERH - Projeto de Valorização dos Recursos Humanos do MAPA/SFA-PB, com a participação direta deste Setor e do Agente de Desenvolvimento. O PROVERH, tem como objetivo geral propiciar bem-estar aos servidores da SFA-PB quanto às expectativas de satisfazer as necessidades e o estado motivação por meio de atividades e competências especificas que geram melhoria na qualidade de vida associada às evidencias de retenção de talentos, e desenvolvimento dos servidores tanto pessoal como profissional, e, conseqüentemente, efetividade nos resultados oferecidos pelo MAPA a população. Tal projeto foi aprovado pela Alta Direção da SFA-PB, foi criado um comitê constituído de servidores administrativos e técnicos e ocorreu o lançamento no auditório da Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Paraíba em dezembro de 2008. O Projeto PROVERH foi encaminhado na integra para o CGRH/MAPA/DF.

Devido a nova reestruturação da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas –CGDP/CGRH/MAPA, com alterações seguidas da chefia; nas SFA's, ocorreu uma descontinuidade na programação iniciada e proposta a ser executada, principalmente na área administrativa, .resultando no não atendimento de algumas demandas específicas de seções ou setores, uma vez que o PI MANUT não suportava pagar essas despesas gerais com capacitação.

Esse setor juntamente com o Agente de Desenvolvimento e o SPA, elaborou o Demonstrativo de Capacitação dos servidores da SFA conforme Anexo 06. A Superintendência, em 2006, 2007 e 2008, treinou/capacitou os servidores, de acordo com o Quadro 81.

Quadro 81

Análise da capacitação dos servidores

Áreas trabalhadas	Servidor	Evento	Participação em evento	Carga horária	Inscrição (R$)	Deslocamento (R$)	Total
Área administrativa 2006 e GAB	17	23	29	778	0,00-	42.778,55	**42.778,55**
Área administrativa 2007 e GAB.	20	12	47	878	3.320,00	11.228,98	**14.548,98**
Área finalística 2006	38	57	71	3.044	2.300,00	90.109,74	**92.409,74**
					0,00		
Área finalística 2007	53	69	147	4.042	0,00	123.422,91	**123.422,91**
Área administrativa 2008	16	28	41	990	2.736,00	27.526,25	**30.262,25**
Área finalística 2008	40	46	78	2.474	-	108.741,93	**108.741,93**

Fonte: SDP

Análise Crítica de Desempenho

Dos 41 servidores administrativos que compõe a força de trabalho da SFA, 16 foram treinados em 2008, o que equivale à carga horária média de 61,7h e com o custo médio de R$ 1.891,40 por participante. Na área finalística dos 48 FFA's, 40 foram treinados, com carga horária média de 61,85h e custo médio por servidor de R$ 2.718,55. Na área administrativa analisando os custos com deslocamentos de 2006 comparando com 2007, ocorreu redução de 34% , no entanto houve aumento na quantidade de servidores em eventos em 17.64%, uma vez que a maioria dos eventos em 2007 ocorreu na sede das SFA/PB, sem custo com deslocamento. Em 2008 houve redução do nº de participantes e cursos, principalmente na área administrativa, uma vez que durante o ano houve mudanças na Chefia da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas - CGDP/MAPA, havendo portanto uma descontinuidade da proposta de capacitação iniciada. Para o exercício de 2009, por solicitação do Coordenador Geral de Apoio as SFA's, foi incluído, na pré-proposta orçamentária/2009, valor específico destinado à capacitação dos servidores administrativos das Superintendências.

Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

EQUIPE DE TRABALHO:

Eduardo Marcelo Meira – Chefe da SEOF
Azimar Jales de Moura – Assistente Técnico Operacional III – CONAB
Kelson Caldas Ribeiro – Ajudante Geral – CONAB
Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa – Chefe Substituta – a partir de março/2008

Apoio Administrativo
Gustavo Tanouss de Brito Maia – CIEE estagiário desde julho/2008
Roberta Cristine de A Gomes – CIEE estagiário desde fevereiro/2008

A Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - processar a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Superintendência Federal, em conformidade com as normas dos Sistemas de Administração Financeira – SIAFI e dos Sistemas de Contabilidade e Auditoria;
II - efetuar pagamento de suprimento de fundos e controlar a respectiva prestação de contas;
III - executar atividades relativas à inclusão, alteração e exclusão de informações no Sistema SIAFI;
IV - manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria;
V - apropriar no SIAFI despesas com pagamento de auxílio funeral;
VI - emitir parecer de execução financeira e contábil e orientar o processo de prestação de contas relacionado a contratos e convênios;
VII - instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;
VIII – coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas;
IX - prestar apoio às atividades de SFA/MAPA;
X – elaborar relatório anual das atividades, inclusive fornecer balancete ao SPA (Seção de Planejamento e Acompanhamento) das despesas executadas no PI – MANUT/PB, com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da SFA / PB.

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2008 os recursos orçamentários e financeiros destinados às despesas correntes e de investimentos da SFA/PB totalizaram R$ 5.455.331,24, que comparando com o ano anterior, ocorreu um acréscimo de 68,09%.

Analisando os principais elementos de despesas que compõem o Balancete Contábil da SFA/PB - 2008, com o ano anterior, conclui-se o seguinte: nos gastos com diárias houve um acréscimo de 13,91%; material de consumo aconteceu um acréscimo de 23,55%; serviços de terceiros – pessoa jurídica cresceu em 10,12%; passagens e despesas com locomoção houve um acréscimo de 6,30%; equipamentos e material permanente houve uma redução de 41,49%. No elemento de despesas locação de mão-de-obra (limpeza e conservação, vigilância ostensiva e apoio administrativo e técnico operacional) ocorreu um acréscimo de 0,16%.

Quadro 82

Balancete Contábil 2005 a 2008

NATUREZA DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	2005 (R$)	2006 (R$)	2007 (R$)	2008 (R$)
31.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	29.270,78	46.877,00	42.679,89	24.310,74
33.30.41	Contribuições	750.000,00	-	35.846,00	1.281.500,00
33.50.30	Material de consumo	-	-	63.589,00	-
33.50.39.01	Inst. Caráter Assist. Cult. e Educacional - CIEE	36.292,85	29.624,74	42.259,76	-
33.50.39.08	Entidades Representativas de Classe	-	-	39.450,00	-
33.90.14	Diárias – Pessoal Civil	175.781,48	169.364,81	255.140,63	290.645,67
33.90.30	Material de Consumo	1.780.167,26	151.066,61	300.994,51	371.886,78
33.90.33	Passagens e Despesas c/ Locomoção	105.980,06	106.321,81	207.024,66	220.081,81
33.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	23.546,98	15.462,74	9.289,68	25.859,73
33.90.37	Locação de Mão-de-Obra	753.015,16	914.500,48	927.722,26	929.244,88
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	783.445,00	461.144,67	551.582,02	607.382,01
33.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	-	-	4.198,02	5.014,00
33.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	3.523,67	8.325,98	3.567,88	1.309,78

33.90.93	Indenizações e Restituições	2.010,84	750,15	287,56	556,50
33.91.39	Outros serv. de terceiros– pess. juríd– op. intra – orç.	-	9.710,72	11.850,00	11.262,00
44.30.42	Auxílios	400.000,00	-	299.860,00	1.422.560,00
44.90.51	Obras e Instalações	-	13.037,50	-	-
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	162.690,75	13.406,50	450.125,31	263.717,34
Total		**5.005.724,83**	**1.939.593,71**	**3.245.467,18**	**5.455.331,24**

Fonte: SEOF

Quadro 83

Documentos emitidos

DESCRIÇÃO	SISTEMA	QUANTIDADE			
		2005	2006	2007	2008
Ordem bancaria	SIAFI	1.893	1.499	2.024	2.714
Nota de empenho	SIAFI	266	243	284	450
Nota de empenho	SIASG	1.081	797	1.033	1.348
Nota de lançamento	SIAFI	126	154	180	112
GPS	SIAFI	51	64	36	42
DARF	SIAFI	476	360	411	608
Emissão de Memorando	-	0	25	0	14
Emissão de Código de Deposito	-	0	25	0	-
Guia de Recolhimento da União	-	0	25	22	20
Emissão de Relatório de ordem bancária	SIAFI	0	219	0	360
Programações Financeiras	SIAFI	0	409	0	722
Total		**3.893**	**3.820**	**3.990**	**6.390**

Fonte: SEOF

Quadro 84

Documentos CPR (Contas a Pagar e Receber)

DESCRIÇÃO	SISTEMA	QUANTIDADE			
		2005	2006	2007	2008
SF – Suprimento de Fundos	SIAFI	92	102	208	100
AV – Autorização de Viagem	SIAFI	1047	814	1.288	1.731
NO – Nota Fiscal de Pagamento/Fatura – com Contrato	SIAFI	229	235	361	401
NP – Nota Fiscal de Pagamento/Fatura	SIAFI	452	247	219	232
NR – Nota Fiscal de Recebimento		2713	0	0	-
DD – Devolução de Despesas	SIAFI	2	160	0	-
GD – GRU Devolução de Despesas	SIAFI	0	25	0	20
DT – Docto Recol. Tributos, Multas, Depósitos, etc.	SIAFI	07	64	01	-
TC – Termo de Convênio	SIAFI	17	16	13	14
CD – Classificação de Despesas	SIAFI	88	146	167	139
NS – Nota de Lançamento de Sistema	SIAFI	0	3.784	3.094	3.537
Total		**4.647**	**5.593**	**5.351**	**6.174**

Fonte: SEOF

Quadro 85

Processos analisados

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE			
	2005	2006	2007	2008
PCDP´s – Proposta de Concessão de Deslocamento e Passagens (DT, GAB e SAD)	1.047	1.355	1.482	1.355
Suprimentos de Fundos	92	102	208	102
Pagamentos de Processos	1.893	533	788	533
Pagamento de Concessões de Ordens de Serviços	-	180	-	-
Total	**3.032**	**2.170**	**2.478**	**1.990**

Fonte: SEOF

Quadro 86

Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	2006 (R$)	2007 (R$)	2008 (R$)
1. PASSAGENS	106.321,81	206.824,66	220.081,81
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	170.114,96	255.428,19	291.202,17
2.1. Diárias	169.364,81	255.140,63	290.645,67
2.2. Ressarcimento de despesas em viagens	750,15	287,56	556,50
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.467.066,69	1.529.288,89	1.586.804,25
3.1. Publicidade	7.210,72	11.850,00	11.262,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação e Apoio administrativo	914.500,48	927.722,26	929.244,88
3.3. Tecnologia da Informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	502.624,73	551.582,02	607.382,01
3.5. Suprimento de Fundo	42.730,76	38.134,61	38.915,36
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	32.345,37	34.321,05	36.395,12
TOTAL	**1.775.848,83**	**2.025.862,79**	**2.134.483,35**

Fonte: SEOF

Quadro 87

Restos a pagar de 2008

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS			
Nº DE EMPENHO	**NATUREZA DE DESPESA**	**INTERESSADO**	**VALOR (R$)**
Nº EMPENHO	**Nat. Desp.**	**INTERESSADO**	**VALOR(R$)**
2008NE000319	339147	Gerencia Executiva do INSS em João Pessoa	800,00
2008NE000449	339047	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	190,64
2008NE900001	339037	Shanally Servicos de Vigilância Ltda	30.860,00
2008NE900002	339036	Evilásio Ayres Moura	650,00
2008NE900003	339037	Solmar Serviços e Representacões Ltda	21.968,83
2008NE900006	339039	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	3.050,01
2008NE900007	339039	Servclima Comércio e Serviços Ltda M	10.000,00
2008NE900009	339039	Energisa Paraiba - Distribuidora De	23.800,00
2008NE900013	339039	Energisa Borborema - Distribuidora D	247,66
2008NE900029	339030	PETROBEL - Petróleo Beltrão Ltda	33.245,31
2008NE900030	339030	Postos Liberdade Combustíveis Ltda	16.174,84
2008NE900031	339030	G M Rangel Combustiveis Ltda	14.042,86
2008NE900040	339039	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	1.800,00
2008NE900060	335039	Centro de Integracão Empresa Escola	7,15
2008NE900150	339037	Haste Locação de Mão de Obra Ltda Me	21.968,83
2008NE900330	339033	Get Agência de Viagens eTurismo Ltda	0,04
2008NE900347	339039	Telemar Norte Leste S/A	12.170,51
2008NE900400	339039	Energisa Paraiba - Distribuidora De	137,86
2008NE900481	339030	Francisco das Chagas Souza Me	2.190,00
2008NE900514	339030	PETROBEL - Petróleo Beltrão Ltda	9.000,00
2008NE900516	339139	Fundo de Imprensa Nacional/Exec.Orc.	3.486,39
2008NE900593	339030	Energisa Borborema - Distribuidora D	2.000,00
2008NE900616	339030	RI - Comercio Varejista de Confecções	4.936,25
2008NE900645	339039	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	2.152,18
2008NE900779	449052	Giom Comércio e Representações de Mo	24.934,00
2008NE900981	339030	Herden Sales Porto - Me	11.649,84
2008NE901017	339030	Hiula Nóbrega Leite	0,21
2008NE901069	339030	Solivetti Comércio e Serviços Ltda E	1.365,00
2008NE901089	339039	Associação Técnico Cientifica Ernest	7.640,00
2008NE901104	449052	Y G Serviços e Comércio de Informática	4.400,00
2008NE901156	449052	Zilmar Moreira Cade Maciel Me	3.500,00
2008NE901157	449052	Dirceu Longo & Cia Ltda	1.093,50
2008NE901158	449052	Dirceu Longo & Cia Ltda	1.093,50
2008NE901159	449052	Multi Vendas Eletromóveis Ltda	1.160,00
2008NE901233	339030	Copiar Materiais e Equipamentos Para	1.984,00

2008NE901234	449052	Multi Vendas Eletromóveis Ltda	2.250,00
2008NE901235	449052	Ana Patricia da Silva Me	14.038,00
2008NE901240	339036	Luiz Gustavo de Menezes Vaz	4.000,00
2008NE901252	449052	S.T.R. Service Comércio e Refrigeração	10.208,00
2008NE901253	449052	Art-Jet Comércio e Serviços de Infor	2.912,00
2008NE901254	449052	Giom Comércio e Representações de Mo	46.164,00
2008NE901255	339036	Yale Erika Porciuncula da Silva	2.400,00
2008NE901282	449052	Portozelo Atacadista Ltda	1.998,00
2008NE901283	449052	Microllagos Microscopia Cientifica L	1.580,00
2008NE901284	449052	Marconi – Equipamentos Para Laborato	4.163,00
2008NE901285	449052	Reluton Comercio Varejista de Artigo	2.828,00
2008NE901286	449052	Cs Comércio e Serviços Tecnológicos	1.669,50
2008NE901298	339030	Marli Maria de Araújo Me	779,75
2008NE901299	339030	Comercial de Máquinas e Equipamentos	10.620,00
2008NE901300	339030	G P Mattara Suprimentos Para Informa	1.984,47
2008NE901301	339030	Maria Aparecida Rodrigues de Oliveira	1.725,00
2008NE901302	339030	Marbek Suprimentos Para Informática	1.897,46
2008NE901303	339030	V & M Informática Ltda	1.443,40
2008NE901304	339030	Ação Comercial de Papeis Ltda - Me.	1.695,20
2008NE901305	339030	Microinfo Papelaria e Informática Ltda	.124,00
2008NE901306	339030	Melonias F da Silva-Epp	213,10
2008NE901307	339030	Rc Barra Rio Comercio e Serviços De	1.342,50
2008NE901308	339030	Perfilgrafica Ltda Me	1.590,00
2008NE901309	339030	Apoyo Ti Comercio Ltda	7.199,15
2008NE901310	339030	José de Arimatéia Porto Martins Me	2.006,30
2008NE901311	339030	Klip's Papelaria e Informática Ltda	1.247,30
2008NE901312	339030	Francisco Augusto Santos Brasil	553,40
2008NE901323	449052	S.T.R. Service Comércio e Refrigeração	10.644,00
2008NE901325	449052	S.T.R. Service Comércio e Refrigeração	3.548,00
2008NE901327	339030	O Borrachão Br Ltda	7.434,24
2008NE901328	449052	Dias Neto Veiculos Pecas e Serviços	119.000,00
2008NE901329	339030	Marli Maria de Araújo Me	282,55
2008NE901330	339030	Comercial de Máquinas e Equipamentos	4.248,00
2008NE901331	339030	G P Mattara Suprimentos Para Informa	509,90
2008NE901332	339030	Acão Comercial de Papeis Ltda - Me.	847,60
2008NE901333	339030	Melonias F da Silva-Epp	76,50
2008NE901334	339030	Klip's Papelaria e Informática Ltda	175,60
2008NE901335	339030	Francisco Augusto Santos Brasil	124,30
2008NE901336	339030	Apoyo Ti Comercio Ltda	2.874,90
2008NE901337	339030	Jose de Arimatéia Porto Martins Me	145,90
2008NE901341	339039	Construtora Alvorada Comercio e Inco	7.242,10
2008NE901342	339039	INSTEC – Instalações Técnicas Ltda	24.030,00
2008NE901346	339030	Ana Patricia da Silva Me	600,00
2008NE901347	339030	Jose Gomes da Costa Neto Me	4.000,00
2008NE901348	449052	Cem por Cento Comércio e Distribuição	295,90
TOTAL			**589.410,43**
TOTAL GERAL			**1.293.628,53**

Fonte: SEOF

Quadro 88

Restos a pagar de 2008

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS			
Nº EMPENHO	**NATUREZA DE DESPESA**	**INTERESSADO**	**VALOR (R$)**
2008NE900015	339039	TNL PCS S/A	158,10
2008NE900356	443042	Secretaria de Estado do Desenvolvimento	522.560,00
2008NE900357	333041	Secretaria de Estado do Desenvolvimento	181.500,00
		TOTAL	**704.218,10**
Total Geral			**1.293.628,53**

Fonte: SEOF

Quadro 89

Total de restos a pagar processado e não processado

ANO		
2006 (R$)	2007 (R$)	2008 (R$)
809.833,11	1.119.390,15	1.293.628,53

Fonte: SEOF

Seção de Tecnologia da Informação – STI

EQUIPE DE TRABALHO:
Lúcio Flávio Ayres de Albuquerque - Engenheiro Civil - Chefe da STI

Gilwan de Carvalho Rodrigues - Agente Administrativo - Chefe da STI – Substituto

Apoio Administrativo:

Anne Emanuelle Pereira Serra - Operadora de computador tipo B – Terceirizado (SOLMAR) a partir de janeiro
Dayana Lucas da Silva – Estagiária – CIEE – até março/08
Dionarte Dantas de Araújo – Estagiário - CIEE

À Seção de Tecnologia da Informação compete:

I - orientar e manter sistemas de controle, bem como, executar atividades relacionadas com a tecnologia de informação, sistemas informatizados, bancos de dados, rede de comunicação eletrônica, computadores e demais equipamentos;

II - identificar as necessidades, implementar as soluções, acompanhar e efetuar a manutenção e avaliar os sistemas informatizados;

III - gerir as atividades de implementação das tecnologias da rede local e remota projetadas;

IV - instalar, configurar, controlar e acompanhar a performance e manter Ativos de Rede, Servidores e serviços de rede, monitorando o funcionamento;

V - proceder a instalação e a utilização de sistema operacional, de aplicativos e de software;

VI - oferecer suporte técnico aos usuários de informática da Superintendência Federal, respondendo às consultas sobre procedimentos e solucionando problemas;

VII - acompanhar a execução de contratos relacionados à informática.

Atividades Desenvolvidas

No exercício de 2008, a equipe da STI – Seção de Tecnologia da Informação executou os serviços técnico-administrativos no que diz respeito a parte de Hardware, Software e rede de computadores. Atualmente a rede é composta de 86 estações de trabalho, 02 Servidores – SFAPB01 e SFAPB02, 01 máquina para backup – SFAPB03 e um servidor firewall Aker BOX 611.

Com relação à parte de Software o setor desenvolveu os seguintes serviços: Manutenção do Sistema Automation Systen of Inventory – ASI, composto de 02 módulos: Almoxarifado e Patrimônio; Atualização do Cadastro de materiais; relatórios de nota de compras de materiais (OC); backup quinzenal do sistema ASI enviado ao MAPA; Manutenção diária do SIPEORA; manutenção do Sistema SAPA, multiusuário para confecção de 1.693 diárias; 104 suprimentos de fundos, publicação de 183 portarias e 24 boletins local de pessoal do órgão; confecção e atualização de 50 carteiras de motoristas para condução de veículos oficiais; parecer técnico de 35 memorandos para conserto de impressoras e outros equipamentos; Manutenção do Sistema de Controle de Portarias – SICONPORTA e edição de 183 portarias; Manutenção do Sistema Controle do Certificado da Doença do Mormo; Manutenção em contas de e-mail; Manutenção nos sistemas do MAPA; Manutenção e instalação dos seguintes sistemas: Controle para Aqüicultura – SICAQUI; Atualização do sistema de Controle de Brucelose e Tuberculose – SISBRUTU, versão 1.4 e Sistema Controle de Diária – SAPAPERNA – versão 4.2; Manutenção dos seguintes sistemas via WEB: Controle de Aniversariantes; Cadastro de Aposentados e Pensionistas – APPEN e Concessão de Suprimento de Fundos; Manutenção do Sistema COINDE – Consulta de Indicadores de Desempenho, a implanta do sistema SAFINDE - Sistema de Acompanhamento Físico, Financeiro e Indicadores de Desempenho. Com relação à parte de Hardware, foram instalados 15 microcomputadores com as respectivas configurações de rede, instalação de 09 impressoras laser; 1600 atendimentos aos chamados dos serviços, seções e setores e 3906 documentos protocolados. Atualização e confecção de diversos tipos de documentos disponíveis em rede. Manutenção compreendendo reparos e substituição de peças de todas as estações de trabalho. Instalação e configuração de 20 notebooks; utilização da tecnologia Wireless (rede sem fio) com a utilização de dois access point para atender a área técnica e administrativa; 86 estações passaram a integrar a REDEMAPA, instalação de 2 servidores com

sistema operacional Windows Server 2003; aumentando da velocidade do link de 512 Kbps para 1024 Kbps. Projeto, instalação, execução por administração direta de cabo de fibra óptica para acesso ao link da rede desta SFA-PB.

PROGRAMA NACIONAL DA GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO – GESPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NA PARAÍBA

NÚCLEO ESTADUAL DA PARAÍBA

O Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, através da organização âncora – Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB, no ano de 2008, realizou as ações descritas a seguir e participou dos eventos relacionados abaixo:

Quadro 90

Atividades realizadas

Atividades	Período	Qte
Reuniões Ordinárias	março a dez	08
Realização do Seminário Paraibano de Certificação da Gestão Pública	16 de abril	01
Apoio Técnico do GESPÚBLICA Capitania dos Portos	03/07 a 24/09	02
Participação no Curso de Formação de Instrutores do PQGF - DF	15 a 18/09	01
Participação no VII Fórum de Reforma do Aparelho do Estado/DF	29 a 30/09 a 01/10	01
Participação no VII Fórum de Reforma do Aparelho do Estado/DF	29 a 30/09 a 01/10	01
Participação no Encontro dos Coordenadores dos NE GESPÚBLICA/DF	02/10	01
Palestra Magna no XI Semana do Administrador – C. Grande	05/11	01
Curso presencial do PQGF/CE - Instrutor	11 a 13/11	01
Realização do Curso presencial do PQGF/PB	17 a 19/11	01
Sensibilização da ANVISA/PB	24/11	01
Reunião de sensibilização do DATASUS/MS	03 a 05/11	01
Parceria e presença na realização do Seminário de Benchmarking	09 a 11/12	01
Monitoramento do PMG das organizações adesas utilizando formulário próprio	out a dez	08
Total		28

Fonte: NR/PB/GESPÚBLICA

Comitê Gestor do GESPÚBLICA:

Adalgisa Fernandes de Sá - NEMS/PB
Carlos Antônio de A. Silva – Receita Federal
Gilvan Azevedo de Carvalho – TRT/PB – Vice-coordenador
Hermes Ferreira Barbosa – SFA/PB
Ivan Cunha da Silva – NEMS/PB
Maria do Socorro Niculau da Cunha – SFA/PB
Maria Elizabeth C.Viana – NEMS/PB - Coordenadora

Considerações Finais

A análise dos trabalhos realizados no exercício de 2008 demonstra que a Superintendência cumpriu suas atribuições regimentais, consubstanciadas nas ações de defesa sanitária da atividade agropecuária, fiscalização e inspeção de produtos de origem animal e vegetal, fiscalização de insumos e produtos agropecuários, vigilância internacional e apoio ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, orientadas pelas diretrizes e objetivos estratégicos do Plano Plurianual do Governo Federal para o quadriênio 2008-2011.

Com relação aos resultados intangíveis, constata-se que o volume significativo de produtos fiscalizados e inspecionados, a abrangência das atividades de controle de pragas e doenças, vegetal e animal, e o conjunto das ações de apoio, certamente contribuíram de forma objetiva para a inclusão social e a segurança alimentar da sociedade paraibana.

Positivamente, a estrutura de custos da SFA/PB, no exercício em análise, apresentou um alto padrão de economicidade, haja vista que os processos de licitação na modalidade pregão, propiciou uma economia de 42,30%, na relação entre os preços referenciados e os valores efetivamente pagos, representando em números absolutos, uma economia de R$ 226.880,78 (Duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e oito centavos).

Enfim, submete-se o relatório à apreciação dessa Controladoria e ao TCU, destacando o esforço contínuo da equipe técnico-administrativa no enfrentamento dos óbices surgidos ao longo do exercício, conscientes do cumprimento da missão desta Superintendência, espelhada nos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade que nortearam a realização de nosso mister institucional.

2.4. Desempenho operacional

Em 2008, as ações desenvolvidas pela SFA/PB no âmbito dos serviços da área finalística: SEPDAG, SEDESA, SIPAG, SEFAG, e VIGIAGRO corresponderam a 08 Programas e 31 PI's do PPA 2008 – 2011. No entanto, em 2007 foram trabalhados 19 Programas e 38 PI's do PPA 2003-2007.

Os programas e ações operacionalizados nesta SFA/PB, no exercício de 2008, no que se refere a cada serviço, estão assim distribuídos: SEPDAG: 05 programas, 11 ações (PI's) e 06 processos; SEDESA: 02 programas, 07 ações (PI's) e 14 processos; SIPAG: 01 programa, 04 ações e 11 processos; SEFAG: 01 programa, 07 ações e 06 processos e VIGIAGRO: 01 programa, 02 ações (PI's) e 04 processos, totalizando 31 processos analisados.

Com relação às metas programadas e realizadas, no cômputo geral os 05 (cinco) serviços citados acima, alcançaram eficácia na execução de seus PI's, respectivamente, com o percentual superior ou igual a 100%, como segue: SEDESA: das 07 ações 03 atingiu esse percentual, SIPAG: as 04 ações atingiram esse resultado, SEFAG: das 07 ações trabalhadas, 04 atingiram esse resultado e VIGIAGRO: as 02 ações trabalhadas atingiram esse percentual.

No que se refere à área técnica, constata-se que os indicadores de eficácia apresentaram resultados positivos em 90,91% das 11 (onze) ações analisadas. Com relação aos indicadores de eficiência não foi possível fazer a avaliação de tendência com os anos anteriores, haja vista que houve mudanças significativas na composição do PPA 2008-2011, principalmente no que se refere à criação, exclusão e junção de algumas ações. Além de que a DN/TCU nº 93, de 03/12/2008 e a NE/CGU nº 3, 19/12/2008 determinam incluir na composição dos indicadores de desempenho o método de aferição das informações e, como dispomos de apenas dois (02) bancos de dados oficiais - SIPLAN e SIAFI – mudamos a metodologia de cálculo. A partir de 2010 teremos como avaliar esse indicador. Convém salientar que o critério adotado para selecionar os PI's dos serviços do SEDESA, SIPAG, SEFAG e IGIAGRO para o cálculo dos indicadores de desempenho foi levado em consideração o PI que com relação o objetivo do programa permitisse aferir a magnitude do produto a ser gerado pela ação.

Com relação à área administrativa, apresentamos os indicadores de desempenho, baseados nos resultados (produtos) das atividades desenvolvidas pelas diversas seções e setores desta área, durante o exercício de 2008. Os indicadores e os produtos que foram padronizados nas SFA's, durante as reuniões regionais e nacionais das Seções de Planejamento e Acompanhamento – SPA's, com o Coordenador Geral de Apoio às Superintendências - CGAS. Mensalmente, a partir de abril, retroativo a janeiro, os serviços, seções e setores da área administrativa e alguns da área técnica registram na tabela – Produto do Plano Operativo do PI MANUT, os produtos executados, inerentes a sua unidade de trabalho e encaminham, via e-mail, a SPA para tabulação e análise. O método de aferição é a tabela de Produtos do Plano Operativo do PI MANUT/SFA/PB, monitorada pela SPA.

Indicadores utilizados para o acompanhamento e avaliação do desempenho dos resultados da área finalística

Quadro 91 **Prevencão, controle e erradicacão de doencas dos animais**

Indicador	Índice de propriedade atendida - Ipa
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de propriedade atendida realizada o nº de propriedade atendida programada
Cálculo	Ipa = 11.974 / 8.000 = 149,67%
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	149,67%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 92 **Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais**

Indicador	Custo por propriedade atendida - Icpa
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº a propriedade atendida realizada
Cálculo	Icpa = 81.759,38 / 11.974 = R$ 6,82
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 6,82 (por propriedade atendida)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Quadro 93

Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais

Indicador	Índice de área controlada - Iac
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre a área controlada realizada e a área controlada programada
Cálculo	Iac = 76.912 / 85.202 = 90,27%
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	90,27%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 94

Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais

Indicador	Custo por área controlada = Icac
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e a área controlada realizada por hectare
Cálculo	Icac = 27.882,33 / 76.912 = R$ 0,36
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 0,36 (por hectare de área controlada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Quadro 95

Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos

Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização realizada programada
Cálculo	Ifr = 24 / 17 = 141,18 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	141,18%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 96

Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos

Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icfr = 8.829,25 / 24 = R$ 367,88
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 367,88 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 97

Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal

Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo	Iei = 227 / 224 = 101,33 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA

Resultado	101,33 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 98

Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal

Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo	Icei = 34.648,88 / 227 = R$ 152,64
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 152,64 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 99

Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal

Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo	Iei = 145 / 124 = 116,94 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	116,94 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 100

Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal

Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo	Icei = 72.227,18 / 145= R$ 498,12
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 498,12 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 101

Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais

Indicador	Índice de produto fiscalizado - Ipf
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre nº de produto fiscalizado realizado e o nº de produto fiscalizado programado
Cálculo	Ipf = 61.043 / 59.514 = 102,56 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	102,56 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 102

Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais

Indicador	Custo por produto fiscalizado - Icpf
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de produto fiscalizado

	realizado
Cálculo	Icpf = 50.330,54 / 61.043 = R$ 0,82
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 0,82 (por produto fiscalizado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 103

Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal

Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo	Ifr = 149 / 116 = 128,44 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	128,44%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 104

Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal

Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icfr = 11.010,52 / 149 = R$ 73,90
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 73,90 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 105

Fiscalização de sementes e mudas

Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo	Ifr = 88 / 74 = 118,91 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	118,91%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 106

Fiscalização de sementes e mudas

Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icfr = 36.582,32 / 88 = R$ 415,71
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 415,71 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 107

Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes

Indicador	Indice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo	Ifr = 222 / 165 = 134,54 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	134,54%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 108

Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes

Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icfr = 21.318,33 / 222 = R$ 96,03
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 96,03 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 109

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos

Indicador	Índice de partida inspecionada = Ipi
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de partida inspecionada realizada e o nº de partida inspecionada programada
Cálculo	Ipi = 178 / 121 = 147,10 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	147,10%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 110

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos

Indicador	Custo por partida inspecionada = Icpi
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de partida inspecionada realizada
Cálculo	Icpi = 3.532,58 / 178 = R$ 19,85
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 19,85 (por partida inspecionada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 111

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos

Indicador	Índice de partida inspecionada = Ipi
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de partida inspecionada realizada e o nº de partida inspecionada programada
Cálculo	Ipi = 32 / 23 = 139,13 %

Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	139,13%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 112 **Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos**

Indicador	Custo por partida inspecionada = Icpi
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de partida inspecionada realizada
Cálculo	Icpi = 4.030,45 / 32 = R$ 125,95
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado	R$ 125,95 (por partida inspecionada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Quadro 113

Indicadores utilizados para o acompanhamento e avaliação do desempenho dos resultados da área administrativa

PAINEL DOS INDICADORES OPERACIONAIS DE ÁREA ADMINISTRATIVA

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALOR	MENSAL
			SRH		
Ialimed (%)	Eficácia	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	(1.114 / 103 x 365) x 100 = **2,96** %	0,24 %
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de servidores totais afastados com Licença Médica	(11 / 103) x 100 = **10,67** %	0,89 %
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de servidores FFA com afastamento por licença médica	(7 / 48) x 100 = **14,58** %	1,21 %
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administ.ativos) x100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	(2 42) x 100 = **4,76** %	0,40 %
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de concessão de aposentadoria em 30 dias	(03 / 4) x 100 = **75** %	6,25 %
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	3 / 1 = **3**	
			SMP		
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	92 / 100) x 100 = **92** %	7,66 %
Iaalm (%)	Eficácia	(Número de pedidos atendidos/ número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do almoxarifado	(899 / 899) x 100 = 100 %	100 %
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de processos de licitação.	92 / 3 = **30,67**	
			SEOF		
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	(1.702 / 1.716) x 100 = **99,18** %	8,26 %
Icfg(%)	Eficácia	(Nº de conformid.atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da gestão (contábil)	(5 / 12) x 100 = **41,66** %	3,47 %
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	(1.868.585,42 / 1.882.681,55) X 100 = **99,25** %	
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	1.702 / 3 = **567,33**	
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	1.183 / 3 = **394,33**	

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

Quadro 114

DESCRIÇÃO	2006 (R$)	2007 (R$)	2008 (R$)
1. PASSAGENS	106.321,81	206.824,66	220.081,81
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	170.114,96	255.428,19	291.202,17
2.1. Diárias	169.364,81	255.140,63	290.645,67
2.2. Ressarcimento de despesas em viagens	750,15	287,56	556,50
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.467.066,69	1.529.288,89	1.586.804,25
3.1. Publicidade	7.210,72	11.850,00	11.262,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação e Apoio administrativo	914.500,48	927.722,26	929.244,88
3.3. Tecnologia da Informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	502.624,73	551.582,02	607.382,01
3.5. Suprimento de Fundo	42.730,76	38.134,61	38.915,36
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	32.345,37	34.321,05	36.395,12
TOTAL	**1.775.848,83**	**2.025.862,79**	**2.134.483,35**

Fonte: SEOF

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

NÃO SE APLICA

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 115

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS			
Nº DE EMPENHO	**NATUREZA DE DESPESA**	**INTERESSADO**	**VALOR (R$)**
Nº EMPENHO	**Nat. Desp.**	**INTERESSADO**	**VALOR(R$)**
2008NE000319	339147	GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM JOAO P	800,00
2008NE000449	339047	SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTEC	190,64
2008NE900001	339037	SHANALLY SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	30.860,00
2008NE900002	339036	EVILASIO AYRES MOURA	650,00
2008NE900003	339037	SOLMAR SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA	21.968,83
2008NE900006	339039	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TEL	3.050,01
2008NE900007	339039	SERVCLIMA COMERCIO E SERVICOS LTDA M	10.000,00
2008NE900009	339039	ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE	23.800,00
2008NE900013	339039	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA D	247,66
2008NE900029	339030	PETROBEL - PETROLEO BELTRAO LTDA	33.245,31
2008NE900030	339030	POSTOS LIBERDADE COMBUSTIVEIS LTDA	16.174,84
2008NE900031	339030	G M RANGEL COMBUSTIVEIS LTDA	14.042,86
2008NE900040	339039	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAI	1.800,00
2008NE900060	335039	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA	7,15
2008NE900150	339037	HASTE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA ME	21.968,83
2008NE900330	339033	GET AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTD	0,04
2008NE900347	339039	TELEMAR NORTE LESTE S/A	12.170,51
2008NE900400	339039	ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE	137,86
2008NE900481	339030	FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA ME	2.190,00
2008NE900514	339030	PETROBEL - PETROLEO BELTRAO LTDA	9.000,00
2008NE900516	339139	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.	3.486,39
2008NE900593	339030	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA D	2.000,00
2008NE900616	339030	RL - COMERCIO VAREJISTA DE CONFECCOE	4.936,25
2008NE900645	339039	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TEL	2.152,18
2008NE900779	449052	GIOM COMERCIO E REPRESENTACOES DE MO	24.934,00
2008NE900981	339030	HERDEN SALES PORTO - ME	11.649,84

2008NE901017	339030	HIULA NOBREGA LEITE	0,21
2008NE901069	339030	SOLIVETTI COMERCIO E SERVICOS LTDA E	1.365,00
2008NE901089	339039	ASSOCIACAO TECNICO CIENTIFICA ERNEST	7.640,00
2008NE901104	449052	Y G SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATI	4.400,00
2008NE901156	449052	ZILMAR MOREIRA CADE MACIEL ME	3.500,00
2008NE901157	449052	DIRCEU LONGO & CIA LTDA	1.093,50
2008NE901158	449052	DIRCEU LONGO & CIA LTDA	1.093,50
2008NE901159	449052	MULTI VENDAS ELETROMOVEIS LTDA	1.160,00
2008NE901233	339030	COPIAR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA	1.984,00
2008NE901234	449052	MULTI VENDAS ELETROMOVEIS LTDA	2.250,00
2008NE901235	449052	ANA PATRICIA DA SILVA ME	14.038,00
2008NE901240	339036	LUIZ GUSTAVO DE MENEZES VAZ	4.000,00
2008NE901252	449052	S.T.R. SERVICE COMERCIO E REFRIGERAC	10.208,00
2008NE901253	449052	ART-JET COMERCIO E SERVICOS DE INFOR	2.912,00
2008NE901254	449052	GIOM COMERCIO E REPRESENTACOES DE MO	46.164,00
2008NE901255	339036	YALE ERIKA PORCIUNCULA DA SILVA	2.400,00
2008NE901282	449052	PORTOZELO ATACADISTA LTDA	1.998,00
2008NE901283	449052	MICROLLAGOS MICROSCOPIA CIENTIFICA L	1.580,00
2008NE901284	449052	MARCONI - EQUIPAMENTOS PARA LABORATO	4.163,00
2008NE901285	449052	RELUTON COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGO	2.828,00
2008NE901286	449052	CS COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGICOS	1.669,50
2008NE901298	339030	MARLI MARIA DE ARAUJO ME	779,75
2008NE901299	339030	COMERCIAL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.620,00
2008NE901300	339030	G P MATTARA SUPRIMENTOS PARA INFORMA	1.984,47
2008NE901301	339030	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIR	1.725,00
2008NE901302	339030	MARBEK SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA	1.897,46
2008NE901303	339030	V & M INFORMATICA LTDA	1.443,40
2008NE901304	339030	ACAO COMERCIAL DE PAPEIS LTDA - ME.	1.695,20
2008NE901305	339030	MICROINFO PAPELARIA E INFORMATICA LT	.124,00
2008NE901306	339030	MELONIAS F DA SILVA-EPP	213,10
2008NE901307	339030	RC BARRA RIO COMERCIO E SERVICOS DE	1.342,50
2008NE901308	339030	PERFILGRAFICA LTDA ME	1.590,00
2008NE901309	339030	APOYO TI COMERCIO LTDA	7.199,15
2008NE901310	339030	JOSE DE ARIMATEIA PORTO MARTINS ME	2.006,30
2008NE901311	339030	KLIP'S PAPELARIA E INFORMATICA LTDA	1.247,30
2008NE901312	339030	FRANCISCO AUGUSTO SANTOS BRASIL	553,40
2008NE901323	449052	S.T.R. SERVICE COMERCIO E REFRIGERAC	10.644,00
2008NE901325	449052	S.T.R. SERVICE COMERCIO E REFRIGERAC	3.548,00
2008NE901327	339030	O BORRACHAO BR LTDA	7.434,24
2008NE901328	449052	DIAS NETO VEICULOS PECAS E SERVICOS	119.000,00
2008NE901329	339030	MARLI MARIA DE ARAUJO ME	282,55
2008NE901330	339030	COMERCIAL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.248,00
2008NE901331	339030	G P MATTARA SUPRIMENTOS PARA INFORMA	509,90
2008NE901332	339030	ACAO COMERCIAL DE PAPEIS LTDA - ME.	847,60
2008NE901333	339030	MELONIAS F DA SILVA-EPP	76,50
2008NE901334	339030	KLIP'S PAPELARIA E INFORMATICA LTDA	175,60
2008NE901335	339030	FRANCISCO AUGUSTO SANTOS BRASIL	124,30
2008NE901336	339030	APOYO TI COMERCIO LTDA	2.874,90
2008NE901337	339030	JOSE DE ARIMATEIA PORTO MARTINS ME	145,90
2008NE901341	339039	CONSTRUTORA ALVORADA COMERCIO E INCO	7.242,10
2008NE901342	339039	INSTEC - INSTALACOES TECNICAS LTDA	24.030,00
2008NE901346	339030	ANA PATRICIA DA SILVA ME	600,00
2008NE901347	339030	JOSE GOMES DA COSTA NETO ME	4.000,00
2008NE901348	449052	CEM POR CENTO COMERCIO E DISTRIBUICA	295,90
TOTAL			**589.410,43**
TOTAL GERAL			**1.293.628,53**

Fonte: SEOF

Quadro 116

Restos a pagar de 2008

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS			
Nº EMPENHO	**NATUREZA DE DESPESA**	**INTERESSADO**	**VALOR (R$)**
2008NE900015	339039	TNL PCS S/A	158,10
2008NE900356	443042	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO	522.560,00
2008NE900357	333041	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO	181.500,00
		TOTAL	**704.218,10**
Total Geral			**1.293.628,53**

Fonte: SEOF

Quadro 117

Total de restos a pagar processado e não processado

ANO		
2006 (R$)	**2007 (R$)**	**2008 (R$)**
809.833,11	**1.119.390,15**	**1.293.628,53**

Fonte: SEOF

5. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE... NO EXERCÍCIO

Quadro 118

Tipo	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (n.º do processo e do termo, data assinatura, vigência, etc	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N)
1	553735	Processo do 6º termo aditivo n.º 21032000799-2007-11; data assinatura: 30.04.2008; vigência: 21.02.2009	Ampliação das metas do Convênio MAPA/SEDAP 001/2005 com o objetivo de reestruturar e manter as ações e atividades dos serviços de saúde animal através das unidades locais, regionais, postos fixos e unidade central da Gerência.	07.05.2008	2.200.000,00	2.000.000,00	200.000,00	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca	Em andamento
1	600294	Processo: 21032.000794/2007-99 Termo nº 0001/2007 Assinat.: 22/10/2007	Estruturação do Sistema de Defesa Sanitária Vegetal na Prevenção e Controle da Praga Cochonilha-do-carmim na Palma Forrageira no Estado da Paraíba	28/11/2007	369.706,00	335.706,00	34.000,00	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca CNPJ: 07.531.295/0001-71	Em execução
1	609067	Processo: 21032.001152/2007-15 Termo nº 0002/2007 Assinat.: 31/12/2007	Implantação de canas de variedades promissoras e a Produção de Controladores Biológicos visando o controle da Cigarrinha dos canaviais e da Broca comum da cana-de-açúcar	02/01/2008	121.726,00	103.039,00	18.627,00	Associação de Plantadores de Cana da Paraíba CNPJ: 08.664.989/0001-40	Em execução
1	628491	Processo: 21032000368200836 Termo n° 00001/2008	Manter a vigilância nos Postos Agropecuários e realizar levantamento para detecção de pragas quarentenárias presentes mas culturas de citros, banana e uva, com o objetivo de obter o reconhecimento oficial de área livre	11/07/2008	774.460,00	704.060,00	70.400,00	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária CNPJ: 07.531.259/0001-71	Recursos empenhados aguardando liberação

Fonte: SEDESA/DT

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

NÃO SE APLICA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

NÃO SE APLICA

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

NÃO SE APLICA

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

NÃO SE APLICA

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

NÃO SE APLICA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Quadro 119 **Cartão de Crédito Coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura**

2006 (R$)	2007 (R$)	2008 (R$)
32.345,37	34.321,05	36.095,12

Fonte: SEOF

Quadro 120 **Cartão de Crédito Coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura**

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSAVEL	VALOR (R$)
Material de Informática	Material Inexistente no Almoxarifado.	Aníbal César Vasconcelos	800,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço.	Aníbal César Vasconcelos	389,58
Material para Comunicação	Mat. Inexistente no Almox.	Aníbal César Vasconcelos	241,00
Material de Informática	Mat. Inexistente no Almox.	Aníbal César Vasconcelos	800,00
Material Elétrico Eletrônico	Mat. Inexistente no Almox.	Aníbal César Vasconcelos	172,99
Material de Manutenção de Veículos	Mat. Inexistente no Almox.	Aníbal César Vasconcelos	320,00
Material de Expediente	Mat. Inexistente no Almox.	Aníbal César Vasconcelos	426,80
Material de Manutenção de Veículos	Mat. Inexistente no Almox.	Aníbal César Vasconcelos	187,70
Aquisição de combustível	Viagem em objeto de serviço	Artur Vasconcelos Valadares	107,00
Material de Expediente	Mat. Inexistente no Almox	Virginio Carneiro da Silva	315,00
Material de Expediente	Mat. Inexistente no Almox	Jose Ribamar Vidal	439,00
Material de Informática	Mat. Inexistente no Almox.	Jose Ribamar Vidal	180,00
Mat. de Acondicionamento e Embalagem	Mat. Inexistente no Almox.	Jose Ribamar Vidal	300,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Reginaldo Teixeira Ferreira	286,89
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Reginaldo Teixeira Ferreira	100,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Reginaldo Teixeira Ferreira	357,50
Material de copa e cozinha	Mat. Inexistente no Almox.	Josinea Cavalcanti de Ataíde	185,94

Mat. Manut. Bens Imóveis	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	131,18
Mat. Elétrico e Eletrônico	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	369,90
Mat. p/ Áudio, Vídeo e Foto	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	70,00
Bandeira, Flâmula e Insigna	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	740,00
Serviços Gráficos Editoriais	Serv. Terc. Pessoa Jurídica	Josinea Cavalcanti de Ataíde	37,50
Material Químico	Mat. Inexistente no Almox.	Josinea Cavalcanti de Ataíde	5,21
Material de Expediente	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	52,22
Material de Cama , Mesa e Banho	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	9,98
Material de Copa e Cozinha	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	151,73
Material de Limpeza e Higiene	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	441,09
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	798,56
Material Eletro e Eletrônico	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	299,67
Material p/ áudio vídeo e foto	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	20,00
Material manut. de veículos	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	196,66
Ferramentas	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	21,04
Material Químico	Mat. Inexistente no almox.	Josinea Cavalcanti de Ataíde	5,21
Mat. expediente			110,00
Material de Copa e Cozinha	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	27,80
Material p/ Manutenção de Veículos	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	168,63
Material Eletro e Eletrônico	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	44,14
Material de Proteção e Segurança	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	465,64
Material de Sinalização e Visual	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	170,00
Material de Expediente	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	78,20
Material de Informática	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	66,60
Mat. de Acondicionamento e Embalagem	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	18,00
Material de Cama, Mesa e Banho	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	36,80
Material de Copa e Cozinha	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	397,90
Material de Limpeza e Higienização	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	25,80
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	478,28
Material Elétrico Eletrônico	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	582,53
Material Elétrico Eletrônico	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	1.394,20
Material de Cama, Mesa e Banho	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	99,95
Material de Copa e Cozinha	Mat. Inexistente no Almox	Josinea Cavalcanti de Ataíde	501,95
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Noirton Monteiro	82,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Noirton Monteiro	80,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Noirton Monteiro	154,02
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Noirton Monteiro	109,01
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Noirton Monteiro	146,10
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Noirton Monteiro	80,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Noirton Monteiro	77,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Noirton Monteiro	312,02
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	João Batista Almeida	242,04
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	João Batista Almeida	183,32
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	João Batista Almeida	105,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	João Batista Almeida	173,79
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	João Batista Almeida	100,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	João Batista Almeida	223,79
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	João Batista Almeida	50,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	João Batista Almeida	53,06
Material de Expediente	Mat. Inexistente no Almox	Antonio Hybernon da Silva	208,62
Material de Informática	Mat. Inexistente no Almox.	Antonio Hybernon da Silva	250,00
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	Mat. Inexistente no Almox.	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	784,26
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	90,00
Material de Caça e Pesca	Mat. Inexistente no Almox	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	120,00
Uniforme, Tecidos e Aviamentos	Mat. Inexistente no Almox	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	71,76
Material de proteção e segurança	Mat. Inexistente no Almox	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	190,00
Material elétrico eletrônico	Mat. Inexistente no Almox	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	143,28
Ferramentas	Mat. Inexistente no Almox	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	298,30
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	217,00
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	312,29

Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	376,80
Material para festividades e homenagens	Mat. Inexistente no Almox	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	390,00
Material de copa e cozinha	Mat. Inexistente no Almox	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	172,23
Material de limpeza e produtos de higiene	Mat. Inexistente no Almox	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	10,17
Material de proteção e segurança	Mat. Inexistente no Almox	Jose Sávio Quirino de Albuquerque	2,60
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Gilberto Bevenuto da Silva	343,80
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Carlos Augusto F. de Carvalho	140,00
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Carlos Augusto F. de Carvalho	130,00
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Carlos Augusto F. de Carvalho	140,00
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Carlos Augusto F. de Carvalho	307,00
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Carlos Augusto F. de Carvalho	360,00
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Carlos Augusto F. de Carvalho	10,00
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Carlos Augusto F. de Carvalho	50,00
Aquisição de Combustível	Viagem em Objeto de Serviço	Carlos Augusto F. de Carvalho	300,00
Material Educativo e Esportivo	Mat. Inexistente no Almox	Viviane Maria R, A. Almeida	779,80
Material de sinalização visual e outros	Mat. Inexistente no Almox	Viviane Maria R, A. Almeida	740,00
Material Educativo e esportivo	Mat. Inexistente no Almox	Viviane Maria R, A. Almeida	20,00
Mat. de embalagens e acondicionamento	Mat. Inexistente no Almox	Viviane Maria R, A. Almeida	800,00
Material de Expediente	Mat. Inexistente no Almox	Viviane Maria R, A. Almeida	800,00
Material de Expediente	Mat. Inexistente no Almox	Gilwan de Carvalho Rodrigues	9,30
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	Mat. Inexistente no Almox	Gilwan de Carvalho Rodrigues	117,88
Material elétrico eletrônico	Mat. Inexistente no Almox	Gilwan de Carvalho Rodrigues	111,45
Material de proteção e segurança	Mat. Inexistente no Almox	Gilwan de Carvalho Rodrigues	10,45
Material elétrico eletrônico	Mat. Inexistente no Almox	Gilwan de Carvalho Rodrigues	432,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Francisco Rodrigues de Lima	423,43
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Francisco Rodrigues de Lima	644,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Francisco Rodrigues de Lima	283,40
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Francisco Rodrigues de Lima	99,90
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Francisco Rodrigues de Lima	81,41
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Marcos Jose Pereira de Souza	749,93
Material de Expediente	Mat. Inexistente no Almox	Giovanni Perazzo Barbosa	63,30
Material p/ manutenção de bens imóveis	Mat. Inexistente no Almox	Giovanni Perazzo Barbosa	139,07
Material elétrico eletrônico	Mat. Inexistente no Almox	Giovanni Perazzo Barbosa	189,80
Material de Proteção e segurança	Mat. Inexistente no Almox	Giovanni Perazzo Barbosa	5,50
Ferramentas	Mat. Inexistente no Almox	Giovanni Perazzo Barbosa	12,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Alexandre Pereira Bronzeado	250,58
Material de Expediente	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	580,55
Material de processamento de dados	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	128,00
Material de cama mesa e banho	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	9,98
Material de copa e cozinha	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	213,37
Material p/ manutenção de bens e imóveis	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	4,49
Material de proteção e segurança	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	10,98
Material de sinalização visual e outros	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	51,60
Material de copa e cozinha	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	29,65
Material p/ manutenção de bens e imóveis	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	434,15
Material elétrico eletrônico	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	122,56
Ferramentas	Material Inexistente no Almoxarifado	Hiula Nóbrega Leite	11,60
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Hiula Nóbrega Leite	250,00
Material de processamento de dados	Viagem em objeto de serviço	Hiula Nóbrega Leite	408,70
Mat. limpeza e produtos de higienização	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	165,00
Mat. de proteção e segurança	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	15,65
Material elétrico eletrônico	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	7,00
Material de expediente	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	27,40
Material de expediente	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	200,00
Mat. p/ manutenção de bens imóveis	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	794,00
Mat. elétrico eletrônico	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	406,00
Mat. elétrico eletrônico	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	905,79
Mat. de limpeza e produtos de higienização	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	600,00
Mat. de copa e cozinha	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	225,00
Mat. de proteção e segurança	Material Inexistente no Almox	Hiula Nóbrega Leite	168,58

Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Janete Vatanabe Lima	101,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Janete Vatanabe Lima	85,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Janete Vatanabe Lima	97,60
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Janete Vatanabe Lima	114,01
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Janete Vatanabe Lima	441,94
Mat. cama mesa e banho	Material Inexistente no Almox	Joaquim de Oliveira Santos	62,92
Material de copa e cozinha	Material Inexistente no Almox	Joaquim de Oliveira Santos	329,12
Mat de limpeza e produtos de higienização	Material Inexistente no Almox	Joaquim de Oliveira Santos	24,40
Material p/ manutenção bens e imóveis	Material Inexistente no Almox	Joaquim de Oliveira Santos	106,07
Material elétrico eletrônico	Material Inexistente no Almox	Joaquim de Oliveira Santos	54,50
Material p/ áudio, vídeo e foto	Material Inexistente no Almox	Joaquim de Oliveira Santos	18,98
Material elétrico eletrônico	Material Inexistente no Almox	Joaquim de Oliveira Santos	600,00
Mat. p/ manutenção de bens móveis	Material Inexistente no Almox	Joaquim de Oliveira Santos	80,00
Material odontológico	Material Inexistente no Almox	Adelina Stela V. Batista Souto	277,15
Material Hospitalar	Material Inexistente no Almox	Adelina Stela V. Batista Souto	22,69
Material de processamento de dados	Material Inexistente no Almox	Adelina Stela V. Batista Souto	140,00
Material farmacológico	Material Inexistente no Almox	Adelina Stela V. Batista Souto	131,41
Material odontológico	Material Inexistente no Almox	Adelina Stela V. Batista Souto	598,95
Mat de acondicionamento e embalagem	Material Inexistente no Almox	Adelina Stela V. Batista Souto	20,75
Mat de limpeza e produtos de higienização	Material Inexistente no Almox	Adelina Stela V. Batista Souto	136,80
Material Hospitalar	Material Inexistente no Almox	Adelina Stela V. Batista Souto	84,55
Material de expediente	Material Inexistente no Almox	Marcio Ayron C. de Almeida	175,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Adriana Araújo Costa Truta	132,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Adriana Araújo Costa Truta	168,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Adriana Araújo Costa Truta	160,00
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Adriana Araújo Costa Truta	371,26
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Pereira da Cunha	76,25
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Pereira da Cunha	307,40
Aquisição de Combustível	Viagem em objeto de serviço	Jose Pereira da Cunha	249,33
total			38.915,36

Fonte: SEOF

O Quadro 1 – "Cartão de Crédito Coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura", refere-se aos valores constantes na Conta Faturas Pagas que corresponde ao apurado até 28 de novembro de 2008 e o Quadro 2 – "Cartão de Crédito Coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura", refere-se aos valores aplicados até o encerramento do exercício, ou seja 31 de dezembro de 2008.

A diferença entre os dois quadros corresponde a: i) valores apurados no período de 28/11/2008 a 28/12/2008 no montante de R$ 1.935,98 (Hum mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), que só terá sua contabilização na Conta de Faturas Pagas no exercício de 2009; ii) valores não utilizados pelo suprido que serão anulados no exercício de 2009, importância de R$ 883,52 (oitocentos e Oitenta e Três Reais e Cinqüenta e Dois Centavos) e iii) o acréscimo moratório de R$ 0,74 (Setenta e Quatro Centavos), já recolhido ao erário.

Quadro 121

Cartão de Credito Coorporativo: serie histórica dos saques efetuados

2006 (R$)	2007 (R$)	2008 (R$)
1.260,00	**1.340,00**	**300,00**

Fonte: SEOF

Quadro 122

Cartão de Credito Coorporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2008

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de Material de Expediente (talonário)	O fornecedor que forneceu o talonário após a contratação declarou que não utiliza cartão de credito do visa e inexistência do material no almoxarifado.	João Bérquimas de Andrade	300,00
Total			**300,00**

Fonte: SEOF

Cartão de Credito Coorporativo: série histórica das despesas

Quadro 123

	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor (R$)	Quantidade	Valor (R$)
2006	20	17.410,40	7	1.260,00
2007	38	41.877,11	6	1.340,00
2008	27	36.095,12	1	300,00

Fonte: SEOF

Quanto a movimentação dos cartões coorporativos nos últimos 03 (três) anos, representada nas séries históricas - Quadros 1 e Quadro 3, observa-se uma significativa alteração na forma de sua utilização entre o ano de 2006 e os demais anos, decorrente do processo de implantação dos cartões como mecanismos de pagamento, processo iniciado em 2005. Assim no primeiro ano utilizou-se prioritariamente o saque, porém com a regulamentação e a contínua evolução dos processos administrativos a utilização por fatura é hoje o procedimento usual. Entretanto a diferença entre as formas de utilização dos cartões seja claramente marcante, pode-se constatar o equilibro no valor das despesas realizadas nos diferentes exercícios apresentados.

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005.

Quadro 124

Limite de utilização total da UG: R$ 126.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: lojas de departamento, materiais de construção, outros varejos, postos de combustíveis, serviços e autopeças e outros estabelecimentos.	
Limites concedidos a cada portador:	
Portador	Limite
ADELINA S.V. BATISTA'	2.000,00
ADRIANA A. TRUTA'	2.000,00
AMAURI VIANN	2.000,00
ANIBAL VASCONCELOS	2.000,00
ANTONIO H. DA SILVA /	2.000,00
ARTUR VALADARES	2.000,00
AUGUSTO P. GOJ:IIÇALVES	2.000,00
ARLOSA.CARVALHO	2.000,00
CARLOS H. F. XIMENES	2.000,00
CLENES OLIVEIRA	2.000,00
EDSON LOUREIRO	2.000,00
ELIZANGELA L. DE SOUZA	2.000,00
FRANCISCO R. LIMA.	2.000,00
FREDERICO R. ARRUDA	2.000,00
GERMANA DA COSTA	2.000,00
GESSERALDO DE SOUZA	2.000,00
GILBERTO B. SILVA	2.000,00
GILSON DE OLIVEIRA	2.000,00
GILVAN RODRIGUES	2.000,00
GIOVANNI BARBOZA	2.000,00
GLAURA B. MACHADO	2.000,00
HERMESF.BARBOSA	2.000,00
HIULA LEITE	2.000,00
JAMIR M. DE SOUSA	2.000,00
JANETE OKAMOTO LIMA	2.000,00
JEONIMO DE MELO	2.000,00
JOAO B. DE ALMEIDA	2.000,00
JOÃO B. DE ANDRADE	2.000,00
JOÃO B. DINIZ	2.000,00
JOAQUIM SANTOS	2.000,00
JONAS OLIVEIRA	2.000,00
JOSE A. DA C. FILHO	2.000,00

JOSE A . SILVEIRA	2.000,00
JOSE DOS SANTOS	2.000,00
JOSE G.DA SILVA	2.000,00
JOSE LUIZ BARROS	2.000,00
JOSE N. MONTEIRO	2.000,00
JOSE P. DA CUNHA	2.000,00
JOSE R. VIDAL	2.000,00
JOSE S. Q. ALBUQUERQUE	2.000,00
JOSELIO P. SILVA	2.000,00
JOSINEA A. MORAIS	2.000,00
LAELSON F. MOREIRA	2.000,00
LUCIANO J. PEREIRA	2.000,00
MAGECIENE OLIVEIRA	2.000,00
MANOELO. S. MOTA'	2.000,00
MARCIO AYRON ALMEIDA	2.000,00
MARCOA. VIANA SILVA	2.000,00
MARCOS B DA SILVA	2.000,00
MARCOS DE SOUZA.	2.000,00
MIGUEL N. C. COSTA	2.000,00
OESIO LEITE;	2.000,00
PAULO J. DA SILVA	2.000,00
PAULO R. M. FERNANDES	2.000,00
RAIMUNDO L. DA SILVA	2.000,00
REGINALDO FERREIRA	2.000,00
ROBERTO ALBUQUERQUE. A	2.000,00
VANIA LEYTON	2.000,00
VIRGINIO C. SILVA	2.000,00
VIVIANE ALMEIDA	2.000,00
WILTON PINHO	2.000,00

Fonte: SEOF

Observação: Inicialmente solicita-se por meio de oficio para que o Banco do Brasil disponibilize o valor autorizado pelo superintendente para cada cartão fornecido pelo banco, muito embora quando ocorre do servidor ultrapassar o valor que foi autorizado e ainda existindo saldo no centro de custo ou seja o que totaliza o valor, automaticamente o banco aumenta o limite sem precisar de autorização desta SFA/PB.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

PLANO DE PROVIDÊNCIAS
RELATÓRIO DE AUDITORIA – CGU/PB
EXERCÍCIO / 2005

Unidade Gestora: SFA/MAPA/PB
Tipo de Auditoria: Auditoria de Avaliação da Gestão
Período Examinado: 01/jan/2005 a 31/dez/2005
Relatório nº 175483

Item discriminado: 3.1.1.1
Utilização de recursos orçamentários de programas das áreas fins, com despesas administrativas, em finalidade distintas dos respectivos programas, não observando recomendações da Controladoria-Geral da União e determinações do Tribunal de Contas da União.

Recomendação:
Recomendamos às Seções de Planejamento e Acompanhamento e de Execução Orçamentária e Financeira, bem como aos Responsáveis Técnicos pelos Planos Internos – PI's, que planejem, organizem e executem adequadamente os recursos orçamentários de seus PI's. A Unidade não deve empenhar despesas consideradas de apoio administrativo, de utilização de todos os seus serviços, em

PI's específicos, relacionados a atividades fins da Unidade. Os recursos orçamentários dos PI's devem ser utilizados exclusivamente com gastos relacionados com as finalidades desses programas.

Manifestação: (Providências adotadas)

Em reunião realizada em 27/09/2006 foi determinado e devidamente registrado e esclarecido para os Chefes de Serviços das áreas técnica e administrativa que é terminantemente proibida a utilização de recursos de cada PI em atividades distintas das suas respectivas finalidades. Ficou estabelecido que os Chefes da Divisão Técnica e do Serviço de Apoio Administrativo são responsáveis pelo fiel cumprimento das recomendações da CGU/PB e das determinações do TCU. Esta decisão ficou expressamente consignada em Ata.

Item discriminado: 3.2.2.1.

Impropriedades nos saldos das contas contábeis e não observação das normas de encerramento do exercício de 2005.

Recomendação:

Recomendamos à Seção de Execução Orçamentária e Financeira da SFA/PB, da mesma forma que no Relatório referente ao exercício de 2004, classificar adequadamente os saldos de suprimentos de fundos, e que, por ocasião do encerramento do exercício, observe atentamente as normas de encerramento do exercício emitidas pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.

Manifestação: (Providências adotadas)

a) Sobre a conta 11261.00.00 valor a creditar: Regularizada com notas de lançamentos 2006NL000021;2006NS000005 e 2006NS000006;

b) Sobre a conta 339030.96 pagamento antecipado: Regularizada, conforme "Consulta Razão por C. Contábil";

c) Sobre a conta 339039-96.96 pagamento antecipado: Regularizada, conforme "Consulta Razão por C. Contábil".

d) Sobre a conta 11268.00.00: Regularizada com a nota de lançamento 2006NL000020;

e) Sobre a conta 21268.01.00 Saque – Cartão de pagamento do Governo Federal: Regularizadas conforme notas de lançamentos, 2006NL000090; 2006NL000093; 2006NL000094 e 2006NL000119.

Item discriminado: 4.1.1.1.

Impropriedades na utilização de Suprimento de Fundos, inobservando recomendações da Controladoria-Geral da União.

Recomendação:

Recomendamos à SFA/PB que:

a) não conceda suprimento de fundos aos Chefes do SAD e do SAG, bem como, aos servidores lotados no Setor de Material e Patrimônio;
b) efetue a concessão do suprimento ao servidor que efetivamente vai realizar as aquisições e os pagamentos. A sistemática de solicitação por um servidor e a utilização do suprimento por outro servidor é ilegal, pois contraria o Decreto nº 93.872/86;
c) utilize o suprimento de fundos somente no pagamento de despesas que, por sua natureza, não possam aguardar o processamento normal da execução orçamentária. A sistemática de distribuição de suprimentos todos os meses para diversos servidores, demonstra a falta de planejamento nas aquisições de bens e serviços da Unidade.

Manifestação: (Providências adotadas)

Após o conhecimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria do exercício de 2005, combinado com o teor do Decreto 93.872 de 23/12/1986 foi suspensa a utilização da modalidade Suprimento de Fundos para servidores proibidos pela legislação, aliado ao atendimento da recomendação constante da letra c.

Item discriminado: 4.1.2.1.
Impropriedades na utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – Cartão Corporativo.
Recomendação:
Recomendamos à SFA/PB:

a) observar a legislação específica sobre a utilização do Cartão Corporativo: IN/STN nº 04, de 13/08/2002, Art. 30 a 42; IN/STN nº 04, de 30/08/2004, Art. 13 a 16; Acórdão 1.783/2004 – Plenário – TCU, de 10/11/2004; e Macrofunção do Manual do SIAFI 02.11.33 – Compras por meio de Cartão de Crédito;
b) definir os limites e os tipos de gastos que podem ser executados por cada servidor da SFA/PB, quando da utilização do Cartão Corporativo;
c) proceder ao levantamento dos juros e multas pagos pela SFA/PB, em virtude do atraso no pagamento das faturas, bem como do servidor que deu causa a estes danos ao erário, informando esta CGU sobre o recolhimento efetuado pelo servidor responsável.

Manifestação: (Providências adotadas)
Foi expressamente recomendada ao servidor responsável pela gestão do cartão corporativo a obediência à legislação pertinente. Especificamente, foi determinada a proibição de utilização de suprimento de fundos por meio de saque, exceto nos casos em que não existem empresas que operem com o cartão corporativo, porém com a devida justificativa. Quanto ao limite de crédito a ser utilizado para cada servidor foi definido o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) em cada exercício. Com relação ao Item "c" foi recolhido o valor correspondente a juros e multas.

Item discriminado: 4.2.1.1.
Inconsistência das inscrições constantes na conta contábil 112290800 – Falta ou irregularidade de comprovação, inobservando recomendação da CGU.
Recomendação:
O gestor deve:
1 – No caso do CPF nº 132.949.204-82
a) inscrever os valores atualizados de dívida para com a SFA/PB, tendo por base os julgamentos do Tribunal de Contas da União – TCU, a serem pesquisados no sítio do TCU na Internet; e
b) modificar a situação dos referidos convênios no SIAFI de adimplente para Inadimplência Suspensa, caso o TCU ainda não tenha julgado definitivamente a situação.
2 – Para os demais CPF's constantes na conta 112290000 – Diversos Responsáveis – Apurados, considerados individualmente:
a) verificar no sítio do TCU a situação de cada um dos devedores;
b) organizar adequadamente cada arquivo, individualmente por CPF, contendo as informações referentes a cada um dos inscritos, como número da Tomada de Contas Especial – TCE, localização da TCE, julgados do TCU (Decisões e Acórdãos) e providências a serem tomadas;
c) fazer as correções necessárias na conta 112290000 – Diversos Responsáveis – Apurados, tendo por base as informações acima coletadas, realizando a adequada classificação contábil (natureza da inscrição) entre as contas 112290100 a 112291600;
d) instaurar a devida Tomada de Contas Especial, se caso já não tenha sido feito;
e) dar baixa somente quando houver ou o ressarcimento efetivo dos valores ou o julgamento definitivo das Tomadas de Contas Especiais já enviadas ao TCU, conforme Acórdão da Corte de Contas; e
f) modificar a situação dos referidos convênios no SIAFI, se for o caso, para refletir a realidade do CPF junto ao convênio em que foi responsável.
Manifestação: (Providências adotadas)
As alíneas elencadas na recomendação foram cumpridas, em conformidade com as orientações dessa Controladoria.

Item discriminado: 4.2.2.1.
Ausência de instauração de TCE referente ao Convênio SIAFI nº 493.927 e não finalização da TCE do Convênio SIAFI nº 328.495.
Recomendação:
Recomendamos à SFA/PB, diante das argumentações da Seção de Execução Orçamentária e Financeira que:

a) tendo por base o Relatório da CGU – Regional/PB referente ao 4º Sorteio de Estados, na área de Agricultura do Estado da Paraíba, referente ao Convênio nº 493.927 e após esgotadas as medidas cabíveis no âmbito administrativo, considerando o prazo máximo de trinta dias para a implementação das falhas apuradas, nos termos do art. 38 da IN/STN nº 01/97, inicie a respectiva TCE do citado Convênio; e
b) finalize os trabalhos da TCE referente ao Convênio SIAFI nº 328.495.

Manifestação: (Providências adotadas)

a) O Processo nº 21032.000794/2006-16 foi constituído para instauração de Tomada de Contas Especial – Convênio 001/2003 – SIAFI 493927, o qual foi encaminhado para a CCONT/SPOA/SE/MAPA (contabilidade analítica) para adoção das providências cabíveis.
b) O Processo nº 21032.000562/2005-79, atinente ao convênio nº 04/97 – SIAFI nº 328.495 foi enviado a CCONT/SPOA/SE/MAPA para a instauração da Tomada de Contas Especial, em 18/09/2006.

Item discriminado: 5.1.1.2.
Perda da garantia de fábrica em veículos novos da frota pertencente à SFA/PB.
Recomendação:
Em decorrência das perdas de garantias gratuitas, realizadas pelas concessionárias e pela não observância das revisões periódicas dos veículos objeto da amostra, recomendamos ao responsável pelo Setor de Transporte da SFA/PB, no sentido de realizar as revisões, observando as quilometragens e/ou tempos previstos nos manuais. Portanto, as próximas auditorias devem atentar para o acompanhamento dessas garantias, no sentido de evitar despesas desnecessárias para Administração.
Manifestação: (Providências adotadas)
As revisões periódicas dos veículos estão sendo realizadas observando as quilometragens ou tempo de uso dos veículos, previstas nos manuais.

Item discriminado: 5.1.1.3.
Inconsistência nos registros contábeis dos imóveis da Unidade.
Recomendação:
Recomendamos à Seção de Atividades Gerais e à Seção de Execução Orçamentária e Financeira:

a) regularizar os saldo das contas “Edifícios” e “Obras em Andamento”;
b) ao término de cada exercício, verificar quais valores de obras em andamento devem ser dado baixa contabilmente, tendo por base os valores de reformas já pagos, devendo permanecer somente os valores a pagar às empresas no decorrer do exercício seguinte;
c) após cada reforma que aumente a estrutura dos imóveis da Unidade, isto é, que seja considerada despesa de capital ou investimento, solicitar ao Patrimônio da União, avaliação quanto ao efetivo valor dos imóveis modificados, devendo haver a atualização tanto no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet, quanto no SIAFI.

Manifestação: (Providências adotadas)
A conta contábil de Bens Patrimoniais foi regularizada conforme NL nº 2006NL000103 valores R$ 10.091,11 e R$ 3.622,00. Os itens “b” e “c” serão cumpridos na sua integralidade, seguindo as recomendações dessa Controladoria.

Item discriminado: 5.1.2.1.
Licenciamento dos veículos realizados com atraso, gerando multas e juros de mora e infração de trânsito cometida por servidor, sem o devido ressarcimento ao erário.
Recomendação:
Recomendamos ao Serviço de Apoio Administrativo, à Seção de Serviços Gerais e ao Setor de Transportes da SFA/PB, da mesma forma que no relatório de gestão referente ao exercício de 2004:

a) abster-se de pagar os licenciamentos dos veículos com atraso, atentando para o adequado planejamento dos pagamentos, solicitando antecipadamente os recursos financeiros necessários;
b) recolher dos servidores responsáveis, o valor das multas por atraso nos pagamentos dos licenciamentos, bem como o valor das multas de trânsito, em que foram considerados culpados, e se necessário, instaurar sindicância para apuração da responsabilidade quanto à multa do veículo MNB 5763;
c) apurar a quantificação dos danos ao erário, bem como a responsabilidade pelos referidos danos, quanto às multas e juros de mora; e
d) classificar as multas por atraso e de trânsito em contas contábeis específicas de multas e juros de mora no SIAFI.

Manifestação: (Providências adotadas)

a) Foi determinado aos servidores responsáveis a que sejam feitos em tempo hábil a solicitação de recursos e o respectivo pagamento de licenciamento dos veículos na data estipulada;
b) Foi recolhido o valor das multas por atraso nos pagamentos dos licenciamentos, conforme comprovantes. Com relação à multa de trânsito do veículo, placa MNB 5763, foi aberto o Processo nº 21032.000652/05-60 e o servidor recolheu o valor referente à multa.
c) As multas e juros foram devidamente apurados e ressarcidos ao erário, conforme está comprovado na alínea "b" desta recomendação.
d) Para atender recomendação dessa Controladoria, foi solicitada ao Órgão Central orientação sobre a conta específica para a classificação contábil de multas por atraso e de trânsito.

Item discriminado: 6.1.1.1.
Impropriedades na cessão de servidores ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, Pendentes de Regularização.
Recomendação:
Recomendamos ao gestor manter, formalmente, um contato permanente com a CRH/MAPA, objetivando colher informações referentes aos resultados das providências que estão sendo adotadas por aquela entidade.
Manifestação: (Providências adotadas)
Encaminhamento para o CRH/MAPA os Ofícios GAB/SFA/PB nº 207, de 17/02/2006 e nº 686, de 10/08/2006, solicitando informações sobre as providências tomadas sobre a cessão das servidoras, a fim de informar a essa Controladoria. Até o momento não recebemos as informações solicitadas.

Item discriminado: 6.2.1.1.
Constatamos que não houve atendimento às recomendações contidas no item 9.3.1.1., do Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão da SFA/PB nº 161224 – exercício de 2004, e item 9.2.1.1. do Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão, referente ao exercício de 2003, ou seja, não houve a reversão dos valores pagos indevidamente, a servidores aposentados e pensionistas falecidos.
Recomendação:
Recomendamos ao gestor manter, formalmente, um contato permanente com as instituições: Advocacia Geral da União, Procuradoria da República na Paraíba, Polícia Federal e com o agente financeiro, objetivando colher informações referentes aos resultados das providências que aquelas entidades estão

adotando, na solução das pendências em foco, e encaminhar a esta Controladoria relatório circunstanciado das referidas providências.

Manifestação: (Providências adotadas)

Encaminhamos ofícios à Procuradoria Geral da República na Paraíba e Polícia Federal. A Procuradoria da República informou que "o Procedimento Administrativo nº 1.24.000.000337/2004-61 foi remetido para o Departamento da Polícia Federal, através do Ofício nº 740/2004, em 31/05/2004, para fins de instauração de inquérito policial". A Polícia Federal informou o seguinte: "O Processo Administrativo nº 1.24.000.000337/2004-61, recebido do MPF/PB, originou a instauração do Inquérito Policial nº 317/2004-SR/DPF/PB, nesta capital, sob o nº 2004.82.00.009725-5, e que apura saques fraudulentos efetuados por terceiros em conta corrente de ex-pensionistas (falecidas) desse Ministério de Agricultura".

Item discriminado: 6.2.1.2.

Pagamento de vantagem a Inativo com valores maiores que o previsto no Art. 192 da Lei 8.112/90.

Recomendação:

Recomendamos ao gestor adotar as ações necessárias objetivando a suspensão imediata, bem como, a reposição ao erário dos valores pagos a maior, apurando responsabilidade de que deu causa.

Manifestação: (Providências adotadas)

Foram suspensos os valores recomendados por essa Controladoria, a partir de agosto/2006, conforme cópia da ficha financeira.

Em 03/10/2006 o Sr. Juiz Federal da 1ª vara proferiu sentença de mérito favorável ao servidor. Cientificados da sentença favorável ao servidor, encaminhamos ofício, ao Sr. Procurador-Chefe da Procuradoria da União na Paraíba para efeito de análise quanto a força executória, a fim de que possamos nos subsidiar com relação a implantação imediata ou não dos seus efeitos. Presentemente, estamos aguardando pronunciamento da Procuradoria.

Baseado nas informações fornecidas pelo nosso setorial de recursos humanos consta que, com relação a apuração de quem deu causa, esclarecemos o seguinte: A sistemática/nível salarial foi implantada no Sistema SIAPE em agosto/2000. Em agosto de 2004 houve mudança na tabela de vencimentos sem ter ocorrido a equiparação automática na sistemática/nível salarial, cuja diferença entre a tabela de vencimentos versus sistemática SIAPE apenas foi detectada neste exercício/2004 por essa Controladoria, de modo que cumprimos imediatamente a recomendação. Resta comprovado, assim, que trata-se de uma falha eventual, sem qualquer indício de dolo ou má fé e que graças a essa Controladoria foi sanada em tempo hábil.

Item discriminado: 6.3.1.1.

Analisando o Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício de 2004 verificamos que foram feitas recomendações, referentes a pagamentos indevidos de diárias.

Recomendação:

Face às justificativas apresentadas, recomendamos ao Gestor manter contato permanente com a Secretaria Executiva do MAPA, objetivando manter-se atualizado quanto aos resultados da Sindicância e quando esta for concluída encaminhar o relatório final para esta Controladoria Regional da União na Paraíba.

Manifestação: (Providências adotadas)

Foi encaminhado Ofício GD/SFA/PB nº 770, de 17/08/2006, ao Secretário Executivo para a instauração da Comissão de Sindicância, sendo esta comissão instaurada mediante Portaria nº 481 de 25/09/2006. Outrossim, destacamos que, por impedimento de um dos membros, foi emitida nova Portaria de nº 504, de 19/10/2006. O prazo de vigência foi prorrogado por 30 (trinta) dias, conforme Portaria nº 507, 25/10/2006.

Item discriminado: 6.3.2.1.
Ausência de recolhimento, em processos de pagamentos referente ao uso de telefone móvel na SFA/PB.
Recomendação:
Recomendamos ao dirigente da Unidade proceder à cobrança dos valores citados abaixo, bem como conclua a liquidação dos processos anexando a Guia de Recolhimento da União – GRU.
Manifestação: (Providências adotadas)
Foram feitos os devidos recolhimentos em 20/12/2005. O responsável pelo recolhimento efetuou o mesmo em tempo hábil, porém, não anexou as guias ao processo de pagamento daquelas faturas de serviços e também não comunicou esta ação antes do período de auditoria.

Item discriminado: 7.1.1.1.
Recebimento pela SFA/PB de materiais fora das especificações contidas em Edital.
Recomendação:
Considerando que até o presente momento não ocorreu a troca dos materiais entregues pela empresa (pneus remoldados), nem mesmo a devolução dos recursos aos cofres da União, recomendamos ao dirigente da Unidade a instauração de processo de sindicância para a apuração dos fatos, sem prejuízo de adoção de providências cabíveis, caso não logre êxito na cobrança administrativa, para ajuizar a competente ação contra a empresa fornecedora dos pneus fora da especificação do edital.
Manifestação: (Providências adotadas)
Em 17/02/2006 foi procedida a suspensão da empresa ganhadora no SICAF.
Em 30/03/2006, após a substituição do material pela empresa, o qual atendia as especificações contidas no edital, foi retirada a suspensão da referida empresa.

Item discriminado: 7.2.2.2.
Realização de pagamentos sem a efetiva contraprestação de serviço no montante de R$ 18.576,48, à empresa SOLMAR SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA e omissão do Gestor, não observando recomendações da CGU.
Recomendação:
Recomendamos ao dirigente da Unidade a imediata instauração do processo de sindicância, para apuração dos fatos e responsabilização de que deu causa, bem como o respectivo ressarcimento ao erário sob pena de responsabilidade do gestor atual, por omissão, visto que no Plano de Providências da Gestão 2004, o Gestor não previu prazos para atendimento dessas providências.
Por fim, recomendamos ainda ao Gestor dar ciência do fato ao Ministério Público Estadual, haja vista tratar-se de Servidora do Governo do Município de João Pessoa.
Manifestação: (Providências adotadas)
Dada a participação do atual Superintendente e seu Substituto na gestão da Superintendência à época dos fatos, foi solicitado ao Secretário Executivo do MAPA que avocasse esse encargo, visando assegurar a absoluta isenção na apuração deste evento. Desse modo, foi encaminhado Ofício GD/SFA/PB nº 770, de 17/08/2006, ao Secretário Executivo para a instauração da comissão de sindicância, sendo esta comissão instaurada mediante Portaria nº 481 de 25/09/2006 e prorrogação ulterior.

Item discriminado: 7.2.2.3.
Pagamento antecipado de obra, no valor de R$ 3.622,00, desobedecendo recomendação do TCU.
Recomendação:
Recomendamos ao Gestor da Unidade observar as determinações contidas no item 2.1.13 do Acórdão TCU nº 199/2004 da 2ª Câmara e art. 65, alínea II, inciso "c" da Lei 8.666/93, não realizando pagamentos antecipados aos prestadores de serviços.
Manifestação: (Providências adotadas)

Essa recomendação já foi exaustivamente discutida com os responsáveis pelos setores e em todas as ocasiões ficou esclarecido e determinado que é terminantemente proibido o pagamento antecipado aos prestadores de serviço em obediência às determinações do TCU e à norma de regência da matéria em cotejo, de modo que envidaremos todos os esforços para que falhas eventuais, mesmo de natureza formal e comprovadamente sem prejuízo ao erário, não mais venham a ocorrer.

Item discriminado: 7.2.3.1.
Pagamento de faturas sem a cobertura de contrato, descumprindo determinação do TCU e CGU/PB.
Recomendação:
Recomendamos ao Gestor da Unidade cumprir as determinações do TCU e CGU/PB, licitando e efetuando contrato administrativo com operadora de telefonia móvel.
Manifestação: (Providências adotadas)
Foi aberto o processo 21032.000100/2006-32 em 13/02/2006, de dispensa de licitação para a contratação dos serviços de telefonia móvel. O contrato está em vias de ser assinado.

Item discriminado: 7.2.4.1.
Pagamentos de multas e juros às empresas TELEMAR NORTE S.A. e SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba.
Recomendação:
Por se tratar de questões reincidentes, recomendamos ao dirigente da Unidade planejar com antecedência os pagamentos das faturas de serviços, inclusive, acionando a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MAPA (SPOA), para disponibilizar os recursos nas datas aprazadas, sob pena de apuração de responsabilidade pela ocorrência de encargos com juros e multas.
Manifestação: (Providências adotadas)
É feito o planejamento anual do MANUT discriminando, mês a mês, o tipo de despesa e os valores estimados. Esses recursos tem sido solicitados tempestivamente e orientamos os servidores responsáveis para que, caso ocorra alguma falha eventual que ocasione multa ou juros, seja documentalmente comprovada e inserida no processo.

Item discriminado: 7.3.1.1.
Planos de Trabalho inconsistentes e inexistência de consulta ao CAUC, quando da formalização de convênios em que a SFA/PB é a concedente.
Recomendação:
Recomendamos aos servidores responsáveis pela formalização e acompanhamento dos convênios da SFA/PB que:

a) elaborem adequadamente os planos de trabalho dos convênios, relacionando os itens constantes nos Itens de Aplicação da Despesa ou Plano de Aplicação (Plano de Trabalho 3/5) com os itens constantes no Cronograma de Execução (Plano de Trabalho 2/5);
b) anexem aos respectivos planos de trabalho, todos os projetos básicos referentes às metas consideradas como serviços, conforme determina a IN STN nº 01/97, art. 2º, parágrafo 1º;
c) observem os pareceres técnicos vindos da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, quando da análise da formalização dos convênios;
d) indiquem, no momento da assinatura do convênio, o servidor da convenente responsável pelo acompanhamento do convênio;
e) indiquem, no momento da assinatura do convênio, os recursos orçamentários da concedente SFA/PB;
f) consultem o CAUC, quando da assinatura do convênio, e antes da liberação de qualquer parcela de convênio; e

g) realizem termo aditivo, devidamente assinado pelas autoridades competentes, para adequar as metas do convênio SIAF nº 553.735.

Manifestação: (Providências adotadas)

a) mediante as orientações emanadas dessa CGU-PB, todos os planos de trabalhos de convênios, ora elaborados, vem obedecendo ao que foi recomendado.
b) Quando o convênio prevê obras (construção) é exigido projeto básico de engenharia, contemplando toda a fase do empreendimento. No caso de serviços, no formulário 2/5 do Plano de Trabalho, é abordada a metodologia a ser empregada para o alcance da meta.
c) O parecer de viabilidade técnica é peça importante para a formalização de convênio, de forma que este documento é analisado e levado em consideração quando da formalização do convênio.
d) Essa orientação está sendo colocada em prática neste caso do convênio de Defesa Agropecuária, em que no Plano de Trabalho se faz menção ao nome do gerente de acompanhamento do convênio.
e) Os convênios propostos no âmbito do SEPDAG/DT/SFA/PB, não terá como efetuar a indicação dos recursos orçamentários por ocasião do convênio porque o termo de convênio e elaboração é assinado pelo representante da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/MAPA).

Item discriminado: 7.3.2.1.

Fiscalização inadequada os fiscais de convênios e autorização de modificação dos itens de aplicação de despesa de convênio sem a devida competência.

Recomendação:

Recomendamos à SFA/PB que:

a) padronize os relatórios de acompanhamento dos convênios e protocolize processos de acompanhamento para cada convênio;
b) comunique, nos casos dos convênios firmados com a EMATER/PB, à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, a respeito da situação de inadimplência dos referidos convênios, sugerindo a modificação da situação de ADIMPLENTE para a situação de INADIMPLENTE no SIAFI dos mesmos; e
c) realize termos aditivos com os seus convenentes, quando da solicitação de modificação quantitativa das metas contidas no Plano de Aplicação (Itens de Aplicação da Despesa) dos convênios em que for a concedente, após a devida análise por parte do setor técnico competente.

Manifestação: (Providências adotadas)

a) os relatórios dos convênios ora vigentes, estão sendo relatados em formulários padrão, conforme Manual de Procedimentos de Convênios, a partir de fevereiro de 2006;

b) os processos de prestação de contas com a EMATER/PB, citados, encontram-se na SDC/CAO/MAPA, com vistas apreciação dos mesmos, uma vez os recursos terem sido liberados diretamente através da SDC/MAPA;

c) recomendamos expressamente que todo procedimento de aditamento de convênio só seja feito após ouvir o setor Técnico e Coordenadoria pertinente a Secretaria que concedeu ou formalizou o convênio.

Item discriminado: 8.2.4.1.

Impropriedade na composição dos processos e na Conformidade Documental.

Recomendação:

Recomendamos à SFA/PB observar a Macrofunção SIAFI 02.03.23 e a Instrução Normativa STN/SFC nº 4, de 10/05/2000, referente à análise do conteúdo dos processos e aos procedimentos de conformidade documental.

Recomendamos, também, que a Unidade de conformidade documental seja melhor estruturada com mais equipamentos (arquivos, computador e impressora), material e espaço para o seu adequado funcionamento.

Manifestação: (Providências adotadas)

Está expressamente determinado e esclarecido aos responsáveis pelo setor que os Processos e os procedimentos de Conformidade Documental devem ser elaborados observando rigorosamente a macrofunção SIAFI 02.03.23 e Instrução Normativa STN/SFC nº 04, de 10/05/2000.

O setor de Conformidade Documental foi instalado em espaço físico adequado e estruturado com equipamentos e materiais necessários à execução dos trabalhos.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

ACÓRDÃO Nº 863/2008 – PLENÁRIO – TCU

A) Quanto a: (determinação)

"à Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB:

1.1. que comunique a esta Corte de Contas acerca da situação atual do processo de Mandado de Segurança nº 2006.82.00.005444-6, impetrado pelo Sr. Fernando da Silva Rocha que garantiu a continuidade do pagamento de vantagem, com valores maiores que o previsto no art. 192 da Lei 8.112/90.

1.2. observe a legislação pertinente à matéria no tocante a percepção da vantagem contida no art. 192 da Lei 8.112/90;"

Manifestação: (Providências adotadas)

Através do Ofício/GAB/SFA/PB nº 1065, de 05/06/2008, encaminhamos ao TCU/PB a tramitação do processo na justiça federal, bem como remetemos cópia a Seção de Recursos Humanos – SFA/PB para cumprimento da determinação em referência.

B) Quanto a: (determinações)

"1.3. utilize o Cartão Corporativo, nos termos da legislação específica, definindo os limites e os tipos de gastos que podem ser executados por cada servidor da SFA/PB;"

Recomendação:

Recomendamos à SFA/PB:

d) observar a legislação específica sobre a utilização do Cartão Corporativo: IN/STN nº 04, de 13/08/2002, Art. 30 a 42; IN/STN nº 04, de 30/08/2004, Art. 13 a 16; Acórdão 1.783/2004 – Plenário – TCU, de 10/11/2004; e Macrofunção do Manual do SIAFI 02.11.33 – Compras por meio de Cartão de Crédito;

e) definir os limites e os tipos de gastos que podem ser executados por cada servidor da SFA/PB, quando da utilização do Cartão Corporativo;

f) proceder ao levantamento dos juros e multas pagos pela SFA/PB, em virtude do atraso no pagamento das faturas, bem como do servidor que deu causa a estes danos ao erário, informando esta CGU sobre o recolhimento efetuado pelo servidor responsável.

Manifestação: (Providências adotadas)

Foi expressamente recomendada ao servidor responsável pela gestão do cartão corporativo a obediência à legislação pertinente. Especificamente, foi determinada a proibição de utilização de suprimento de fundos por meio de saque, exceto nos casos em que não existem empresas que operem com o cartão corporativo, porém com a devida justificativa. Quanto ao limite de crédito a ser utilizado para cada servidor foi definido o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) em cada exercício. Com relação ao Item "c" foi recolhido o valor correspondente a juros e multas.

C) Quanto a: (determinações)
"1.4. deixe de utilizar recursos orçamentários de programas das áreas fins com despesas administrativas, em finalidades distintas dos respectivos programas, conforme recomendações da Controladoria Geral da União e determinações do Tribunal de Contas da União";
Recomendação:
Recomendamos às Seções de Planejamento e Acompanhamento e de Execução Orçamentária e Financeira, bem como aos Responsáveis Técnicos pelos Planos Internos – PI's, que planejem, organizem e executem adequadamente os recursos orçamentários de seus PI's. A Unidade não deve empenhar despesas consideradas de apoio administrativo, de utilização de todos os seus serviços, em PI's específicos, relacionados a atividades fins da Unidade. Os recursos orçamentários dos PI's devem ser utilizados exclusivamente com gastos relacionados com as finalidades desses programas.
Manifestação: (Providências adotadas)
Em reunião realizada em 27/09/2006 foi determinado e devidamente registrado e esclarecido para os Chefes de Serviços das áreas técnica e administrativa que é terminantemente proibida a utilização de recursos de cada PI em atividades distintas das suas respectivas finalidades. Ficou estabelecido que os Chefes da Divisão Técnica e do Serviço de Apoio Administrativo são responsáveis pelo fiel cumprimento das recomendações da CGU/PB e das determinações do TCU. Esta decisão ficou expressamente consignada em Ata.

D) Quanto a: (determinações)
"1.5. observe a garantia de fábrica em veículos novos da frota pertencente à SFA/PB, realizando as revisões periódicas nos prazos estabelecidos, previstos nos manuais de manutenção e garantias;"
Recomendação:
Em decorrência das perdas de garantias gratuitas, realizadas pelas concessionárias e pela não observância das revisões periódicas dos veículos objeto da amostra, recomendamos ao responsável pelo Setor de Transporte da SFA/PB, no sentido de realizar as revisões, observando as quilometragens e/ou tempos previstos nos manuais. Portanto, as próximas auditorias devem atentar para o acompanhamento dessas garantias, no sentido de evitar despesas desnecessárias para Administração.
Manifestação: (Providências adotadas)
As revisões periódicas dos veículos estão sendo realizadas observando as quilometragens ou tempo de uso dos veículos, previstas nos manuais.

E) Quanto a: (determinações)
"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:
1.6.1. impropriedades nos saldos das contas contábeis, caracterizando a não observação das normas de encerramento do exercício de 2005;"
Recomendação:
Recomendamos à Seção de Execução Orçamentária e Financeira da SFA/PB, da mesma forma que no Relatório referente ao exercício de 2004, classificar adequadamente os saldos de suprimentos de fundos, e que, por ocasião do encerramento do exercício, observe atentamente as normas de encerramento do exercício emitidas pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.
Manifestação: (Providências adotadas)
1.a) Sobre a conta 11261.00.00 valor a creditar: Regularizada com notas de lançamentos 2006NL000021;2006NS000005 e 2006NS000006;
1.b) Sobre a conta 339030.96 pagamento antecipado: Regularizada, conforme "Consulta Razão por C. Contábil";

1.c) Sobre a conta 339039-96.96 pagamento antecipado: Regularizada, conforme "Consulta Razão por C. Contábil".
1.d) Sobre a conta 11268.00.00: Regularizada com a nota de lançamento 2006NL000020;
1.e) Sobre a conta 21268.01.00 Saque – Cartão de pagamento do Governo Federal: Regularizadas conforme notas de lançamentos, 2006NL000090; 2006NL000093; 2006NL000094 e 2006NL000119.

F) Quanto a: (determinações)
"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:
1.6.2. impropriedades na utilização de Suprimento de Fundos, em descumprimento às recomendações da Controladoria-Geral da União;"
Recomendação:
Recomendamos à SFA/PB que:
a) não conceda suprimento de fundos aos Chefes do SAD e do SAG, bem como, aos servidores lotados no Setor de Material e Patrimônio;
b) efetue a concessão do suprimento ao servidor que efetivamente vai realizar as aquisições e os pagamentos. A sistemática de solicitação por um servidor e a utilização do suprimento por outro servidor é ilegal, pois contraria o Decreto nº 93.872/86;
c) utilize o suprimento de fundos somente no pagamento de despesas que, por sua natureza, não possam aguardar o processamento normal da execução orçamentária. A sistemática de distribuição de suprimentos todos os meses para diversos servidores, demonstra a falta de planejamento nas aquisições de bens e serviços da Unidade.
Manifestação: (Providências adotadas)
Após o conhecimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria do exercício de 2005, combinado com o teor do Decreto 93.872 de 23/12/1986 foi suspensa a utilização da modalidade Suprimento de Fundos para servidores proibidos pela legislação, aliado ao atendimento da recomendação constante da letra c.

G) Quanto a: (determinações)
"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:
1.6.3. inconsistência das inscrições constantes na conta contábil 112290800 – falta ou irregularidade de comprovação, inobservando recomentação da CGU de identificar minuciosamente a origem da inscrição e proceder à baixa apenas dos valores referentes aos Convênios SIAFI nº 50585 e 56655, referentes ao CPF nº 132.949.204-82. A SFA/PB deu baixa total referente aos valores desse CPF;"
Recomendação:
O gestor deve:
1 – No caso do CPF nº 132.949.204-82
a) inscrever os valores atualizados de dívida para com a SFA/PB, tendo por base os julgamentos do Tribunal de Contas da União – TCU, a serem pesquisados no sítio do TCU na Internet; e
b) modificar a situação dos referidos convênios no SIAFI de adimplente para Inadimplência Suspensa, caso o TCU ainda não tenha julgado definitivamente a situação.
2 – Para os demais CPF's constantes na conta 112290000 – Diversos Responsáveis – Apurados, considerados individualmente:
a) verificar no sítio do TCU a situação de cada um dos devedores;
b) organizar adequadamente cada arquivo, individualmente por CPF, contendo as informações referentes a cada um dos inscritos, como número da Tomada de Contas Especial – TCE, localização da TCE, julgados do TCU (Decisões e Acórdãos) e providências a serem tomadas;

c) fazer as correções necessárias na conta 112290000 – Diversos Responsáveis – Apurados, tendo por base as informações acima coletadas, realizando a adequada classificação contábil (natureza da inscrição) entre as contas 112290100 a 112291600;
d) instaurar a devida Tomada de Contas Especial, se caso já não tenha sido feito;
e) dar baixa somente quando houver ou o ressarcimento efetivo dos valores ou o julgamento definitivo das Tomadas de Contas Especiais já enviadas ao TCU, conforme Acórdão da Corte de Contas; e
f) modificar a situação dos referidos convênios no SIAFI, se for o caso, para refletir a realidade do CPF junto ao convênio em que foi responsável.

Manifestação: (Providências adotadas)

As alíneas elencadas na recomendação foram cumpridas, em conformidade com as orientações dessa Controladoria.

H) Quanto a: (determinações)

"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:
1.6.4. ausência de instauração de TCE referente ao Convênio SIAFI nº 493.927 e não finalização da TCE do Convênio SIAFI nº 328.495;"

Recomendação:

Recomendamos à SFA/PB, diante das argumentações da Seção de Execução Orçamentária e Financeira que:

c) tendo por base o Relatório da CGU – Regional/PB referente ao 4º Sorteio de Estados, na área de Agricultura do Estado da Paraíba, referente ao Convênio nº 493.927 e após esgotadas as medidas cabíveis no âmbito administrativo, considerando o prazo máximo de trinta dias para a implementação das falhas apuradas, nos termos do art. 38 da IN/STN nº 01/97, inicie a respectiva TCE do citado Convênio; e
d) finalize os trabalhos da TCE referente ao Convênio SIAFI nº 328.495.

Manifestação: (Providências adotadas)

c) O Processo nº 21032.000794/2006-16 foi constituído para instauração de Tomada de Contas Especial – Convênio 001/2003 – SIAFI 493927, o qual foi encaminhado para a CCONT/SPOA/SE/MAPA (contabilidade analítica) para adoção das providências cabíveis.
d) O Processo nº 21032.000562/2005-79, atinente ao convênio nº 04/97 – SIAFI nº 328.495 foi enviado a CCONT/SPOA/SE/MAPA para a instauração da Tomada de Contas Especial, em 18/09/2006.

I) Quanto a: (determinações)

"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:
1.6.5. inconsistência nos registros contábeis dos imóveis da Unidade;"

Recomendação:

Recomendamos à Seção de Atividades Gerais e à Seção de Execução Orçamentária e Financeira:

d) regularizar os saldo das contas "Edifícios" e "Obras em Andamento";
e) ao término de cada exercício, verificar quais valores de obras em andamento devem ser dado baixa contabilmente, tendo por base os valores de reformas já pagos, devendo permanecer somente os valores a pagar às empresas no decorrer do exercício seguinte;
f) após cada reforma que aumente a estrutura dos imóveis da Unidade, isto é, que seja considerada despesa de capital ou investimento, solicitar ao Patrimônio da União, avaliação quanto ao efetivo valor dos imóveis modificados, devendo haver a atualização tanto no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet, quanto no SIAFI.

Manifestação: (Providências adotadas)

A conta contábil de Bens Patrimoniais foi regularizada conforme NL nº 2006NL000103 valores R$ 10.091,11 e R$ 3.622,00. Os itens "b" e "c" serão cumpridos na sua integralidade, seguindo as recomendações dessa Controladoria.

J) Quanto a: (determinações)

"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:

1.6.6. licenciamentos dos veículos realizados com atraso, gerando multas e juros de mora e infração de trânsito cometida por servidor, sem o devido ressarcimento ao erário;"

Recomendação:

Recomendamos ao Serviço de Apoio Administrativo, à Seção de Serviços Gerais e ao Setor de Transportes da SFA/PB, da mesma forma que no relatório de gestão referente ao exercício de 2004:

e) abster-se de pagar os licenciamentos dos veículos com atraso, atentando para o adequado planejamento dos pagamentos, solicitando antecipadamente os recursos financeiros necessários;
f) recolher dos servidores responsáveis, o valor das multas por atraso nos pagamentos dos licenciamentos, bem como o valor das multas de trânsito, em que foram considerados culpados, e se necessário, instaurar sindicância para apuração da responsabilidade quanto à multa do veículo MNB 5763;
g) apurar a quantificação dos danos ao erário, bem como a responsabilidade pelos referidos danos, quanto às multas e juros de mora; e
h) classificar as multas por atraso e de trânsito em contas contábeis específicas de multas e juros de mora no SIAFI.

Manifestação: (Providências adotadas)

e) Foi determinado aos servidores responsáveis a que sejam feitos em tempo hábil a solicitação de recursos e o respectivo pagamento de licenciamento dos veículos na data estipulada;
f) Foi recolhido o valor das multas por atraso nos pagamentos dos licenciamentos, conforme comprovantes. Com relação à multa de trânsito do veículo, placa MNB 5763, foi aberto o Processo nº 21032.000652/05-60 e o servidor recolheu o valor referente à multa.
g) As multas e juros foram devidamente apurados e ressarcidos ao erário, conforme está comprovado na alínea "b" desta recomendação.
h) Para atender recomendação dessa Controladoria, foi solicitada ao Órgão Central orientação sobre a conta específica para a classificação contábil de multas por atraso e de trânsito.

K) Quanto a: (determinações)

"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:

1.6.7. ausência de recolhimento, oriundos de extrapolação do limite do uso estabelecido pela Portaria nº 121 de 12/05/2004, expedida pelo Secretário Especial da Secretaria de Agricultura e Pesca da Presidência da República, em processos de pagamentos referente ao uso de telefone móvel na SFA/PB;"

Recomendação:

Recomendamos ao dirigente da Unidade proceder à cobrança dos valores citados abaixo, bem como conclua a liquidação dos processos anexando a Guia de Recolhimento da União – GRU.

Manifestação: (Providências adotadas)

Foram feitos os devidos recolhimentos em 20/12/2005. O responsável pelo recolhimento efetuou o mesmo em tempo hábil, porém, não anexou as guias ao processo de pagamento daquelas faturas de serviços e também não comunicou esta ação antes do período de auditoria.

L) Quanto a: (determinações)

"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:

1.6.8. recebimento pela SFA/PB de materiais (pneus) fora das especificações contidas em Edital do processo licitatório Pregão nº 14;"

Recomendação:

Considerando que até o presente momento não ocorreu a troca dos materiais entregues pela empresa (pneus remoldados), nem mesmo a devolução dos recursos aos cofres da União, recomendamos ao dirigente da Unidade a instauração de processo de sindicância para a apuração dos fatos, sem prejuízo de adoção de providências cabíveis, caso não logre êxito na cobrança administrativa, para ajuizar a competente ação contra a empresa fornecedora dos pneus fora da especificação do edital.

Manifestação: (Providências adotadas)

Em 17/02/2006 foi procedida a suspensão da empresa ganhadora no SICAF.

Em 30/03/2006, após a substituição do material pela empresa, o qual atendia as especificações contidas no edital, foi retirada a suspensão da referida empresa.

M) Quanto a: (determinações)

"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:

1.6.9. planos de Trabalho inconsistentes e inexistência de consulta ao CAUC, quando da formalização de convênios em que a SFA/PB é a concedente;"

Recomendação:

Recomendamos aos servidores responsáveis pela formalização e acompanhamento dos convênios da SFA/PB que:

h) elaborem adequadamente os planos de trabalho dos convênios, relacionando os itens constantes nos Itens de Aplicação da Despesa ou Plano de Aplicação (Plano de Trabalho 3/5) com os itens constantes no Cronograma de Execução (Plano de Trabalho 2/5);
i) anexem aos respectivos planos de trabalho, todos os projetos básicos referentes às metas consideradas como serviços, conforme determina a IN STN nº 01/97, art. 2º, parágrafo 1º;
j) observem os pareceres técnicos vindos da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, quando da análise da formalização dos convênios;
k) indiquem, no momento da assinatura do convênio, o servidor da convenente responsável pelo acompanhamento do convênio;
l) indiquem, no momento da assinatura do convênio, os recursos orçamentários da concedente SFA/PB;
m) consultem o CAUC, quando da assinatura do convênio, e antes da liberação de qualquer parcela de convênio; e
n) realizem termo aditivo, devidamente assinado pelas autoridades competentes, para adequar as metas do convênio SIAF nº 553.735.

Manifestação: (Providências adotadas)

f) mediante as orientações emanadas dessa CGU-PB, todos os planos de trabalhos de convênios, ora elaborados, vem obedecendo ao que foi recomendado.
g) Quando o convênio prevê obras (construção) é exigido projeto básico de engenharia, contemplando toda a fase do empreendimento. No caso de serviços, no formulário 2/5 do Plano de Trabalho, é abordada a metodologia a ser empregada para o alcance da meta.
h) O parecer de viabilidade técnica é peça importante para a formalização de convênio, de forma que este documento é analisado e levado em consideração quando da formalização do convênio.
i) Essa orientação está sendo colocada em prática neste caso do convênio de Defesa Agropecuária, em que no Plano de Trabalho se faz menção ao nome do gerente de acompanhamento do convênio.
j) Os convênios propostos no âmbito do SEPDAG/DT/SFA/PB, não terá como efetuar a indicação dos recursos orçamentários por ocasião do convênio porque o termo de convênio e elaboração é

assinado pelo representante da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/MAPA).

N) Quanto a: (determinações)

"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:

1.6.10. fiscalização inadequada dos fiscais de convênios e autorização de modificação dos itens de aplicação de despesa de convênio sem a devida competência;"

Recomendação:

Recomendamos à SFA/PB que:

d) padronize os relatórios de acompanhamento dos convênios e protocolize processos de acompanhamento para cada convênio;
e) comunique, nos casos dos convênios firmados com a EMATER/PB, à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, a respeito da situação de inadimplência dos referidos convênios, sugerindo a modificação da situação de ADIMPLENTE para a situação de INADIMPLENTE no SIAFI dos mesmos; e
f) realize termos aditivos com os seus convenentes, quando da solicitação de modificação quantitativa das metas contidas no Plano de Aplicação (Itens de Aplicação da Despesa) dos convênios em que for a concedente, após a devida análise por parte do setor técnico competente.

Manifestação: (Providências adotadas)

a) os relatórios dos convênios ora vigentes, estão sendo relatados em formulários padrão, conforme Manual de Procedimentos de Convênios, a partir de fevereiro de 2006;

b) os processos de prestação de contas com a EMATER/PB, citados, encontram-se na SDC/CAO/MAPA, com vistas apreciação dos mesmos, uma vez os recursos terem sido liberados diretamente através da SDC/MAPA;

c) recomendamos expressamente que todo procedimento de aditamento de convênio só seja feito após ouvir o setor Técnico e Coordenadoria pertinente a Secretaria que concedeu ou formalizou o convênio.

O) Quanto a: (determinações)

"1.6. que proceda a regularização imediata das irregularidades abaixo descritas:

1.6.11. pagamentos de multas e juros às empresas prestadoras de serviços, causando danos ao erário."

Recomendação:

Por se tratar de questões reincidentes, recomendamos ao dirigente da Unidade planejar com antecedência os pagamentos das faturas de serviços, inclusive, acionando a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MAPA (SPOA), para disponibilizar os recursos nas data aprazadas, sob pena de apuração de responsabilidade pela ocorrência de encargos com juros e multas.

Manifestação: (Providências adotadas)

É feito o planejamento anual do MANUT, discriminando, mês a mês, o tipo de despesa e os valores estimados. Esses recursos tem sido solicitados tempestivamente e orientamos os servidores responsáveis para que, caso ocorra alguma falha eventual que ocasione multa ou juros, seja documentalmente comprovada e inserida no processo.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Quadro 125

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRO NO SISAC
Admissão	-	-
Desligamento	02	-
Aposentadoria	03	04
Pensão	16	16

Fonte: SRH

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

NÃO SE APLICA

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Quadro 126

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na unidade	Não há dados	Não há dados	104	(maio a dez.) R$ 6.039.024,84	102	R$ 9.858.287,23
Funcionários contratados pelo regime da CLT em exercício na unidade	-	-	-	-	-	-
Total pessoal próprio	**-**	**-**	**104**	**R$ 6.039.024,84**	**102**	**R$ 9.858.287,23**

Fonte: SHR

Quadro 127

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de função de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	02	R$ 46.049,17

Fonte: SHR

Quadro 128

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	02	-	02	-	02	R$ 20.870,62

Fonte: SHR

Quadro 129

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal terceirizado em vigilância e limpeza	41		41		43	
Pessoal terceirizado em apoio administrativo	25		25		26	
Pessoal terceirizado em outras atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários	16		16		16	
Total pessoal Terc. + Estagiários	**82**		**82**		**85**	

Fonte: SHR

Quadro 130

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal requisitado em exercício na unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal requisitado em exercício na unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total pessoal requisitado, em exercício na unidade	-	-	-	-	-	-

Fonte: SHR

Quadro 131

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal cedido pela unidade, com ônus	-	-	04	-	05	R$ 162.567,37
Pessoal cedido pela unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Total pessoal cedido pela unidade			**04**		**05**	**R$ 162.567,37**

Fonte: SHR

Quadro 132

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalística na unidade	61	Dados não diponíveis no Sistema SIAPE (DDP)
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	41	Dados não diponíveis no Sistema SIAPE (DDP)
Total Geral	**102**	**-**

Fonte: SRH e SEOF

17. DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS DE DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA (ANEXO III, ITEM 7 DA DN/TCU Nº 96 DE 04/03/2009)

NÃO SE APLICA

Documentos Pesquisados na Elaboração do Relatório de Gestão

- Indicadores para Planos Internos (PI) de Programas que Integram o PPA 2008-2011 do MAPA;
- Instrução Normativa TCU nº 57, de 27/08/2008;
- Decisão Normativa TCU Nº 93, de 03/12/2008;
- Decisão Normativa TCU Nº 96, de 04/03/2008;
- Decisão Normativa TCU Nº 97, de 18/03/2008;
- Portaria CGU nº 2.238, de 19/12/2008;
- Norma de Execução nº 3, de 19/12/2008;
- Relatórios de Gestão da SFA/PB, exercício 2007;
- Relatórios de Gestão da SFA/SE, exercício 2006 e 2007;
- Relatórios de Gestão da SFA/SP, exercício 2007.

ANEXO 1

DECLARAÇÃO PLENA

Código da Unidade Gestora:	130024
Nome da Unidade Gestora:	SUPERINTENDENCIA FED. DE AGRIC., PECUARIA E ABASTECIMENTO – SFA/PB
CNPJ:	00.396.895/002098

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas do Exercício de 2008.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2008.

Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

ANEXO 2

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
ÁREA ADMINISTRATIVA											
♣ **Serviço de Recursos Humanos – SRH**											
Maria José Pereira de Carvalho	NI	SRH	-	Curso Sobre Orientação do SISAC	11 a 12/09 João Pessoa - PB	16	-	-	-	-	-
	NI	SRH	CAPACITA	I Encontro de Gestão de Pessoas do MAPA	24 a 28/11 Brasília - DF	40	-	1.741,65	-	54,97	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		56	-	1.741,65	-	54,97	-
Márcia Mônica Vieira de Moraes	NI	SRH	-	Seminário Paraibano de Certificação da Gestão Pública	16/04 João Pessoa - PB	08	-	-	-	-	-
	NI	SRH	CAPACITA-MAPA	Programa de Formação dos Agentes de Desenvolvimento do MAPA	07 a 11/04 Brasília -DF	40	-	-	-	-	-
	NI	SRH	CAPACITA	Programa de Formação dos Agentes de Desenvolvimento do MAPA	09 a 13/06 Brasília -DF	40	-	1.626,89	-	723,43	-
	NI	SRH	CAPACITA	Programa de Formação dos Agentes de Desenvolvimento do MAPA	08 a 12/09 Brasília - DF	40	-	-	-	723,63	-
	NI	SRH	AGE	Semana de Elaboração do Programa de Qualidade de Vida	13 a 17/10 Brasília - DF	40	-	1.490,45	-	614,80	
	NI	SRH	CAPACITA	4ª Etapa do Programa de Formação dos Agentes de Desenvolvimento do MAPA	11 a 14/11 Brasília - PB	32	-	-	-	54,97	-
TOTAL INDIVIDUAL				06		200	-	3.117,34	-	2.116,83	-
Karina Yokoyama de Mello	NI	SRH	-	Formação de Pregoeiro-Ensino a Distância	16 a 23/04 Recife - PE	30	-	-	-	-	-
	NI	SRH	-	Curso Sobre Orientação do SISAC	11 a 12/PB João Pessoa - PB	16	-	-	-	-	-
	NI	SRH	MANUT	Treinamento para Cadastramento do PAD	07/10 Recife - PE	08	-	-	-	45,82	-
	NI	SRH	CAPACITA	Auditoria Completa e Atualização nos Regimes de Previdência Social do Serviço Público	20 a 24/10 João Pessoa - PB	40	-	-	-	-	-
	NI	SRH	CAPACITA	I Encontro de Gestão de Pessoas do MAPA	24 a 28/11 Brasília - DF	40	-	1.741,67	-	54,97	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
TOTAL INDIVIDUAL				05		134		1.741,67		100,79	-
Aderson Aquino Monteiro	NI	SRH	CAPACITA - MAPA	Encontro Nacional com os Agentes de Benefícios	28 a 31/10 Brasília - DF	32	-	1.733,47	-	54,97	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		32	-	1.733,47	-	54,97	-
TOTAL SRH				14		422	-	8.334,13	-	2.327,56	-
♣ Seção de Tecnologia da Informação – STI											
Lúcio Flávio Ayres de Albuquerque	NS	STI	MANUT	Treinamento do Sistema CGUPAD	07/10 Recife – PE	08	-	-	-	56,11	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		08	-	-	-	56,11	-
TOTAL STI				01		08	-	-	-	56,11	-
♣ Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA											
Maria do Socorro Nicolau da Cunha	NI	SPA	MANUT	Reunião Técnico-Administrativo da Região Nordeste com as SPA's, Chefes das DAD/SAD e Superintendente	07 a 09/04 Maceió - AL	24	-	-	-	398,38	-
	NI	SPA	-	Seminário Paraibano de Certificação da Gestão Pública	16/04 João Pessoa - PB	08	-	-	-	-	-
	NI	SPA	-	Reunião de Planejamento e Modernização da Gestão	03 a 05/05 João Pessoa - PB	24	-	-	-	-	-
	NI	SPA	MANUT	Reunião de Planejamento e Modernização da Gestão – MINISTRAR PALESTRA	03 a 05/06 São Paulo - SP	24	-	1.925,94	-	-	-
	NI	SPA	MANUT	2ª Etapa do Curso de Formação Básica dos Agentes de Desenvolvimento de Pessoas do MAPA	16 a 20/06 Brasília - DF	40	-	2.059,53	-	709,83	-
	NI	SPA	MANUT	3ª Etapa do Curso de Formação Básica dos Agentes de Desenvolvimento de Pessoas do MAPA	15 a 19/09 Brasília - DF	40	-	1.716,34	-	601,20	-
	NI	SPA	-	Seminário de Gestão Pública da SFA/ES – Ministrar Palestra	24 a 25/09 Vitória - ES	16	-	-	-	Paga pela SFA/ES	-
	NI	SPA	MANUT	4 ª Etapa do Curso de Formação Básica dos Agentes de Desenvolvimento de	11 a 13/11 Brasília - DF	24	-	2.400,00 Descentralizado p/ SFA/PI	-	54,97	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
				Pessoas do MAPA							
	NI	SPA	MANUT	Curso de Formação de Multiplicadores do Mapa de Aprendizagem do MAPA	14/11 Brasília - DF	08	-	Incluído no deslocamento anterior	-	-	-
	NI	SPA	-	Seminário de Benchmarking	08 a 09/12 João Pessoa - PB	16	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				10		224		5.701,81	-	1.764,38	
Eny Soares P. de S. Oliveira	NS	SPA	MANUT	Reunião Técnico-Administrativo da Região Nordeste com as SPA's, Chefes das DAD/SAD e Superintendentes	07 a 09/12 Maceió - AL	24	-	-	-	502,77	-
	NS	SPA	-	Seminário Paraibano de Certificação da Gestão Pública	16/04 João Pessoa -PB	08	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		32	-	-	-	502,77	-
Cristiane Costa P. Eduardo	NI	SPA	-	Reunião de Planejamento e Modernização da Gestão	03 a 05/05 João Pessoa - PB	24	-	-	-	-	-
	NI	SPA	-	Seminário Paraibano de Certificação da Gestão Pública	16/04 João Pessoa - PB	08	-	-	-	-	-
	NI	SPA	-	Seminário de Benchmarking	08 e 09/12 João Pessoa - PB	16	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				03		48	-	-	-	-	-
Gláucia Maria Maestracci Macedo	NI	SPA	-	Reunião de Planejamento e Modernização da Gestão	03 a 05/05 João Pessoa - PB	24	-	-	-	-	-
	NI	SPA	-	Seminário Paraibano de Certificação da Gestão Pública	16/04 João Pessoa - PB	08	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		32					-
TOTAL SPA				17		336	-	5.701,81	-	2.267,15	-
♣ Serviço de Apoio Administrativo – SAD											
João Gonçalves de Abrantes New	NI	SAD	MANUT	Curso de Contratos e Convênios Administrativos	16 a 21/06 Fortaleza - CE	40	1.368,00	-	Marcos Antonio Benjamim da Silva	680,29	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	1.368,00				-
TOTAL SAD				01		40	1.368,00		-	680,29	-
♣ Seção de Protocolo – SPR											
Luiz Alberto Macedo Campelo	NI	SPR	-	Treinamento na Área Material	11 a 12/12 Sede da SFA - PB	16	-	-	-	-	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	-	-	-	-
TOTAL SPR				01		16	-	-	-	-	-
♣ Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF											
Eduardo Marcelo Meira	NI	SEOF	MANUT	Reunião Técnico-Administrativo da Região Nordeste com as SPA's, Chefes das DAD/SAD e Superintendentes	07 a 09/04 Maceió - AL	24	-	-	-	485,91	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		24	-	-	-	485,91	-
TOTAL SEOF				01		24	-	-	-	485,91	-
♣ Setor de Material de Patrimônio – SMP											
Maria Zilma Moreira.G. da Costa	NS	SMP	APPRODUTOR	Treinamento Portal de Convênios - MPOG	28/07 Brasília -DF	08	-	1.965,95	-	369,91	-
	NS	SMP	APPRODUTOR	Treinamento Portal de Convênios – SFA/CE	23 a 26/11 Fortaleza - CE	16	-	-	Utiliz. 81,41 (400,00)	415,72	356,25
TOTAL INDIVIDUAL				02		24	-	1.965,95	81,41	785,63	356,25
TOTAL SMP				02		24	-	1.965,95	81,41	785,63	356,25
♣ Seção de Atividades Gerais – SAG											
Marcos Antonio Benjamim da Silva	NI	SAG	MANUTPB	Gerenciamento de Contratos e Convênios Administrativos	16 a 21/06 Fortaleza – CE	40	-	-	700,00	528,12	557,85
	NI	SAG	-	Curso de Gestão de Almoxarifado e Patrimônio	11 a 12/12 João Pessoa - PB	16	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		56	-	-	700,00	528,12	557,85
TOTAL SAG				02		46	-	-	700,00	528,12	557,85
♣ Setor de Transportes – STR											
Jonas Francisco de Oliveira	NI	SEOF	MANUT	Reunião Técnico-Administrativo da Região Nordeste com as SPA's, Chefes das DAD/SAD e Superintendentes	07 a 09/04 Maceió - AL	24	-	-	-	485,91	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		24	-	-	-	485,91	-
TOTAL STR							-	-	-	485,91	-
♣ Gabinete Odontológico											
Vânia Lucia da Silva Leyton	NS	GAB. ODONTO.	AGE	Semana de Elaboração do Projeto de Qualidade de Vida da SFA-PB	13 a 17/10 Brasília - DF	40	-	1.490,45	-	721,72	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	1.490,45	-	721,72	-
TOTAL ODONTOLÓGICO				01		40	-	1.490,45	-	721,72	-
TOTAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA				41		990	2.736,00	17.492,34	781,41	8.338,40	914,10
ÁREA TÉCNICA											
♣ **Divisão Técnica**											
Marcos José Pereira de Sousa	FFA	DT	FEBREAFTOSA PCEANIMAL	Reunião Regional Nordeste - Educação Sanitária	18 a 21/11 Fortaleza - CE	28	-	-	321,07	527,95	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		28	-	-	321,07	527,95	-
TOTAL DT				01		28	-	-	321,07	527,95	-
♣ **Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO**											
Cláudio Gilberto Pereira Monteiro	FFA	VIGIAGRO	CGV/MAPA	IV Reunião de Chefes de Gestão do VIGIAGRO	13 a 18/04 Foz do Iguaçu - PR	40	-	-	-	635,51	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	-	-	635,51	-
Rubéns de Siqueira Lima	FFA	VIGIAGRO/ UVAGRO	FISPLANTA 2	Reunião Regional de Sanidade Vegetal	24 a 28/11 Natal - RN	36	-	-	Ver Carlos Augusto F.Carvalho	497,04	-
	FFA	VIGIAGRO/ UVAGRO	FISPLANTA 2	XII Encontro Nacional de Sanidade Vegetal- ENFIT	01 a 05/12 Aracajú - SE	40	-	-	Ver Carlos Augusto F.Carvalho	497,04	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		76	-	-	-	994,08	-
TOTAL VIGIAGRO				03		116	-	-	-	1.629,59	-
♣ **Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG**											
Carlos Henrique da Farias Ximenes	FFA	SIPAG	IPVEGETAL 2	Encontro Acional da Inspeção Vegetal	24 a 28/11 Pirenópolis - GO	32	-	1.194,04	-	490,18	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		32	-	1.194,04	-	490,18	-
Gecemar Cordeiro Júnior	FFA	SIPAG	IPVEGETAL 2	Encontro Nacional de Inspeção Vegetal-GO	24 a 28/11 Pirenópolis - GO	32	-	1.194,04	-	490,18	-
	FFA	SIPAG	PADCLASSIF	Curso Oficial de Formação de Classificador de Feijão	27/10 a 07/11 Brasília - DF	72	-	1.834,89	-	1.499,11	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
TOTAL INDIVIDUAL				02		104	-	3.028,93	-	1.989,29	-
Raimundo Luiz da Silva	FFA	SIPAG	PADCLASSIF	Curso de Classificação Física de Farinha de Mandioca	29/05 a 06/06 Maringá - PR	48	-	3.144,58	-	793,69	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		48	-	3.144,58	-	793,69	-
Giovanni Perazzo Barbosa	FFA	SIPAG	IPVEGETAL 2	Curso de Treinamento em Fiscalização de Vinho e Bebidas	13 a 18/04 Curitiba - PR	40	-	1.938,31	-	688,83	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	1.938,31	-	688,83	-
Alexandre Agra Duarte	FFA	SIPAG	IPVEGETAL	Reunião Sobre o Controle Oficial de Destilado e Envelhecimento de Aguardente e Cachaça	18 a 22/02 Brasília - DF	32	-	953,53	-	613,84	-
	FFA	SIPAG	IPVEGETAL 2	Encontro Nacional da Inspeção Vegetal	24 a 28/11 Pirenópolis - GO	32	-	1.194,04	-	490,18	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		64	-	2.147,57	-	1.104,02	-
Lílian Santos Fernandes de Lima	FFA	SIPAG	IPVEGETAL 2	Encontro Nacional de inspeção vegetal	24 a 28/11 Pirenópolis - GO	32	-	1.194,04	-	490,18	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		32	-	1.194,04	-	490,18	-
João Batista Diniz	FFA	SIPAG	IPVEGETAL 2	Encontro Nacional de Inspeção Vegetal	24 a 28/11 Pirenópolis - GO	32	-	1.194,04	-	490,18	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		32	-	1.194,04	-	490,18	-
Elisângela Luiza de Souza	FFA	SIPAG	INSPANIMAL 3	Reunião de Multiplicadores da IN-51 Norte e Nordeste	26 a 28/03 Recife - PE	12	-		-	292,03	-
	FFA	SIPAG	INSPANIMAL 3	Reunião do fórum, sobre o levantamento de cadeia produtiva do leite	29/02 Campina Grande - PB	04	-	-	-	45,81	-
	FFA	SIPAG	INSPANIMAL 3	I Curso de Procedimento Padrão das Ações Administrativa Decorrente de infrações às Normas de DIPOA e Direito Administrativo Aplicativo ao Poder de Polícia do MAPA	06/10 Brasília - DF	32	-	1.794,26	-	613,84	-
	FFA	SIPAG	INSPANIMAL 3	Reunião Técnica Sobre a Produção e Fiscalização de Leite UHT	13 a 15/10 Goiânia - GO	16	-	1.857,72	-	274,86	-
	FFA	SIPAG	INSPANIMAL 3	Reunião Técnica Promovida Pelo DIPOA Sobre Atualidade na	20/10 São Paulo - SP	24	-	1.819,26	-	582,92	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
				Inspeção de Mel e Derivada							
TOTAL INDIVIDUAL				05		88	-	5.471,24	-	1.809,46	-
Paulo Roberto Maciel Fernandes	FFA	SIPAG	RESIDUOS	III Reunião Nacional dos Gestores de EEB do SIPAG	14 a 19/12 Goiânia - GO	40	-	1.664,04	-	688,83	-
	FFA	SIPAG	RESIDUOS	II Reunião Nacional dos Gestores Estaduais do PNCR/MAPA	07 a 10/12 Brasília - DF	24	-	688,55	-	470,69	-
	FFA	SIPAG	RESIDUOS	Reunião dos Gestores do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes	16 a 18/04 Recife - PE	16	-	-	-	292,03	-
TOTAL INDIVIDUAL				03		80	-	2.352,59	-	1.451,55	-
Márcio Ayron Cavalcanti de Almeida	FFA	SIPAG	INSPANIMAL 3	Reunião Anual do PNQL que Ocorrerá Durante o II I Congresso Brasileiro de Qualidade de Leite	21 a 26/09 Recife - PE	40	-	-	-	651,64	-
	FFA	SIPAG	INSPANIMAL 3	Reunião Técnica Sobre Resíduos e Contaminantes no Setor de Pescado	06 a 09/05 Fortaleza - CE	16	-	1.658,98	-	464,96	-
	FFA	SIPAG	RESIDUOS	Treinamento dos novos fiscais federais agropecuários na área de aves e suínos	24/11 a 05/12 Bento Gonçalves - RS	64	-	2.210,26	-	1.183,09	
TOTAL INDIVIDUAL				03		120	-	3.869,24	-	2.299,69	-
Wilton Ribeiro Pinho	FFA	SIPAG	INSPANIMAL 3	Reunião Técnica Sobre Resíduos e Contaminantes no Setor de Pescado	06 a 09/05 Fortaleza - CE	16	-	1.658,98	-	464,96	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	1.658,98	-	464,96	-
Gilberto Bevenuto da Silva	Agente de Inspeção	SIPAG	FISCFRAUDE	VI Feira Internacional de Produtos, Embalagens, Equipamentos, Acessórios e Serviços Para Alimentação – Fispal Nordeste	06 a 07/11 Recife - PE	08	-	-	-	139,77	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		08	-	-	-	139,77	-
TOTAL SIPAG				22		656	-	27.193,56	-	12.938,80	-
♣ Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA											
Adriana Araújo Costa Truta	FFA	SEDESA	PCEVEGETAL2	Reunião Técnica Regional de Defesa Vegetal	24 a 28/11 Natal - RN	24	-	-	-	497,04	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
	FFA	SEDESA	VIGIFITO1	Capacitação em Educação Sanitária	30/06 a 04/07 Belo Horizonte - MG	36	-	2.101,94	-	706,61	-
	FFA	SEDESA	FISCORGEN	Reunião Técnica Sobre Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (OGM)	07 a 09/10 Brasília - DF	08	-	1.839,80	-	364,18	-
	FFA	SEDESA	PROMOEDUC	Reunião Regional Nordeste - Educação Sanitária	18 a 21/11 Fortaleza - CE	28	-	-	Ver Marcos José Pereira de Sousa	527,95	-
			TOTAL INDIVIDUAL	04		96		3.941,74		2.095,78	-
Carlos Augusto Ferreira de Carvalho	FFA	SEDESA	PCEVEGETAL	I Encontro de Citricultores do Estado da Paraíba	12 a 14 /05 Lagoa Seca - PB	24	-	-	-	91,62	-
	FFA	SEDESA	PCEVEGETAL	II Fórum Técnico da Fruticultura da Região de Natuba - PB	22/10 Natuba - PB	06	-	-	-	143,16	-
	FFA	SEDESA	PCEVEGETAL	Reunião Técnica Regional de Defesa Vegetal	24 a 28/11 Natal - RN	24	-	-	-	497,04	-
	FFA	SEDESA	VIGIFITO 1	Encontro Nacional de Fitossanitaristas - ENFIT	01 a 05/12 Aracajú - SE	24	-	-	300,00	497,04	385,79
			TOTAL INDIVIDUAL	04		78	-	-	300,00	1.228,86	385,79
Jamir Mascena de Souza	FFA	SEDESA	PCEVEGETAL	Reunião Técnica Regional de Defesa Vegetal	24 a 28/11 Natal - RN	24	-	-	-	497,04	-
	FFA	SEDASA	VIGIFITO 1	Encontro Nacional de Fitossanitaristas - ENFIT	01 a 05/12 Aracaju - SE	24	-	-	Ver Carlos Augusto F.	497,04	-
	FFA	SEDASA	FISCORGEN	Reunião Técnica Sobre Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (OGM)	08 a 12/12 Fortaleza - CE	28	-	-	Carvalho 249,33	527,95	411,62
			TOTAL INDIVIDUAL	03		76	-		249,33	1.552,03	411,62
Janete Vatanabe Okamoto Lima	FFA	SEDASA	RASTREABE 1	Curso Prático Para Auditores do SISBOV	09 a 13/04 Uberlândia - MG	32	-	1.877,24	-	501,64	
			TOTAL INDIVIDUAL	01		32	-	1.877,24	-	501,64	-
Frederico Ronaldo de Arruda	FFA	SEDESA	PROMOEDUC	Reunião Regional Nordeste - Educação Sanitária	18 a 21/11 Fortaleza - CE	28	-	1.084,04	-	582,92	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
TOTAL INDIVIDUAL				01		28	-	1.084,04	-	582,92	-
Midian de Souza Conserva	Colaborador Eventual	SEDAP-PB	PROMOEDUC	Reunião Regional Nordeste - Educação Sanitária	18 a 21/11 Fortaleza - CE	28	-	-	Ver Marcos José Pereira de Sousa	556,60	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		28	-	-	-	556,60	-
Hermano S. de Araújo	Colaborador Eventual	EMATER-PB	PROMOEDUC	Reunião Regional Nordeste - Educação Sanitária	18 a 21/11 Fortaleza - CE	28	-	1.084,04	-	611,57	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		28	-	1.084,04	-	611,57	-
Domingos Lelis Filho	Colaborador Eventual	SENAR-PB	PROMOEDUC	Reunião Regional Nordeste - Educação Sanitária	18 a 21/11 Fortaleza - CE	28	-	1.084,04	-	611,57	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		28	-	1.084,04	-	611,57	-
TOTAL SEDESA				16		394		9.071,10	549,33	7.740,97	797,41
♣ Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG											
Reginaldo T. Ferreira	FFA	SEFAG	FISAGROTOX	Reunião de Agrotóxicos	24 a 28/03 Fortaleza - CE	40	-	-	286,89	527,95	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	XXVII Ciclo de Reuniões	24 a 29/08 Foz do Iguaçu - PR	40	-	3.459,00	-	593,29	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Treinamento Cultura de Amendoim	13 a 17/10 Embrapa Campina Grande - PB	40	-	-	-	435,21	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	Reunião Regional NO/NE de Fertilizantes	20 a 24/10 Fortaleza - CE	40	-	1.319,73	-	583,92	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	I Reunião Nacional de Insumos Agrícolas RAIA	01 a 05/12 Fortaleza - CE	40	-	-	357,50	527,95	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Treinamento Sobre RENASEM	24 a 27/11 MAPA Brasília - DF	24	-	1.794,04	-	489,01	
TOTAL INDIVIDUAL				06		224		6.572,77	644,39	3.157,33	-
Jerônimo Barata de Melo	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Reunião Técnica DFIA/SDA/MAPA	12 a 16/05 Brasília - DF	40	-	1.274,06	-	593,26	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Reunião Técnica com chefes SEFAG´s	22 a 23/10 Brasília - DF	16	-	2.163,14	-	239,35	-
	FFA	SEFAG	PCEVEGETAL	Reunião Técnica Sobre Sanidade Vegetal	24 a 28/11 Natal - RN	40	-	-	-	493,04	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	I Reunião Nacional de Insumos Agrícolas RAIA	01 a 05/12 Fortaleza - CE	40	-	-	Ver Reginaldo T. Ferreira	527,95	-
TOTAL INDIVIDUAL				04		136		3.437,20		1.853,60	-
Viviane M. R. A. Almeida	FFA	SEFAG	FISCALSEN	I Reunião Nacional de Insumos Agrícolas RAIA	01 a 05/12 Fortaleza - CE	40		-	Ver João Batista de Almeida	527,95	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	-		527,95	-
Artur Vasconcelos Valadares	FFA	SEFAG	FISCGENE	Reunião Técnica de Procedimento Fiscal	20 a 22/01 Brasília - DF	20	-	1.236,60	-	364,18	-
	FFA	SEFAG	FISCGENE	III Reunião do DFIP Sobre Alimentação Animal	23 a 28/11 Bento Gonçalves - RS	20		2.178,16	-	593,26	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		40	-	3.414,76	-	957,44	364,18
Gesseraldo José Gico de Souza	FFA	SEFAG	FISPROVET	III Reunião Técnica Nacional	23 a 28/11 Bento Gonçalves - RS	40	-	2.178,16	-	593,26	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	2.178,16	-	593,26	-
João Batista de Almeida	FFA	SEFAG	FISAGROTOX	Treinamento NO/NE de Fitossanitário e Quarentenário	24 a 28/03 Fortaleza - CE	40	-	-	Ver Reginaldo T. Ferreira	527,95	-
	FFA	SEFAG	FISAGROTOX	VI Seminário Nacional Sobre Agrotóxicos	08 a 14/06 Belém - PA	40	-	2.673,18	-	830,03	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	XXVII Ciclo de Reuniões CSM/PR	24 a 29/08 Foz de Iguaçu – PR	40	-	3.459,00	-	593,26	-
	FFA	SEFAG	FISAGROTOX	I Reunião Anual de Insumos Agrícolas RAIA	01 a 05/12 Fortaleza - CE	40	-	-	353,02	527,95	-
TOTAL INDIVIDUAL				04		160		6.132,18	353,02	2.479,19	-
José Antonio da Costa Filho	FFA	SEFAG	FISFECOI	I Reunião Anual de Insumos Agrícolas RAIA	01 a 05/12 Fortaleza - CE	40	-	-	Ver João Batista de Almeida	527,95	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	-		527,95	-
Luiz Carlos de Sá Barro	Eng. Agrônomo SEDAP	SEDAP	FISAGROTOX	VI Seminário Nacional Sobre Agrotóxicos	08 a 14/06 Belém - PA	40	-	2.673,18	-	830,03	-

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	2.673,18	-	830,03	-
José Noirto Monteiro	FFA	SEFAG	FISAGROTAX	I Reunião Nacional de Insumos Agrícolas RAIA	01 a 05/12 Fortaleza - CE	40	-	-	312,02	527,95	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	-	312,02	527,95	-
Geovani Perazzo Barbosa	FFA	SEFAG	FISCINAN	III Reunião do DFIP Sobre Alimentação Animal	23 a 28/11 Bento Gonçalves - RS	40	-	2.178,16	-	593,26	-
				01		40	-	2.178,16	-	593,26	-
Miguel Nelson Cavalcante Costa	FFA	SEFAG	FISAGROTOX	I Reunião de Insumos Agrícolas RAIA	01 a 05/12 Fortaleza - CE	40	-	-	Ver José Noirto Monteiro	527,95	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	-	-	527,95	-
Hailton Pereira do Nascimento	FFA	SEFAG	FISFECOI	Participar em Reunião Regional NO/NE de Fertilizantes	20 a 24/10 Fortaleza - CE	40	-	1.319,73	-	582,92	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	I Reunião Anual de Insumos Agropecuários	01 a 05/12 Fortaleza - CE	40	-	-	Ver José Noirto Monteiro	527,95	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		80	-	1.319,73	-	1.110,87	-
TOTAL SEFAG				25		920		27.906,14	1.309,43	13.686,76	364,18
♣ Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDAG											
Virginio Carneiro da Silva	FFA	SEPDAG	DESENORG	Congresso Cearense de Agroecologia em Apoio a Grupos de Produtores e Técnicos da EMATER-PB, em Parceria Como	12 a 14/11 Foetaleza - CE	24	-	-	-	533,68	-
	FFA	SEPDAG	INOGAGRO	Reunião Técnica da CAPTA/DEPTA/SDC, Para Discutir Resultados Acançados nas Ações de Fomento, Inovação Tecnologia, Agricultura de Precisão, Biotecnologia, Uso Sustentável Recursos e Estratégia de Ação	01 a 05/12 Goiãnia - GO	32	-	-	-	552,01	-
	FFA	SEPDAG	CERTORGAN1	I Curso de Preparação de FFA'S Para Aplicação de Mecanismo de Garantia de Qualidade Orgânica	07 a 12/12 Pirinóloplis - GO	40	-	-	-	593,26	-

SINTYEZ

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
TOTAL INDIVIDUAL				03		96	-	-	-	1.678,95	-
Divaldo da Silva Cunha	FFA	SEPDAG	APPRODUTOR	Encontro Sobre Parcerias Institucionais, Apresentação SICONV e Novo Modelo de Gestão de Convênios Com o Governo	23 a 26/11 Fortaleza - CE	16	-	-	Utiliz. 81,41 (400,00)		415,72
TOTAL INDIVIDUAL				Federal 01		16	-	-	81,41	-	415,72
Manoel Octávio Silveira da Mota	FFA	SEPDAG	APPPRODUTOR	Encontro Sobre Parcerias Institucionais, Apresentação SICONV e Novo Modelo de Gestão de Convênios Com o Governo Federal Promovido por	23 a 26/11 Fortaleza - CE	16	-	-	-	415,72	356,25
	FFA	SEPDAG	INOVAGRO	Reunião Técnica da CAPTA/DEPTA/SDC, Para Discutir Resultados Alcançados nas Ações de Fomento, Inovação Tecnologia, Agricultura de Precisão, Biotecnologia, Uso Sustentável Recursos e Estratégia de Ação	01 a 05/12 Goiânia - GO	32	-	-	-	552,01	-
	FFA	SEPDAG	CERTORGAN1	I Curso de Preparação de FFA'S para Aplicação de Mecanismo de Garantia de Qualidade Orgânica	07 a 12/12 Pirinóloplis - GO	40	-	-	-	593,26	-
TOTAL INDIVIDUAL				03		88	-	-	-	1.560,99	356,25
TOTAL SEPDAG				07		200	-	-	81,41	3239,94	771,97
♣ Laboratório Oficial de Análise de Sementes - LASO											
Maria do Carmo Silveira Caldas	NS	LASO	-	Treinamento de Homogeneização Preparo de Amostras, Análise de Pureza, Teste de	09 a 15/12 LANAGRO Recife - PE	40	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				Germinação. 01		40	-	-	-	-	-
Mageciene Chaves de Oliveira	FFA	LASO	-	Treinamento de Homogeneização Preparo de Amostras, Análise de Pureza, Teste de	09 a 15/12 LANAGRO Recife - PE	40	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				Germinação. 01		40	-	-	-	-	-
José Marcos do Nascimento	NI	LASO	-	Treinamento de Homogeneização Preparo de Amostras, Análise de Pureza, Teste de Germinação.	09 a 15/12 LANAGRO Recife - PE	40	-	-	-	-	

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2008

SERVIDOR (a)	CATEGORIA FUNCIONAL	SERVIÇO, SEÇÃO, SETOR	PI	CURSO/EVENTO	PERÍODO/LOCAL/ REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA (h/a)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	V. SUPRIM. (R$)	DIÁRIA PARTICIPANTE (R$)	DIÁRIA MOTORISTA (R$)
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	-	-	-	-
TOTAL LASO				03		120					
♣ Laboratório Oficial de Bebidas e Vinagres – SLAV											
Walkir Henriques de Araújo	FFA	LASO	LAVEGETAL	Atuação em Análise de Poupa de Frutas	25 a 29/08 LANAGRO - PE	40	-	-	-	526,40	85,92
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	-	-	526,40	85,92
TOTAL SLAV				01		40	-	-	-	526,40	85,92
TOTAL DA ÁREA TÉCNICA				78		2.474	-	64.170,80	2.261,24	40.290,41	2.019,48
SUB TOTAL				119		3.464	2.736,00	81.663,14	3.042,65	48.628,81	2.933,58
TOTAL GERAL DA SFA/PB											139.004,18